



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO

YAN SOARES SANTOS

ASSOCIATIVISMO E DOCÊNCIA NO RECIFE: estratégias de atuação sociopolítica
de trabalhadores docentes entre os anos de 1872-1915

Recife

2021

YAN SOARES SANTOS

ASSOCIATIVISMO E DOCÊNCIA NO RECIFE: estratégias de atuação sociopolítica
de trabalhadores docentes entre os anos de 1872-1915

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos parciais para a obtenção do título de doutor em Educação.

Área de concentração: História da Educação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Maria Paulo da Silva

Recife

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Natalia Nascimento, CRB-4/1743

- S237a Santos, Yan Soares.
Associativismo e docência no Recife: estratégias de atuação sociopolítica de trabalhadores docentes entre os anos de 1872-1915. / Yan Soares Santos. – Recife, 2021.
293 f. : il.
- Orientadora: Adriana Maria Paulo da Silva.
- Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2021.
Inclui Referências.
1. Associativismo. 2. História da Educação Brasileira. 3. Instrução Profissional. 4. Trabalho Docente. 5. UFPE - Pós-graduação. I. Silva, Adriana Maria Paulo da. (Orientadora). II. Título.
- 370 (23. ed.) UFPE (CE2021-047)

YAN SOARES SANTOS

ASSOCIATIVISMO E DOCÊNCIA NO RECIFE: estratégias de atuação sociopolítica de trabalhadores docentes entre os anos de 1872-1915

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos parciais para a obtenção do título de doutor em Educação.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Adriana Maria Paulo da Silva (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. José Gonçalves Gondra
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. António Gomes Alves Ferreira
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Álvaro Pereira do Nascimento
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Olívia Moraes de Medeiros Neta
Universidade Federal Rio Grande do Norte

Dedico à minha mãe, Helana Maria Soares Vasconcelos (*in memoriam*);

Ao meu avô, Heleno José da Silva (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Este texto é o encerramento de um ciclo e o início de outro. Por isso, prefiro agradecer, inicialmente, às pessoas que participaram cotidianamente desse ciclo e que guardo em meu coração.

Esse ciclo foi marcado por felicidades e tristezas, momentos memoráveis de alegria e, por vezes, de dor. Durante o Mestrado, entre os anos de 2012 e 2014, houve o falecimento do meu avô materno, Heleno José da Silva, uma referência inesquecível quanto a sua relação com as pessoas, com a leitura, e por sua caridade abundante. Amo você, vovô. Agora, durante o Doutorado, iniciado em 2016, enfrentei um câncer de tireoide, e como sempre o apoio da família foi fundamental. A minha mãe, Helana Maria Soares Vasconcelos, foi uma base, que, para além de todos os ensinamentos ao longo da vida e de todos os cuidados, esteve presente e cuidando de mim uma última vez (ao menos, neste plano). Após a minha recuperação da cirurgia e o tratamento químico, ela faleceu repentinamente. Guardo como aprendizado e na memória sua perseverança, felicidade, alegria e seu amor incondicional. Amo você, mainha.

À minha avó materna, Ana Maria Soares da Silva, agradeço a perseverança de cuidar de mim e de meu irmão, resistindo a perdas tão dolorosas. Sua segurança é um alicerce para todo o caminho que trilhei até então. Agradeço a Emídio Martins de Vasconcelos Neto, meu padasto, pela presença e pelo cuidado ao longo de tantos anos. Allan Soares Vasconcelos, agradeço a felicidade de ser seu irmão mais velho, o companheirismo em tantas horas e pela possibilidade de ver seu crescimento. Amo vocês.

É difícil agradecer ao meu pai pelo tanto que ele é. Angelo Araújo dos Santos, amo você e agradeço por todos os ensinamentos de vida, pelos que já aprendi, pelos que insisto em não aprender e pelos que você ainda vai me ensinar. A minha madrasta, Andréa Ferreira da Hora Santos, por ser quem é, uma amiga, confidente, ouvinte, minha mestra da culinária, mãe dos meus irmãos e, agora mais que nunca,

com o “trabalho” de ser mãe para mim também. Aos meus irmãos mais novos, Gabriel e Mariana, agradeço a felicidade de compartilhar esta existência com vocês; nosso laço durará tantas outras vidas, sei disso. A Aldenice, agradeço por ter trazido ao mundo minha “boadrasta”, pelo cuidado, carinho, amor e por me acolher como neto. Amo vocês.

Às minhas tias, tios, primas e primos tão queridos e tão amados, a lista é grande demais, mas sintam-se representados pelos agradecimentos carinhosos a Aldenira, Aldenize, Glorinha, João Paulo, Silvio Romero, Juarez, Alda, Julho (*in memoriam*), Augusto, Ana Júlia, Rafael, Thiago... Ao meu primo e padrinho, Rodrigo Cunha, um agradecimento mais que especial, por ser quem é, por compartilhar tantas alegrias e me ensinar desde criança o amor pelas artes. Sua capacidade de criar belezas e tocar em sentimentos tão bonitos é emocionante. Obrigado por existir, primo.

O espaço é pouco para agradecer a Rayssa Torres. Entrando inesperadamente em minha vida, ocupando um lugar especial, da qualidade dos amores profundos. Esse nosso lugar, que construímos e reconstruímos diariamente, é uma das coisas mais belas que estou vivendo. Amo você por tudo. Agradeço, também, a sua família, por ter me acolhido com tanto amor; Héliida Torres, Neto, Netinho, Rafael, Lívia Renata, Hosano, Gabi, Clara, Luiza Roberta, Cadú, Silvana, Amanda e Isabela, amo vocês.

Aos amigos-irmãos... Agradeço a Rodrigo Izidio pelo companheirismo diário, amor, carinho, pela confiança, pelas diversas conversas e pelos ensinamentos trocados. Nos conhecemos há muitos anos, na verdade, você conhece mais a mim do que eu mesmo. Obrigado, meu irmão, por tudo. A Paula Jäeger, que completou esse quarteto de muitas aventuras e viagens. Amo muito vocês. Estamos juntos. Sinto-me parte da família de Rodrigo, e não poderia deixar de agradecer a dona Raimunda (*in memoriam*), uma avó para mim também, que já partiu, mas sua lembrança é muito feliz. Agradeço pelo amor e carinho dessa família a que me agreguei: “tia” Jôse, Rafael, Lucia, Luciano, Letícia... Agradeço, especialmente, a Suely Alves, ou “tia Sula”, que sempre me incentivou nesse caminho acadêmico e me presenteou com um dos livros para a seleção do Doutorado, uma outra família amada.

Ainda entre os amigos-irmãos... Agradeço a Dayana Lima, Jéssika Alves e Flávia Costa. Vocês são indispensáveis e formidáveis, amigas em todas as horas, de felicidade e de tristeza, que eu vivi e que nós vivemos. Agradeço pela amizade de vocês, pelo carinho e pelo amor compartilhado. Aguardo compartilhar muitos anos de vida com vocês. Marcos Alesandro, agradeço por tudo, pela paciência e amizade incondicional... Agradeço a Michel Guilherme e Igor Soares, amigos da bagagem de Rayssa Torres, que estão em meu coração por tantos anos que passaram e por todos os que virão.

A tantos outros amigos que aqui estão, aos que já passaram e aos que virão, sintam-se representados pelos nomes de Giovane Albino, Aryanny, Arthur, Luiz, Diego, Douglas Galvão (*in memoriam*), Fernanda Britto, Adelmo Cavalcante, Bruna Ledo Tasso, Amanda Lemos, Marina Siqueira, Ivaldo José, Adilson, Ellen. Agradeço a amizade antiga de Thiago Luna e Diego Luna (e toda a família); desde a infância, vocês são irmãos que permanecem até hoje. Amo vocês.

O grupo de pesquisa se compôs e se recompôs. Dele, guardo a amizade de Isabela Tristão. Das tantas aventuras, das acaloradas conversas acadêmicas e das experiências de vida, a viagem para o Uruguai foi um momento ímpar. Ainda teremos muitas conversas pela frente, muita vida; agradeço sempre pelo carinho e amor compartilhado. Outra amizade inesquecível é a do Allan Alves, daqueles interlocutores com quem adoro compartilhar conversas, obrigado.

Agradeço a Adriana Maria Paulo da Silva, que, além de ser minha orientadora, é uma pessoa com quem tenho uma amizade de mais de dez anos; levarei seu carinho para a vida. Você acreditou (e acredita) em mim mais que eu mesmo. Esteve comigo nos momentos difíceis dessa caminhada. Esse texto não teria sido possível sem você; trilhar esse caminho seria impossível sem sua amizade, sem seu amor. Obrigado por tudo. Ao professor Ramon de Oliveira, por ter sido um amigo nas tantas horas difíceis e por ter me orientado no Mestrado; sem você, algumas felicidades não existiriam, obrigado.

Agradeço aos amigos, amigas, professores, professoras, funcionárias e funcionários do Programa de Pós-graduação do Centro de Educação da UFPE; vocês contribuíram imensamente para a conclusão desse ciclo. Aos alunos, alunas e colegas

da profissão docente, tanto na Escola Municipal de Tempo Integral Divino Espírito Santo, quanto no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade de Pernambuco, e do Curso de História em EaD da Universidade de Pernambuco; agradeço a experiência compartilhada; vocês fizeram a diferença em quem sou e como sou.

Agradeço a todas as funcionárias e funcionários dos arquivos presenciais e virtuais aos quais tive acesso, muito obrigado. Agradeço à Capes, pela bolsa concedida; sem ela, eu não conseguiria dedicar-me integralmente à pesquisa; lutarei sempre contra seu desmonte.

RESUMO

Ao longo do século XIX várias associações de trabalhadores inauguraram suas atividades na cidade do Recife. Das associações em funcionamento entre 1872 a 1915, elencamos investigar quatro delas: Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco, Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, Sociedade Propagadora da Instrução Pública e Grêmio dos Professores Primários. Consideramos o associativismo uma experiência coletiva entre sujeitos em prol de si e dos seus, na qual a instrução emergiu como estratégia de atuação sociopolítica, e a análise dessa experiência é o objetivo principal de nosso trabalho. Trabalhamos, presencial e virtualmente, com relatórios e estatutos dessas associações, anúncios de jornais, discussões de projeto de leis e legislações referentes à instrução pública, diversos relatórios dos presidentes da província e governadores do estado naquele período, bem como com fotografias. Elencamos o conceito de “experiência” como norteador teórico do nosso trabalho e interpretamos a tessitura social, por meio do entrecruzamento de três autores distintos, a saber: Edward P. Thompson (1987; 1981), Michel Foucault (2014a; 2014b; 2015) e Michel de Certeau (2011). Quanto às escolhas do “como será dito”, elegemos a “descrição densa”, de Clifford Geertz (2012), e o “comparativismo construtivo”, de Marcel Detienne (2004). Defendemos que os trabalhadores de ofícios artífices, comerciais e docentes, ao se associarem, constituíram uma camada “superior” em relação aos demais trabalhadores, por meio de suas ações em prol da instrução de si e dos seus, ou seja, houve o “fazer-se” de uma aristocracia operária (HOBSEBAWM, 2015) e uma aristocracia docente. Defendemos também, com base nos processos experienciados na instrução pública durante o “longo século XIX” (HOBSEBAWM, 1995), o escolanovismo como um ponto de chegada de um longo processo e não um ponto de partida primordialmente “inovador” quanto às práticas de educabilidade dos períodos do Império e da Primeira República.

Palavras-chave: Associativismo. História da Educação Brasileira. Instrução Profissional. Trabalho Docente.

ABSTRACT

Throughout the 19th century, several workers' associations opened their activities in the city of Recife. Of the associations in operation between 1872 and 1915, we list four of them: the “Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco”, the “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, the “Sociedade Propagadora da Instrução Pública” and the “Grêmio dos Professores Primários”. We consider associativism to be a collective experience between people in favor of themselves and theirs, in which instruction emerged as a strategy for socio-political action - and the analysis of this experience is the main objective of our work. We worked, presencially and virtually, with reports and statutes of those associations, newspaper advertisements, discussions of draft laws and legislation regarding public education, the various reports of the presidents of the province and state governors at that time, as well as with photographs. We list the concept of “experience” as the theoretical guide of our work, that is, the way in which we interpret the social weaving, through the intersection of three different authors, namely: Edward P. Thompson (1987; 1981), Michel Foucault (2014a; 2014b; 2015) and Michel de Certeau (2011). Our narrative choice choosed the “thick description” of Clifford Geertz (2012) and the “constructive comparativism” of Marcel Detienne (2004). We defend that the workers of artisan, commercial and teachers, when associating, constituted a “superior” layer in relation to the other workers, through their actions in favor of the instruction of themselves and theirs. That is, the “making of” of a “labour aristocracy” (HOBSEBAWM, 2015) and a “teacher aristocracy”. We also defend, based on the processes experienced in public education during the “long nineteenth century” (HOBSEBAWM, 1995), the scholanovism, as a point of arrival of a long process and not a “innovative” starting point as to the practices of educability of the Imperial Brazil or its First Republic.

Keywords: Associativism. History of Education. Technical education. Teacher Labour.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Inauguração do Liceu de Artes e Ofícios	p. 126
Figura 02	Salão de Honra	p. 129
Figura 03	Alunos em recreio	p. 131
Figura 04	Aula de Corte Geométrico	p. 132
Figura 05	Sessão de Artefatos de Madeira	p. 134
Figura 06	Sessão de Artes Gráficas	p. 139
Figura 07	Aula de Desenho	p. 141
Figura 08	Aula de Música	p. 142
Figura 09	Aula Primária	p. 143
Figura 10	Teatro do Liceu	p. 145
Figura 11	Sala de aula 1	p. 149
Figura 12	Sala de aula 2	p. 150
Figura 13	Biblioteca do Liceu	p. 151
Figura 14	Museu do Liceu	p. 152
Figura 15	Vista em plano alto do Bairro de Santo Antônio	p. 209
Figura 16	O Palacete do Liceu e seu entorno arquitetônico	p. 210

LISTA DE QUADROS

Quadro I	Mapeamento da documentação utilizada na pesquisa	p.21
Quadro II	Variação média de ordenados dos trabalhadores de ofício (manual, comercial e docente) no Recife ao longo do século XIX	p.197

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** Orçamento da instrução pública comparada às p.44
subvenções para alunos pobres e associações
diversas (1871-1886)
- Tabela 2** Orçamento da instrução pública comparada às p.183
subvenções para associações diversas (1896-1915)
- Tabela 3** Custo mensal comparado de mão de obra em p.204
Pernambuco

LISTA DE SIGLAS

APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
ALEPE	Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
AACP	Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco
BPE	Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco
CEPE	Companhia Editorial Pernambucana
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
GPPP	Grêmio dos Professores Primários de Pernambuco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
SAML	Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais
SPIP	Sociedade Propagadora da Instrução Pública

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	NOSSA “OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA”	19
1.1.1	Fontes	20
1.1.2	Lugar	24
1.1.3	Narrativa	33
2	O PÚBLICO, O PARTICULAR E A INSTRUÇÃO NO RECIFE	42
2.1	PODERES PÚBLICOS E INSTRUÇÃO PROFISSIONAL	54
2.2	GRAMÁTICAS DA LIBERDADE	64
3	TRABALHADORES DE OFÍCIO, INSTRUÇÃO PROFISSIONAL E ASSOCIATIVISMO	74
3.1	OS EMPREGADOS NO COMÉRCIO NO RECIFE	76
3.1.1	A Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco	85
3.1.2	Uma academia para a instrução comercial	91
3.1	OS TRABALHADORES DE OFÍCIOS MECÂNICOS E LIBERAIS	97
3.2.1	A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais	99
3.2.2	A defesa da instrução profissional	110
3.2.3	O liceu em imagens	124
3.2.3.1	<i>Sujeitos da educação e práticas pedagógicas</i>	126
3.2.3.2	<i>Espaços e materiais pedagógicos</i>	147
3.3	OS TRABALHADORES DE OFÍCIO DOCENTE	155
3.3.1	A Sociedade Propagadora da Instrução Pública	160
3.3.1.1	<i>Da Escola Normal Pinto Júnior às escolas mistas</i>	166
3.3.1.2	<i>A Escola Agrícola do Monteiro</i>	181
3.3.1.3	<i>A Escola de Farmácia</i>	188
4	DA ARISTOCRACIA DOCENTE À INVENÇÃO ESCOLANOVISTA	196
4.1	ARISTOCRACIA OPERÁRIA E ARISTOCRACIA DOCENTE	196
4.2	A ARISTOCRACIA DOCENTE: OS PROFESSORES NO “GRÊMIO” E SUA REVISTA	214
4.2.1	A Revista do Grêmio dos Professores Primários	222
4.3	A INVENÇÃO ESCOLANOVISTA	228
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	243
	REFERÊNCIAS	250
	FONTES PRIMÁRIAS	250
	BIBLIOGRAFIA	267

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do século XIX várias associações de trabalhadores inauguraram suas atividades na cidade do Recife. Cada associação, composta por trabalhadores de ofícios específicos, tinha diversos objetivos e propostas de atuação voltados, principalmente, para o auxílio mútuo de seus associados. Trabalhadores submetidos a condições insalubres de vida e trabalho, disputas por mercado e falta de reconhecimento social se organizaram para agir coletivamente em prol da conquista de melhorias para si e para os seus. Eram trabalhadores com os mais diversos tipos de atuação na cidade do Recife, como carpinteiros, tanoeiros e vários mestres artífices, e também trabalhadores das estradas de ferro, da Great Western – uma das companhias responsáveis por viabilizar o plano ferroviário em Pernambuco –, caixeiros de hotéis, empregados no comércio, artistas mecânicos e professores.

Naquela sociedade, na qual a instrução emergiu como uma mercê, um privilégio para poucos (SILVA, 2007; SILVA, 2013), além das associações de auxílio mútuo (ou mutualistas), algumas associações de trabalhadores de ofício voltaram suas atenções para a abertura de cursos “profissionais” direcionados aos seus associados, como a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, a Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco e a Sociedade Propagadora da Instrução Pública, numa estratégia bem pensada e formulada.

Desconfiando das recorrentes narrativas sobre as ações de sujeitos históricos organizados em associações de trabalhadores e docentes em fins do século XIX, nos preocupamos em investigar rupturas no convencional discurso teleológico do associativismo e das ações dos sujeitos associados – aquele que apontava o fenômeno associativo como meio do caminho entre as corporações de ofício e o movimento sindicalista. Partimos da desconfiança em relação à maneira como os arquivos eram acessados (intenções e objetivos da pesquisa), os documentos investigados, as maneiras como eram lidos, os caminhos narrativos escolhidos e as generalidades indicadas.

O distanciamento interpretativo entre o associativismo operário e o associativismo docente assumido por distintas tendências historiográficas (história social do trabalho e história social da educação) inibiu as tentativas de compará-los, e nosso empreendimento será, justamente, “comparar o incomparável” (DETIENNE, 2004).

Consideraremos o associativismo uma experiência coletiva entre sujeitos em prol de si e dos seus, na qual a instrução emergiu como estratégia de atuação sociopolítica – e a análise dessa experiência é o objetivo principal de nosso trabalho. Para isso, nós: (1) identificamos as instâncias que forneceram cursos de Ensino Profissional para trabalhadores em Recife; (2) mapeamos as propostas, os cursos, as escolas e o “público alvo” dessas ações de Ensino Profissional; (3) analisamos, sob o ponto de vista educacional/formativo, as experiências associativistas vividas por diferentes grupos de trabalhadores (do comércio, artífices e docentes); e, por fim, (4) comparamos as estratégias desenvolvidas pelos trabalhadores através de suas associações, com fins educacionais/formativos, articulando-as à historicidade dos eventos econômicos, políticos e socioculturais da sociedade no Recife durante o “longo século XIX” (HOBBSBAWM, 1995).

O historiador Eric Hobsbawm (1995) ensinou que os marcos que balizam as análises dos eventos no tempo podem superar (e mesmo desconhecer) os tradicionais balizamentos temporais (quase sempre relacionados aos eventos da política governamental e à contagem em centúrias) que as histórias dos estados-nação inventaram. Segundo sua análise, o século XIX teve seu “começo” demarcado por “duas revoluções” – a Francesa e a Industrial –, por volta de 1780, e atingiu seu “colapso” com o estopim da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Ou seja, o século XIX começou antes da centúria e terminou depois dela, sendo nomeado o “longo século XIX”. No caso dos balizamentos cronológicos estabelecidos nesta pesquisa, acreditamos que a “transição” de modelo político, por meio de um golpe militar em 1889, ocorrida pela derrocada do Império para o início da Primeira República não promoveu mudanças profundas nas práticas de educabilidade da sociedade brasileira e, principalmente, do Recife, como demonstraremos adiante. Essas mudanças ocorreram apenas no início do século XX e, por essa razão, consideramos adequada a cronologia do historiador citado.

Dentre as associações que funcionavam no Recife, especificamente entre 1872 a 1915, elencamos investigar, por promoverem ações educacionais/formativas em prol de si e dos seus, quatro delas: a Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco, a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, a Sociedade Propagadora da Instrução Pública e o Grêmio dos Professores Primários.

A primeira foi composta por caixeiros, contadores, aduaneiros, os quais, além da autoproteção, pretenderam (e conseguiram, ao longo do período estudado) abrir um curso comercial para formar novos trabalhadores no comércio da cidade: a Academia do Comércio (1911).

A segunda associação foi composta por trabalhadores de ofícios mecânicos, instalada, desde o primeiro reinado, com *status* social crescente, até a abertura de um Liceu de Artes e Ofícios (1881), na cidade do Recife, tendo a elite de Pernambuco como sua principal investidora.

A terceira associação foi fundada por professores influentes e políticos respeitados na província de Pernambuco, os quais abriram três cursos: o da Escola Normal para Senhoras (1872), a Escola Agrícola (1878) e a Escola de Farmácia (1903).

A quarta e última associação investigada foi fundada em 1883 e composta por professores primários da cidade do Recife. Apesar de não abrirem nenhum curso direcionado à formação de professores e/ou trabalhadores, foram responsáveis pela publicação de uma revista sobre a instrução primária na província, veículo no qual publicaram posicionamentos políticos em geral (e sobre as práticas educativas), comentários sobre métodos de ensino, questões referentes ao exercício prático da docência pública etc.

Aquelas associações passaram por acontecimentos importantes em suas trajetórias, entre o primeiro e o segundo decênio dos anos 1900. Por isso, a datação da nossa pesquisa, baseada no “longo século XIX” de Hobsbawm, é específica e se encerra em 1915. No entanto, fomos identificando outras similaridades entre as práticas de educabilidade pesquisadas em todo o longo século. Para diversas outras práticas socioculturais, é provável que essa datação não sirva; porém, como

apresentamos (em especial no último capítulo), para as práticas educativas, a datação é pertinente.

Convém apresentar a fabricação desta pesquisa, nossa “operação historiográfica”: a seleção documental feita, o lugar do nosso trabalho no campo historiográfico, os conceitos utilizados para a análise das fontes, o quadro conceitual mobilizado para comparar essas “incomparáveis” associações e as estratégias narrativas para a urdidura dos nossos argumentos.

1.1 NOSSA “OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA”

Inspirados em Michel de Certeau (2011), consideramos que o termo “operação” se refere ao procedimento intencional, (quase) cirúrgico, por meio do qual o historiador, articulando seu “lugar social”, sua “prática científica” e sua “escrita”, produz (fabrica) seu argumento, de acordo com as regras do ofício, as quais são aprendidas processualmente.

Iniciamos esse processo na Iniciação Científica, por meio de um subprojeto intitulado “Ações de trabalhadores e do patronato recifense no campo da qualificação profissional, entre os anos de 1889 e 1930”, o qual pertencia ao projeto de pesquisa “Demandas por qualificação profissional: Recife, 1889-1930” (OLIVEIRA & SILVA, 2010), que objetivou analisar as práticas de empregadores e trabalhadores do Recife voltadas às ações de qualificação profissional entre os anos de 1889 e 1930. Naquele momento, pesquisamos, no jornal Diário de Pernambuco, anúncios com demandas e ofertas de trabalho no Recife. No decorrer do processo, tivemos acesso aos documentos sobre associações de trabalhadores que estavam sob a guarda do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

Durante o Mestrado, nos dedicamos à investigação de uma associação formada por professores e políticos do Recife, promotora de cursos voltados ao Ensino Profissional (ensino normal, ensino agrícola e ensino de farmácia). Daquela pesquisa resultou a dissertação intitulada “A Sociedade Propagadora da Instrução

Pública e suas ações de qualificação profissional em Recife (1872-1903)” (SANTOS, 2014).

Nesta atual etapa, mantivemos nossa aproximação com a temática da formação profissional e estamos interessados nas maneiras por meio das quais o Ensino Profissional foi posto em prática, através das associações instaladas e em funcionamento no Recife.

1.1.1 Fontes

As fontes são vestígios por meio dos quais montamos nossa suspeição, compreensão e análise de eventos do passado – ou melhor, construímos nossos objetos de pesquisa em suas temporalidades específicas (ARÓSTEGUI, 2006. pp. 508-512).

Nem sempre dispomos das fontes diretamente relacionadas aos tempos ou aos eventos que pesquisamos; por esse motivo, fazemos um árduo trabalho de localização, identificação e obtenção de “pistas”, de indícios espalhados em diversos lugares e situações. Tais pistas ou “sinais”, quando selecionados, são os fios pelos quais nos guiamos a fim de escaparmos do labirinto límbico de mergulho no passado (GINZBURG, 1989; 2007). Ao fazer historiográfico cabe o desentrelaçar dos fios deixados pelas experiências no tempo e sua (re)tessitura, sempre feita de acordo com as singularidades do tecelão.

Trabalhamos presencial e virtualmente com os registros abrigados nas seguintes instituições de guarda: o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), o setor de microfilmes da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), a Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco (BPE), o arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), o arquivo das escolas fechadas da Secretaria de Educação da Cidade do Recife (GRE Norte), o site da Universidade de Chicago, o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e o site da Companhia Editorial Pernambucana (CEPE). Fizemos um quadro com a tipologia e as quantidades das fontes em relação aos lugares de guarda nos quais as obtivemos.

QUADRO I			
Mapeamento da documentação utilizada na pesquisa			
Arquivo	Códices	Assuntos	Quant . de docs.
APEJE	Folhetos Raros II; Diversos II; Miscelâneas; Impresses Particulares; Petições; Instrução Pública (IP); Leis do Império e da Primeira República	Estatutos; Relatórios; Petições: das associações / Escolas congregacionais / Vilas Operárias ao poder público	11.031
ALEPE	Anais da ALEPE	Discussões de projetos de leis e resolução de petições	11.355
BPE	Relatórios dos Inspetores Gerais da Instrução Pública	Descrição do exercício prático da docência pública em Pernambuco, com comentários dos inspetores, estatísticas escolares, leis e resoluções referentes à instrução	319
CEPE	Relatórios da Companhia Industrial Pernambucana; revistas da Instrução Pública; jornais diversos	Textos jornalísticos e comentários sobre a prática da docência no Recife; anúncios e informações diversas	259
FUNDAJ	Jornal Diário de Pernambuco (1872-1930)	Anúncios sobre as escolas / publicações das associações dos professores / demais publicações da Instrução Profissional no Recife; relatórios e textos escritos por Carlos Alberto de Menezes sobre a situação das vilas operárias	702
IBGE	Estatísticas do Brasil / Pernambuco / Recife	Estatísticas	32 livros
Univ. Chicago	Relatório dos presidentes / governadores da província / estado de Pernambuco	Informações referentes à província por parte do presidente / governador da província / estado	5.489

Na pesquisa inicial feita no APEJE, encontramos os estatutos e relatórios de diversas associações instaladas e em funcionamento no Recife durante o período pesquisado. Nos códigos da Instrução Pública, identificamos diversas petições feitas pelos docentes do Recife às autoridades a respeito de toda sorte de assuntos. Procuramos relacionar essa documentação com as leis gerais e educacionais em vigor durante o período estudado. Por meio delas, acessamos também as estratégias e táticas urdidas pelos trabalhadores em suas associações, a fim de garantir para si e para os seus condições básicas de vida e trabalho, meios de pugnar pela instrução profissional e angariar subvenções para a manutenção das associações.

Nos arquivos da ALEPE, investigamos os Anais da Assembleia, organizados em códigos, nos quais constam os registros aprovados pelos parlamentares sobre as ações majoritariamente relacionadas a aprovações e/ou reprovações de medidas legais atinentes à política e à administração do estado.

Na Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, procuramos documentos referentes à instrução pública ou a associações instaladas e em funcionamento no período. Encontramos alguns relatórios dos Inspectores Gerais da Instrução Pública entre os anos de 1889-1900, período em que as Mensagens dos Governadores do Estado (antigo Relatório dos Presidentes da Província) não estão acessíveis no site da Universidade de Chicago, há muito conhecido pela ambiência de pesquisa histórica brasileira.

No site da CEPE encontramos alguns periódicos em circulação no Recife durante nosso recorte cronológico, digitalizados e disponibilizados para *download*, como, por exemplo, algumas revistas da instrução pública, em circulação na época.

Na FUNDAJ, no setor de microfilmes, localizamos notícias veiculadas no jornal Diário de Pernambuco sobre algumas das associações pesquisadas e a respeito de anúncios e/ou opiniões acerca da instrução, durante o período investigado.

Ao sabermos que a documentação das escolas, com suas atividades encerradas no Recife, ficava sob a guarda da Gerência Regional de Educação Norte da Secretaria de Educação do Recife (GRE-Norte), fomos em busca de documentos produzidos pela Escola Normal Pinto Júnior, que foi encampada pela Prefeitura do Recife pela Lei ordinária n. 201, em 3 de janeiro de 1949. Constava um conjunto

documental da Escola Normal Pinto Júnior, a cargo da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, com registros de matrículas e desempenho das alunas normalistas, de 1946 até os últimos anos de atividade da escola, na década de 1990. A conservação desse arquivo é muito precária, várias caixas com códigos de escolas variadas estão parcial ou completamente deterioradas. As caixas da Escola Normal estão quase completamente conservadas, mas são uma exceção no arquivo.

Apesar de insuficientes e cheias de lacunas, as estatísticas históricas (com dados populacionais, sociais, educacionais etc.) disponíveis no site do IBGE nos ajudaram na obtenção de várias informações. Pesquisamos 32 livros contendo informações diversas dos períodos, desde a primeira estatística realizada em todo o Império, em 1872, até a década de 1950.

Por fim, no site da Universidade de Chicago, constam documentos governamentais de diversas províncias/estados do Brasil. Buscamos os Relatórios dos Presidentes da Província, denominação que mudou para Mensagem dos Governadores do Estado, a partir do período republicano. Nesses relatórios, apresentados na abertura no ano legislativo na ALEPE pelo presidente da província (Governador do Estado), constam informações obtidas e produzidas pelas autoridades políticas sobre as questões administrativas da província, por meio das quais identificamos os dados a respeito da economia, política, segurança pública, instrução pública, saúde pública etc., que estavam disponíveis para os dirigentes políticos em Pernambuco, no período estudado.

Parte dos documentos obtidos foram transcritos de maneira “simples”, “direta” e “completa”, ou seja, transcrevemos, a partir da leitura dos documentos, todas as informações presentes nas páginas (ARÓSTEGUI, 2006).

Após a transcrição, sistematizamos e catalogamos os registros, por meio de tabelamentos com descritores relacionados aos assuntos diversos do exercício prático da instrução no Recife – número de matrícula e frequência; regulamentos da instrução; discussão sobre a aplicação das leis, sua utilidade e funcionamento; especificamente sobre a instrução pública, a instrução particular, a instrução profissional, sobre as escolas normais e as escolas subvencionadas pelo governo.

Nos estatutos e relatórios das associações de trabalhadores (e) docentes, investigamos, além das questões sobre instrução (ações “pedagógicas” das associações), a organização dos estatutos e a posição dos assuntos entre os artigos, as disposições gerais das associações, a divisão dos sócios por categorias, as hierarquias entre eles, as disposições sobre a “ajuda mútua” e os meios que as financiavam.

1.1.2 Lugar

O “lugar” historiográfico no qual estamos é o cruzamento entre duas áreas (aparentemente) bastante distintas: a “história social do trabalho” e a “história social da educação”.

A historiografia social do trabalho tem avançado suas pesquisas e argumentos, de maneira a contemplar experiências de trabalhadores dos mais diversos ramos e ofícios, produzindo pesquisas acerca da formação de classe, lutas nos locais de trabalho, movimento operário, sindicatos e correspondentes orientações ideológicas, relações com o Estado etc. Nos anos 60, a imprensa operária, bem como a história oral começaram a ser “descobertas” como fonte de pesquisa e, há pouco tempo, temas caros à história cultural passaram a ser investigados: o conhecimento sobre a vida dos operários, suas formas de trabalho, alimentação, recreação, o que pensavam e liam e como (e se) tinham, ou não, consciência de pertencer a um grupo ou classe (PINHEIRO e HALL, 1979, p. 16).

A vida dos operários fora das fábricas passou a ser investigada: suas residências, formas de lazer, sociabilidades e práticas de higiene, a relação entre o salário e o consumo de bens, enquanto meios de controlar a vida operária (DECCA, 1987).

Após a influência do livro clássico de Edward Palmer Thompson “A formação da classe operária inglesa” (publicado em 1963, na Inglaterra e, no Brasil, em 1987), passou-se a investigar a história social dos trabalhadores através de suas experiências, costumes comuns e do complexo “fazer-se” de classe. Essa

historiografia se interessou pelas diversas culturas de classe, pela diversidade de identidades em sua formação.

Algumas pesquisas inspiradas em Thompson romperam com a perspectiva evolutiva da formação da classe operária brasileira (partindo das antigas corporações de ofício, passando pelas associações de ajuda mútua e culminando nos sindicatos de trabalhadores, comunistas, socialistas, de profissões específicas) e ampliaram os estudos das experiências peculiares dos trabalhadores associados durante o século XIX brasileiro (BATALHA, SILVA, FORTES, 2004). As associações de ofício foram estudadas como fenômeno particular da organização coletiva de trabalhadores, evidenciando seus rituais, as relações entre os consócios, a atuação em prol de seus associados, o auxílio mútuo, as práticas de instrução desenvolvidas. Apesar desse avanço, essa historiografia tendia a colocar as associações num patamar segundo o qual “já havia” uma “consciência de classe” dos trabalhadores, expressa através das suas ações coletivas (BATALHA, 1999; BATALHA, 2000).

Segundo Fabiane Popinigis (2007), durante o Império brasileiro, caixeiros utilizaram táticas reivindicativas baseadas nas relações de troca que as casas comerciais e seu ambiente paternalista permitiam. A partir da década de 1880, os trabalhadores extrapolaram as negociações interpessoais e exigiram intervenção dos poderes públicos nas relações de trabalho. Adentrando a Primeira República, conscientes de suas ações, caixeiros compararam a legislação de proteção ao trabalhador da indústria e das fábricas para exigirem seu quinhão do “progresso” e da “civilização” alardeados na *belle époque* do Rio de Janeiro. Utilizaram o próprio discurso francês de “civilização” e trouxeram à baila a legislação social francesa para a realidade dos caixeiros brasileiros. Aqueles trabalhadores que realizavam tanto o trabalho braçal como o “intelectual”, por vezes em condições de extrema pobreza e dificuldade, fizeram-se “camada superior” entre trabalhadores cariocas.

Marcelo Mac Cord (2012), também inspirado pelos estudos thompsonianos, investigou os trabalhadores de ofícios mecânicos e liberais na cidade do Recife, durante o século XIX, e uma das suas realizações, o famoso Liceu de Artes e Ofícios da cidade, criado na década de 1870. Na sua perspectiva, a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais (SAML), formada por sujeitos pretos e pardos, desde o ano de sua abertura, em 1841, teceu vínculos sociais e políticos horizontais e verticais na

sociedade do Recife, em pleno século XIX escravista. Abriu cursos noturnos de instrução profissional e conseguiu angariar subvenções dos cofres públicos para manter esses cursos. Seus sócios, ao longo dos anos, ganharam prestígio social e se envolveram com sujeitos da “boa sociedade”, no Recife – a elite política e social da cidade (MATTOS, 2004).

Essa associação teve uma significativa atuação educacional direcionada aos trabalhadores. Seus mestres artífices, sem ameaçarem o “mundo da ordem” da elite política e social, sem negarem os valores que apoiavam a restrição das oportunidades socioeconômicas para os “homens de cor”, teceram, através da atuação sociopolítica da SAML, vínculos que os dissociaram dos estigmas da escravidão. Fabricaram, por meio de ampla estratégia sociopolítica de redes de clientela e da instrução para o trabalho, distinções políticas e simbólicas de prestígio e privilégios sociais.

Claudio Batalha e Marcelo Mac Cord (2014) afirmam que o “fenômeno” associativista advém dos debates gestados no Iluminismo, idealizados para reunir pessoas atuantes com interesses comuns, em busca de uma ideia de civilização e progresso. Os burgueses tinham seus interesses comuns para serem representados politicamente quando os assuntos eram o comércio, a indústria, a agricultura. Atentos a essa investida, os trabalhadores também enxergaram no associativismo uma forma de fortalecimento de suas estratégias de proteção e organização profissional e tomaram para si a estratégia das elites letradas, associando-se e instruindo-se em prol de demandas comuns.

As estratégias de atuação mutualista horizontal e as lutas verticais voltaram-se para si e para os seus, a fim de alcançarem uma ascensão social particular, mais aparentada às relações paternalistas, distante de atuações voltadas para uma universalidade de trabalhadores atuantes no Recife.

Como alertou Álvaro Nascimento, a historiografia social do trabalho silenciou a “cor” dos(as) trabalhadores(as) investigados(as), reduzindo a pesquisa à branquidade e à mestiçagem, crendo e fazendo crer no falho discurso de que as associações mutualistas – compostas por pretos e pardos – “atrasaram” a “formação do movimento operário” (NASCIMENTO, 2016; MAC CORD & BATALHA, 2014). Seguindo o alerta de Nascimento, além dos casos relatados no corpo do texto, fizemos a pesquisa

nominal dos associados da AECP, dos professores do liceu, dos professores associados da SAML e no GPPP, mas não obtivemos ocorrências promissoras com relação à singularização do quesito cor/raça dos(as) associados(as).

Petrônio Domingues destacou a diversidade de agenciamento da comunidade negra e parda organizada a fim de pugnar por direitos – civis, políticos e sociais – ou em atividades coletivas recreativas, como, por exemplo, a Sociedade Liga dos Homens de Cor, a Guarda Negra, o Club Republicano dos Homens de Cor e o Grêmio Literário Treze de Maio, instaladas no Rio de Janeiro. Considerou ainda serem aquelas agremiações partícipes do “associativismo negro” (2014). Segundo Lúcia Silva e Regina Xavier, a tipologia diversa do associativismo negro, indo desde irmandades a associações políticas, não subsumiu uma das principais demandas objetivadas pelos consócios, a saber: a educação (SILVA E XAVIER, 2019).

Recorrendo tanto aos jornais da cidade quanto à base de dados *Family Search*, nossa pesquisa observou que, entre os poucos sócios cujos nomes foram listados nos estatutos e relatórios de três associações pesquisadas, não há informações sobre as suas cores. A exceção foi observada entre os sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, cuja predominância de pretos e pardos é largamente conhecida e foi evidenciada pela fotografia da inauguração do palacete do liceu, analisada e publicada por Marcelo Mac Cord (MAC CORD, 2012, pp. 406-410).

Para nós, é incontornável a relação do associativismo mutualista, principalmente do associativismo negro, com as propostas e ações voltadas à educação. A educação foi – e é – compreendida como possibilidade de ascensão social e conquista de mobilidade pela população de cor no Brasil (e no mundo ocidental), tanto no Império, quanto na Primeira República, o que a direciona (possivelmente) às práticas de liberdade e ampliação de direitos de cidadania (SILVA, 2000; SILVA, 2018).

Espalhadas pelas províncias do Império (e estados da República), as mutualistas instalaram escolas de ensino primário e profissional. Segundo Alessandra Schueler, por exemplo, a proposta “pedagógica” da Sociedade Propagadora da Instrução Pública pelas Classes Operárias da Lagoa, no Rio de Janeiro, englobou crianças menores de 14 anos, adultos analfabetos e escravos (SCHUELER, 1997).

Na análise de Aldrin Castellucci, associações de trabalhadores negros soteropolitanos fundaram escolas de ensino noturno, durante a Primeira República (CASTELLUCCI, 2008). O Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, também composto por homens de cor, pertenceu à Sociedade de Artes e Ofícios da Bahia (1872), cuja instalação foi conduzida por Joaquim do Nascimento Machado Portella (LEAL, 1995), antigo presidente da província de Pernambuco e entusiasta das ações promovidas pela SAML de Pernambuco (MAC CORD, 2012).

Marcelo Mac Cord, Itacir Luz e Wendel Costa foram os responsáveis por analisarem as experiências vivenciadas pelos homens de cor agremiados na Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, desde a sua instalação (1841) até os anos 1908 (MAC CORD, 2012; LUZ, 2008; COSTA, 2013). Discutiremos algumas estratégias dessas associações no decorrer do terceiro capítulo deste texto.

Um debate sobre a categoria “trabalhador”, realizado numa coletânea de artigos publicados num livro intitulado “Trabalhadores na cidade”, demonstrou como a palavra “trabalhadores”, no plural, era um esforço retórico para enquadrar sujeitos de ambos os gêneros (trabalhadores e trabalhadoras), das mais diversas funções (agricultores, comerciários, operários de fábricas, cocheiros, carroceiros, canoeiros, prostitutas) e *status* social (livres e escravizados) numa única palavra. Eles se organizavam com diversos intuitos (resistir, confrontando uma política ou a polícia, negociar uma questão e desfrutar do lazer), mas eram trabalhadores da cidade. Considerá-los nessa localização geográfica (cidade) implica uma lógica de espacialidade dinâmica, na qual esses personagens transitavam entre sua moradia e o trabalho por diversas ruas e ambientes (AZEVEDO et al. 2009). Foi esse personagem, “trabalhador”, que buscamos nesta pesquisa.

Nessa coletânea, os professores não prefiguraram na categoria “trabalhador”, nem mesmo foi mencionada essa possibilidade. Sendo o processo de profissionalização docente um tema caro à historiografia social da educação (GONDRA & SCHUELER, 2008; NÓVOA, 1991; XAVIER, 2018), por mais que se tente especificar as particularidades do trabalho docente em comparação com as dos trabalhadores manuais, comerciais etc., não se pode perder a dimensão de conceituar os professores como trabalhadores. A historiografia da educação possui rica discussão sobre aspectos determinantes para a profissionalização da docência

(NÓVOA, 1991), ou se a docência seria uma semiprofissão (ENGUITA, 1991); ou, ainda, se professores e professoras são trabalhadores de ofício (GONDRA & SCHUELER, 2008). Estamos interessados na investigação das estratégias, horizontais e/ou verticais, acionadas pelos trabalhadores docentes durante o “longo século XIX”.

Eric Hobsbawm, quando analisou os artífices enquanto trabalhadores que dispunham de “qualificação” e destacou como seus setores organizados, partícipes de associações, se consideravam aristocratas do trabalho, caracterizou aqueles(as) que possuíam um ofício da seguinte maneira:

“(...) todos aqueles que tinham adquirido as técnicas peculiares de uma ocupação mais ou menos difícil, através de um processo específico de educação, completado por testes e avaliações que garantiam conhecimento e desempenho adequado do ofício (HOBBSAWM, 2008, p. 363).

A docência em Pernambuco, durante a primeira metade do século XIX, ainda não havia se constituído como uma atividade laboral ofertada por indivíduos preparados social e escolarmente para exercê-la. A “formação” de docentes, até meados do século XIX, deu-se “pela prática” do exercício da docência (GONDRA & SCHUELER, 2008). Aqueles professores e professoras formados na prática da docência para ingressarem no exercício da docência pública eram submetidos a concursos públicos, por vezes, criteriosos quanto aos conhecimentos e às exigências de desempenho e, por vezes, preocupados com aspectos da moralidade daqueles(as) trabalhadores(as) (SILVA, 2007; GONDRA & SHUELER, 2008). Além disso, alguns professores públicos participaram da política local, patrimonializaram seus cargos, de modo a fazer o que bem entendiam (seguindo apenas seus interesses particulares) e não o que deveriam fazer (de acordo com o que era exigido deles pelas leis em vigor). Por conta disso, os “embates” com os poderes públicos foram numerosos e significativos, sendo interessante a apresentação e a demonstração desse processo (SILVA, 2007; SILVA, 2011; LIMA, 2014).

A historiografia social da educação, inspirada pelos pressupostos thompsonianos, investigou o associativismo como importante fenômeno para a história da profissão docente e as ações voltadas para a instrução pública realizadas por algumas associações.

Alessandra Schueler (1997) investigou os conflitos existentes entre poderes públicos e docentes atuantes na Corte Imperial, em torno da expressão “instrução popular”, através das ações dos poderes públicos e de particulares. Os empreendimentos dos poderes públicos e das associações privadas mais disputaram o controle de ideias sobre o que, quem e quando instruir os setores populares, do que se apoiaram mutuamente. Apesar dessa disputa e de não ter definido de forma clara o público-alvo de sua proposta “pedagógica” (crianças menores de 14 anos, adultos analfabetos e escravos), a Sociedade Propagadora da Instrução Pública pelas Classes Operárias da Lagoa, por exemplo, considerou a educação como um “problema social” e a elegeu como meio de os setores populares alcançarem o “progresso” e a “civilização” (SCHUELER, 1997, p. 165).

Schueler e José Gonçalves Gondra publicaram o livro intitulado “Educação, poder e sociedade no Império brasileiro”, no qual investigaram as construções das experiências educativas, abordaram suas formas institucionalizadas – apoiadas no Estado, na Igreja e na sociedade civil (academias, associações, agremiações) – e não institucionalizadas – apoiadas no cotidiano dos indivíduos e grupos sociais. A heterogeneidade das formas, das forças e dos sujeitos da ação educativa foi privilegiada na urdidura do texto (GONDRA & SCHUELER, 2008).

Para os autores, as tensões sociais, devido às diversidades regionais, provinciais e territoriais, tiveram efeitos na “arena” educativa, construída por processos formais e informais, diversificados e difusos entre os grupos sociais. As forças educativas que atuaram no terreno da instrução imperial, como o aparato do estado, o religioso e o da sociedade “civil” (por meio de associações e clubes diversos), foram responsáveis pela emergência dos equipamentos e iniciativas escolares. As agremiações foram, de acordo com os autores, instrumentos de civilização emergidos como espaços de sociabilidade e novos mecanismos de contato entre as elites políticas, as camadas médias urbanas e as “classes populares”. Aquelas formas e forças educativas afetaram e/ou foram espaços de atuação de diversos agentes sociais, como: professores, mulheres, negros, indígenas (escravos e libertos) e crianças.

“Educação, poder e sociedade” foram elementos relacionais dos mecanismos articulados (legislação escolar e política educacional; dispositivos técnicos e

burocráticos de controle e inspeção; elaboração de dados estatísticos como ferramenta para conhecer e produzir conhecimentos sobre a população) do processo de escolarização do século XIX (GONDRA & SCHUELER, 2008).

Além dessas pesquisas, outras inspiraram-se nos apontamentos feitos por António Nóvoa sobre a formação da profissão docente. No artigo intitulado “Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente”, o pesquisador argumentou a respeito da existência de um conjunto de transformações específicas e relacionadas que deram lugar ao surgimento da escola pública e da profissão docente. Nóvoa considerou que foram necessários quatro fenômenos para o processo de profissionalização dos docentes: 1. o exercício da docência como única ocupação do sujeito; 2. a licença para ensinar através dos concursos; 3. as escolas normais instituindo a formação de professor e a uniformização dos saberes específicos da profissão docente; 4. as associações como indicativo de consciência de classe desses profissionais. À medida que se funcionarizaram, os professores se profissionalizaram, havendo a “gênese” da profissão docente (NÓVOA, 1991).

Julia Varela e Fernando Alvarez-Úria (1991), na coletânea intitulada “Arqueologia de la escuela”, mobilizados pelos pressupostos foucaultianos, propuseram o conceito de “maquinaria escolar” para analisar a emergência da escolarização estatal e da escolarização obrigatória na Espanha moderna, até o início do século XIX. Preocuparam-se em esboçar cinco condições sociais da aparição de uma série de instâncias fundamentais – a definição de um estatuto da infância, o surgimento de um corpo de especialistas da infância com tecnologias e códigos teóricos, a emergência de um espaço específico e fechado destinado à educação, a imposição da obrigatoriedade escolar decretada pelos poderes públicos e a destruição de outros modos de socialização e educação – ou, “dispositivos de poder” componentes da “maquinaria escolar”.

Nóvoa (1991), bem como Julia Varela e Fernando Alvarez-Úria (1991) mencionaram as associações docentes e de trabalhadores em suas pesquisas. Para Nóvoa, em Portugal, o associativismo docente foi indicativo da “consciência de classe” da profissão docente. E, de acordo com a Varela e Alvarez-Úria, na emergência da “maquinaria escolar”, na Espanha moderna, os modos de educação promovidos pelas associações de trabalhadores de ofício foram destruídos.

No caso espanhol, a escola contribuiu para estabelecer a ruptura entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, cujas escolas de artes e ofícios abertas pelos poderes públicos ficaram responsáveis pelo ensino do trabalho manual, e o ensino do trabalho intelectual instalou-se nos colégios. No entanto, os colégios se converteram num lugar em que se ensinavam e se aprendiam “banalidades” desconectadas de uma prática. Mais tarde, a escola e o “trabalho escolar” precederam e substituíram o “trabalho produtivo”.

Discordamos dessas duas teses para a compreensão da historicidade das práticas educacionais de Pernambuco. Demonstraremos que, ao longo dos processos de construção da escolarização em Pernambuco (e em outras províncias do Império brasileiro), durante o século XIX (SILVA, 2007), o associativismo docente não foi movido por uma “consciência de classe” dos(as) docentes, como já afirmaram Gondra e Schueler (2008). As ações “pedagógicas” promovidas pelas associações de trabalhadores de ofício e por docentes não foram destruídas pela escolarização e por seu dispositivo da obrigatoriedade escolar. Pelo contrário, algumas associações foram, inclusive, subvencionadas pelos poderes públicos imperiais (MACCORD, 2012; SCHUELER, 1997).

Desse modo, a instalação e a manutenção das atividades das associações de trabalhadores de ofício foram determinadas pela abertura e pelo funcionamento de cursos de instrução. A instalação de associações de trabalhadores do ofício docente, no Recife, deu-se a partir da emersão de uma “camada superior” de docentes cuja finalidade foi a manutenção do seu *status* social.

Julián Gindin (2011) comparou o sindicalismo docente no Brasil, no México e na Argentina. Para o autor, as práticas associativistas de docentes, iniciadas no século XIX e atuantes até o início do XX, foram os “primórdios” da ação sindical de professores e professoras. A ação política “organizada” em práticas sindicais de docentes só ocorreu na Argentina e no México a partir de 1910 e, no Brasil, em 1930, em decorrência da ascensão de governo democrático na Argentina, da revolução mexicana e do início da Era Vargas, respectivamente. Gindin defendeu que, até aquele período, a organização docente foi dispersa e isolada, ocorrendo a aproximação de uma “elite” de docentes ao “aparelho estatal”. Para ele, apenas a partir da emersão do “sindicalismo docente de base” nos três países o campo sindical

docente foi gravitado por sujeitos preocupados com a defesa dos interesses trabalhistas da “categoria”, confrontando abertamente os governos com greves. A perspectiva de Gindin demonstra uma acepção “evolucionista” e se aproxima da historiografia do trabalho, anterior à influência dos estudos de E. P. Thompson.

Inspirados em Thompson, outros autores no México avançaram nos estudos sobre o associativismo. Segundo Isnardo Santos (2014), as associações de trabalhadores de ofício foram majoritariamente mutualistas. As associações científicas e literárias organizadas por “letrados” pareciam nossos institutos históricos instalados no Império, sendo central a fabricação de um discurso nacionalista. As alternativas de instrução pugnadas pelas associações mutualistas não foram priorizadas nesse estudo.

María Delgado e René Peñaflares (2014) analisaram o mutualismo na cidade de Zacateca e, segundo eles, foi esse seu principal papel político. José Vázquez (2014) analisou as associações científicas e literárias, que, apesar de vinculadas a liceus e academias, não foram associações mutualistas, nem mesmo abriram cursos de instrução. Segundo Vázquez, essas associações foram as responsáveis pela construção do discurso nacionalista mexicano.

As pesquisas que acessamos acerca da organização de trabalhadores e docentes em países como a Argentina e o México não apontaram para atuações semelhantes às que estudamos, relativas às quatro associações analisadas neste texto.

Apresentaremos, em sequência, as escolhas narrativas desta pesquisa, os principais conceitos e métodos utilizados para abordar tanto a experiência dos trabalhadores associados, quanto a possibilidade de “comparar o incomparável” nessas associações atuantes no Recife.

1.1.3 Narrativa

Elencamos o conceito de “experiência” como norteador teórico do nosso trabalho, ou seja, a maneira como interpretamos a tessitura social. Fizemo-lo por meio

do entrecruzamento de três autores distintos, a saber: Edward P. Thompson, Michel Foucault e Michel de Certeau. Quanto às escolhas do “como será dito”, elegemos a “descrição densa”, de Clifford Geertz, e o “comparativismo construtivo”, de Marcel Detienne.

A maneira “como” utilizamos o termo “experiência” se encontra no entrecruzamento das perspectivas dos três autores. Primeiro, delimitaremos as acepções e usos da “experiência” a partir Thompson, através de duas obras suas: “A formação da classe operária inglesa” (1987) (originalmente, em 1963, sendo a primeira edição brasileira de 1987) e “A miséria da teoria ou um planetário de erros” (1981) (originalmente, em 1978, sendo a primeira edição brasileira de 1981). Depois, discutiremos as acepções propostas por Foucault, em “Vigiar e Punir” (2014b) (originalmente, em 1975, sendo a primeira edição brasileira de 1987), e nos dois primeiros volumes da “História da Sexualidade”, a saber: “A vontade de saber” (2015) (originalmente, em 1976, sendo a primeira edição brasileira de 1977) e “O uso dos prazeres” (2014a) (originalmente, em 1983, sendo a primeira edição brasileira de 1984). Por fim, relacionaremos tais acepções com as proposições de Certeau, em seu livro “A invenção do cotidiano: as artes de fazer” (2011) (originalmente, em 1990, sendo a primeira edição brasileira de 1994).

Thompson foi o responsável por modificar a maneira como a historiografia marxista estudava as relações sociais dos trabalhadores através de suas considerações sobre o conceito de “classe social”. Para o historiador britânico, a “classe” não poderia ser *a priori*, para a pesquisa historiográfica, determinante das vivências dos trabalhadores nem externa a elas. Na sua perspectiva, “classe” seria um ponto de chegada da análise, e não de partida, constituído por diferentes relações vivenciadas, as quais seriam compreendidas por meio dos processos de construção das sociabilidades, do “fazer-se” dos indivíduos e grupos, através das suas experiências na vida e de vida. A “experiência”, para Thompson, é vivenciada duplamente pelos indivíduos. Há a experiência de classe, aquela na qual o(a) trabalhador(a) está inserido(a) pelo próprio condicionamento de sua relação, e com os meios de produção econômicos. À medida que tais experiências são vividas e interpretadas pelo trabalhador, transformam-se em experiência consciente da classe (consciência), construída coletivamente (THOMPSON, 1987). A “classe” seria um

fenômeno histórico, acontecimental, eventual e passível de continuidades e descontinuidades no decorrer das experiências vividas pelos sujeitos.

Thompson criticou o estruturalismo francês de Luis Althusser, cujo apontamento de que o tecido social era predeterminado pelas estruturas econômicas e políticas excluía a importância analítica das ações dos sujeitos, apagando sua capacidade de transformarem aquelas estruturas e relações sociais. Parte dessa crítica foi sofrida também por Foucault, quando se dedicou a delimitar, tanto em “Vigiar e punir” (2015) quanto na “História da sexualidade I: a vontade de saber”, as mudanças das relações de poder na Europa ocidental moderna, e foi duramente criticado por não ter (supostamente) deixado espaço para a ação dos sujeitos.

As críticas a essas obras estariam na capacidade produtiva do poder e no submetimento realizado por ele. O “assujeitamento” em nada se aproximaria da categoria sociológica de “agência”, ou seja, da capacidade de ação dos sujeitos sociais em construir relações sociais e de (por vezes) romperem as estruturas sociais condicionantes de suas situações de classe, gênero, nacionalidade etc.

Entre o primeiro volume de “História da sexualidade”, publicado em 1976, e o segundo volume, intitulado “História da sexualidade II: o uso dos prazeres”, de 1986, Foucault fez algumas modificações na maneira de conduzir sua pesquisa. Investigou de que maneira, nas sociedades ocidentais modernas, constitui-se uma “experiência” tal que os indivíduos são levados a se reconhecerem como sujeitos de uma “sexualidade”. Considerou “uma história da sexualidade enquanto experiência, se entendemos por experiência a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (FOUCAULT, 2014a, p. 8). A “experiência” seria o processo no qual são constituídos sujeitos históricos, provisórios e situados historicamente.

Na “arqueogenealogia”, prática de pesquisa histórica foucaultiana, a subjetividade não é (apenas) uma imposição externa realizada pelas relações de poder produtivas de sujeito – a saber, assujeitamento –, mas é construída por suas experiências. Para a pesquisa histórica empirista de Thompson, o “fazer-se” pode ser compreendido como o processo de reflexão sobre as experiências vividas. A “experiência” para ambos converge em um processo histórico do “fazer-se” de

subjetividades sendo formadas e se formando à medida que ocorrem as relações sociais.

A experiência vivida – as atuações, os processos de construção de sociabilidades, as relações com os meios de produção econômicos, os campos de saber articulados, os tipos de normatividade vivenciados – pelos trabalhadores artífices, de comércio e da instrução, no Recife, foi condicionante para as ações tomadas por aqueles sujeitos. As maneiras de se associarem, as relações sociais por eles tecidas, suas reivindicações frente aos poderes públicos, suas ações em prol da instrução de si e dos seus podem ser compreendidas como táticas e estratégias operadas por aqueles trabalhadores na fabricação de seus cotidianos.

Para a compreensão da fabricação da ação social no cotidiano da vida dos sujeitos, Michel de Certeau, em “A invenção do cotidiano”, demonstrou a não determinação das estruturas frente às ações individuais e coletivas, principalmente para pessoas pobres e comuns. Na sua compreensão, as táticas e estratégias dos “usuários” fabricavam o cotidiano (CERTEAU, 2011).

Entende-se por “estratégias” os dispositivos de reorganização e funcionamento do poder, fabricados pelos procedimentos técnicos e mecanismos de disciplina que constroem formas de subjetividade e concepções de normatividade. A “estratégia” seria o cálculo de relações de forças produtoras de um lugar que (supostamente) estrutura e determina as ações coletivas. A “tática” é a maneira como os sujeitos (ou usuários), individual ou coletivamente, reapropriam-se do lugar organizado pelas “estratégias”, jogando com os mecanismos de disciplina, não conformados nem reduzidos a eles (CERTEAU, 2011).

Analizamos nossas fontes sob a inspiração do método antropológico proposto por Clifford Geertz, a “descrição densa”. Preocupamo-nos com “o que” as fontes nos falaram e “como” falaram sobre as experiências diversas vividas pelos sujeitos no passado (GEERTZ, 2012, p. 19).

Comparamos as distintas experiências de associações de trabalhadores na cidade do Recife, durante o “longo século XIX”, baseados em Marcel Detienne, através do seu método de “comparar o incomparável”. Para Detienne, durante muito tempo, os historiadores, preocupados com a singularidade (e a irrepetibilidade) dos

eventos no tempo, consideraram ser possível apenas “comparar o que é comparável” e, tendo por base esse pressuposto, a historiografia ocidental construiu altares nos quais colocou determinados eventos, considerados incomparáveis (como a democracia grega, por exemplo).

A antropologia cultural caminhou a passos largos e fez da comparação um *mister* do seu campo disciplinar. Para Detienne, comparar é colocar em perspectiva, analisar sob ângulos variados diferentes sociedades, seus usos e costumes. Para o antropólogo, seria possível comparar realidades e temporalidades, sem um prejulamento de valor, ou do lugar acadêmico dos estudiosos, partindo das construções sobre as realidades nas quais as próprias sociedades elaboraram suas visões de mundo. Detienne defendeu o seu projeto comparativista como campo de exercício e de experimentação, por intermédio do conjunto de atividades culturais entre as sociedades do passado, tanto mais distantes quanto mais próximas no tempo-espaço. Para isso, o comparativista deve ser, ao mesmo tempo, singular e plural, deslocando objetos de análises sem passaportes e brincando com a cronologia (DETIENNE, 2004). Então, o exercício de “comparar o incomparável” depende de uma “coerência relativa”.

A prática associativista mantém a “coerência relativa” em relação ao elemento investigado, e já descrito anteriormente, a saber: considerar o associativismo uma ação de experiência coletiva dos sujeitos trabalhadores, criadora de instituições isoladas entre si (voltadas exclusivamente para si mesmas e para os seus membros), nas quais a instrução emergiu como estratégia de atuação sociopolítica.

Nosso corte cronológico foi definido por dois fatores. Primeiro, a partir da proclamação da Lei do Ventre Livre (1871) – quando as discussões sobre a inserção dos recém-emancipados na sociedade passaram a fazer parte do debate educacional – e da abertura da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, em 1872 – associação de professores e sujeitos da elite no Recife para a qual este tema era também relevante. Por isso, tomamos como ponto inicial da pesquisa o ano de 1872, quando essas discussões e possíveis ações para a instrução ganharam mais corpo (SANTOS, 2014).

A pesquisa estendeu-se até meados dos noventa, pois confiamos em um longo século XIX brasileiro (HOBBSAWM, 1995), até os anos de 1930. Tal perspectiva encontra-se bem demonstrada por Nagle (2009), que, ao analisar a educação na Primeira República, defendeu sua semelhança (ou continuidade) com a forma como ela foi pensada e colocada em prática no Império brasileiro.

Apesar de não seguirmos os estudos e análises até a Reforma Carneiro Leão, proposta em 1929, ela será nosso ponto de chegada. Fizemos isso por discordarmos dos estudos sobre o movimento escolanovista da primeira metade do século XX e de sua tendência de apontar os empenhos daqueles estudiosos preocupados em renovar a educação brasileira como um ponto de partida para novas práticas educativas, desde sua forma (o espaço físico educativo, a burocracia que organizava o fazer educacional etc.), até o contexto pedagógico (SAVIANI, 2011). Defendemos ter havido um conjunto de experiências e demandas vivenciadas durante a segunda metade do século XIX, até aproximadamente os anos 1930, os quais foram determinantes para a elaboração das propostas e reformulações feitas pelos escolanovistas.

O período da Primeira República, em Recife, não apresentou grandes rupturas dos processos ocorridos em finais do século XIX. O Recife se modificou lentamente, sem transformar suas estruturas sociais: a) o transporte ferroviário foi incentivado, mas procurou-se economizar na implantação do sistema, o que causou um prejuízo para a economia geral do Estado; b) a introdução das usinas de açúcar nos antigos engenhos apenas reestruturou a secular acomodação das elites, sem trazer maiores benefícios para a população, que encarava longos períodos de seca e migrações para o centro urbano; c) os centros urbanos inflados precisaram de uma reurbanização, por vezes implementada sem que se resolvessem os problemas; por fim: d) a indústria recebeu incentivos e muitas fábricas têxteis se estabeleceram na cidade; aproveitando o crescimento do plantio do algodão no Agreste e no Sertão, montaram-se vilas operárias, gerando a criação de povoações e cidades em regiões pernambucanas (SILVA, 2014). Dessa maneira, demonstramos as estratégias de atuação sociopolíticas operacionalizadas pelos trabalhadores de ofícios (artífices, comerciários e docentes) no Recife, por meio das suas associações.

Neste primeiro capítulo introdutório, delimitamos as problemáticas das quais nossos questionamentos emergiram, seja por meio das fontes históricas coligidas (e

ainda em investigação), seja pelo debate entrecruzado da “história social do trabalho” com a “história social da educação” ou pelas ferramentas teórico-metodológicas utilizadas.

O segundo capítulo discute as estratégias dos poderes públicos e da elite de Pernambuco, voltadas para a instrução da população. Analisamos a empreitada para instituir a liberdade de ensino (aos professores particulares e a outras instituições), bem como as ações dos poderes públicos voltadas para a instrução profissional de trabalhadores no Recife. Montamos o quadro das estratégias das elites voltadas para a instrução e do “governo das multidões” no Recife. Demonstramos, contudo, a intermitência das ações dos poderes públicos – verdadeiras “lacunas” preenchidas pelas associações de trabalhadores – e sua “opção” por subvencionar a atuação particular voltada ao ensino primário, secundário e profissional.

Algumas associações instaladas e em pleno funcionamento no Recife conquistaram o privilégio de subvenção pública para suas atividades. Das quatro associações analisadas neste trabalho, três delas (Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, Sociedade Propagadora da Instrução Pública, Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco) tiveram acesso a esse privilégio.

Ainda no segundo capítulo deste texto, intitulado “O público, o particular e a instrução no Recife”, analisamos as maneiras como esse privilégio foi conquistado; quais foram os critérios para sua obtenção, seja pela qualidade desse financiamento (por meio de financiamento direto, doação, ou no plano da fiscalização das atividades das associações), pelas relações com as atividades das associações, com as sociabilidades do período e/ou, principal questão apontada, e/ou por sua relação com a instrução pública no Recife.

No terceiro capítulo, intitulado “Os trabalhadores de ofício, instrução profissional e associativismo (1872-1915)”, através de revisão bibliográfica e uso de fontes governamentais, anúncios de jornais e textos produzidos pelos trabalhadores, discutimos as experiências vividas pelos sujeitos de determinados ofícios, atuantes na cidade do Recife. Nossa intenção foi analisar, por meio dessas experiências, os condicionantes da prática associativa, com o uso da instrução como estratégia de atuação sociopolítica desses trabalhadores. Analisamos como se estruturavam as

associações – possibilidade e formas de ingresso na sociedade, hierarquia dos sócios, modificações de seus estatutos etc. –, suas práticas de auxílio mútuo, suas ações voltadas à instrução e relações verticais e horizontais construídas por elas. Tal discussão foi realizada com foco nas associações de ofício de trabalhadores do comércio e artífices. Para nós, a abertura e a manutenção dos cursos profissionais daquelas associações foi uma estratégia de atuação sociopolítica crucial para a “longevidade” das mutualistas, principalmente, por sua capacidade de angariar subvenções dos poderes públicos de Pernambuco.

A mesma discussão das associações feitas para os trabalhadores comerciais e artífices é utilizada para analisarmos as associações docentes atuantes no Recife, no item intitulado “Trabalhadores de ofício docente”. Destacamos, através do “comparativismo construtivo”, a “coerência relativa” entre aquelas associações investigadas. O subitem preocupou-se com as experiências e estratégias operadas pelos docentes associados na Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Em relação às estratégias operadas pela SPIP, destacamos a instalação da Escola Normal para Senhoras, da Escola Agrícola do Monteiro e da Escola de Farmácia.

No quarto capítulo, defendemos, por meio de nossa estratégia comparativa, que os trabalhadores de ofícios artífices e comerciais, ao se associarem, constituíram uma “aristocracia operária” – camada “superior” de trabalhadores –, por meio de suas ações em prol da instrução de si e dos seus, fenômeno ocorrido igualmente com os docentes atuantes na cidade do Recife, por se utilizarem estrategicamente das associações para a manutenção de hierarquias em seu ofício e de uma “aristocracia docente” na cidade do Recife; ou seja: defendemos o “fazer-se” de uma aristocracia operária e de uma aristocracia docente.

Discutimos, também, a instalação do Grêmio dos Professores Primários, que, por sua vez, publicou uma revista a qual anunciou os posicionamentos de seus redatores e de seus consócios acerca dos expedientes práticos do exercício da docência pública primária e particular no Recife, bem como os posicionamentos políticos da relação entre a instrução e a sociedade pernambucana. Associar-se foi a principal estratégia de atuação sociopolítica operacionalizada pelos docentes, a partir da segunda metade do século XIX, os quais construíram uma “camada superior” na docência pública e particular, situação também defendida na revista.

Aproximamos as experiências de docentes, artífices e comerciantes enquanto trabalhadores de seus ofícios que taticamente se associaram. A “coerência relativa” das associações elegidas por nós se expressou pela atuação voltada à instrução de si e dos seus. Como demonstraremos nos próximos capítulos, alguns personagens “circularam” entre três associações, agindo tática e estrategicamente entre interesses pessoais e coletivos. Mais que trabalhadores de ofício artífice, alguns consócios foram trabalhadores de ofício docente, aproximando a comparabilidade entre as estratégias urdidas pelas associações. No desenrolar da nossa investigação, percebemos a fabricação de uma “camada superior” de trabalhadores de ofício (comercial, artífice e docente), que se destacaram dos demais profissionais atuantes naqueles ofícios, razão pela qual defendemos a “comparabilidade” daquelas quatro distintas associações. Nosso comparativismo dedicou-se exclusivamente aos processos urdidos por trabalhadores (e) docentes atuantes no Recife.

Fizemos alguns apontamentos em relação aos processos pelos quais a instrução pública passou durante o “longo século XIX”, cujo significado é por vezes relegado quando se estuda sob a perspectiva dos escolanovistas. Nosso recorte cronológico, declarado no título deste trabalho, refere-se à primeira e principal tese do texto, a da fabricação de uma aristocracia operária e uma aristocracia docente. À medida que tivemos contato com as documentações e leituras, percebemos processos experienciados que (possivelmente) tensionaram a interpretação canônica do movimento escolanovista como “inovador” de reformas educacionais específicas. Mesmo declarando nosso recorte final como 1915, pedimos a compreensão de vocês, leitores(as), por avançarmos um pouco mais no tempo. O avanço fez-se necessário para a defesa de que os processos experienciados pela sociedade brasileira durante o “longo século XIX” instituíram o escolanovismo no ponto de chegada de um longo processo e não em um ponto de partida primordialmente “inovador” quanto às práticas de educabilidade dos períodos Imperial e da Primeira República.

As considerações finais recapitulam os caminhos da nossa narrativa e encerram a conversa com vocês, leitores(as).

2 O PÚBLICO, O PARTICULAR E A INSTRUÇÃO NO RECIFE

José Gonçalves Gondra (2018) debruçou-se sobre a reforma da instrução promovida por Luiz Pedreira do Couto Ferraz, no Município da Corte em 1854, destacando a criação da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte, aparelho responsável pela inspeção, vigilância e organização da instrução, apoiando-se na noção foucaultiana de “governo”, na perspectiva de técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos sujeitos. Preocupou-se em atribuir sentidos para a educação pública no Município da Corte, na segunda metade do século XIX. A instrução como ferramenta para o “governo das multidões” emergiu durante o Império brasileiro como estratégia civilizatória, e a escola como máquina de civilizar.

As ações da classe senhorial direcionadas à “formação do povo” (MATTOS, 2004) e seus impactos na organização de determinados projetos sociais vincularam-se aos modos de governar mais amplos, ao “governo das multidões” (GONDRA, 2018).

Procuramos, por meio de um estudo dos gastos públicos da província de Pernambuco voltados à instrução, demonstrar que: (a) apesar de o investimento voltado para a instrução em Pernambuco ser comparativamente menor com relação às províncias do Sul, os poderes públicos discutiam e investiam nesse setor de maneira sistemática; (b) principalmente, subvencionavam ações particulares voltadas à instrução. Analisamos e comparamos como e a quem essas subvenções eram destinadas e sua relevância para os empreendimentos dirigidos à instrução como estratégia civilizatória na província de Pernambuco.

A intermitência das ações promovidas diretamente pelos poderes públicos, as recorrentes reorganizações das leis de ensino, a promulgação do “ensino livre” e a opção pela subvenção aos particulares foram condicionantes para a emergência de algumas associações de ofício no Recife.

Segundo Oliveira (2014), o debate sobre a relação entre desenvolvimento e educação foi muito forte durante o século XIX e se estendeu pelo século XX, à medida que os países foram construindo seus respectivos sistemas nacionais de educação. Os países desenvolveram seus sistemas nacionais de educação, defendendo o discurso segundo o qual o desenvolvimento econômico dependia do avanço e da universalização da educação básica. Durante o século XX, esse pressuposto foi mantido, e o atraso educacional dos países “em desenvolvimento” foi considerado como um dos principais fatores para o seu atraso econômico. A extensa pesquisa do autor será um dos trabalhos discutidos neste capítulo, a fim de comparar sua tese sobre os gastos públicos com educação e o suposto desenvolvimento da província. Focaremos principalmente a relação dos gastos públicos e das subvenções da província de Pernambuco com as ações voltadas para a instrução.

O tema do financiamento da instrução pública entre os anos de 1872 e 1915 relaciona-se aos condicionantes sociais vivenciados pelas províncias e pelos sujeitos. Da mesma forma, fez-se necessário analisar a maneira como os empreendimentos particulares voltados à instrução foram subvencionados pelos cofres públicos, visto o fato de essas subvenções constarem nos valores orçados para os anos financeiros das províncias.

Aline de Moraes Limeira, em pesquisa intitulada “O Comércio da Instrução no Século XIX: Colégios Particulares, Propagandas e Subvenções Públicas”, analisou as propagandas, nos periódicos veiculados no Rio de Janeiro, que anunciavam serviços de instrução ofertados pelos docentes. O objetivo da pesquisa foi a malha privada de escolarização do século XIX. As fontes investigadas pela autora foram os Relatórios dos Ministros do Império, além de leis e ofícios que regulamentaram as instruções primária e secundária da corte, no código Instrução Pública. A pesquisadora analisou anúncios dos jornais Almanak Laemmert e Jornal do Commercio, entre os anos de 1860 a 1875, nos quais havia propagandas dos colégios particulares, de profissionais daquele comércio, dos planos de estudos, das questões relativas ao custo da instrução, dos aspectos físicos dos colégios e da oferta de saberes. A questão principal da pesquisa de Limeira foi a imbricação entre as instâncias dos poderes público e particular, principalmente, por meio de subvenção pública de empreendimentos privados (LIMEIRA, 2010).

Nosso estudo sobre o orçamento público voltado para a instrução foi construído com base em algumas informações obtidas principalmente na Legislação Provincial de Pernambuco, entre os anos de 1872 e 1915. Construímos as tabelas a partir das informações adquiridas através do orçamento lançado nas legislações válidas para o ano financeiro de 1º de janeiro até 31 de dezembro. As cifras registradas constam na soma de valores destinados à Instrução Pública e à Subvenção de Ações Particulares que se dedicavam à educação. Ou seja, em alguns momentos foram somados não apenas os valores da Instrução Primária, mas toda a cifra destacada no Orçamento e/ou despesa do ano.

Além de nos preocuparmos com os valores orçados, também investigamos outras “pastas” de gabinetes distintos da pasta de educação, para somarmos os gastos com escolas provinciais. Na nossa metodologia, o item “Orçamento da Instrução Pública de Pernambuco” apresenta os valores gastos com os professores, empregados da diretoria da instrução pública, os aposentados e jubilados; gastos com os materiais escolares, aluguéis e manutenção de prédios escolares; gastos com a biblioteca pública, além dos vencimentos de “serventes” e “porteiros” dos estabelecimentos de ensino.

TABELA 1						
Orçamento da Instrução Pública comparada às subvenções para alunos pobres e associações diversas (1871-1886) ¹						
ANO	Mensalidade de alunos pobres no	Escola Normal Oficial	Subvenções a		Orçamento da Instrução Pública	Receita Provincial
			SAML	SPIP		

¹Abreviações: GP – Ginásio Pernambucano; SAML – Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais; SPIP – Sociedade Propagadora da Instrução Pública; GPPPE – Grêmio dos Professores Primários de Pernambuco. Obs.: Os valores contidos na coluna “Orçamento da Instrução Pública” são referentes aos valores dos cofres públicos direcionados a: gastos com pessoal docente (Empregados da Diretoria de Instrução Pública e Professores), gastos com material escolar, aluguéis dos prédios escolares e biblioteca pública. Fontes: PERNAMBUCO. Legislação Provincial de. Estante 29. Prateleira 02, n. 29, anos 1865-1877, ano de 1874. pp. 40-41, 43, 46-47, 49 e 58-59; PERNAMBUCO. Legislação Provincial de. Estante 29. Prateleira 02, n. 31, anos 1869-1877, ano de 1877. pp. 06-07, 09 e 21; PERNAMBUCO. Legislação Provincial de. Lei n. 1261 Estante 29. Prateleira 02, n. 31, anos 1869-1877, ano de 1877. pp. 06-07, 09 e 21; FALLA com que o Exmo. Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Barros Correia, vice-presidente da província, abriu a sessão da Assembleia Legislativa de Pernambuco, em 1º de março de 1882. Pernambuco, Typ. Manoel Figueirôa de Faria & Filhos, 1882; PERNAMBUCO. Legislação Provincial de. Estante 29; Prateleira 03, anos 1882-1884, ano de 1884. pp. 12, 15, 17 e 28; PERNAMBUCO. Legislação Provincial de. Estante 29. Prateleira 03, n. 54, anos 1885-1887, ano de 1887. pp. 07-08 e 12.

	Ginásio Pernambucano					
1871	5:680\$	9:748\$	2:000\$	-	418:153\$444	2.306:957\$181
1874	6:000\$	16:380\$	2:000\$	600\$	344:282\$527	2.430:433\$000
1876	7:200\$	26:840\$	2:000\$	120:000\$	396:262\$000	2.425:219\$261
1878	7:200\$	32:457\$	-	-	562:084\$442	2.723:432\$563
1881	13:200\$	26:707\$	4:000\$	120:000\$	571:418\$668	3.207:662\$007
1884	22:600\$	35:696\$	-	-	605:447\$086	3.096:358\$762
1886	-	37:000\$	2:000\$	-	672:500\$493	2.828:993\$902

Destacamos os valores destinados aos alunos pobres do Ginásio Pernambucano, à Escola Normal, à Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais e à Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Fizemos isso por dois motivos principais: primeiro, para comparar as subvenções declaradas à Instrução Pública como um todo com os valores destinados a particulares; segundo, para comparar os valores das subvenções destinados a associações que funcionavam no Recife com atuação voltada à instrução da população. Decidimos separar os dados específicos sobre subvenções de alunos pobres nas instituições de ensino (principalmente no Ginásio Pernambucano), como também os valores gastos com instituições que forneciam algum tipo de instrução profissional (fossem essas instituições particulares ou públicas). Essa opção nos permitiu perceber a importância alcançada por determinada associação frente aos poderes públicos, pela comparação do valor de suas subvenções em relação ao gasto total com a instrução pública.

Durante a década de 1850, a subvenção destinada à Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais não ultrapassou setecentos mil réis (700\$000) (PERNAMBUCO, 1850, pp. 22-23; PERNAMBUCO, 1859, pp. 30-31). Da década de 1860 em diante, aquela subvenção sofreu um aumento para dois contos de réis (2:000\$000) (PERNAMBUCO, 1865, pp. 44-47; PERNAMBUCO, 1876, p. 21; FALLA, 1884, p. 28), promessa feita pelo presidente da província Diogo Velho à associação, a fim de que custeasse despesas com o Liceu de Artes e Ofícios (MAC CORD, 2012).

O montante voltado à subvenção das atividades da “propagadora” foi de cento e vinte contos de réis (120:000\$000), pelo menos nos dois decênios do final do período imperial. Apesar de constar nas despesas, a partir de 1873, o valor de seiscentos mil-réis (600\$000) subvencionado à Sociedade Propagadora da Instrução Pública para a publicação da Revista da Instrução, é apenas por meio da Lei n. 1167, de 25 de abril de 1874, que a subvenção com essa “loteria” concedida à propagadora alcançou o valor de cento e vinte contos de réis (120:000\$000) (PERNAMBUCO, 1875. p. 9). Essa loteria em benefício da associação substituiu o valor de seiscentos mil-réis (600\$000) para a manutenção da Revista da Instrução Pública.

Os valores destinados à subvenção das duas associações foram indispensáveis para a continuidade das ações educacionais das duas instituições, valores elevados, se os compararmos ao orçamento geral da instrução pública naqueles anos. A subvenção destinada à SPIP, por exemplo, é cerca de 35% do orçado para a Instrução Pública em 1876. Com o aumento de 195% do valor orçado para a instrução pública entre os anos de 1874 a 1886, o valor constante destinado à SPIP ficou em torno de 18% em relação ao total orçado para a instrução pública no ano de 1886.

Em 1872, ano de instalação da propagadora, o vice-presidente da província em exercício foi Manoel do Nascimento Machado Portela. Irmão mais novo de Joaquim Pires Machado Portella, nasceu em 25 de dezembro de 1833 e faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de dezembro de 1895. Foi doutor e lente jubilado pela Faculdade de Direito do Recife e ainda lente e diretor da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Conselheiro de D. Pedro II, foi membro e presidente da Ordem dos Advogados dos Brasileiros, comendador da Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo, tanto do Brasil quanto de Portugal, bem como da Ordem da Coroa da Itália. Assim como seu irmão mais velho, também administrou as províncias de Minas Gerais e da Bahia. Era do Partido Conservador; depois da proclamação da República, em 1889, dedicou-se apenas à advocacia e ao magistério (BLAKE, 1900. p. 170).

A família Machado Portela foi entusiasta da instrução pública e a favoreceu no exercício de seus cargos públicos. Joaquim Pires Machado Portela foi inspetor geral da instrução pública na década de 1850 e, na década de 1860, chegou à presidência da província. Foi o responsável por “animar” o Ensino Profissional no Recife, por meio

de subvenções à Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, e por ter sancionado a abertura do curso comercial, a cargo da província. Manoel do Nascimento Machado Portela, por sua vez, subvencionou a Sociedade dos Artistas Mecânicos com a vultosa quantia para a construção do Liceu de Artes e Ofícios, durante a década de 1870, além de participar da instalação da Sociedade Propagadora da Instrução Pública.

Interessante notar o fato de que, na Assembleia Legislativa, no ano em que foi votada a “loteria” à “propagadora”, a discussão sobre uma nova reorganização do ensino público estava sendo feita. O inspetor geral da instrução pública, Uchôa Cavalcanti², apesar de lamentar propor uma nova reorganização apenas um ano depois da promulgação da reforma de 1873, fez longos discursos reclamando pelo fato de o texto daquela legislação não estar objetivo quanto aos jubilamentos de professores públicos da província. Embora estivesse correta a questão da aposentadoria por 25 anos de serviço na docência pública, o inspetor geral mostrava seu posicionamento:

Só uma organização excepcional poderá resistir a trabalho tão aturado, como é o do professor público ainda depois de vinte e cinco anos de exercício efetivo. Sr. Presidente, não é a lei a que me refiro, e que se pretende reformar hoje, que tem *agravado os cofres públicos*, é antes a execução defeituosa que ela tem tido (ANNAES, 1874. p. 217, *grifo nosso*).

Para Uchôa Cavalcanti, a questão dos valores públicos gastos com a jubilação de docentes estava “agravando” os cofres públicos. Sua reclamação recaía na tática feita pelos professores públicos de eximirem-se do exercício da docência, mantendo seus vencimentos através de pedidos de jubilações, transferências, remoções e licenças médicas, os quais sobrecarregavam os cofres públicos, que ficavam duplamente onerados, à medida que pagavam ao titular e a outra pessoa encarregada de substituí-lo na cadeira que estava vaga (LIMA, 2014. pp. 16-17). Aquele “agravamento” dos cofres públicos não foi levado em conta, dois dias antes da fala de

²Filho do conselheiro Álvaro Barbalho Uchôa Cavalcanti, João Barbalho Uchôa Cavalcanti foi bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife, em 1867. Após concluir o curso acadêmico e se dedicar à advocacia, foi nomeado diretor da Instrução Pública, cargo que só deixou para fazer parte do Segundo Gabinete da República, ocupando as pastas do Interior e da Instrução Pública. Em 1881, fundou o jornal “A Tribuna”, no qual defendeu suas convicções políticas. Na legislatura provincial, João Barbalho Uchôa Cavalcanti foi eleito deputado; na Assembleia, entre 1874 e 1875, propôs e obteve a aprovação de duas reformas da instrução pública (BLAKE, 1895, pp. 355-356). Uchôa Cavalcanti foi o inspetor geral com maior tempo de permanência no cargo (16 anos).

Uchôa Cavalcanti à Assembleia Provincial, quando foi aprovada a loteria destinada à SPIP e às demais casas assistencialistas.

As loterias concedidas a estabelecimentos semelhantes às Casas de Misericórdia eram isentas da obrigação de restituir o poder público com o valor da loteria liberado para a instituição (COLEÇÃO, 1862, pp. 516-517). Elas foram os meios pelos quais os poderes públicos subvencionaram ações particulares. A loteria voltada para a Sociedade Propagadora da Instrução Pública ocorreu no ano de 1874, conforme o texto a seguir, da Lei n. 1167:

O desembargador Henrique Pereira de Lucena, comendador da imperial Ordem da Rosa, cavaleiro da de Cristo, juiz de direito e presidente da província. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a resolução seguinte [...].

Art. 5. São mais concedidas loterias de 120:000\$000, uma para o altar de São Benedito, da igreja de São Francisco, uma para o hospital de Misericórdia de Goiana e uma em benefício da Sociedade Propagadora da Instrução Pública.

Art. 6. São revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento da presente lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O secretário da província a faça imprimir, publicar e correr. Palácio do Governo de Pernambuco, aos 25 de abril de 1875, quinquagésimo-quarto da Independência e do Império (PERNAMBUCO, 1875. p. 09).

A loteria destinada à SPIP foi concedida no mesmo texto em que casas de instituição de assistência social receberam as suas, isentando a associação de professores de restituir aquele valor aos cofres públicos, ou de prestar qualquer fiança do valor destinado a ela. Além disso, ela não seria obrigada “a exhibir documentos especiais da despesa feita com o produto das mesmas loterias”, como consta no texto da Lei n. 2.874, de 1862.

A subvenção de cento e vinte contos de réis (120:000\$000), votada a favor da SPIP, equivaliu a 35% do que havia sido votado para o orçamento da instrução pública. No caso, não é que no valor orçado constasse esse montante à “propagadora”, mas a loteria concedida para a associação era equivalente a 35% dos trezentos e noventa e seis contos, duzentos e sessenta e dois mil-réis (396:262\$000) destinados ao pagamento de docentes, pessoal da secretaria da instrução e para a manutenção dos prédios da instrução pública.

Como consta no Relatório da Instrução de 1874, a associação ainda não tinha um prédio próprio para manter as aulas que fez funcionar na província, nem mesmo as da Escola Normal para Senhoras. Nesse mesmo ano, um dos sócios da “propagadora”, o Dr. José Tibúrcio Pereira Magalhães³, doou à sociedade um terreno para que fosse edificada uma escola (FALLA, 1874. p. 35).

Nas discussões na assembleia sobre os gastos públicos com a instrução pública e, principalmente, com as próprias estratégias dos professores para eximirem-se do exercício da docência e continuarem com seus vencimentos, as “loterias”, como as destinadas a essa associação particular, eram aprovadas pela Assembleia Legislativa Provincial, sem quaisquer querelas.

Comparando a subvenção da SPIP com os valores destinados à manutenção da Escola Normal Oficial da Província de Pernambuco, temos as seguintes diferenças: no ano de 1876, quando a subvenção à SPIP foi de cento e vinte contos de réis (120:000\$000) e o valor orçado para a Escola Normal Oficial foi de vinte e oito contos, oitocentos e quarenta mil-réis (28:840\$000), vemos que o valor relativo desta para aquela é de 14%; no ano de 1886, a diferença relativa dos valores da SPIP (120:000\$000) e da Escola Normal Oficial (37:000\$000) sobe para 31%. Desde o início de seu funcionamento, em 1872, a Sociedade Propagadora da Instrução Pública recebia uma subvenção sempre maior que o dobro do que era destinado à Escola Normal Oficial, e esse valor inclui o pagamento de professores, serventes, manutenção material da escola etc. A subvenção também foi o dobro dos valores orçados para a Escola Normal (35:696\$000) e para o sustento de meninos pobres do Ginásio Pernambucano (22:600\$000) somados, no ano de 1884.

Defendemos que os poderes públicos da província de Pernambuco investiam valores elevados na iniciativa privada e, por vezes, em detrimento da pública. E as associações de trabalhadores angariaram os valores investidos na iniciativa privada, com fins de promoção de suas atividades mutualistas e/ou “educacionais”.

³O pernambucano José Tiburcio Pereira de Magalhães nasceu em 1831 e faleceu em 1896. Coursou Engenharia Militar e Bacharelado em Ciências Físicas e Matemáticas. Tornou-se major graduado no Corpo de Engenheiros. Segundo o dicionário de Sacramento Blake, José Tiburcio foi engenheiro diretor das Obras Públicas de Pernambuco e serviu no Ministério da Agricultura (BLAKE, 1899. p. 220).

O privado era atravessado pelo público; e o público, pelo privado; tais setores se materializavam um no outro, disputavam limites e obrigatoriedades de atuação. O Estado Imperial procurou aliar-se com parcelas da sociedade civil com sua atuação voltada para a instrução, fossem associações e sociedades, proprietários de colégios particulares e professores particulares que, oferecendo “gratuidade” a alunos pobres, recebiam gratificações estatais.

Desde meados do Império, a subvenção para associações particulares foi praticada na província de Pernambuco. A mudança no valor destinado deu-se com a instalação da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. O cenário para ações particulares garantirem alguma subvenção em prol da instrução estava sendo montado – discussões sobre a “liberdade de ensino” (analisadas no subtópico adiante), discursos dos poderes públicos para instruir a nação após a lei de Ventre Livre, ações efêmeras dos poderes públicos voltadas ao Ensino Profissional (discutidas no subtópico a seguir), pretensão voltada à subvenção de instituições particulares de instrução. Esses foram os dispositivos acionados pelos poderes públicos para o “governo das multidões” (GONDRA, 2018).

Na Primeira República, os poderes públicos em Pernambuco continuaram subvencionando as associações de trabalhadores de ofício instaladas no Recife. Entre os anos de 1901 a 1915, os valores para subvenção das associações que funcionavam no Recife e mantinham ações voltadas para a instrução sofreram alterações.

Os valores orçados para a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais alteraram-se de dois contos de réis (2:000\$000) para cinco contos de réis (5:000\$000), entre 1886 e 1901. Em 1910 esse valor decresceu para dois contos e quinhentos mil-réis (2:500\$000), mas, no ano de 1915, voltou ao total de 1901⁴.

Interessante é notar a diminuição do valor destinado à subvenção da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. De cento e vinte contos de réis (120:000\$000), orçados para a associação em 1886, caiu para três contos de réis (3:000\$000) em

⁴Fontes: PERNAMBUCO, Legislação Estadual. Lei n. 472. Orçamento de 1901. Estante 29. Prateleira 04, n. 89, anos 1900-1905; PERNAMBUCO, Legislação Estadual. Lei n. 682. Orçamento de 1905. Estante 29. Prateleira 04, n. 89, anos 1900-1905; PERNAMBUCO, Legislação Estadual. Lei n. 986. Orçamento 1910. Estante 29. Prateleira 04, n. 91, anos 1900-1909; PERNAMBUCO, Legislação Estadual. Lei n. 1236. Orçamento 1915. Estante 29. Prateleira 04, n. 91.

1901, ou seja, 2,5% do valor inicial destinado. A comparação é importante aqui. Se os valores destinados à Escola Normal Oficial saltaram de trinta e sete contos (37:000\$000) para oitenta e quatro contos, seiscentos e quarenta mil-réis (84:640\$000) de 1886 para 1901, numa diferença de 44%, a relação percentual das subvenções da SPIP e da Escola Normal Oficial ficou em 3,5% em 1901 e 3,3% em 1915.

Os valores destinados à SPIP caíram substancialmente, ficando inferiores em relação aos destinados à manutenção da Escola Normal Oficial, em função do aumento de investimentos do Governo do Estado na própria escola para a formação de docentes em Recife. A partir dos sucessivos falecimentos das lideranças da SPIP, entre os anos de 1890 a 1905 (MENSAGEM, 1905; RELATÓRIO, 1904; MEMORIAL, 1940), a associação foi perdendo força política. Se o prestígio se manteve ainda não sabemos, mas fica claro que o aspecto personalista das relações políticas tem este lado negativo: vão-se embora as personas e, com elas, os privilégios (FAORO, 2001).

O Estado não deixou de subvencionar as associações, mas reduziu os valores, por conta da crise econômica vivida naqueles primeiros anos de República (SILVA, 2014), responsável, inclusive, pelo fechamento de escolas de instrução abertas pelos próprios poderes públicos, segundo discurso dos políticos da época (MENSAGEM, 1905; MENSAGEM, 1915).

Em Salvador, na Bahia, as associações de trabalhadores, na passagem do Império para a República, também teceram redes verticais com os poderes públicos locais. Os consócios do Círculo Operário Baiano, por exemplo, envolveram-se com eleições locais, segundo Aldrin Castellucci, e revestiram-se do caráter de uma “máquina política”, cujas relações conflituosas entre aqueles consócios guardou estreita relação com as eleições em diversas esferas do poder. Segundo Castellucci, aquelas mutualistas baianas perderam significativa base social, quando movimentos grevistas e de enfrentamento contra patrões e instituições públicas tornaram-se frequentes, “transformando-se numa organização conservadora e coadjuvante do poder” (CARTELLUCCI, 2008, p. 142). O Círculo Operário Baiano manteve escolas em funcionamento, mas não foram analisadas pelo pesquisador, mesmo assim, acreditamos na similaridade entre as ações mutualistas em Recife e Salvador quanto

às subvenções destinadas à manutenção das atividades associativistas, principalmente educacionais.

A partir da municipalização da educação primária, municípios puderam subvencionar, também, ações particulares, e a própria SPIP recebeu subvenção municipal (MEMORIAL, 1940).

Na disputa sobre a responsabilidade da educação em Pernambuco, entre os anos de 1870 a 1915, a regulamentação da instrução profissional pública foi voltada para as classes pobres, objetivando “facilitar a vida da população desvalida” com o preparo técnico e intelectual. Para os poderes públicos, a preocupação no ensino técnico-profissional deu-se, de maneira mais efetiva, somente depois de duas décadas de iniciada a Primeira República (NAGLE, 2009; SCHUELER e MAGALDI, 2008). A iniciativa particular (seja de trabalhadores, docentes) foi a responsável por encabeçar ações voltadas à instrução e à formação profissional. Os próprios políticos encorajaram a destinação de incentivos à iniciativa particular. A abertura de escolas, cursos e/ou qualquer proposta pedagógica, enunciada pelas associações em seus estatutos, foi argumento aceito para a obtenção da permissão estatal para o início das atividades associativas e, mais importante, de subvenções públicas para tal fim.

Numa pesquisa mais recente sobre o comércio da instrução na Corte Imperial, Pasche e Gondra examinaram agenciamentos específicos entre o público e o privado, relacionados às discussões da liberdade de ensino que produziram efeitos significativos na ordenação das escolas primárias pública e privada. De acordo com os autores, “a liberdade de ensino lastreou acordos diversos entre agentes distintos, como forma de assegurar os negócios privados” (PASCHE & GONDRA, 2016, p. 82). Eles discutiram algumas estratégias de apoio à iniciativa privada voltadas às instruções primária e secundária, por meio de subvenções, doações e/ou instituição e uma fiscalização diferenciada. Os autores trabalharam com a hipótese “da existência de demandas da sociedade que aderiram ao processo de escolarização como projeto social, favorecendo e legitimando a imbricação de forças públicas e privadas” (PASCHE & GONDRA, 2016, p. 95).

O “comércio da instrução” funcionou a partir de um conjunto de ações coordenadas que contribuíram para a emersão de um sistema de prestações mútuas

entre os poderes públicos e a sociedade, prestações interessadas economicamente em bens materiais e/ou imateriais que, apesar de auferirem determinada quantia em contos de réis, tiveram por primazia suturar o laço de reciprocidade, conferindo mútuos benefícios aos donatários⁵: aos poderes públicos, pela (suposta) promoção da “ordem” e da “civilização” à sociedade; e, aos trabalhadores de ofício e docentes, para, através da estratégia associativa, instalar suas ações “pedagógicas” para si e para os seus.

Sabemos das distinções específicas entre ações dos poderes públicos e ações particulares (ou privadas) da sociedade. As associações instaladas pelos mais diversos tipos de trabalhadores foram ações particulares daqueles sujeitos. De modo algum, a participação de alguns políticos nas associações e/ou as subvenções dos poderes públicos destinadas às associações fizeram daquelas instituições ações dos poderes públicos. As associações foram instaladas por trabalhadores que as utilizaram para uma relação vertical ascendente com os poderes públicos. O “comércio da instrução”, como mencionado pelos autores citados (PASCHE & GONDRA, 2016), deu-se no terreno clientelista de prestações mútuas entre ações particulares e poderes públicos.

Por exemplo, numa discussão na Assembleia Provincial de Pernambuco em 1881, esteve em pauta uma petição requerendo que as alunas formadas na Escola Normal para Senhoras, a cargo da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, ingressassem no magistério público, sem prestarem concurso. Falou-se, na ocasião, de uma dívida que a província de Pernambuco teria com a Sociedade Propagadora da Instrução Pública – que estava instalada há dez anos e havia formado várias turmas na Escola Normal para Senhoras. Afirmou-se que a Escola Normal Oficial não perderia com os favores à Escola Normal da SPIP, já que ela merecia pelos feitos à

⁵Foi Marcel Mauss quem fez emergir a noção da “dádiva” (ou “dom”) enquanto fenômeno elementar das transações humanas. Ao comparar o tema em contextos específicos (Polinésia, Melanésia, Noroeste americano, Direitos romano e grego antigos), analisou a relação de “trocas interessadas” entre os sujeitos daquelas sociedades. A “dádiva” é constituída por três obrigações: dar, receber e retribuir. O caráter voluntário e aparentemente livre e gratuito das prestações é, no entanto, obrigatório e interessado. Ao assumir a forma de um regalo, de um presente, aquele(a) que recebeu fica obrigado(a) a retribuir aquela mercê. O benefício concedido nem sempre estava na dimensão meramente econômica, mas em todos os planos do espaço social (econômico, político, simbólico). As relações assimétricas de amizade constituíam relações assimétricas de “dom”, em que sempre havia intermediários e aqueles os quais possuíam (e passíveis de doar) os bens mais “apetecidos” (os reis, por exemplo) (MAUSS, 2003).

província (ANNAES, 1881, pp. 230-231). Considerando aquelas “prestações” já “dadas” e tendo “recebido” e aproveitado as graças, a “elite” do Recife agora só deveria “retribuir” à SPIP em troca. Chama a atenção aqui a maneira como o argumento foi construído, evidenciando-se essa relação de “dívida” entre as partes.

Sabemos que a instrução emergiu como uma mercê, um privilégio para poucos (SILVA, 2007; SILVA, 2013) na sociedade pernambucana durante o “longo século XIX”. Complementamos a assertiva, defendendo que as ações voltadas para a instrução realizadas pelas associações agiram como “moeda de troca” entre particulares e os poderes públicos. Os associados não só usavam o discurso da instrução para abrirem e manterem as atividades das associações, mas também como uma “doação” ao Recife que, ao “receber” e gozar da “graça” desse presente, era “obrigado”, por “dívida”, a retribuir aquilo que lhe fora doado. Ao manter a relação de “retribuição”, os associados estavam mutuamente “obrigados” a voltar os cursos fornecidos por eles à instrução para o trabalho, com apoio (muitas vezes “generoso”) dos cofres públicos.

2.1 PODERES PÚBLICOS E INSTRUÇÃO PROFISSIONAL

Os investimentos em instrução pública agenciados por nações europeias, durante o “longo século XIX”, no que se refere ao Ensino Profissional, “destruíram” as ações “pedagógicas” promovidas pelas associações de trabalhadores de ofício, como na Espanha, por exemplo (VARELA & ALVARÉZ-ÚRIA, 1991). Foi o que ocorreu em relação ao investimento defendido por republicanos como Condorcet (2008), na França. Na Inglaterra, por sua vez, foram as igrejas metodistas as responsáveis pela instrução de inúmeros trabalhadores, apesar de ter havido algum investimento dos poderes públicos (THOMPSON, 1987). Esses são exemplos do investimento na fabricação da “maquinaria escolar”, destinada a inculcar uma “ordem mental”, a partir de uma (almejada) “ordem social” aos trabalhadores e às “classes populares” (VARELA & ALVAREZ-ÚRIA, 1991).

Foi Luiz Antônio Cunha (2000) quem analisou a história do ensino industrial-manufatureiro no Brasil, extensivamente. Em sua macroanálise, do período colonial ao imperial, o ensino de ofícios ocorreu sob o jugo escravista. Para ele, a relação entre trabalho manual e escravidão afastou os trabalhadores livres do exercício de diversas atividades, como carpintaria, tecelagem, ferragem etc. Segundo Cunha, o período varguista diferenciou-se, por separar o ensino de ofícios de forte conteúdo ideológico ligado ao assistencialismo, pois as escolas industriais previam a realização de “exames vestibulares” e de testes de aptidão física e mental. A herança da formação para o trabalho polivalente, instituído durante o período varguista, foi “demolida” pela falta de investimento e execução direta do Ensino Profissional, em proveito de um modelo em que o Estado se dedicou, apenas, à formulação de políticas e avaliação, abrindo espaço para o crescimento do controle privado (CUNHA, 2000).

Havia, durante o “império escravocrata”, como definiu Cunha, investimentos dos poderes públicos para o ensino de ofícios voltados aos órfãos, abandonados, desvalidos, normalmente abrigados em Santas Casas de Misericórdia e coagidos, por não estarem em condições de opor resistência. Da passagem do período imperial para a Primeira República, predominou, pelo menos em discurso, a intenção de os poderes públicos promoverem a aprendizagem dos ofícios para “dignificar a pobreza, eliminando dela a miséria” (CUNHA, 2000, p. 93). No entanto, os líderes industriais, principalmente em São Paulo, preocupados com lucros rápidos, não se coadunaram com a proposta do Estado.

No caso do “Norte agrário” (MELLO, 1999), como se deu a relação entre investimentos na produção industrial e na instrução profissional de trabalhadores, na passagem do Império para a República? Quais foram as instituições abertas pelos poderes públicos voltadas à instrução profissional? Qual o tempo de duração daquelas instituições; a que público e para qual tipo de atuação profissional estavam voltadas? Analisamos as instituições mapeadas entre 1872 e 1915.

O “Norte agrário” enfrentou relações econômicas, políticas e sociais sob o jugo do clima e das secas que dificultaram a produção agrícola durante a segunda metade do século XIX. A partir da proibição do tráfico transatlântico de escravos, a mão de obra para o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar figurou como problema para os

produtores, inclusive pelo fato de o tráfico interprovincial (do Norte para o Sul do Brasil Imperial) ter provocado grande deslocamento de trabalhadores.

Em diversas províncias do Norte, a escravidão dava sinais de queda. Em 1871, por exemplo, calculou-se em 50% a incorporação de mão de obra livre nas lavouras nortistas. Na província de Pernambuco, em 1884, 75% dos trabalhadores eram livres. Apesar do entusiasmo pelo emprego do trabalho livre, o salário daqueles trabalhadores decaía, o que dificultava a chegada de imigrantes para as terras do norte (MELLO, 1999).

À dificuldade de conseguir mão de obra para o trabalho na agricultura somou-se a queda das exportações do açúcar. O historiador americano Peter Eisenberg, em “Modernização sem mudanças – a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910”, analisou as modificações ocorridas na indústria açucareira em Pernambuco. Segundo ele, houve uma investida dos poderes públicos e dos produtores de açúcar em ampliarem o mercado, já defasado, do açúcar de cana frente ao açúcar de beterraba europeu. As modernizações na produção do açúcar, principalmente em função da instalação de usinas e das técnicas para colheita da cana, desde a década de 1870, constituíram a principal solução praticada pelos poderes públicos e pela elite da província, porém tais modernizações não trouxeram mudanças para a organização social na vida dos trabalhadores dos canaviais (EISENBERG, 1977).

Os “auxílios à lavoura” figuraram como tema nas discussões da Assembleia Legislativa de Pernambuco e nas associações da “classe senhorial” de Pernambuco, na Associação Comercial de Pernambuco e na Sociedade Auxiliadora da Agricultura Pernambucana. Os poderes públicos unidos às associações promoveram, “sozinhos”, a modernização do principal setor da sua economia. Os engenhos centrais deram lugar à fundação das usinas, que envolveu capitais urbanos e comerciais, mas esse aporte só foi visível após 1910, como afirmou Eisenberg.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, presidente da província em 1871, em relatório lido para a Assembleia Legislativa, chamou atenção ao fato de a lavoura ter sido para Pernambuco “o que o sangue é para o corpo humano – o princípio vital do organismo” (FALLA, 1871, p. 35). Seriam necessários, de acordo com ele, cuidados especiais para a produção agrícola não sofrer interrupções, tendo em vista as

dificuldades enfrentadas pela província, em função da substituição da mão de obra escrava pela do trabalhador livre.

Três anos depois foi inaugurada a Colônia Orfanológica Isabel. Inaugurada em 1874 (em atividade até 1904), teve como objetivo a formação de mão de obra qualificada. Na escola, funcionou um curso primário e agrícola para instruir profissionalmente um segmento da sociedade pernambucana; inclusive, a instituição manteve parte de seus rendimentos através dos trabalhos dos próprios internos. A intenção da elite com a instalação da Colônia Isabel foi continuar com seu projeto de “civilização” (ARANTES, 2005).

As práticas assistencialistas ou filantrópicas dos poderes públicos no Recife, de instalarem locais para garantir o “cuidado” e a “educação” de indivíduos órfãos e/ou desvalidos, iniciaram-se desde a primeira metade do século XIX. Como desdobramento das Casas dos Expostos – instituições de abrigo e cuidados de menores órfãos, desde bebês até completarem seus oito anos, incapazes, porém, de lhes garantir cuidados e educação após essa idade –, diversas ações foram realizadas, a saber: a abertura do Arsenal de Guerra (1832), a Companhia de Aprendizes Artífices (1837-1844), implantada no Arsenal da Marinha, o Colégio das Órfãs (1847) e o Colégio dos Órfãos de Santa Tereza (1835).

A abertura do Colégio dos Órfãos, ainda na primeira metade do século XIX, de acordo com Nascimento & Barros (2010), foi uma estratégia que viabilizou a formação de trabalhadores minimamente qualificados para o mercado de trabalho livre e, principalmente, o disciplinamento de garotos órfãos e desvalidos, visando a um maior “governo das multidões” (GONDRA, 2018).

O rigoroso controle temporal de suas tarefas e lazer (horários para dormir, acordar, descansos e estudos); o “currículo” voltado para o ensino de um ofício em detrimento do ensino clássico humanístico; o espaço fechado para o isolamento da sociedade; os docentes como vigias do comportamento dos alunos, a fim de manter sua disciplina, figuraram como práticas estratégicas dos poderes públicos, por meio do Colégio dos Órfãos, visando à “fabricação” de corpos dóceis e úteis (FOUCAULT, 2014) para o trabalho de ofícios manuais especializados. Houve casos de meninos que fugiram – para escapar do adestramento vigente na instituição –, sendo algumas

fugas relatadas pelas autoridades. Como alertou Nascimento & Barros (2010), a “sorte” desses enjeitados foi fugidia e pouco próspera: foram poucos os que conseguiam seguir com o ensino técnico; em sua maioria, os alunos empregaram-se em trabalhos agrícolas e urbanos de pouca especialização.

Os poderes públicos no Recife, inclusive, no decorrer dos quarenta anos de funcionamento do Colégio dos Órfãos, queixaram-se constantemente da falta de recursos para a manutenção do curso, que foi extinto, passando, em 1875, seus alunos para o aprendizado na recentemente aberta Colônia Orfanológica Isabel (ARANTES, 2005), responsável por receber boa parte das crianças órfãs e/ou desvalidas – meninos pretos, brancos e índios –, entendidas como potencialmente perigosas e mira dos processos de “ordenamento” e “civilização” da população.

A Lei do Ventre Livre, a iminência da abolição da escravidão e as dificuldades econômicas enfrentadas pela província de Pernambuco no ocaso do Império foram determinantes para a tentativa de manter os trabalhadores rurais (escravos, ex-escravos e/ou livres) em suas atividades e, conseqüentemente, diminuir o fluxo de migração para os centros urbanos da província (MELLO, 1999).

Defendeu-se o ensino para os ingênuos, recém-libertos pela Lei do Ventre Livre, em 1871, aproveitando-se a tenra idade daqueles para proporcionar-lhes o ensino agrícola, “protegendo-se” duplamente a produção agrícola e o futuro daqueles “ingênuos” libertos. A defesa pela instrução agrícola persistia em seu caráter técnico, como insistiu João Barbalho Uchôa Cavalcanti, em 1884: “como não se trata de fazer doutores em agricultura, mas somente agricultores habilitados, o ensino deve ter caráter experimental e prático” (RELATÓRIO, 1884, p. 21).

Os Congressos Agrícolas, eventos organizados pelos empresários de grandes lavouras para se discutir o futuro agrícola do Império, ocorreram na década de 1870. O Congresso Agrícola ocorrido no Recife, em 1878, foi presidido por Manoel do Nascimento Machado Portella, presidente da província de Pernambuco desde 1869, e contou com representantes das províncias de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe e Piauí.

Para Rodrigo Molina (2012), que investigou a instalação de diversas escolas agrícolas no Brasil, entre 1877 e 1936, os motivos para a falência dessas instituições

foram: o atraso técnico, o pouco capital aplicado em mecanizações, os períodos de secas recorrentes, a produção voltada para a exportação e a concepção pseudocientífica de que o trabalhador nacional era degenerado e improdutivo, o foco na imigração, apesar de desigual regionalmente. As escolas agrícolas compunham o conjunto de escolas destinadas ao Ensino Profissional de uma população “pobre” e “desvalida”.

Ademais, outras escolas de Ensino Profissional funcionaram no Recife, entre o ocaso do Império e a Primeira República. Identificamos o funcionamento das seguintes iniciativas: Escola Normal (mista), Escola de Geometria Prática, aulas de geometria e desenho linear dos arsenais da Guerra e da Marinha, o Liceu de Artes e Ofícios, o Instituto Industrial Artístico e Agrícola da Colônia Orfanológica Isabel, aulas de obstetrícia do Hospital Pedro II e as de taquigrafia (FALLA, 1876). Foi criada também a Escola Agrícola Frei Caneca, que funcionou anexa à Colônia Orfanológica Isabel, e uma Escola de Engenharia (PERNAMBUCO, 1896).

Segundo outro relatório de Uchôa Cavalcanti, a Escola de Geometria Prática, que inaugurou suas atividades em 1874, foi transferida para o prédio do Liceu de Artes e Ofícios em 1882 e foi extinta em 1883 (RELATÓRIO, 1884).

As aulas de geometria e desenho linear do arsenal de guerra iniciaram-se no ano de 1858 (MOURA, 2003) e, até o presente momento, ainda não encontramos nenhuma menção ao seu encerramento – nem nos relatórios dos presidentes da província/governo do Estado, nem nos jornais “Diário de Pernambuco” e “A Província” (pela hemeroteca da Biblioteca Nacional).

As aulas de obstetrícia do Hospital Pedro II iniciaram-se em 1840 (SOUSA, 2005, p. 145) e foram referidas no relatório de Uchôa Cavalcanti, em 1884. Segundo Priscila Sousa, o conhecimento médico, ao longo do XIX, elegeu o corpo feminino como objeto de estudo técnico-científico. O saber médico rompeu com o saber tradicional das parteiras para construir uma noção de mulher civilizada, higienizada e parceira na construção de uma família eugênica. Os cursos de obstetrícia tiveram como objetivo a instrução das parteiras no saber médico. Nos jornais “Diário de Pernambuco” e “A Província”, publicaram-se anúncios de abertura de matrículas nessas aulas até 1902. Em 1909, na ocasião de um congresso médico no Recife,

houve a intenção de abertura de uma escola de obstetrícia no Recife e de uma maternidade no Hospital Pedro II (A PROVÍNCIA, terça-feira, 4 de maio de 1909, p. 1).

As aulas de taquigrafia foram inauguradas em 1874 (RELATÓRIO, 1876, p. 18); o último registro dessas atividades foi encontrado nos relatórios de Uchôa Cavalcanti, em 1878 (RELATÓRIO, 1878, p. 8). Em nenhum outro relatório de presidente da província, ou mensagem de governador do Estado, nem nos jornais consultados, houve menção a essas aulas.

Utilizando dados esparsos informados nas Mensagens dos Governadores do Estado, analisamos a Escola Agrícola Frei Caneca e a Escola de Engenharia, duas instituições cujo funcionamento foi efêmero.

Levando em consideração os apontamentos de Eisenberg sobre a “modernização sem mudanças”, acreditamos que, apesar dos gastos públicos com a instalação e a manutenção da Escola Frei Caneca ao longo de seus oito anos de funcionamento (como demonstra o Quadro 1), os poderes públicos foram motivados a descontinuar a iniciativa, pela falta de interesse do patronato agrícola em modificar as relações sociais de produção existentes. A modernização da produção açucareira em Pernambuco, entre os anos de 1870 e 1910, não se preocupou em transformar as relações de trabalho existentes, vinculadas à escravidão e ao trabalho compulsório (EISENBERG, 1977).

Os trabalhadores de ofício não recorreram às ações dos poderes públicos no campo do Ensino Profissional, nem mesmo exigiram atuação efetiva sobre a (possível) rubrica do direito à instrução. A estratégia desses trabalhadores se deu no terreno associativista. Foi através das associações que os trabalhadores se organizaram em prol de si e dos seus e instalaram cursos de Ensino Profissional. A onerosa manutenção dos cursos foi mote para os pedidos de subvenções e, por meio delas, as associações se fortaleceram e se protegeram.

Em finais da década de 1880, os poderes públicos de Pernambuco buscaram alternativas para a manutenção da Colônia Isabel, sem que esta dependesse unicamente da subvenção pública. Projetaram a fundação de um engenho modelo, porém o presidente da província “temia” que a colônia se “desviasse” de seu “fim

principal e humanitário” (PERNAMBUCO, 1887, p. 41). Segundo Adlene Arantes, o valor estipulado em 1887 foi de cem contos de réis (100:000\$000) (ARANTES, 2005, p. 83). As obras para a construção do “engenho modelo”, intitulado Escola Agrícola Frei Caneca, só foram concluídas em 1896. A escola contou com o orçamento de mais de um milhão e cem mil contos de réis (1.155.200\$000) para a sua instalação: custeio da usina, da fazenda, da linha férrea, além de cem (100) alunos órfãos (PERNAMBUCO, 1896).

A Escola de Engenharia, por sua vez, foi criada em 3 de junho de 1895. O Orçamento aprovado para o primeiro ano da instalação da escola foi de quase oitenta e seis contos de réis (85.900\$000). A escola teve por finalidade a formação de engenheiros civis, que duraria cinco anos. Aos alunos aprovados nos exames de admissão e na terceira cadeira do segundo ano do curso (topografia: planimétrica e nivelamento, prática dos instrumentos respectivos, legislação de terras e agrimensura) seria conferido o diploma de agrimensor. E aos alunos concluintes do curso seria dada preferência nas nomeações para serviços estaduais, em concorrência com profissionais de outros estados e países (PERNAMBUCO, 1895, pp. 16-21).

De acordo com a Mensagem do Governador do Estado em 1904, devido ao alto custo de sua manutenção, a Escola Agrícola Frei Caneca foi arrendada, e seu colégio foi transferido à Santa Casa da Misericórdia (PERNAMBUCO, 1904, p. 13). A Escola de Engenharia, por sua vez, antes do tempo hábil para formar sua segunda turma, foi extinta, em 1904 (PERNAMBUCO, 1904, pp. 14-15).

O arrendamento da Escola Frei Caneca e a extinção da Escola de Engenharia ocorreram durante o governo de Sigismundo Antônio Gonçalves. Sigismundo exerceu cargos de magistratura no Império, chegou a ser eleito presidente da província em 1889, mas não pôde governar, devido à instauração da República. Foi governador do Estado em dois mandatos: um curto, entre 1899 e 1890, e outro entre 1904 e 1908. Durante o seu segundo mandato, o Recife viveu um aumento populacional devido às migrações do interior para a capital do Estado (SILVA, 2014).

Em seu relatório para a Assembleia, adjetivou os alunos da Escola Frei Caneca como “nada educados e mal sustentados”; além disso, afirmou custarem aqueles empreendimentos “um sacrifício de centenas de contos” aos cofres públicos

(MENSAGEM, 1905, pp. 4-5). O governador foi o “possível” responsável por convencer a Assembleia Legislativa Estadual para a “necessidade” de se extinguir as duas iniciativas sustentadas pelos poderes públicos.

Como afirmamos anteriormente, as dificuldades econômicas enfrentadas em Pernambuco persistiram durante a passagem do Império para a República. Os cofres públicos continuaram abrindo créditos extraordinários para o pagamento de juros relativos ao exercício do ano, com relação às apólices emitidas em favor das usinas. A dívida do Estado elevou-se, principalmente por conta da emissão de papel moeda. Uma baixa de preços dos produtos da lavoura de cana ameaçou o custeio da safra, no mesmo ano. Os estados de Alagoas e da Paraíba, além de disputarem com Pernambuco os limites de suas terras no Sertão, deixaram de importar produtos de Pernambuco – fatores inteligentemente utilizados por Sigismundo para convencer a Assembleia da “necessidade” de arroxo nas contas públicas (MENSAGEM, 1905; SILVA, 2014) e da consequente extinção dos cursos.

Além das escolas de Ensino Profissional sob a responsabilidade dos poderes públicos, funcionaram no Recife algumas escolas abertas por particulares, e estas não foram inspecionadas pelos poderes públicos, de 1850 até 1915, o que resultou na ausência de informações sobre elas nos documentos públicos estaduais. Com relação ao Ensino Profissional em Pernambuco durante os anos iniciais da Primeira República, possuímos apenas os dados estatísticos da época, os quais sempre são bastante criticados pelos pesquisadores de ofício.

O censo entre os anos de 1907 e 1912 apontou dados sobre o Ensino Profissional nos diversos estados brasileiros (DIRETORIA, 1927). Entre 1907 e 1912, Pernambuco contou com escolas nas modalidades de Ensino Profissional: sacerdotal, pedagógico, artístico liberal, artístico industrial, agrônômico e comercial, conforme a classificação utilizada na época.

Segundo esse censo, o ensino sacerdotal contou com uma média de seis prédios escolares; o Ensino Profissional Pedagógico, com escolas abertas pelo Estado ou por particulares, contou com quatro prédios, tendo atingido quinhentas e setenta e sete (577) matrículas em 1912; o Ensino Profissional Artístico liberal funcionou no Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco, com vinte e oito matrículas, em

1909; havia quatro escolas particulares de ensino artístico industrial, com um total de mil, cento e três (1.103) matrículas, em 1907; o Ensino Profissional Agrônômico, executado por particulares, possuiu quatro escolas em funcionamento no Estado de Pernambuco, com um total de noventa e quatro (94) matrículas em 1912; o ensino comercial foi promovido por uma escola particular e teve doze (12) matrículas em 1912 (DIRETORIA, 1927).

Os poderes públicos “valorizaram” mais o financiamento do ensino primário para a população. A instrução profissional dedicada à qualificação para o trabalho (agrícola, comercial, industrial, artífice mecânico etc.) foi agenciada preponderantemente por iniciativas particulares (SANTOS, 2014).

Luiz Antônio Cunha, apesar de não exemplificar, destacou a instalação de sociedades civis destinadas a amparar órfãos e/ou ministrar o ensino de artes e ofícios, durante meados do século XIX. No quadro de sócios, o entrecruzamento daquelas associações com os quadros da burocracia estatal proporcionou àquelas sociedades subvenções dos cofres públicos em prol da manutenção de suas atividades (CUNHA, 2000, pp. 91-92). Segundo o autor, as práticas de ensino de ofício agenciadas pelas associações de trabalhadores e docentes não vingaram, por não atuarem positivamente no ensino de ofícios. Como demonstramos, foi na lacuna das ações dos poderes públicos que emergiram os mecanismos de Ensino Profissional instalados pelas associações de ofícios, em prol de si e dos seus. As associações edificaram-se por meio de suas ações pedagógicas, conquistaram subvenções e prestígio social. Algumas escolas abertas funcionaram durante todo o “longo século XIX”, negociando mercês e disputando responsabilidades e obrigações quanto ao Ensino Profissional em Pernambuco.

Durante o “longo século XIX” em Pernambuco, do Império à Primeira República, prevaleceram as iniciativas dos trabalhadores associados, em prol de si e dos seus, da instrução profissional para o exercício do ofício. As subvenções destinadas àquelas associações evidenciam as relações verticais articuladas pelas associações de trabalhadores de ofício e docentes com o quadro da burocracia estatal. Essas subvenções foram uma importante estratégia para a elite política e senhorial, interessada na efetivação dos seus ideais de “ordem” e “civilização”, e para as associações, que fizeram de suas ações para o ensino de ofícios moeda de troca.

2.2 GRAMÁTICAS DA LIBERDADE

A liberdade, a do ventre e a do ensino, foi uma pauta dupla enfrentada pelos poderes públicos e pela elite de Pernambuco, em finais da década de 1860. A Lei Eusébio de Queiroz, que deu fim ao tráfico transatlântico de escravos em 1850, abriu o precedente para políticas emancipacionistas.

Alfredo Bosi, em “A escravidão entre dois liberalismos” (BOSI, 1992), argumentou que, no Império do Brasil, para (e pela urgência de) se preservar os privilégios da classe senhorial na manutenção da agricultura latifundiária, foi determinante costurar um “novo liberalismo”, pautado na estima do “valor” do trabalho livre. O liberalismo costurado ao escravismo, preponderante na primeira metade do século XIX, vinculou ao significado de “liberal” a defesa da “conservação” da livre produção e comércio; da representação política (eleger e ser eleito) aos de cidadania ativa; da propriedade escrava e da manutenção dos latifúndios. A propriedade escrava e o tráfico, como seu mantenedor, figuraram como eixo das relações econômicas e jurídicas, ao passo que as eleições indiretas e censitárias ancoraram as relações sociopolíticas. A liberdade, transplantada dos ideais efervescentes na Europa, adaptou-se às circunstâncias e peculiaridades nacionais”, ao menos até a extinção do tráfico transatlântico (BOSI, 1992).

Um outro liberalismo, de acordo com Bosi, emergiu nos discursos da elite política brasileira após a extinção do tráfico e o fim da Guerra do Paraguai. O interesse em preservar os privilégios da “oligarquia”, como nomeou Bosi, levou à “neutralização ideológica” (pouco importou a “distinção” entre os partidos Liberal e Conservador) e à confluência de ações que culminaram, finalmente, na Lei do Ventre Livre e na Lei Áurea. As transformações econômicas pós-1850 – capitais liberados para os “melhoramentos materiais” dos centros urbanos e para a “modernização” das lavouras de açúcar e café; tráfico interprovincial de escravos das províncias do Norte para as províncias do Sul; desenvolvimento de um mercado interno e de um polo urbano, principalmente na região Sul; e constantes migrações dos interiores para as capitais das províncias, especialmente nas províncias do Norte – foram condições necessárias

para a emergência do “novo liberalismo” e de seus valores. Segundo Bosi, o motor dessa transformação foi “o ideal civilizado do trabalho livre; não ainda a sua necessidade absoluta e imediata, mas o seu valor” (BOSI, 1992, p. 233).

O investimento no trabalho livre, se não foi necessidade absoluta e imediata às províncias do Sul, gradativamente empenhadas na promoção de políticas em prol da imigração para a substituição do trabalho escravo, foi determinante para as províncias do Norte – como enfrentamento imediato das suas dificuldades econômicas. Anos antes das leis emancipacionistas, a província de Pernambuco contou com ações para a instrução aos futuros emancipados.

Sylvana Brandão (2011), investigando a “Reforma Social de 1871 em Pernambuco”, através dos debates na Assembleia Provincial, das leis e relatórios dos presidentes da província e dos diversos atos suscitados em prol da libertação de escravos antes da lei de 1871, observou que as leis materializadas nas províncias do Norte, em Pernambuco em especial, ressoaram na Corte e teriam influenciado a promulgação da Lei do Ventre Livre. A quantidade de escravos trabalhando na agricultura de cana-de-açúcar, após 1850, diminuía gradativamente. O tráfico interprovincial de escravos teve crescimento gradativo durante a década de 1860. Nos relatórios dos presidentes da província e nas discussões na Assembleia Provincial, opinou-se sobre o investimento no trabalho livre, por ser módico, como uma “vantagem” aos agricultores. Os setores médios urbanos e os fazendeiros não frearam a política emancipacionista, local e nacional.

A Lei 885, sancionada em 23 de julho de 1869, pela Assembleia Provincial, sob a presidência de Manoel no Nascimento Machado Portella, autorizou o presidente da província a despendar, anualmente, a quantia de vinte contos de réis (20:000\$), para libertar crianças do sexo feminino. As libertas deveriam, se não pudessem ser criadas por suas mães, ser recolhidas para a Santa Casa da Misericórdia, que tinha a seu cargo o Colégio de Órfãos. Como observou Brandão, excetuando-se a parca quantidade de alforrias despendidas pelos poderes públicos de forma gradativa, após a promulgação da Lei 885, foi a primeira vez que o poder público se dirigiu aos escravizados para conceder-lhes a liberdade (BRANDÃO, 2011).

As ações emancipacionistas em Pernambuco independeram de partido político. Liberais e conservadores, juntos, deram encaminhamentos para a libertação do trabalho escravo na província. Estava em jogo o imperativo econômico de driblar as dificuldades da economia provincial, o qual fez as províncias nortistas favoráveis às políticas de emancipacionistas, em detrimento da oposição das províncias sulistas, nas quais se empregava a mão de obra escrava. Pernambuco preocupou-se “muito mais com possíveis indenizações e medidas regulamentadoras e disciplinadoras para os ex-escravos que seriam, gradativamente, incorporados ao mercado de trabalho livre” (BRANDÃO, 2011, p. 107).

Angela Alonso propôs uma interpretação sociológica focada especificamente no movimento abolicionista como um movimento social. Segundo a autora, o abolicionismo foi paradoxal à historiografia: ora dando créditos à coroa imperial, ora ressaltando a resistência dos escravos. Por ter feito o levantamento sistemático de associações e eventos de mobilização a partir de notícias de imprensa e tendo considerado o contramovimento dos escravistas como organização política central para a interlocução das estratégias abolicionistas, propôs um recorde cronológico singular para o movimento abolicionista, o qual teria emergido em 1868 (no lugar de seu início datado desde a lei Eusébio de Queiroz, em 1850), passado pela ascensão do Partido Liberal em 1878, e sido concluído entre os gabinetes Dantas e o gabinete Cotegipe (ALONSO, 2015).

Segundo Alonso, apesar dos esforços para a efetivação da Lei do Ventre Livre, seus efeitos foram apoucados, no que tange ao seu objetivo principal – as falsificações de registros de escravos pelos senhores, impedindo a libertação do ventre, foram recorrentes (ALONSO, 2015. p. 190). Levando em consideração as leis para libertação já aplicadas em Pernambuco, destacadas por Brandão (2011), o debate sobre a liberdade de ensino, encabeçado por João José Pinto Júnior, considera que o léxico da liberdade não esteve dirigido apenas à análise da situação do ventre escravo.

No relatório de 1871, produzido pelo presidente da província Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, constou uma indicação para a melhoria do ensino e para dar-lhe “sólida organização”, escrita pelo inspetor geral da instrução pública João José Pinto Júnior:

liberdade de ensino na órbita da moral, da constituição e das leis do país. Assim: quaisquer brasileiros, ou estrangeiro, que apresentar programa de ensino nestas condições e título de capacidade profissional, poderá abrir escola, ou colégio. A intervenção oficial limitar-se-á a impedir desvios do programa e a exigir as informações necessárias à estatística (FALLA, 1871. p. 19).

O inspetor geral da instrução pública indicou a “liberdade de ensino”, ou seja, a possibilidade de qualquer sujeito (brasileiro ou estrangeiro) abrir uma escola ou colégio, apresentando apenas o programa de ensino e algum título de capacidade profissional. Não seria necessário o pedido de licença para abrir as escolas, como ocorria desde a legislação de 1851 (SILVA, 2007; SILVA, 2013), no entanto essa não foi a primeira vez que Pinto Júnior advogou o “ensino livre”.

João José Pinto Júnior, nascido em 2 de fevereiro de 1832, doutor em ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife, foi lente jubilado pela mesma faculdade (ensinava o Curso Elementar do Direito Romano) e conselheiro de D. Pedro II. Escreveu diversos livros, entre eles o “Curso Elementar de Direito Romano”, em 1888; uma tese para a vaga de lente substituto da Faculdade de Direito do Recife, com o tema da “Liberdade de ensino”, em 1858; outra em 1859, com o título de “A descentralização administrativa é compatível com a centralização política”. Faleceu em 1903 (BLAKE, 1895, pp. 266-267).

O texto iniciou-se com a defesa da instrução como elemento principal para se “inculcar nos espíritos as primeiras ideias” (PINTO JÚNIOR, 1858, p. 10) e a defesa de que essa função só poderia ser alcançada através da liberdade. E qual seria a compreensão desse político sobre a “liberdade de ensino”? Seu argumento foi o seguinte:

Deixemos o ensino livre; ele se aperfeiçoará pelos ensaios, pelas tentativas, pelos exemplos, pela rivalidade, pela emulação. A unidade não está no ponto de partida dos esforços do espírito humano; é o resultado da gravidade natural das inteligências livres para o centro de toda a atração: a verdade (PINTO JÚNIOR, 1858, p. 13).

Como deveria se portar o poder público diante da liberdade do ensino? Segundo seus argumentos, a autoridade pública só deveria inspecionar e proteger as atividades particulares de ensino, exigindo capacidade profissional e moralidade de seus professores e dirigentes.

Andrea de Carvalho Zichia analisou as origens do direito à educação no Brasil por meio dos discursos de presidentes da província, voltados à relação entre a obrigatoriedade escolar, a gratuidade de ensino e o ensino livre, durante o período imperial. Segundo a autora, durante a segunda metade do século XIX, os presidentes da província discursaram em favor da obrigatoriedade de ensino e, por vezes, em favor da gratuidade. O rastreamento feito por Zichia apontou Euzébio de Queiroz como um dos políticos, no Rio de Janeiro e na Corte, que defendeu a liberdade de ensino particular como uma concessão do governo, na década de 1860. Em 1863, o inspetor geral da instrução da Corte, Joaquim Caetano da Silva, propôs que o Município Neutro deveria “dar o exemplo” ao Império e instituir o “ensino livre” (ZICHIA, 2008). Cinco anos antes, no entanto, João José Pinto Júnior já defendera o “ensino livre”. Nos anos finais da década de 1850 e ao longo da década de 1860, quando os docentes particulares eram obrigados a encaminhar pedido de licença para ensinar, foi João José Pinto Júnior um dos primeiros políticos no Império a escrever sobre a “liberdade de ensino”.

Entre os anos de 1860 a 1872, as únicas publicações no Diário de Pernambuco e no Jornal do Recife sobre o ensino livre foram referentes às discussões na Assembleia Provincial, transcritas nos jornais⁶. Na Assembleia Provincial, as discussões sobre o “ensino livre” foram acirradas. Durante doze anos discutiu-se a proposta de “libertar” professores particulares da responsabilidade de pedir licença e apresentar provas de habilitação para o exercício da docência, quando abrissem escolas na província de Pernambuco.

Entre 1861 e 1872, as discussões sobre a “liberdade de ensino” na província renderam três projetos diferentes⁷ de reorganização da instrução. As discussões do Projeto n. 46, de 1865, dividiu-se entre dois grupos de deputados, um grupo defensor da liberdade de ensino como um elemento do liberalismo, e outro defendendo o controle prévio do estado quanto à permissão de se abrir escolas particulares

⁶No site da Biblioteca Nacional, utilizamos os marcadores de pesquisa “Ensino Livre” e “Liberdade de Ensino”. Todas as referências encontradas nos jornais levaram às publicações dos debates da Assembleia Provincial entre as décadas de 1860 e 1870. Cf. DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 22 de maio 1865, p. 2; 5 de março de 1866, p. 1; 6 de abril 1868, p. 1; 8 de abril de 1870, p. 2; 8 de março de 1871, p. 2; 22 de abril de 1872, p. 2. Cf. JORNAL DO RECIFE, 7 de março de 1866, p. 1; 22 de março de 1871, p. 2; 8 de março de 1872, p. 2.

⁷Projeto n. 46, de 1865 (ANNAES, 1865, p. 430); Projeto n. 76, de 1868 (ANNAES, 1870, p. 44) e Projeto n. 54, de 1872 (ANNAES, 1872, p. 154).

(ANNAES, 1865, p. 430). Apesar da querela, o projeto foi aprovado e passou para a segunda discussão.

A segunda discussão do projeto para o “ensino livre”, de 1865, ocorreu em 03 de março de 1866. O discurso relacionando o “ensino livre” e o liberalismo perdurou. Argumentou-se que a administração pública inspecionaria e dirigiria as escolas particulares previamente abertas. A defesa do liberalismo como fundamento do “ensino livre” agradou à maioria dos deputados, porém um novo argumento ganhou palco: a questão da moralidade do(a) docente. Segundo alguns deputados contrários ao ensino livre, apenas o poder público teria a capacidade de “aferir” a moralidade de docentes particulares. Os argumentos em favor da liberdade do ensino dedicavam especial papel aos pais das crianças matriculadas nas escolas, responsáveis por conhecer as habilitações dos docentes aos quais pagavam (ANNAES, 1866, pp. 70-80).

A questão da moralidade ou da “honra” de trabalhadores de ofício, ou de qualquer outro serviço foi tema comum durante o “longo século XIX”. As mulheres cozinheiras, engomadeiras, criadas, amas etc., por exemplo, também disputaram o tema da moralidade no Recife (SILVA, 2011). Professores e professoras (principalmente as professoras), durante as fases dos concursos públicos para o exercício da docência e mesmo para a obtenção de licença para ensinar particularmente, submetiam-se à “comprovação de moralidade” (certidões de casamento, comprovação de parentesco etc.) (SILVA, 2007; LIMA, 2014).

A discussão sobre o ensino livre não se encerrou em 1866. O projeto foi encaminhado para novo debate. A questão da moralidade e da capacidade dos pais em “aferi-la” ficou inconclusa.

Recuperamos um discurso do político Franklin Távora, na Assembleia Provincial de Pernambuco, em defesa da “liberdade de ensino”, no ano de 1868:

Quero um ensino livre porque quero um adubo de liberdade em tudo. Quero o ensino livre porque quero que se emancipe o que está escravizado. Quero o ensino livre porque quero luz igual e geral para todas as inteligências e liberdades esclarecidas para todos os corações. Quero o ensino livre porque quero que todos não queiram mais do que seu direito, nem menos do que seu dever. Quero o ensino livre porque entendo que a liberdade de ensino é uma das mais instantes necessidades do país (ANNAES, 1868. p. 195).

Naquele ano, Franklin Távora ocupava a Inspetoria Geral da Instrução Pública e sucedeu a Pinto Júnior no exercício do cargo. Decerto, os discursos sobre a “liberdade de ensino” faziam vozes uníssonas aos anseios intelectuais voltados ao liberalismo. A liberdade individual, política e econômica, bem como os anseios positivistas voltados ao progresso, à civilização, à educação fazia parte da gramática da elite imperial. Franklin Távora refletia os anseios intelectuais (LIMA, 2014. p. 124).

Assim como João José Pinto Junior, o deputado Franklin Távora acreditava na “liberdade de ensino”, com a fiscalização dos poderes públicos; não defendia uma “liberdade de ensino sem a menor limitação”, pois, segundo ele, “tereis mais cedo ou mais tarde o abuso dessa liberdade” (ANNAES, 1868, p. 292). Após a defesa de Franklin Távora, o Projeto n. 76, de 1868, foi aprovado e levado à segunda discussão.

A defesa do ensino livre foi uma constante entre os diretores da instrução pública, seja pela insuficiência (ou “incapacidade”) do Estado em abrir e manter cadeiras de ensino primário público na província, seja pela crescente tentativa de se “subvencionar” ações particulares para tal fim. Em 1871, João José Pinto Júnior havia deixado clara – e sugeriu ao presidente da província – a inclinação para “animar” instituições ou quaisquer professores através de prêmios ou favores possíveis a quem abrisse cursos de instrução pela província.

Nem o Projeto n. 46, de 1865, passou para uma terceira discussão, nem houve a discussão do Projeto n. 76, de 1868. Apenas em 1872 a Assembleia Provincial voltou a discutir a “liberdade do ensino”, por meio de novo projeto de reorganização da instrução, o Projeto n. 54, de 1872. Na ocasião, os deputados reconheciam a morosidade da questão, em todos aqueles anos, na Assembleia Provincial, e também sabiam da existência de outros dois projetos discutidos anos antes. Foram mais de dez anos de discussões, desde a defesa do ensino livre por João José Pinto Junior, em 1858. O tema foi alvo de inúmeras objeções e oposições quanto à sua aprovação.

Entre os anos de 1872 e 1873, as discussões da Assembleia Provincial contaram com a participação do próprio João José Pinto Junior articulando a proposta. O projeto foi apresentado, sem qualquer discurso de Pinto Júnior, nas sessões de sua discussão. O texto do Projeto de lei n. 54 agradou à maioria dos deputados e foi levado a segunda e terceira discussões.

Na terceira discussão do projeto, momento no qual foram votados os artigos com a possibilidade de emendas, houve a participação de João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Pinto Júnior e Uchôa Cavalcanti foram os articuladores do projeto de lei para reorganizar a instrução pública na província, com destaque principal ao “ensino livre” (ANNAES, 1873, pp. 47-75). No ano posterior à aprovação do projeto, Uchôa Cavalcanti foi nomeado ao cargo de inspetor geral da instrução pública e atuou nele por dezesseis anos.

Etienne Barbosa analisou as atribuições da Inspeção Geral da Instrução Pública no Paraná, entre os anos de 1854 e 1889, defendendo que os inspetores da instrução, além da fiscalização da qual estavam incumbidos, orientavam, indicavam métodos, livros e procedimentos burocráticos para a “direção” da instrução pública. Por vezes, posicionavam-se em favor dos(as) docentes em alguma questão exposta ou em favor dos pais e responsáveis. Os inspetores fiscalizavam, emitiam pareceres e indicavam sanções e “soluções”. Etienne apontou o papel dos inspetores como “promotores e protagonistas nas propostas para o ensino e para o trânsito de ideias educativas” (BARBOSA, 2017, p. 172).

De maneira semelhante, tanto Pinto Júnior, quanto Uchôa Cavalcanti atuaram, por meio do cargo que ocupavam, na direção da instrução e da reorganização do ensino na província de Pernambuco. O tema da “liberdade de ensino”, que passou seis anos entre querelas e vários projetos sobrepostos, foi aprovado, pela participação efetiva e determinante de Pinto Júnior e Uchôa Cavalcanti nas sessões em que foram discutidos seus artigos, no ano de 1873 (ANNAES, 1873).

Vigorou, por conseguinte, desde a Lei n. 1143, de 08 de julho de 1874, como alternativa para a “instrução popular” “escassa e acanhada”, a liberdade de ensino, independentemente de licença e prova de capacidade profissional (PERNAMBUCO, 1874, p. 59). As aulas particulares, que funcionaram a partir dessa lei, estiveram sujeitas à inspeção das autoridades fiscalizadoras de ensino, porém era comum a falta de dados referentes às aulas particulares na província.

A liberdade de ensino, além de favorecer os professores particulares, libertando-os de licença para ensinar e de inspeção rigorosa do exercício de seu ofício, concomitantemente, permitiu maior liberdade às iniciativas particulares coletivas. João

Barbalho Uchôa Cavalcanti, articulador da lei que aprovou o tema, afirmou em seu relatório como inspetor geral da instrução pública:

Além de tudo, o ensino particular e livre é não só um complemento, mas um corretivo mesmo do ensino oficial, e só por isso, quando outros motivos se não dessem, dever-se-ia mantê-lo e auxiliá-lo eficazmente. Bem avisados, pois, andaram a lei e regulamento citados libertando o ensino particular e subvencionando-o. Pena é que a subvenção não possa ser mais larga e mais extensa e que não fosse oferecida geralmente a todas as escolas fundadas onde não haja ensino oficial. E acho excessivo o número de alunos (25) que se exige frequentemente a escola particular como condição de concessão do subsídio (RELATÓRIO, 1875, p. 29).

A liberdade de ensino como “corretivo” ao ensino oficial “corrigia” (será?) a ausência do poder público em relação ao ensino primário público e à instrução para ofícios.

Apesar de haver recursos suficientes, os potentados coloniais e, depois, imperiais nunca quiseram, de fato, instituir uma instrução generalizada e pública (SILVA, 2007). E a aprovação da “liberdade de ensino” foi ferramenta estrategicamente utilizada pela elite no Recife para o (possível) “êxito” da “máquina de civilizar” e ordenar a sociedade, eximindo o poder público da responsabilidade quanto ao “progresso” da instrução.

Durante a primeira metade do século XIX, a dificuldade de inspecionar as escolas particulares foi responsável pelas legislações em prol do pedido de licença para ensinar. A promulgação da “liberdade de ensino” também não alterou o quadro estatístico: no final do período imperial, as autoridades públicas relatavam as dificuldades de obtenção das estatísticas das escolas particulares (CAVALCANTI, 1886).

A “liberdade de ensino” como ferramenta para dispensar a responsabilidade do poder público voltada ao “progresso” da instrução vingou na passagem do período imperial para o republicano.

Em todo o Império e se estendendo para a Primeira República, foi constante a incapacidade (ou incúria) dos poderes públicos de inspecionarem as escolas particulares. A prerrogativa para a “liberdade de ensino”, inspecionada e registrada pelos poderes públicos, não foi efetivada: no primeiro ano, o inspetor Uchôa Cavalcanti declarou não ter conseguido os mapas das escolas e, em 1886, repetiu a

mesma questão. Arthur Orlando da Silva, em 1891, e Sebastião de Vasconcellos Galvão, em 1904, ambos inspetores gerais da Instrução Pública, também declararam isso. Sebastião Galvão ainda escreveu:

De acordo com o que se acha disposto no art. 95 n. VIII da Constituição do Estado, o ensino primário particular deve ter a inspeção municipal; mas tendo em vista que o Estado, apesar daquele dispositivo, no seu regulamento de ensino chamou a si semelhante competência, somente para evitar conflitos de jurisdição, tendo me eximido de intervir em tudo quanto direta ou remotamente se liga ou relaciona com o ensino particular (RELATÓRIO, 1904. pp. 61-62).

Declarou que, apesar de constar na lei, a inspeção do ensino particular era questão apenas de jurisdição, sem que houvesse qualquer necessidade de uma interferência direta do órgão público.

Destarte, traço comum entre os anos de 1870 e 1915 foi o afrouxamento da organização e da fiscalização das escolas particulares atuantes no Recife, em comparação com as constantes reorganizações do ensino público primário. A liberdade de ensino promulgada no período imperial, (possível) ferramenta estratégica para consumir o suposto “êxito” civilizacional e ordenador da classe senhorial, tornou-se motivo de discussão da competência legal – do estado ou do município – em fiscalizar as escolas, durante os anos iniciais da Primeira República, no Recife. Defendemos que parte da estratégia da promoção da “liberdade de ensino” teve por objetivo dispensar os poderes públicos da responsabilidade de organizar e inspecionar as escolas primárias particulares atuantes no Recife.

Demonstramos as maneiras como os poderes públicos atuaram para prover benefícios a essas associações. Investigamos as ações do Estado de Pernambuco em prol da instrução profissional, sua relação com a estratégia para a “formação do povo”, cuja preocupação voltou-se aos ingênuos libertos pela Lei do Ventre Livre, a partir de 1871. O discurso da “liberdade”, utilizado em favor da “liberdade do ventre”, conversou com o da “liberdade de ensino”. Promover a “liberdade de ensino” foi um mote, também, para se investir nas ações particulares de instrução agenciadas pelas associações instaladas no Recife. As associações atuantes no Ensino Profissional daquela parcela da população “pobre”, “desvalida” e liberta, por sua vez, edificaram relações verticais ascendentes com os poderes públicos e conquistaram privilégios por meio de estratégias específicas, as quais discutiremos a seguir.

3 TRABALHADORES DE OFÍCIO, INSTRUÇÃO PROFISSIONAL E ASSOCIATIVISMO

Compreende-se que, para o artista e o operário, como para o comerciante e o agricultor, são de máxima vantagem as noções próprias a tirá-los da usança inveterada, dos processos coimbrãos, a inspirar-lhes o gosto pelo estudo do que concerne ao aperfeiçoamento da sua arte, ou profissão, a atraí-los ao progresso econômico, que é o progresso social (RELATÓRIO, 1871, p. 18).

João José Pinto Júnior foi o primeiro inspetor geral da instrução pública que nomeou o ensino voltado para os ofícios de “Ensino Profissional”⁸, em Pernambuco. Ele dedicou uma seção específica de seu relatório, no ano de 1871, para comentar sobre tal “gênero” de ensino. Segundo o inspetor, “a propagação dos conhecimentos úteis entre os artistas e operários, no duplo interesse de sua elevação moral e adiantamento profissional, tem merecido os cuidados dos que amam o progresso” (RELATÓRIO, 1871, p. 18). O inspetor ressentiu-se da falta de instituições dedicadas ao “gênero” do Ensino Profissional na província de Pernambuco, o qual, para ele, seria capaz de “aperfeiçoar” a arte, a profissão, os ofícios, através de seu “progresso econômico” – e, conseqüentemente, “progresso social”.

Como vimos no capítulo anterior, os poderes públicos de Pernambuco, sob o discurso de contarem com poucos recursos públicos, mantiveram efêmeros alguns cursos voltados ao ensino de ofícios, muitas vezes preteridos pelos trabalhadores. O fenômeno ocorreu durante todo o “longo século XIX”, apesar da recorrente retórica segundo a qual era necessário investir naquele “gênero” de ensino. Conforme Pinto Júnior, em 1871, além do colégio dos órfãos e dos arsenais da Guerra e da Marinha,

⁸Averiguamos os Relatórios dos Presidentes da Província entre os anos de 1851 e 1871. Quando remetiam à instrução pública, os relatórios normalmente falavam sobre a “instrução primária” e a “instrução secundária”. Na seção de escolas secundárias, os relatórios se referiam apenas ao Ginásio Pernambucano e, após 1864, à Escola Normal. Quando se referiam às aulas do Curso Comercial, às aulas de Taquigrafia, ou às de Desenho, nomeavam-nas pela sua “denominação” e não pelo seu “gênero”, como fez João José Pinto Júnior. Cf. RELATÓRIO, 1851; RELATÓRIO, 1852; RELATÓRIO, 1853; RELATÓRIO, 1854; RELATÓRIO, 1855; RELATÓRIO, 1856; RELATÓRIO, 1857; RELATÓRIO, 1858; RELATÓRIO, 1859; RELATÓRIO, 1860; RELATÓRIO, 1861; RELATÓRIO, 1862; RELATÓRIO, 1863; RELATÓRIO, 1864; RELATÓRIO, 1865; RELATÓRIO, 1866; RELATÓRIO, 1867; RELATÓRIO, 1868; RELATÓRIO, 1869; RELATÓRIO, 1870; RELATÓRIO, 1871.

sabia-se apenas da existência das aulas ofertadas pela Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. Segundo o inspetor:

Fazer de todos os filhos do povo, que até agora não tem recebido suficiente alimentação intelectual, bons cidadãos, criar-lhes uma atmosfera de saber que não encontram no seio das famílias, chamá-los à vida social que lhes falta, desenvolver neles o sentimento do dever e consequentemente da moralidade, é realmente uma santa missão (RELATÓRIO, 1871, p. 19).

O professor de direito e entusiasta da liberdade de ensino percorreu sobre os benefícios de se investir no “ensino popular”. Mas, como libertar o ensino e permanecer “aperfeiçoando” a instrução, se os poderes públicos suprimiam cadeiras e aulas com frequência, sob o argumento de falta de recursos? A subvenção àquelas instituições particulares seria a melhor aposta para o “governo da instrução” na província de Pernambuco, segundo o inspetor.

Pinto Júnior mencionou, também, a “subscrição” promovida pela Associação Comercial Beneficente em prol da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, pretendendo “inspirar” outras subvenções do tipo. Destarte, Pinto Júnior fez a seguinte admoestação ao presidente da província, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque:

se não julgais compatível com os meios de que dispodes criar algum estabelecimento deste gênero, protegeei mais eficazmente as aspirações daqueles generosos artistas, aumentando a subvenção com que tem sido auxiliado por esta assembleia (RELATÓRIO, 1871, p. 18).

João José Pinto Júnior fez importantes avaliações e prognósticos de como os poderes públicos deveriam “dirigir” a instrução pública. O “governo da instrução”, segundo Pinto Júnior, deveria ser realizado pelos poderes públicos, regulando e inspecionando as instituições de ensino, no entanto a “liberdade de ensino” foi uma de suas mais consistentes defesas. Como já afirmamos, com o “ensino livre”, as associações poderiam instalar suas instituições de instrução para o ofício, sem solicitar licença de funcionamento aos poderes públicos.

Neste capítulo nos dedicamos à análise das ações voltadas à instrução profissional, efetuadas por três associações de trabalhadores mencionadas na epígrafe por João José Pinto Júnior: uma delas formada por trabalhadores do comércio; outra, por artistas mecânicos e liberais, bem como as estratégias urdidas pelos consócios, a fim de angariar subvenções dos poderes públicos para a

manutenção dos cursos de instrução profissional; a terceira sendo uma associação formada por docentes e políticos da época, com a participação do próprio Pinto Júnior.

3.1 OS EMPREGADOS NO COMÉRCIO NO RECIFE

Numa pesquisa sobre a atividade caixeiral no Recife, Bruno Câmara demonstrou como essa atividade se consolidou com a presença dos portugueses imigrados para a província de Pernambuco, representando a mais expressiva comunidade de imigrantes na capital da província. De acordo com Bruno Câmara:

Muitos comerciantes de origem portuguesa eram “brasileiros adotivos”, estabelecidos antes da Independência, e, como rezava a Constituição, tinham renda facilmente comprovada e direito ao voto. Já aqueles que não haviam “adotado” a nova pátria, mesmo não sendo votantes de “direito”, exerciam outras estratégias para influir nesses pleitos. Eram proprietários, com alto poder aquisitivo, com influência sobre seus dependentes e clientes brasileiros, esses últimos com poder de voto e de manifestação pública de seus candidatos preferidos. A prosperidade econômica trouxe para alguns membros dessa comunidade certa projeção política, pelo menos nos bastidores do poder (CÂMARA, 2012, p. 14).

Logo após a independência, houve movimentos antilusitanos em diversas regiões no Brasil, e os casos de disputas contra os portugueses não cessaram, mesmo após a consolidação do império brasileiro.

Em Pernambuco, nas eleições de 1844, o General Abreu e Lima concorreu ao cargo de presidente da província; após as disputas eleitorais, houve o “pleno domínio do Partido da Praia” até 1848, quando voltou ao poder o Partido Conservador. A vitória eleitoral de 1844 levou a uma nova emergência de movimentos antilusitanos, causando temores e inseguranças para a comunidade dos portugueses da cidade. Entre os dias 8 e 10 de setembro daquele ano, houve cerca de sete “mata-marinheiros”, manifestações de rua no Recife, nas quais os imigrantes portugueses foram fisicamente agredidos e tiveram seus estabelecimentos depredados (CÂMARA, 2012).

A atividade comercial foi marcada pelas disputas entre comerciantes brasileiros e portugueses, na luta pela nacionalização das atividades comerciais e pelos espaços de atuação profissional. Sabendo ler e escrever, os portugueses levaram vantagem e

conseguiram se empregar como caixeiros no Recife (CÂMARA, 2005; CARVALHO, 1998b).

Segundo Lima e Silva (2010), é possível que conflitos tenham ocorrido no interior de estabelecimentos comerciais, em virtude das diferenças de funções ocupadas e dos níveis de escolaridade dos sujeitos, não só entre os trabalhadores estrangeiros e os brasileiros, como também entre os próprios trabalhadores nacionais. Os anúncios por demanda de trabalhadores no ofício caixeiral especificavam bem a preferência dos demandantes:

Precisa-se de um caixeiro português, para tomar conta de um depósito de padaria no bairro de Santo Antônio, dando-se metade dos lucros, prestando um bom fiador a sua conduta: a tratar na rua do cotovelo n. 29 e 31 (FBN, Diário de Pernambuco, 14 de janeiro de 1851).

Precisa-se de um rapaz português de 16 anos, para caixeiro de loja de fazendas, com alguma prática no dito estabelecimento: quem dele precisar dirija-se ao armazém do Barros n. 4 (FBN, Diário de Pernambuco, 12 de janeiro de 1861).

Precisa-se de um caixeiro para taverna, prefere-se português de 12 a 14 anos de idade, tratar em frente ao hospital Pedro II, n. 21 (FBN, Diário de Pernambuco, 05 de janeiro de 1880).

Caixeiro: Precisa-se de um caixeiro português e com prática de molhados, na Rua das Laranjeiras n. 02 (FBN, Diário de Pernambuco, 03 de maio de 1880).

Seja em 1851, ainda no período das disputas mais acirradas do antilusitanismo na atividade caixeiral, seja em 1880, houve anúncios no jornal com maior circulação no Recife demandando caixeiros de nacionalidade portuguesa para exercerem atividades em diversos estabelecimentos na área central da cidade. Quem disputava esse mercado de trabalho eram meninos que, desde os sete anos, estavam sendo instruídos nos serviços comerciais e, aos quatorze, já eram considerados trabalhadores completos, operando nas mais diversas atividades comerciais e estabelecimentos (em padarias, no tráfico de rua, em balcão de loja, em secos e molhados, hotéis, farmácias, como guarda-livros etc.). Aprender a “arte do comércio” dependia, muitas vezes, da prática do dia a dia, da observação, de acertar e errar, ofício provavelmente distribuído dentro de uma hierarquia funcional, ocorrendo com

frequência nos grandes estabelecimentos comerciais e nas casas de grosso trato” (LIMA E SILVA, 2010, p. 802).

No Recife, da década de 60 dos oitocentos, quem, desde pequeno, quisesse atuar como caixeiro, iniciando suas atividades laborais já em disputa pelas melhores posições no mercado, deveria ter os rudimentos das primeiras letras (ler, escrever, contar) e/ou fazer o curso comercial, em funcionamento desde 1857.

O vice-presidente da província Joaquim do Nascimento Machado Portella, importante político ligado aos conservadores e com distinta atuação em prol da instrução de trabalhadores de diversos ofícios (MAC CORD, 2012), por meio da lei provincial n. 414 de 30 de abril de 1857, sancionou a abertura do curso comercial.

Desde o fim legal do tráfico de escravos e dos investimentos nos melhoramentos materiais e urbanos arquitetados por Francisco do Rego Barros como presidente da província, em finais da primeira metade do século XIX, os bairros centrais do Recife (São Frei Pedro Gonçalves, São José, Santo Antônio e Boa Vista), de efervescente atividade portuária, comercial e administrativa, passaram a condensar um crescimento populacional importante. Tal crescimento populacional, fruto da migração das áreas rurais para os centros urbanos, implicou a expansão das áreas urbanas e os constantes aterramentos do centro da cidade. Os agentes da municipalidade do Recife pensaram em criar um espaço limpo e salubre, livre dos maus cheiros, das epidemias, do lixo espalhado pelas ruas e, principalmente, a higienização dos “maus costumes” (ROCHA, 2003), o que ocasionou constantes mudanças nos locais onde a prática comercial era permitida, medida que afetou diretamente os comerciantes e seus caixeiros.

Aberto em 1857, o curso comercial foi curricularmente composto por duas cadeiras, com as seguintes matérias: escrituração comercial por partidas dobradas; aplicação de cálculos às operações de comércio; geografia comercial e história do comércio. Seus professores receberiam, anualmente, um ordenado de um conto de réis, mais uma gratificação de quinhentos mil réis, o que perfazia um total de 1:500\$000 réis anuais.

Para se matricular no curso comercial, o aluno deveria estar habilitado em caligrafia, língua e literatura nacional, aritmética, álgebra e na tradução do francês. E

Art. 4º. Os que além dos exames das matérias contidas no artigo primeiro, apresentarem atestados de frequência das aulas de direito comercial, e economia política, e foram aprovados por examinadores nomeados pela presidência nestas matérias, e em falar e traduzir francês e inglês, terão um diploma de habilitados em estudos comerciais, e serão preferidos para os lugares das repartições da fazenda provincial (PERNAMBUCO, 1857, p. 23).

As exigências para se matricular no curso comercial foram específicas e dificilmente as crianças e jovens pretendentes ao trabalho comercial em Recife conseguiam atendê-las. Já destacamos a emergência da educação no século XIX brasileiro como uma mercê, e as exigências de habilitação para o ingresso no curso comercial não fugiam da marcação de privilégios na sociedade estamental (SILVA, 2013). Esses privilégios foram estendidos também para os futuros concluintes do curso e os aprovados nos exames de habilitação, os quais se tornariam preferíveis para assumir cargos nas repartições públicas da fazenda provincial (PERNAMBUCO, 1857).

A reorganização do ensino, aprovada em 1855, compreendeu as disciplinas de instrução moral e religiosa, leitura e escrita, noções essenciais de gramática nacional, princípios elementares de aritmética e seu desenvolvimento em suas aplicações práticas, sistema de pesos e medidas da província etc. (PERNAMBUCO, 1855). O curso, provavelmente de instrução “secundária”, iniciaria a partir dos aproveitamentos das cadeiras estudadas pela instrução primária da província. Na reorganização do ensino de 1855, previa-se, no art. 115, que o Ginásio Provincial, local de instrução secundária, ofertasse escolas especiais voltadas para a formação em qualquer ramo da indústria ou do comércio (PERNAMBUCO, 1855, p. 51).

Não acreditamos, porém, que a possibilidade de aproveitamento das cadeiras do ensino primário tenha vigorado, pois, decorridos três anos de sua abertura, o curso comercial passou a ter a duração de dois anos. No primeiro ano, os alunos estudariam as “noções gerais de comércio e usos comerciais”, a “escrituração comercial” e os “princípios da economia política relativos ao comércio”. O segundo ano do curso contaria com as cadeiras de “estatística, geografia e história do comércio”, de “contabilidade e prática de operações comerciais” e, por fim, com os “princípios do direito mercantil” (Série Instrução Pública – IP 12. 14 de dezembro de 1860. p. 294 – anexo).

Em 1863, houve nova alteração na organização do Curso Comercial Pernambucano, por meio da Lei n. 553, de 4 de maio (PERNAMBUCO, 1863. pp. 19-21), que ampliou a duração do curso, de 02 para 03 anos, além de exigir que se cursassem as classes preparatórias. Havia a possibilidade de os alunos se matricularem em todas as matérias ao longo dos anos ou realizarem uma matrícula singular, em cada uma delas. Porém, só poderia prestar o exame de habilitação quem obtivesse aprovação em todas as matérias.

O curso preparatório foi dividido em duas classes: a primeira, composta pelo estudo de gramática nacional e aritmética (quatro operações em números inteiros e teoria das proporções); e a segunda, composta pelas matérias de inglês, francês e álgebra (até as equações de segundo grau).

Os três anos do Curso Comercial Pernambucano dividiram-se em:

Art 1º §1º. O Curso de estudos compreenderá três anos, e as matérias do ensino contarão: no primeiro – de geografia, estatística e história do comércio; no segundo – de aplicações de cálculos às operações de comércio e escrituração mercantil; e no terceiro – de princípios de economia política e de direito mercantil relativos ao comércio (PERNAMBUCO, 1863, p. 19).

O curso comercial funcionava no Ginásio Provincial, e cursá-lo era sinônimo de privilégio na província. Os privilégios dos habilitados no Curso Comercial de Pernambuco foram mantidos:

Art. 2º. Os aprovados nestas matérias, obterão cartas de habilitação, e por virtude delas serão preferidos para os lugares de professores, uma vez que se inscrevam na classe dos opositores do mesmo Curso; poderão ser despachados sem concurso para segundo escrivães da tesouraria provincial, e serão admitidos, sem dependência de novos exames, aos concursos de empregados provinciais que requerem as mesmas matérias dadas no Curso, para o respectivo provimento (PERNAMBUCO, 1863, p. 20).

Ao concluir o curso comercial, o habilitado já podia ascender ao funcionalismo público, sem exigência de concurso, seja para ensinar no próprio curso comercial, para atuar como empregado provincial da área comercial, ou ainda como escrivão da tesouraria provincial. De 1857 à reforma, em 1863, os privilégios dos cursistas e concluintes foram ampliados.

No ano de 1864, a frequência do curso foi de 25 alunos (RELATÓRIO, 1864. p. 13). Em 1865, também houve 25 estudantes, porém 5 alunos do terceiro ano não

compareceram ao exame de habilitação (RELATÓRIO, 1865. p. 16). Já em 1866, o presidente da província relatou não ter havido nenhuma matrícula para o primeiro ano do curso comercial, apesar de a província ter admitido 14 alunos ouvintes; na cadeira do segundo ano, se matricularam 8 alunos; e, na do terceiro, apenas 3; no último mês do curso, houve ausência completa dos alunos do segundo e do terceiro anos (PERNAMBUCO, 1866, p. 29).

Em 1867, o Barão de Vila Bela, então presidente da província, em virtude da Lei n. 749, de 21 de junho de 1867, declarou extinto o curso comercial. Os professores do curso poderiam ser aproveitados como outros empregados comerciais, se assim desejasse o Barão; porém esses professores não tinham seus vencimentos garantidos, até que fossem reaproveitados (PERNAMBUCO, 1867, pp. 43-44).

A retórica política nos debates dos projetos de lei ocorridos na Assembleia Provincial apresentou embates importantes na discussão sobre a extinção do Curso Comercial Pernambucano. Foram três longos dias de debate durante o mês de junho de 1867. As discussões ocorreram mediante a defesa ou a denúncia de três pontos específicos: 1. utilidade pública ou social do curso comercial; 2. qualidade “pedagógica” do curso – implicando a defesa da reforma do curso ou a sua extinção; 3. discussão acerca do art. 2º do projeto de lei para a extinção do curso, que versava sobre a vitaliciedade do cargo dos professores.

O deputado que propôs o projeto para a extinção do Curso Comercial Pernambucano foi o “Sr. Amynthas”, provavelmente “Francisco Amynthas de Carvalho Moura”, que, formado como bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife em 1861, foi administrador do Consulado de Pernambuco e também governador do Rio Grande do Norte. Escreveu “Ensaio econômico e apreciações práticas sobre o estado financeiro do Brasil” em 1885 e “A republicanização do Brasil perante a história”, uma reprodução de artigos seus publicados no Diário de Pernambuco, com o pseudônimo de “*Ignotus civis*”, em 1891 (BLAKE, 1893. p. 390). Mas, antes de subir à tribuna para defender suas proposições, outro deputado tomou a palavra.

O “Sr. J. do Rego Barros”, provavelmente João do Rego Barros, o Barão de Ipojuca, irmão do Conde da Boa Vista (Francisco do Rego Barros), foi quem tomou a

primeira palavra em 4 de junho de 1867, para a discussão do projeto de lei responsável por extinguir o Curso Comercial Pernambucano. Defendeu a permanência do curso e argumentou que, se alguns problemas apontados (leis e regulamentos do plano de estudos, exigência das habilitações para entrar no curso, ou até mesmo falta de habilitação dos professores do curso) fossem solucionados, o curso passaria a ser frequentado por um grande número de “moços” (ANNAES, 1867, p. 107).

Então, Manuel Lopes Machado – descrito por Augusto Sacramento Blake como natural de Pernambuco, homem com grande inteligência e autor, num volume da Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, de um artigo sobre a “Abrilada” (no qual discordava do movimento) – fez ressalvas à permanência do curso comercial. Ele remeteu vários apartes à fala de “J. do Rego Barros”. Os apartes foram os seguintes: “O comércio de Pernambuco não quer caixeiros instruídos”, alegando a falta de interesse dos donos de comércio em contratar caixeiros já instruídos. Porém, reconhecia que eles mesmos não seriam instruídos, pois “o comércio de Pernambuco não assina uma Revista, porque não sabe ler francês”. Por fim, Lopes Machado só acreditava no aumento da frequência do curso comercial “quando tornar-se brasileiro o comércio de Pernambuco” (ANNAES, 1967, p. 107).

Esse último aparte de Lopes Machado relaciona-se às discussões, já apresentadas, sobre a questão do antilusitanismo na província de Pernambuco, entre os anos da Praieira até 1870, e lança luzes sobre a defesa da proposição de Lima e Silva (2010), a respeito da disputa pela inserção, no mercado de trabalho, entre os pequenos caixeiros brasileiros, normalmente sem instrução, dos caixeiros vindos de Portugal, já instruídos em ler, escrever e fazer as quatro operações básicas da matemática.

Para Lopes Machado, o curso comercial só conseguiria alcançar suas expectativas se, primeiro, fosse alcançada a nacionalização do comércio a retalho em Pernambuco, a qual, apesar do antilusitanismo, ocorreu por meio dos portugueses e de seus descendentes atuantes no comércio no Recife (CÂMARA, 2012). Talvez por isso Lopes Machado acreditasse no fato de o comércio em Pernambuco pouco se

importar com a instrução dos caixeiros, simplesmente pela preferência dos caixeiros portugueses (previamente instruídos nas primeiras letras).

Os argumentos de Lopes Machado não se distanciaram dos anúncios encontrados no Diário de Pernambuco demandando caixeiros para trabalho no comércio a retalho de secos e molhados no Recife, durante a segunda metade do século XIX. De acordo com Lima e Silva (2010), o principal fator para a possível contratação daqueles trabalhadores não era seu grau de instrução ou de habilitação para o trabalho, mas a “fiança de conduta”. As pesquisadoras acreditam, assim como Câmara (2012), que o caixeiro garantia maior possibilidade de ser contratado quando possuía alguém para afiançar-lhe a conduta, pois isso lhe assegurava certo grau de confiança por parte do contratante. Os caixeiros eram, por vezes, não apenas os vendedores dos produtos nas vendas, mas também os responsáveis por registrar toda a circulação das mercadorias; qualquer erro nesse registro (ou desvio de dinheiro e/ou de mercadorias favorecendo os caixeiros) implicaria perda de dinheiro, por isso a “confiança” valia mais que a instrução (POPINIGIS, 2007).

Ainda na discussão da Assembleia, “J. do Rego Barros”, defensor da reforma do curso, alegou que o presidente da província autorizara a reforma, a mudança do horário (passando a funcionar à noite) e a dispensa dos estudos preparatórios para o ingresso no curso comercial. Como falamos anteriormente, o curso preparatório pode ter sido uma alternativa “pedagógica” para melhorar as habilitações dos ingressantes no curso.

“J. do Rego Barros” procurou justificar sua posição lendo os relatórios do Diretor da Instrução Pública e os apontamentos feitos por Manoel Clementino, o então presidente da província (ANNAES, 1967, pp. 107-108). Não convencido de que conseguiria defender a permanência do curso comercial apenas pelo argumento da sua utilidade pública e social, “J. do Rego Barros” elencou outro argumento: questionou se seria possível, com a extinção do curso comercial, acabar também com a vitaliciedade do cargo dos professores do curso (ANNAES, 1867, p. 109).

O “Sr. Amynthas”, proponente do projeto de extinção do curso, tinha um ponto de vista diferente daquele dos demais deputados; para expressá-lo, leu o mesmo relatório do Diretor da Instrução Pública, alegando a falta de utilidade pública do curso.

Segundo seu argumento, o curso não estava atingindo as “vantagens” prometidas no momento de sua criação. Para o “Sr. Amynthas” a “classe comercial” deveria ser preparada com conhecimentos profissionais, porém “os meios empregados não foram úteis nem eficazes [...]” (ANNAES, 1867, p. 110). Em geral, os deputados falavam em “decadência”, quando se referiam ao estado do curso àquela época.

Para o deputado “Amynthas” não haveria qualquer “embaraço” em se acabar com a vitaliciedade dos professores do curso comercial, por se ter extinguido o curso no qual eram empregados. O único “direito adquirido” pelos empregados públicos, ao serem dispensados em situações como aquela, era o de serem “preferidos para ocupar lugar equivalente” (ANNAES, 1867, p. 115).

A discussão da Assembleia Provincial decidiu por extinguir o curso. Os argumentos do deputado “Amynthas” convenceram a bancada. Para os políticos atuantes na assembleia em 1867, não havia utilidade alguma na manutenção de um curso comercial para a instrução profissional de um ofício afeito ao aprendizado pela prática e, principalmente, de um curso tão destoante, porque teórico demais, da dimensão pragmática do ofício caixeiral.

O período entre as décadas de 1860 e 1870, já afirmamos, foi de intensa adaptação da província às dificuldades econômicas vividas após a abolição do tráfico transatlântico de escravos e o intenso tráfico interprovincial de escravos deslocando boa parte da mão de obra das províncias do Norte para o Sul do Império. Em Pernambuco, o arroxio com as contas públicas serviu de discurso para a extinção do curso comercial.

Durante as décadas de 1840 e 1870, apesar da nacionalização do comércio a retalho na província de Pernambuco, as disputas no exercício do ofício caixeiral não foram suspensas. O fato de o curso comercial não ter vigorado e a continuidade dos anúncios no Diário de Pernambuco – ofertando rudimentos do ensino comercial, ao mesmo tempo em que demandavam meninos entre sete e quatorze anos para o ofício caixeiral – nos fazem inferir que os conflitos no interior dos estabelecimentos comerciais persistiram.

O Ginásio Pernambucano, durante a década de 1860, ofertou um curso comercial pouco frequentado. Nas palavras do presidente da província João Silveira

de Souza, em 1863, a província não “sentia” a necessidade de instrução para o comércio, porque os poucos demandantes da modalidade de ensino preferiam “bebê-la em cursos mais regulares na Europa”. Aos que não se aprofundavam nas fímbrias do conhecimento comercial, as matérias “imediatamente indispensáveis na prática comum do comércio” seriam o necessário (RELATÓRIO, 1863, p. 14). Se em 1863 o presidente da província não se pautou no discurso financeiro para a supressão do curso comercial do Ginásio Pernambucano, considerou-o dispensável, desnecessário à prática comercial.

A abertura e supressão de cursos de Ensino Profissional, mantidos pelos poderes públicos, ocorreu frequentemente durante o “longo século XIX” em Pernambuco. Defendemos anteriormente que a efemeridade daqueles cursos foi condicionante para a atuação dos próprios trabalhadores em prol da instrução de si e dos seus.

A supressão do curso comercial a cargo dos poderes públicos de Pernambuco ocorreu anos antes de os trabalhadores no comércio se associarem, ainda em finais do Império. A Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco foi uma associação mutualista que pugnou pela instrução de seus consócios.

3.1.1 A Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco

Em 1886, foi instalada no Recife a Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco, com o interesse de

reunir em um grêmio fraternal os empregados no mesmo comércio, protegê-los e às suas famílias, instruí-los e pugnar pelos interesses legítimos de cada um deles e pelos da classe em geral, empregando os recursos a seu alcance” (COMÉRCIO, 1892).

Essa proteção financeira direcionou-se aos casos de doenças, invalidez ou morte do associado, quando sua família receberia certo ordenado.

O fenômeno associativista adensa pautas comuns aos associados, organizando-os e protegendo-os em ação coletiva. Os estatutos aprovados, regras ou normas de funcionamento, elucidando condições e/ou situações de uma pessoa ou

entidade, ilustram as pautas comuns de seus sócios (MAC CORD & BATALHA, 2014), evidenciando as questões enfrentadas pelos trabalhadores no comércio no Recife.

Os dois principais objetivos presentes nas associações investigadas foram abordados nos primeiros incisos do art. 1º dos estatutos da Associação dos Empregados no Comércio:

§1º. Protegerá os seus associados, promovendo empregos e distribuindo subsídios àqueles que caírem em necessidade.

§2º. Instruirá seus associados, estabelecendo um curso noturno para o ensino de matérias necessárias à instrução comercial e de outras que forem reclamadas por vinte sócios no mínimo.

§3º. Procurará estabelecer relações diretas com as associações idênticas, estabelecidas e que se estabelecerem no País e fora dele, para recíproca proteção de seus associados.

§4º Fundará um *monte-pio* para socorrer seus associados e famílias dos mesmos (ESTATUTOS, 1892, p. 3).

Seus objetivos foram: (a) o caráter mutualista da associação; e (b) a intenção de promover instrução para os associados. O primeiro e o quarto incisos versaram sobre a característica mutualista da associação, previam a proteção dos sócios sem empregos, porventura subsidiando-os, caso houvesse necessidade; esse subsídio foi previsto por meio de um montepio. O montepio era uma instituição feita por uma cota por meio da qual cada um dos membros pagantes adquiria o direito de, por morte, deixar pensão pagável a seu cônjuge e herdeiros(as) (FERREIRA, 1975, p. 943). Porém os montepios das associações não se limitaram aos casos de morte do consócio contribuinte, também eram pagos no caso de enfermidade e/ou desemprego do sócio (MAC CORD & BATALHA, 2014).

Logo no primeiro artigo dos estatutos, o segundo inciso foi o responsável por evidenciar a ação educacional da associação. Na sessão “fins da associação”, o segundo inciso dizia que (a associação) “§2º Instruirá seus associados, estabelecendo um curso noturno para o ensino de matérias necessárias à instrução comercial e de outras que forem reclamadas por vinte sócios, no mínimo” (COMÉRCIO, 1892, p. 3). O curso foi inicialmente desenhado com as matérias necessárias à instrução comercial, regidas por professores estipendiados (ou não) pela associação, pertencentes (ou não) ao quadro de sócios da associação, cujas habilitações para tal

fim fossem ajuizadas pela diretoria; e, de acordo com o parágrafo único do art. 21º, o “ensino” deveria ser “teórico e prático” (ESTATUTOS, 1892, p. 10).

O intervalo de vinte anos entre a extinção do curso mantido pelos poderes públicos e a tentativa de abertura de um curso por parte dos próprios trabalhadores no comércio aponta seu interesse por uma instrução básica para o ingresso no ofício comercial. O curso, pensado pelos próprios trabalhadores associados e depois extinto pelos poderes públicos, contou com prerrogativa distinta daquela do curso criado: a instrução prática do ofício.

Desde a extinção do curso comercial em 1867, a questão de um ensino prático para o exercício do ofício foi objeto de discussão entre os deputados da assembleia e entre os próprios empregados no comércio.

Organizar e proteger (MAC CORD & BATALHA, 2014) são duas faces da mesma moeda associativista. Nos seus estatutos, aqueles associados destacaram primordialmente o exercício de atividade comercial na praça de Recife e o auxílio mútuo dos sócios, ou seja, a sua “proteção”. Por isso a exigência do pagamento da joia (um valor para se inscrever, pela primeira vez, como sócio), das mensalidades e a promoção de ações voltadas para a instrução dos sócios, seus familiares e/ou indicados.

Santos e Oliveira (2014), ao analisaram os estatutos e relatórios de diversas associações de trabalhadores em funcionamento no Recife durante o “longo século XIX”, defenderam que a “proteção” aos sócios incluiu o mutualismo, a proteção financeira em caso de doenças, desemprego e/ou morte, e a instrução figurou como tática para se conquistar o monopólio do mercado de trabalho do ofício.

O aumento populacional (por conta das constantes migrações), a transição gradual para o trabalho livre nos anos finais do Império, somados à promulgação da Lei Saraiva (que depurou os direitos políticos de grande parte dos eleitores pobres no país, por meio de “princípios de distinção” baseados na renda média anual, na comprovação dessa renda e na alfabetização) (SOUZA, 2012), condicionaram os trabalhadores no comércio à organização associativista, mas, por artifício estratégico da própria associação, promoverem seus exclusivos “princípios de distinção”.

Os “princípios de distinção” adotados pela associação seguiram “costumes comuns” (THOMPSON, 1998) dos trabalhadores do comércio. Por exemplo: a manutenção da exigência de “boa conduta” aos caixeiros foi mantida pelo terceiro artigo dos estatutos da AECP (ESTATUTOS, 1892, p. 4) como a primeira exigência para serem aprovados como sócios efetivos. A “fiança de conduta” foi um requisito comum nas demandas por caixeiros anunciadas nos jornais, ao longo do século XIX, pois, devido à importância do cargo, seria necessário alguém que afiançasse ao contratante a “boa conduta” dos caixeiros que seriam contratados (LIMA & SILVA, 2010). Dentre os “valores” defendidos pela associação, a “conduta” figurou como o primeiro “princípio de distinção”, requisito costumeiro aos caixeiros em busca de inserção no mercado de trabalho. A legitimação desse “valor”, caro ao patronato, por parte da associação foi um elemento estratégico para a aprovação de suas propostas.

Outra intenção da Associação dos Empregados no Comércio, nos anos iniciais de sua atividade, foi a de agenciar propostas “educacionais”, através da abertura de curso para o comércio (e de uma biblioteca), estrategicamente formulado para fomentar a “proteção” do monopólio do mercado de trabalho e, sobretudo, angariar prestígio social para os seus associados e para o ofício. Os caixeiros atuantes no Recife, a partir da nacionalização do seu ofício, promoveram estratégias de hierarquização, sob a alcunha do fenômeno associativista.

Não localizamos os relatórios dessa associação referentes aos anos iniciais de sua atividade, porém, em 1903, percebemos que ainda havia a abertura dos cursos listada como intenção no seu estatuto. Segundo o texto,

§ 5º Manterá as aulas mais indispensáveis para a instrução comercial, organizando um curso regular, moldado nos primeiros do gênero, logo que tenha meios para isso. O regulamento será organizado pelo seu diretor, discutido e aprovado pelo corpo docente e submetido depois à aprovação do conselho diretor (COMÉRCIO, 1903, p. 4).

Apesar de outras demandas terem se sobreposto, ao menos na escrita dos estatutos, às aulas indispensáveis para a instrução comercial, a AECP continuou pugnando por uma instrução capaz de dotar os alunos diplomados de conhecimentos suficientes para atuarem nas mais diversas casas comerciais e ocuparem os mais diversos cargos. A associação seguiu em defesa de que seus egressos fossem os

preferidos aos empregos nas casas comerciais no Recife (SANTOS & OLIVEIRA, 2014).

Segundo Felipe Souza, o perfumista Manoel Eugênio da Rocha Samico, presidente da AECP em 1907, foi contemplado, em maio de 1889, com um privilégio exclusivo, de oito anos, para montar uma fábrica de perfumes e sabonetes (SOUZA, 2020). O perfumista compôs a chapa lançada pela Liga Operária Pernambucana para a eleição da constituinte e para a intendência municipal, em 1890. A atuação da Liga Operária Pernambucana voltou-se para uma agenda conciliatória com a elite local (SOUZA, 2020, p. 16). O jogo político daqueles trabalhadores seguiu as estratégias de alianças desenvolvidas anos antes pelos artífices do liceu. Para o autor, alguns consócios da Liga Operária, por participarem de outras irmandades religiosas e associações mutualistas, adentraram a rede do “associativismo negro”, pela predominância de homens de cor naqueles espaços.

Como destacamos na introdução, recorremos tanto aos jornais da cidade quanto à base de dados *Family Search*. Identificamos que, dos poucos sócios cujos nomes foram listados nos estatutos e relatórios de três associações pesquisadas, não há informações sobre as suas cores. Seguindo o alerta de Álvaro (NASCIMENTO, 2016), além dos casos relatados no corpo do texto, fizemos a pesquisa nominal dos associados da AECP, dos professores do liceu e dos professores associados da SAML e no GPPP e não obtivemos ocorrências promissoras. Em relação à AECP, o sócio Antonio Jesuino de Souza Martins apareceu nos jornais, em 1898, como secretário da Venerável Ordem 3ª do Seráfico Padre S. Francisco, no Recife (FBN, Diário de Pernambuco, domingo, 14 de agosto de 1898, p. 5). Tito Livio da Silva foi secretário da Sociedade Recreativa Magdalenense, em 1890 (FBN, Diário de Pernambuco, 9 de novembro de 1890, p. 5) e Augusto Gonçalves Fernandes apareceu na seção “Subscrição portuguesa” (FBN, Diário de Pernambuco, 15 de maio 1890, p. 2), o que indicava uma associação diversa entre cor e nacionalidade (CÂMARA, 2012). No Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), não há registros de inventários *post-mortem* e certidões de óbitos em seus catálogos.

Em relação à “cor” daqueles trabalhadores, a exceção foram os sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, cuja predominância de pretos e pardos é largamente conhecida e foi evidenciada pela fotografia da inauguração do palacete

do liceu, analisada e publicada por Mac Cord (MAC CORD, 2012, pp. 406-410), como destacaremos no subtópico a seguir.

As associações instaladas e em funcionamento no Recife possuíram formas e membros de cores diversas. A AECP, até onde indicam as fontes consultadas, foi composta por trabalhadores nacionais (descendentes ou não de portugueses) e patrões de estabelecimentos comerciais do Recife. A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais (SAML), como falaremos adiante, foi formada por trabalhadores de cor. A Sociedade Propagadora da Instrução Pública (SPIP) agregou docentes e políticos (como o próprio presidente da província no ano de sua instalação). O Grêmio dos Professores Primários de Pernambuco (GPPP) pareceu formado unicamente por docentes, e não temos registros sobre as cores de seus consócios. Todas as associações, no entanto, afirmaram suas ações voltadas à educação e apenas a SPIP não contou com ações mutualistas.

No relatório de 1907, a beneficência foi reafirmada como motivo para a criação da sociedade por Nerêu Maciel⁹. Segundo o relatório daquele ano, houve uma querela quanto ao regulamento do montepio, porém não aparecem detalhes sobre o que motivou a reorganização do regulamento. Apenas temos indícios de uma má administração do montepio.

Segundo o mesmo relatório de 1907, algum sócio publicou no Jornal “A Província”, no dia 12 de setembro, um texto anônimo (assinado apenas por B. N.) sobre a reforma dos estatutos da associação. Esse sócio anônimo havia reclamado que, durante a administração de Cleto, não foi posto em execução o montepio. O sócio anunciou:

É nosso intuito o reerguimento da nossa classe de modo que ela venha a pesar no concerto das forças pensantes, não simplesmente dando um deputado à assembleia estadual, que não basta, mas interferindo, com critério e proficiência, nos problemas que visem, onde quer que se levante ou seja um movimento generoso e equitativo, ou seja uma tentativa de esbulho ou postergação de direitos [...] A reforma dos estatutos, visando principalmente elevar o nível das assembleias, é a nosso ver o primeiro passo (RELATÓRIO, 1907, p. 21).

⁹Nerêu Maciel foi dono de uma loja de ferragens, miudezas e máquinas de costura, na rua Duque de Caxias n. 105, no bairro de Santo Antônio, em 1896 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1896, p. 6).

A questão não parou por aí, houve uma querela na eleição de 1906 para o ano administrativo de 1907. Os eleitos declararam não aceitar a eleição. Foi necessária a participação do próprio Nerêu Maciel, fundador da associação, para que fossem eleitos os consócios listados, e a disputa pelo controle da AECP não acabou com a intervenção de Nerêu.

Apesar da querela com relação aos recursos do montepio da associação, os consócios conseguiram pôr em funcionamento seu curso comercial e, anos depois, abriram a Academia do Comércio, com subvenção dos poderes públicos.

Interessante observar que os trabalhadores de ofício em Pernambuco e noutras províncias/estados se distinguiram, em relação à procura pela instrução, dos trabalhadores em ofícios de outros países. Da mesma maneira que trabalhadores no comércio, eles se organizaram e abriram iniciativas educacionais no Recife, em Maceió (MACIEL, 2011), em Salvador (SOUZA, 2018) e no Ceará (OLIVEIRA, 2005).

Na França, Portugal e Espanha, as escolas públicas assumiram as funções de ensino das antigas corporações de ofício (VARELA & ALVAREZ-ÚRIA, 1991; MANACORDA, 2010; CONDORCET, 2008) e se tornaram responsáveis pela instrução dos trabalhadores de ofício. Na Inglaterra, a igreja metodista contribuiu significativamente, ao lado da instrução pública estatal, para a instrução dos trabalhadores (THOMPSON, 1987). No caso do Recife, particularmente, os trabalhadores no comércio de Pernambuco foram os principais responsáveis pela criação de espaços de instrução voltados para si e para os seus (SANTOS, 2014), como mostra a abertura da Academia de Comércio de Pernambuco, a cargo da Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco.

3.1.2 Uma academia para a instrução comercial

Em 1911, houve a abertura da Academia de Comércio de Pernambuco, a cargo da Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco.

No mesmo ano de abertura da Academia de Comércio, o general Dantas Barreto havia tomado posse como Governador do Estado de Pernambuco, após

intensos anos de adaptação ao novo regime político republicano e de disputas entre as antigas elites senhoriais dos engenhos e os republicanos ligados aos centros urbanos do Recife.

Em seu mandato, Dantas Barreto promoveu propostas de desenvolvimento econômico deslocadas da manutenção da lavoura de cana-de-açúcar. O período de modernização da indústria açucareira pelo qual Pernambuco passou, não associado às mudanças nas relações de trabalho (e sociais) vigentes, ocorreu, como estabeleceu Eisenberg (1977), entre os anos de 1870 a 1910. O governo de Dantas Barreto caracterizou-se pelas modernizações urbanas no Recife, pela destruição de antigos prédios para o alargamento de ruas no centro da cidade e pelo investimento, por parte dos poderes públicos, em indústrias (SILVA, 2014).

Apesar de 32,7% dos trabalhadores do Recife, em média, atuarem no setor industrial, a maioria deles, 50,5%, atuou no setor de serviços (produtivos, coletivos, pessoais e sociais). Apesar do agudo crescimento do setor industrial em Pernambuco, nas usinas açucareiras ou nas vilas operárias das fábricas de tecidos (na Torre, na Macaxeira, em Camaragibe – bairros mais afastados do centro comercial da cidade do Recife), o setor comercial permaneceu preponderante. Cerca de 15,9% (12.775 empregados) dos trabalhadores recenseados no Recife, entre 1910 e 1920, exerciam ofício comercial (BARBOSA, 2008, pp. 319-320). Por falta de dados, não podemos afirmar que doze mil, setecentos e setenta e cinco (12.775) trabalhadores do setor comercial estavam associados à AECP.

Como se organizou o curso de comércio da AECP?

A Academia do Comércio de Pernambuco promoveu três níveis de cursos. O primeiro, “curso elementar”, habilitaria quem o concluísse para o ofício de pequenos auxiliares no comércio, de maneira que a matéria específica ao exercício comercial era “[...] e) prática de comércio relativa a escrituração de borradores, extração de faturas, expedições” (ESTATUTOS, 1911, p. 3), além das noções básicas de aritmética, português, geografia e caligrafia. O “curso secundário” habilitaria para as funções de guarda-livros (responsáveis por escriturar e manter em boa ordem os livros mercantis das empresas comerciais, função atualmente demandada aos contadores) e dividiu-se em dois anos.

O “curso superior” da Academia do Comércio dividiu-se em duas séries: a primeira habilitando para “contador”, e a segunda habilitando para o cargo de “atuário”, “agente consular” ou “funcionário do Ministério das Relações Exteriores”. Esse curso estava desenhado e procurou atender a quem se interessasse pelas disciplinas ministradas, mas só forneceria diploma a quem o concluísse por completo e com regularidade.

No relatório do ano de 1919, a Associação dos Empregados no Comércio apresentou as reformas realizadas no plano do curso da “Academia do Comércio”, dividindo o ensino do curso elementar, para ter “mais eficácia”, em dois anos: um, intitulado curso elementar, e o outro, curso preparatório. O curso elementar foi dividido em duas turmas, devido ao quantitativo de matrículas e frequência (RELATÓRIO, 1919. pp. 13-14). Para os membros da associação, essa queda na frequência dos alunos deveu-se à precoce inserção no mundo do trabalho dos alunos da academia. Aliando um argumento ao outro, os membros da associação passaram a pugnar pela regulamentação das horas de trabalho no Recife: “a) O trabalho para todo o empregado não deve exceder de 10 (dez) horas líquidas, diárias” (RELATÓRIO, 1919. p. 35). Parte da argumentação defendia a possibilidade de os trabalhadores do comércio concluírem o curso na Academia do Comércio, a cargo da associação, justificando:

não desejamos criar luta entre o capital e o trabalho, nem tampouco que este sobrepuje aquele, desejamos conquistar direitos que melhorem a nossa situação, regalias que amenizem as nossas condições intelectuais e morais, sem que isto desequilibre a ordem existentes nos negócios comerciais, nem traga prevenções e aborrecimentos. Nós desejamos uma lei humana, moldada nos princípios da Justiça e do Direito, que possa trazer benefícios e cujos resultados sejam: elevar o nível moral da nossa classe, fazer homens suficientemente educados e conhecedores dos seus deveres como empregados e como cidadãos e ainda mais estreitar os laços entre patrões e empregados para maior desenvolvimento e pujança do Comércio e engrandecimento da Pátria Brasileira (RELATÓRIO, 1919. p. 37).

A associação fez uso consciente do jargão marxista. Foi contrária às concepções de “luta de classes” ou de disputas pelo controle dos meios de produção, como havia feito Marx em boa parte de suas obras, sendo a mais conhecida o “Manifesto do Partido Comunista” (MARX, 2013). Tal manifesto foi publicado originalmente em 1848, e a resposta da Igreja Católica aos movimentos sociais

comunistas e socialistas foi publicada em 1891, através da Encíclica *Rerum Novarum*. Na encíclica houve uma vigorosa defesa da propriedade privada e uma crítica às injustiças sociais promovidas pelo capitalismo aos operários. O texto pretendeu alinhar a lógica da produção industrial com o bem-estar dos trabalhadores. Advogava um pagamento justo ao trabalho exercido pelos operários e evidenciava que a indústria não existiria sem o operário, nem o operário sem a indústria (PEREIRA, 1991).

Pela primeira vez, a encíclica foi tomada como ponto de referência pelo patronato do Recife. O fundador da Fábrica de Tecidos de Camaragibe (atual município da zona oeste da Região Metropolitana do Recife), Carlos Alberto de Menezes, baseou-se nas concepções da *rerum novarum* para “estreitar os laços” com os trabalhadores de sua vila operária, em 1891. Marcos Santos analisou a maneira como a encíclica foi utilizada na Vila de Camaragibe para disciplinar os trabalhadores na fábrica de tecido, condicionando, inclusive, a intervenção de Carlos Alberto na associação dos trabalhadores da fábrica (SANTOS, 2017).

A AECP não inovou no uso do jargão marxista para justificar o laço “estrito” entre empregados no comércio e seus patrões. À baila da “*rerum novarum*”, pugnou por melhores condições de trabalho e direitos que melhorassem a situação dos consócios, como a elevação do “nível moral” da “classe”. Seguindo aquelas recomendações, não desejava “criar luta entre o capital e o trabalho”. A encíclica inspirou mais o patronato das vilas operárias e os consócios da AECP contra o “desequilíbrio da ordem existente entre os negócios comerciais” do que a “luta de classe” defendida por Marx.

A estratégia do uso das ações voltadas para a instrução profissional se vinculou também a questões políticas envolvendo relações de trabalho. Procurou reduzir as horas de trabalho dos empregados no comércio no Estado de Pernambuco, por meio da defesa da elevação do nível moral da categoria, através de uma educação voltada para seus deveres como empregados e como cidadãos.

Os argumentos utilizados pelos caixeiros em Recife assemelharam-se àqueles dos caixeiros no Rio de Janeiro, no início da República, quando reivindicaram o fechamento do comércio no domingo.

Segundo Fabiane Popinigis, durante boa parte do Império, os caixeiros basearam seus argumentos numa matriz católica, segundo a qual, por exemplo, era necessário salvaguardar o domingo como o dia de descanso. Na passagem do Império para a República, no Rio de Janeiro, os caixeiros mudaram sua estratégia e passaram a argumentar que domingos e feriados eram dias para o cumprimento de deveres cívicos (POPINIGIS, 2007, p. 111).

Acreditamos que a AECP, por ter iniciado suas atividades em finais do período imperial, dedicou-se a atuar através da “beneficência”, distinguindo-se de organizações com perfil de “resistência” – como os sindicatos de trabalhadores emergidos durante a Primeira República, principalmente após o sucesso da Revolução de 1917 (BATALHA, 2000). A atuação da AECP, como ela mesma relatou em 1919, conciliou (porque foi formada por) patronato e trabalhadores, por meio de suas ações de instrução para o trabalho. No Rio de Janeiro, por exemplo, caixeiros se associaram em duas associações distintas, uma delas com perfil “conciliador” e outra com perfil “combativo”, segundo Fabiane Popinigis (2007). A AECP manteve sua estratégia de atuação sociopolítica de negociação com os poderes públicos de Pernambuco, a fim de angariar subvenções.

Os cursos que funcionavam na Academia do Comércio também recebiam subvenção da Prefeitura do Recife na década de 1910, como constou no relatório:

Ainda durante este ano foi a Associação contemplada com a subvenção de Rs. 3.000\$ que a prefeitura lhe concede *para auxiliar à Academia do Comércio*. Graças a este valioso donativo, temos conseguido melhorar as gratificações dos Srs. Professores, distribuindo-lhes uma cota maior, assim como reservando uma parte para aquisição do laboratório. Este ano, em virtude de embaraços financeiros, não foi paga esta subvenção, apesar de requerida em tempo, entretanto, como se trata de verba orçamentaria, devidamente reconhecida e processada para pagamento, a Associação resolveu adiantar aquela importância à Academia, ficando por sua conta o recebimento da referida quantia. Seria para desejar que outros auxílios pudessem ser conseguidos para a Academia, a fim de pudermos sanar as faltas de que já falamos na parte anterior em que tratamos da Academia do Comércio. Aqui deixamos consignados ao ilustre Conselho Municipal do Recife e ao Exmo. Sr. Dr. Chefe do Executivo Municipal os nossos sinceros agradecimentos pelo auxílio valioso com que tem amparado, nestes últimos anos, a Academia de Comércio (RELATÓRIO, 1919. p. 19, *grifo nosso*).

A associação, além de receber uma subvenção da Prefeitura do Recife, demonstrou a necessidade de arrecadar quaisquer auxílios secundários, destinados

às gratificações dos professores e aos gastos com a manutenção dos cursos. Em meio à disputa pela obrigação do investimento no ensino, os empregados no comércio conheciam as estratégias pelas quais os poderes públicos subvencionavam as ações voltadas para a instrução profissional: foram “agraciados” com o privilégio da subvenção e ainda ambicionaram quantias maiores (RELATÓRIO, 1919, p. 19).

A Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco, ao efetivar a Academia do Comércio, passou a utilizar suas ações educacionais como forma de negociação com os poderes públicos. No estatuto da AECP foram feitas declarações acerca do andamento do curso comercial, dos seus benefícios ao Estado, de como a instrução foi voltada para a “civilização dos trabalhadores”, na perspectiva de uma educação pelo trabalho. Foi a partir desse discurso que os associados pediram auxílio público.

O associativismo como estratégia de atuação sociopolítica, tendo por fator determinante o agenciamento de propostas educacionais, relacionou-se aos pedidos de subvenção dos poderes públicos para a manutenção do curso comercial.

Aqueles sócios utilizaram taticamente o artifício edificado pelo próprio associativismo do século XIX. A “aristocracia do trabalho” teve o associativismo como um de seus principais dispositivos estratégicos, por meio do qual distinguiram-se dos demais trabalhadores de ofício, não associados, pois conseguiram, a partir de ações coletivas, conquistar benefícios para si (HOBBSAWM, 2008), no caso, compreendendo tanto patrões quanto empregados.

A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais edificou-se por meio desse processo; a Sociedade Propagadora da Instrução Pública e o Grêmio dos Professores Primários, igualmente. A Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco, distinguindo-se dos caixeiros de hotéis (que instalaram associação própria), abriu uma Academia do Comércio e conseguiu uma subvenção para manter seu funcionamento.

O aspecto educacional foi fundamental para a estratégia associativista daquelas associações. Por meio dos seus cursos, os consócios pugnaram por subvenções, por proteção do mercado de trabalho ou quaisquer outros benefícios.

3.2 OS TRABALHADORES DE OFÍCIOS MECÂNICOS E LIBERAIS NO RECIFE

Simple e humilde em sua origem, lutando com mil dificuldades, transpôs todos os abismos que se apresentavam medonhos em seu caminhar, e constante e firme nos mais penosos trabalhos, nos mesmos sacrifícios, vê hoje a pequena semente plantada em 21 de outubro de 1841 convertida em bela e esplendorosa árvore, produzindo sazoados frutos. (Francisco A. Pereira da Costa, 1900, p. 38)

Desde 1824 a Constituição havia determinado o fim das corporações de ofício no Brasil; assim, “os mestres artesãos perderam o privilégio de monopolizar o ensino de suas artes e controlar seus respectivos mercados” (MACCORD, 2009, p. 3). Por esse motivo, um grupo de homens livres, mestres carpinas e pedreiros, todos pretos e pardos, reelaboraram e adaptaram seu legado aos novos tempos. Esses mestres estavam matriculados na Irmandade de São José do Ribamar.

Era valorizado o trabalho com a inteligência, a perícia, o respeito às hierarquias e a distinção social, virtudes caras aos mestres artífices, que usaram a irmandade como uma instituição agregadora dos praticantes de ofícios mecânicos. A associação laica fundada pelos antigos mestres de ofícios foi a “Sociedade das Artes Mecânicas”, com dois objetivos centrais: o “aperfeiçoamento” mais amplo dos associados; e o incremento das práticas de auxílio mútuo.

Em seu 10º aniversário, os artífices reformaram o estatuto da associação, no qual construíram mais ligações com as elites letradas e proprietárias e abriram matrículas para toda a “classe artística”, modificando seu nome para “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” (MACCORD, 2012). A rede de clientela na qual se inseriu a associação foi de suma importância para sua reorganização em tempos de crise.

Em 1860, desvinculada da Irmandade de São José do Ribamar, a associação passou por momentos institucionais críticos. Essa desvinculação e sua reorganização foram suficientes para garantir-lhe, em 1870, o privilégio de administrar o futuro Liceu de Artes e Ofícios e ostentar o título de “Imperial”.

Segundo Mac Cord, houve um uso estratégico da instrução por parte dos associados, porque o monopólio escolar viabilizava o potencial monopólio do mercado de trabalho. Tendo em vista esse argumento, defendemos a compreensão de que a atuação voltada à instrução, desencadeada pelos artistas mecânicos associados, foi o principal fator responsável pela manutenção da sociedade por tantos anos no Recife, meio pelo qual conquistaram valiosos privilégios concedidos pelos poderes públicos e, principalmente, construíram sua distinção social.

Na década de 1870, a associação foi a responsável por dirigir o Liceu de Artes e Ofícios do Recife e, na década de 1880, inaugurou o prédio do liceu, no bairro de Santo Antônio, em frente ao Teatro Santa Isabel e o Palácio do Governo da Província de Pernambuco (MACCORD, 2012).

Na ocasião da inauguração do liceu, Manoel do Nascimento Machado Portella fez um pronunciamento, posteriormente publicado no Diário de Pernambuco, em 27 de novembro de 1880, no qual explicitou seus esforços pessoais como político para investir nas ações da SAML. Foi um político e “entusiasta” da instrução, uma figura pública importante para a manutenção das ações particulares em prol da instrução no Recife. Por meio de seu envolvimento político, inclusive como vice-presidente da província no início da década de 1870, angariou subvenções e arregimentou políticos, professores e artífices para a concretização dos seus intentos. Foi durante sua vice-presidência, inclusive, que a Sociedade Propagadora da Instrução Pública instalou suas atividades. Trataremos das experiências e estratégias agenciadas pelos membros da associação na seção seguinte.

Analisamos as relações entre os consócios da SAML com os poderes públicos de Pernambuco, como estratégia de manutenção da distinção social e como mantenedora da subvenção destinada à associação. Destacamos, também, as publicações na imprensa em prol da ação educativa da associação, nas quais se defendeu a importância da SAML para a instrução voltada aos trabalhadores dos ofícios mecânicos e liberais em Recife. Por fim, analisamos algumas fotografias do Liceu de Artes e Ofícios, posteriores ao nosso recorte cronológico, mas condicionantes das nossas interpretações acerca dos caminhos edificados e defendidos pela instituição.

3.2.1 A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais

Itacir Luz analisou a atuação da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, entre os anos de 1840 e 1860, e defendeu a ideia da associação como entidade fundada e composta fundamentalmente por “pessoas de cor”. Segundo o autor, apesar dos “estigmas de cor” e de “trabalho mecânico” presentes durante o século XIX, confrarias e associações reuniam profissionais de diversos ofícios no Recife, entre elas a SAML. A atuação da associação se notabilizou pelo desenvolvimento da instrução de primeiras letras a si e aos seus, trabalhadores de ofícios, negros e pardos. Para Itacir, a SAML foi a expressão da participação ativa da população negra na cultura letrada do Recife (LUZ, 2008).

Após a década de 1860, a participação ativa daqueles trabalhadores edificou o Liceu de Artes e Ofícios, símbolo de sua distinção social na sociedade (MAC CORD, 2012).

Os artistas mecânicos edificaram uma relação de trocas interessadas com a política local de Pernambuco no regime imperial. O próprio imperador nomeou de “Imperial” a sociedade, formada por trabalhadores de cor do Recife. Manoel do Nascimento Machado Portela tornou-se diretor da mesma em 1881, ano da inauguração do Liceu de Artes e Ofícios. Edificar tamanha relação com a elite de Pernambuco custou décadas de trabalho árduo; construir uma escola de Ensino Profissional em frente ao Teatro Santa Isabel e ao Palácio do Campo das Princesas – prédios que simbolizam a elite imperial, construídos ao lado da casa oficial dos presidentes da província, o Palácio do Campo das Princesas –, imprimiu (provavelmente) expectativas positivas aos trabalhadores de ofício. Porém, a mudança no regime político modificou suas relações com os poderes públicos.

Durante a Primeira República, a associação conseguiu subvenções municipais, estaduais e federais para financiar suas ações de instrução profissional no Estado. No ano de 1900, por exemplo, sua receita foi composta pelas três instâncias administrativas, além das joias dos sócios e das mensalidades pagas por eles.

Segundo Costa, entre os anos de 1880 e 1908, da inauguração do liceu até o fim da fiscalização de Pereira da Costa, a associação vivenciou conflitos com os

poderes públicos, por conta da nomeação do fiscal. A fiscalização nomeada pelos poderes públicos direcionou a formação profissional do liceu ao mercado de trabalho. Durante a Primeira República, o liceu “foi um estabelecimento educacional que, repousando na pedagogia do trabalho, produziu uma mão de obra para atender aos setores da indústria e do comércio” (COSTA, 2013, pp. 107-108).

As joias somaram seiscentos mil réis (600\$000); as mensalidades somaram quinhentos mil réis (500\$000). A subvenção federal somou dez contos de réis (10:000\$000); a estadual, cinco contos (5:000\$000); e a municipal, um conto e duzentos mil réis (1:200\$000). Quase toda a receita da associação foi composta por subvenções dos poderes públicos: dos dezessete contos e trezentos mil réis (17:300\$000) recebidos, dezesseis contos e duzentos mil réis (16:200\$000) foram de subvenções públicas (RELATÓRIO, 1900, p. 18).

Entre os anos de 1895 e 1908, como dissemos, Francisco Augusto Pereira da Costa fiscalizou o liceu. Nascido em 1851, filho do professor de música Manoel Augusto de Menezes Costa e Maria Augusta Pereira da Costa, fez seus estudos primários no Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho e estudou Direito na Faculdade de Direito do Recife. Depois de empregar-se numa livraria na Rua do Imperador, local próximo ao terreno doado à SAML para a construção do liceu, foi nomeado diretor da secretaria da Câmara dos Deputados (COSTA, 2013, p. 77).

Na comemoração dos cinquenta anos de instalação da associação, Pereira da Costa escreveu uma breve memória sobre a SAML, na qual destacou o “estado de atraso” vivido pelos artistas mecânicos e pelo Ensino Profissional em Pernambuco, na década de 1830.

Durante o período imperial, a carência de recursos impedia que os artistas contassem com cuidados básicos de seu custo de vida; isso despertou “a ideia da criação de uma associação que tivesse por fim cuidar de remediar todos esses males, e em 12 de novembro de 1839 congregaram-se dez artistas, todos carapinas, à convite do iniciador da ideia José Vicente Ferreira Barros” (COSTA, 1900, p. 5). Mencionamos anteriormente a questão da disputa em torno da memória de fundação da associação, que às vezes é legada a Isidoro de Santa Clara; outras vezes, a José Vicente Ferreira Barros. Francisco Augusto, no entanto, atribuiu a Ferreira Barros a

iniciativa de associação; a Isidoro, por sua vez, coube o cargo de diretor, no momento da sua instalação.

No tocante ao jogo de trocas interessadas, à “economia do dom” promovida pelas associações, no ato de nomeação de sócios honorários e benfeitores, a SAML naquele ano nomeou alguns cidadãos. Para a categoria de sócios honorários, foram aprovados o professor Augusto José Maurício Wanderley (membro da Sociedade Propagadora da Instrução Pública e do Grêmio dos Professores Primários), o Dr. Luiz Cavalcante Lacerda de Almeida, o professor Manoel Theotônio Freire Júnior, o Dr. Zeferino Gonçalves Agra, o comendador Antonio Joaquim Barbosa Vianna e o Dr. Francisco de Souza Nogueira. Foram elevados a “sócios benfeitores” o conselheiro Antonio Gonçalves Ferreira e o próprio Francisco Augusto Ferreira da Costa (RELATÓRIO, 1900, p. 6).

Segundo Mac Cord, parte da estratégia da associação em prol de subvenções públicas e de angariar prestígio social deu-se por meio da nomeação de deputados, presidentes da província, inspetores da instrução, professores, médicos etc. às categorias de sócios honorários e sócios benfeitores (MACCORD, 2012). Para nós, tais relações verticais e horizontais fizeram parte do jogo de trocas interessadas entre a associação, os demais trabalhadores de ofícios da sociedade, a elite de Recife e os dirigentes públicos. A economia do dom, das trocas interessadas, permaneceu e atravessou regimes políticos.

As associações em funcionamento na Primeira República continuaram nomeando cidadãos capazes de angariar benefícios à sociedade ou os elegeu exatamente por terem feito isso. O caso de Augusto Wanderley não é nenhuma novidade, pois, foi um professor articulado politicamente, que conseguiu transferência para atuar nas escolas do centro do Recife, foi professor público e, no ano de 1872, fez parte da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Em 1878, organizou o Grêmio dos Professores Primários, dissidência do Instituto de Professores de Pernambuco. Sua participação na Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais confirmou as redes de clientela tecidas pelo docente e pelos próprios consócios da associação (IP. 31, p. 393; MACCORD, 2012; LIMA, 2014).

Augusto Wanderley junto com Felix de Vallois Correa foram professores públicos primários, ambos consócios da propagadora e do grêmio. O segundo, porém, foi professor nos cursos da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais desde o início de sua carreira docente. Felix de Vallois Corrêa iniciou suas empreitadas estratégias de atuação sociopolítica em 1859, quando se associou, por ser torneiro, na Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. No mesmo ano em que foi empossado para o magistério na Vila de Cimbres – pertencente, atualmente, ao município de Pesqueira, na região Agreste de Pernambuco, interior do Estado –, lecionava para um grupo de trinta (30) alunos na SAML. Vallois foi o segundo artífice da SAML a se tornar professor público em Pernambuco, o que demonstra “a penetração pública do grupo de artífices e a eficiência de suas redes de compromisso” (MAC CORD, 2012, p. 238). Em 1870, o artífice acumulava *status*. O Delegado Literário de Limoeiro – município do Agreste de Pernambuco, mais próximo da Zona da Mata e do Recife que a Vila de Cimbres – o elogiou, por não empregar castigos corporais em seus alunos e ter muito zelo e dedicação na instrução pública de primeiras letras. Tal destaque lhe garantiu uma transferência para a 4ª cadeira da Freguesia da Boa Vista.

Adriana Silva e Dayana Lima analisaram a mobilidade espacial de docentes em Pernambuco, em direção à capital da província, durante as décadas de 1860 e 1880. Segundo elas, tanto as práticas de mobilidade quanto os códigos legais, a fim de regulamentar aquela prática, resultaram na hierarquização socioprofissional desses trabalhadores (SILVA & LIMA, 2016). Aquele torneiro formado no Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar, logradouro mais antigo da SAML, tornou-se professor público, conquistou *status* no interior da sociedade, utilizando muito bem suas redes de clientela, motivadas e mantidas pela associação de artífices. Cerca de dez anos após, entrou na instrução pública e foi considerado por outros professores e colegas artífices apto a ocupar cargos importantes na Sociedade Propagadora da Instrução Pública e na SAML (MAC CORD, 2012).

As associações, foram importantes entidades pelas quais trabalhadores pugnaram por interesses comuns, todavia não podemos descuidar do aspecto mutualista. Embora a participação em várias associações mutualistas onerasse os consócios, eles o faziam na crença da assistência promovida por essas sociedades. Doença ou moléstia grave seriam tratadas pelos médicos contratados pelas

associações; se impossibilitados de trabalhar, recebiam pequeno auxílio durante determinado período; em caso de morte, a associação responsabilizava-se pelo custeio de todo o serviço funerário, além de assegurar determinado pecúlio às famílias e às viúvas. Participar de mais de uma mutualista possibilitava o acesso a todas essas assistências. Se uma negasse uma contribuição ou não pudesse assegurá-la, a outra, provavelmente, o faria. Na “tática”, o associado ou sua família conseguiria contar com mais de uma assistência, advinda de associações distintas.

Durante o “longo século XIX”, trabalhadores urbanos brasileiros não contaram com seguros definidos por lei; custear gastos básicos esteve por sua própria conta. As mutualistas, antes de pugnarem pela questão com os poderes públicos, responsabilizaram-se, inicialmente, por tais demandas. A seguridade social foi direito garantido com muita luta pelos(as) trabalhadores(as). Restou aos trabalhadores (e) docentes, durante “o longo XIX”, a estratégia associativista, que agregou o mutualismo à economia do dom.

Contudo, interesses comuns nem sempre venciam caprichos e ganâncias particulares.

O ano de 1900 foi conturbado para as finanças da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. O diretor da associação descreveu um caso complicado ocorrido naquele ano:

Ao ser empossado o tesoureiro eleito em sessão de Assembleia Geral, como determina a lei, o Sr. Affonso da Silva, o ex-tesoureiro Manoel Francisco de Souza declarou que em seu poder não tinha o saldo em dinheiro pertencente ao fundo de socorro que acusa o balanço, mas, que no entretanto aceitava e afirmava que o balanço era a expressão da verdade. Chamado na mesma ocasião o guarda-livros, o Sr. Melchiades de Santa Rosa este declarou ter feito a escrituração nos livros pelas notas fornecidas pelo Sr. Manoel Francisco de Souza. Declarou mais o Sr. Manoel Francisco de Souza que só tinha em seu poder a quantia de 173\$000 em dinheiro que entregou ao tesoureiro Affonso da Silva. [...] Posta a questão no prisma por que deve ser encarada, resulta que o Sr. Manoel Francisco de Souza deu um desfalque nos cofres do fundo de socorro de 3:105\$650. Interpelado o Diretor do ano, o Sr. Antonio Macario de Assis, porque não exigiu que o Sr. Souza desse cumprimento ao disposto no §5º do art. 34, na parte relativa ao fundo de socorro, este respondeu que, para ele, o desfalque cometido pelo Sr. Souza era uma surpresa; que o Sr. Souza gozava de muito bom conceito, e por isso nunca exigiu os balancetes trimensais do fundo de socorro (RELATÓRIO, 1900, p. 16).

Afirmamos anteriormente, quando discutimos sobre os trabalhadores no comércio, a importância dada à sua “fiança de conduta”. O caixeiro, mais novo, mesmo manuseando uma quantia pequena de valores, poderia desfalcar de uma venda qualquer de secos e molhados algum lucro do comerciante. Mais sério, porque mais lucrativo, era o papel dos guarda-livros – nome dado aos antigos contadores.

Se o fundo social destinado ao Liceu de Artes e Ofícios esteve sob a constante vigilância de Pereira da Costa, o guarda-livros decidiu desviar valores do fundo de socorro, utilizado para as práticas mutualistas da associação.

Segundo o diretor da associação, foram montadas duas comissões para averiguar o caso, pois havia dúvidas se o desfalque fora realizado nas finanças do ano de 1898 ou em 1899. O caso não andou e o diretor fez questão de acusar o antigo guarda-livros de não ter assinado o termo de responsabilidade quando foi empossado no cargo de tesoureiro da associação. Naquele ano, o caso ficou sem solução. Os consócios perderiam os benefícios assegurados pelos estatutos da associação, não por negação da assembleia, mas por falta de recursos.

Sem solução, o caso justificou a permanência de Pereira da Costa como fiscal da SAML. O diretor da associação, contando com o auxílio de Pereira da Costa, dedicou-se ao exame das finanças da associação, tanto de seu fundo social quanto das verbas do liceu.

Durante o “longo XIX”, as associações mutualistas e instrucionais emergiram em prol dos interesses comuns dos trabalhadores atuantes: organizar, proteger e instruir, mesmo que, por vezes, as ações de proteger e instruir disputassem o compromisso dos associados. Em 1900, o diretor da associação declarou seu posicionamento:

Estudando-se desapassionadamente e calmo o modo como uns tantos associados encaram esta Sociedade, compreende-se que eles pensam que a parte mais importante dela é a beneficência pecuniária. Acho isto natural naqueles que só se preocupam com os resultados materiais das corporações, traduzindo de modo diverso o ideal dos fundadores desta instituição. Sim, precisamos ser unidos para sermos fortes e assim alcançarmos o nosso fim. Vinde estudar e engrandecer o vosso espírito no intuito de mostrar que o artista de hoje já conhece o que é e tem consciência de que vale alguma coisa (RELATÓRIO, 1900, p. 35).

O diretor traduziu a disputa entre a proteção e a instrução, em relação ao compromisso final da associação. Alguns consócios pareciam interessar-se apenas pelo mutualismo, pela beneficência pecuniária. Todavia, o diretor reafirmou o compromisso com a instrução dos artistas e trabalhadores de ofício. Instruir foi o ideal dos fundadores da associação. E foi justamente a instrução que elevou a associação e seus sócios ao uso das casacas, ao benefício da subvenção dos poderes públicos, a contar com a associação de um presidente da província e ao reconhecimento do próprio Imperador Pedro II (MAC CORD, 2012). Manoel Joaquim de Sant'Anna Castro pugnou pela causa da instrução, lembrando o momento da instalação da associação e do próprio Liceu de Artes e Ofícios.

Por pugnar pela instrução, o diretor da SAML defendeu a instituição de prêmios aos alunos do liceu que tivessem completado “distintamente” os cursos profissionais aos quais se dedicaram. Apoiou, também, alguns alunos do liceu em sua ideia de fundação de uma associação literária e artística, intitulada Associação Literária Artística Diogo Velho, em homenagem ao fundador do liceu, tendo tal associação publicado um jornal intitulado “O Trabalho”. O diretor defendeu a necessidade de alinhar o mutualismo à instrução, sem que um diminuísse a importância do outro. O mutualismo só fazia sentido se fosse alinhado à instrução e, decerto, instruir trabalhadores sem que os próprios artífices estivessem assegurados mutualmente seria um erro; essa foi a mensagem do diretor.

A batalha de Manoel Joaquim de Sant'Anna Castro contra tesoureiros interessados no fundo social da SAML não findou em 1900. Em 1903, o diretor da associação denunciou o tesoureiro José de Oliveira Guimarães por algumas irregularidades que acreditou existirem. Segundo relatos do próprio Manoel, na ocasião, levantaram-se contra ele alguns consócios, que conseguiram retirá-lo do cargo de secretário e do quadro de sócios da mutualista. Porém, o consócio tornou-se secretário da exposição artístico-industrial promovida pelo liceu e, após angariar diversos elogios de “sujeitos ilustres”, contou com a intervenção do Governo do Estado nos negócios da mutualista. Em abril de 1905, por apelo de consócios, Manoel Joaquim reingressou no quadro de sócios da mutualista (RELATÓRIO, 1906, pp. 3-5).

Em sua volta, deu logo cabo de uma investigação para apurar se houvera ou não irregularidades na administração das contas do fundo social da associação, no ano de 1902. Também suspendeu dos cargos ocupados na diretoria os funcionários que em 1904 exerciam funções de responsabilidade econômica. O clima entre os consócios estava revoltoso. Segundo Manoel Joaquim, o então diretor da associação renunciou ao cargo e foi empossado como diretor pela assembleia geral da associação, mesmo estando longe da capital do Estado. Uma vez empossado, deu início ao inquérito prometido (RELATÓRIO, 1906, pp. 5-6).

O guarda-livros nomeado para compor a comissão foi Cornélio Gouveia. Relatou Manoel Joaquim o seguinte:

Do parecer do Guarda-livros, verificou a Comissão que a escrita foi *habilmente* arranjada. Os documentos (recibos em número de 17) julgados falsos pelas diferentes casas comerciais desta praça, elevou-se a quantia de dois contos, cento e vinte dois mil e trinta réis (2:122\$030), fora o arranjo feito nas mensalidades, tendo aparecido até agora um número considerável de recibos ilegais. Pelo exame meticoloso que fez em livros e mais papéis, a comissão respondeu brilhantemente a todos os quesitos propostos pela Assembleia Geral, chegando conclusão de que no ano de 1904, a Sociedade foi desfalcada em seus contos duzentos cinquenta e seis mil e duzentos reis (6:256\$200) (RELATÓRIO, 1906, p. 9, *grifo no original*).

Segundo Manoel Joaquim, o estado das contas da SAML “estava caótico”, a tal ponto que as viúvas de alguns sócios, sem receberem as devidas assistências, estavam “maldizendo” a SAML – provocando, possivelmente, a perda do prestígio social da instituição. Apesar da dificuldade em regularizar o pagamento de assistência às viúvas, a associação distribuiu socorro a dois sócios e enterrou um terceiro (RELATÓRIO, 1906, p. 11). Manoel Joaquim fez questão de mostrar-se perseverante no controle das finanças da associação e disse ter montado um quadro das dívidas da administração anterior (acusada do desvio do fundo social) e das dívidas contraídas para o andamento da associação. Ainda agradeceu o papel de Pereira da Costa e do próprio desembargador Sigismundo Antônio Gonçalves, o qual, em diversas ocasiões, foi Governador do Estado, na solução da crise financeira vivida pela mutualista.

Por fim, na lista de sócios honorários e beneficentes, em 1906, estiveram: Francisco de Assis da Rosa e Silva, senador por Pernambuco e vice-presidente da República no governo Campos Sales, de 1898 a 1902; Delmiro Gouveia, empresário

e fundador do Mercado Modelo Coelho Cintra, na região do Derby, no Recife, incendiado a mando de Rosa e Silva, seu inimigo político (SILVA, 2014); José Mariano Carneiro da Cunha, membro do partido liberal durante o Império, principal antagonista do conservador Machado Portela (SALES, 2013); vinculado a Rosa e Silva, Sigismundo Antônio Gonçalves, que assumiu por diversas vezes o cargo de governador do estado de Pernambuco; o professor público Francisco Carlos da Silva Fragoso, membro da Sociedade Propagadora da Instrução Pública e do Grêmio dos Professores Primários. Eram sujeitos afinados com a política de Pernambuco, por vezes de grupos políticos distintos, que disputaram o comando do Governo do Estado. Como defendemos, a economia do dom, das trocas interessadas, da dádiva, foi importante estratégia para a continuidade e a manutenção da associação, a qual criou, através de relações horizontais e verticais, as possibilidades de auxílio por parte dos poderes públicos e outros particulares. Foi o caso, por exemplo, da própria intervenção do Governo do Estado na questão do controle das finanças da associação.

No que se refere aos outros onze anos de exercício da associação cobertos pelo nosso recorte temporal, não tivemos acesso a nenhum outro relatório da mutualista. Não conseguimos quaisquer informações do andamento da associação, de 1906 a 1915: se regularizou suas contas e contornou a questão do desvio dos fundos sociais, se os consócios passaram a investir com mais afinco nas ações do Liceu de Artes e Ofícios, ou se se preocuparam mais com o assistencialismo promovido pela associação.

O jogo de trocas no qual a nomeação de sócios honorários e/ou beneméritos foi fator fundamental permitiu aos poderes públicos em Pernambuco socorrer a associação em tempos de crise financeira, durante a Primeira República. A própria figura do interventor Pereira da Costa contribuiu para a comunicação da associação com o “executivo” do Estado. Decerto, do momento em que irromperam os movimentos grevistas em Pernambuco até os anos de 1900, não houve posicionamento oficial da SAML.

Felipe Azevedo e Souza investigou as maneiras como a população pobre, geralmente negra, se relacionou com a política partidária no Recife, na passagem do Império para a Primeira República. Analisou três movimentos sociais ocorridos em

Pernambuco: o movimento abolicionista, o republicano e o operário, entre os anos de 1880 e 1900. Segundo ele, mesmo mirando projetos diferentes, cada um daqueles movimentos abriu caminhos para a ampliação da participação política.

Segundo Souza, o movimento operário de Pernambuco surgiu a partir de uma base do universo associativo essencialmente negro. Ao investigar vinte e oito membros da Liga Operária Pernambucana, evidenciou “a existência de uma rede de trabalhadores negros que se organizavam ao mesmo tempo em associações voltadas à atuação política, social e cultural” (SOUZA, 2018, p. 141).

A SAML teve papel central na formação de trabalhadores negros no Recife, envolvidos ou não com os movimentos grevistas. Boa parte dos trabalhadores que passaram nos cursos de ofícios promovidos pela associação puseram em suas pautas reivindicatórias a proibição da contratação de aprendizes que não soubessem ler e escrever (SOUZA, 2018, p. 137). O movimento associativista, como destacamos, teve como principal estratégia de sua instalação e manutenção a abertura de cursos profissionais. Durante o período imperial, as ações de instrução emergiram como principal meio pelo qual os consócios pugnaram por direitos em prol de seus consócios. A abertura de cursos para o Ensino Profissional articulou-se com a defesa do mercado de trabalho pelos trabalhadores de ofícios. O costume atravessou regimes políticos, pois a reivindicação permaneceu como principal estratégia de atuação das associações durante o “longo século XIX”.

As associações pugnaram pela redução de horas de trabalho, por medidas preventivas relativas aos acidentes de trabalho, pela redução da carga horária para as mulheres e pelo aumento de seus salários. As tais “novas” reivindicações não se desassociaram do seu principal argumento distintivo: desde o Império, as associações mutualistas atuantes em Pernambuco distinguiram-se de outros conjuntos de associações ou de outros trabalhadores de ofícios justamente pela abertura de cursos de Ensino Profissional.

Acreditamos que a “convulsão” social dos movimentos grevistas e a discreta participação de consócios de associações “tradicionais” no Recife contribuíram, possivelmente, para a “esperteza” dos tesoureiros no desfalque dos fundos da SAML.

Acreditamos também que tais acontecimentos influenciaram nas disputas internas entre os consócios da Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco.

A defesa das ações educacionais pelas associações de trabalhadores de ofício – nos casos analisados neste capítulo: de Comércio e Artistas – também foi argumentada pelas duas associações docentes que analisamos. Emergiram sob a mesma base de argumentos, seja o educacional, seja o mutualista, e sofreram com semelhantes condicionamentos sociais no decorrer de suas experiências em atividade. Os primeiros anos da mudança de regime político promoveram reorientações importantes nas associações: seus quadros de sócios foram modificados, seja pela eleição de outras diretorias, seja pelo falecimento dos consócios instaladores das agremiações.

Segundo Souza (2018), o Centro Protetor dos Operários fez campanha em favor da vacinação, em 1905. Podemos conjecturar a proximidade entre essa instituição e associações como: o Grêmio dos Professores Primários e a Sociedade Propagadora da Instrução Pública, capazes de convencer o centro dos benefícios da vacinação aos trabalhadores e trabalhadoras, visto que médicos e farmacêuticos influentes na política de Pernambuco, como Octávio de Freitas e Arnóbio Marques, eram consócios da SPIP durante o funcionamento da Escola de Farmácia de Pernambuco.

Concordamos com Souza, que defendeu o fato de a política cotidiana apontar para a importância da articulação entre as associações e os poderes públicos, pois “sem tais alianças com os poderosos as adversidades estruturais podiam ser determinantes para o fim do grupo” (SOUZA, 2018, p. 185). As relações verticais e de trocas interessadas entre trabalhadores e políticos foram edificadas por interesses voltados aos próprios trabalhadores, cuja candidatura aos cargos públicos foi motivo de controvérsias na opinião pública da época (SOUZA, 2018, p. 187).

Rosa e Silva fez parte da lista de sócios honorários da SAML em 1906, e não houve qualquer constrangimento, por parte dos associados no Centro, em auxiliar na candidatura de Dantas Barreto, adversário político de Rosa e Silva. Se alguns membros das associações estudadas em nosso trabalho envolveram-se no movimento operário emergente na Primeira República, não o fizeram enquanto porta-

vozes de suas associações tradicionais. Se o fizessem, poderiam perder o benefício da subvenção destinada aos cofres da associação? Não sabemos ao certo, mas o silenciamento das associações sobre tais atuações nas greves analisadas reforça a possibilidade da perda das subvenções.

A organização de trabalhadores artífices deu-se também na Bahia. Instalada em 1872, a Sociedade de Artes e Ofícios da Bahia teve a participação imprescindível de Joaquim do Nascimento Machado Portella ocupando o cargo de presidente interino da província. A associação de artífices baianos escreveu seus estatutos e pautou suas ações educacionais com base nos estatutos e ações da associação homônima no Recife. Fundou, também em 1872, o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, que contou com 53% de sua receita advinda de subvenções públicas (LEAL, 1995).

Entre reorientações do movimento associativista, marcado pelo ingresso em greves, eleições estaduais, conflitos internos nas associações e (possíveis) silenciamentos quanto ao movimento operário combativo, os cursos de Ensino Profissional persistiram em seu funcionamento na cidade do Recife, como também em Salvador (LEAL, 1995; CASTELLUCCI, 2008). No Recife, o Liceu de Artes e Ofícios teve papel imprescindível na instrução de trabalhadores de ofício e no universo de experiências econômicas e sociopolíticas das “classes populares”.

3.2.2 A defesa da instrução profissional

Houve grande comemoração no dia da inauguração do Liceu de Artes e Ofícios. Vários representantes de associações compareceram ao evento, como os da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, do Grêmio dos Professores Primários, do Gabinete Português de Leitura, do Instituto dos Professores Primários, da Nova Emancipadora, da Auxiliadora da Agricultura, da Patriótica Doze de Setembro, do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, bem como de autoridades políticas da província.

No trigésimo nono aniversário da instalação da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, deu-se a inauguração do prédio do Liceu de Artes e Ofícios.

Para Machado Portella, sócio benfeitor da associação e diretor da mesma naquele ano, o palacete do liceu fora edificado graças à protetora ação dos poderes públicos, secundada pela ação particular, a fim de habilitar a “classe artística” da província (IMPERIAL, 1881, p. 13). No mesmo discurso, o então diretor da SAML tratou de relatar panegíricas e laudatórias memórias dos trinta e nove anos de atuação da associação. Lembrou que, em 1870, o próprio imperador Pedro II escrevera uma carta aos consócios da associação na qual pedia que os artistas construíssem edifícios apropriados para o ensino primário, em lugar de presenteá-lo com uma estátua (IMPERIAL, 1881, p. 14).

Machado Portella, no seu discurso de inauguração do Liceu de Artes e Ofícios, fez questão de colocar-se como articulador para o andamento das obras do prédio. Mesmo após a paralisação da construção, conseguiu subvenção de outras associações em funcionamento na província (IMPERIAL, 1881, p. 15).

O próprio João Barbalho Uchôa Cavalcanti, como inspetor geral da instrução pública, em 1876, relatou que, mesmo sem um prédio próprio, o liceu funcionou com aulas de língua nacional, frequentadas por vinte e três (23) alunos; de língua francesa, por nove (9); de geometria, por dez alunos (10); e de desenho, por onze (11). A sociedade foi subvencionada com a quantia anual de dois contos de réis (2:000\$000), além de outras cotas votadas para a construção do edifício do liceu, porém as obras começadas estavam atrasadas, se não inteiramente paralisadas (RELATÓRIO, 1876, p. 17).

Segundo o inspetor da instrução, em 1876, o curso do liceu compreendia, além da instrução primária, as aulas de língua nacional e língua francesa; aritmética e geometria aplicada; arquitetura e desenho geométrico aplicado à construção; desenho e, por fim, as aulas de taquigrafia. De acordo com Uchôa Cavalcanti, a instrução artística ministrada pelo referido estabelecimento precisava compreender outros conhecimentos, formando seus alunos de maneira mais completa. Segundo João Barbalho, os cursos deveriam contar com as seguintes disciplinas: Noções de Ciências Naturais, Escultura, Gravura, Pintura e Música (RELATÓRIO, 1876, p. 18).

O liceu contaria com uma biblioteca, contendo obras elementares sobre as matérias acima mencionadas e sobre quaisquer ofícios e indústrias cujo conhecimento

interessasse aos artistas. Para João Barbalho, uma biblioteca não bastava, o liceu deveria contar com um museu, cuja coleção elementar seria a de objetos de história natural. Uchôa Cavalcanti defendia que só assim o ensino artístico poderia ser dado na extensão e com o desenvolvimento que convinha aos que dele precisavam e com o aproveitamento e as vantagens a que aspirava para os discípulos de seu instituto (RELATÓRIO, 1876).

Em 1878, o discurso do inspetor seguiu o andamento das obras do edifício. Para ele, estava “muito adiantada” a construção do prédio do liceu e logo poderia ser inaugurado (RELATÓRIO, 1878, p. 8). A matrícula nos cursos oferecidos crescia aos poucos; no ano anterior, contara com a frequência de cento e trinta e seis (136) alunos, divididos da seguinte maneira: quarenta e três (43) para as aulas de instrução primária; vinte e quatro (24) para as de língua nacional; trinta e dois (32) para as de aritmética; treze (13) para as de língua francesa; e vinte e quatro (24) para as de desenho. As aulas de arquitetura e de taquigrafia não contabilizaram frequência em 1877 (RELATÓRIO, 1877, p. 13).

A data da inauguração do edifício do Liceu de Artes e Ofícios ocorreu em momento conflituoso da sociedade imperial. Na aurora da década de 1880, a discussão abolicionista alcançou um terreno de conflitos entre sociedade civil, sociedade de emancipação e proprietários de escravos. Nos gabinetes políticos, o conflito não passou despercebido, nem a pressão para que se resolvesse a questão da emancipação. No terreno político, as eleições eram consideradas assunto tão importante quanto o futuro do trabalho escravo. A possibilidade de auferir cidadania ativa por meio da capacidade de votar e ser votado sempre foi assunto espinhoso aos potentados políticos imperiais.

O sistema eleitoral no Império foi uma preocupação contínua dos legisladores brasileiros, e a reforma eleitoral, no ano de 1881, apontou para um caminho contrário ao que se via em outras partes do mundo, reduzindo drasticamente a participação dos súditos.

No decorrer da escrita da reforma, apesar das constantes discussões no congresso, de acordo com Saraiva, o deputado formulador da reforma, alguns pontos eram “intocáveis”: restrição do eleitorado analfabeto, voto distrital e maior rigor com a

documentação requisitada para tornar-se eleitor. O discurso para promover novas legislações sobre as eleições foi o da crise das instituições, com uma aposta ferrenha nas eleições diretas. A questão principal da reforma advinha dos “princípios de distinção”, que deveriam ser mais severos (SOUZA, 2012).

A reforma Saraiva, nome dado à reforma eleitoral de 1881, manteve os principais pontos de exclusão dos potenciais cidadãos: ter uma renda média anual de 2000\$000 réis; comprovar essa renda; ser alfabetizado. Para Souza, a aprovação da Lei Saraiva, de 1881, foi a responsável pela depuração dos direitos políticos no Império. Ainda aponta o autor que o comprovante de renda foi o principal impeditivo para o realistamento dos votantes e eleitores, bem como a condição de serem alfabetizados, os quais diminuía o quantitativo da população votante e eleitora. Segundo ele, a motivação da Lei Saraiva foi o número de libertos em crescimento no Império (SOUZA, 2012). A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, por sua vez, conquistou o direito de expedir comprovante de renda, dispositivo que ia contra os esforços legislativos.

Segundo Adriana Silva, os docentes, pela chancela da alfabetização da população, figuraram com grande importância no jogo político eleitoral do Império. Imersos no “turbilhão da política”, utilizaram de suas relações clientelares em prol de benefícios pessoais, auxiliando algum político local (SILVA, 2007). Com as restrições impostas pela Lei Saraiva, a importância daqueles trabalhadores do ofício docente permaneceu valiosa aos interesses políticos locais.

Cabe-nos ainda salientar o fato de que aqueles trabalhadores de ofício abriram suas próprias escolas e, por vezes, atuaram como docentes. Nos idos de 1880, as escolas de instrução instaladas pelas associações, por meio da diplomação de seus(suas) alunos(as), auferiam-lhes certificado de alfabetizados(as), além de comprovantes de renda, atuando, assim, em prol da cidadania ativa de seus consócios e colegas de profissão.

Acreditamos que Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais não atuou apenas na expedição de comprovantes de renda, mas principalmente como instituição que letrou, alfabetizou e instruiu camadas populares. Apesar de a Lei Saraiva ter provocado uma homogeneização do eleitorado, restringindo-o, em sua maior parte,

aos indivíduos oriundos das classes mais ricas da sociedade, a instrução fornecida pelo liceu figurou, possivelmente, como esperança para trabalhadores desejosos de cidadania ativa.

O fator da instrução como exigência para o alistamento de votantes e eleitores no período imperial reforça a tese de que o voto não foi um direito natural ou individual, mas um capital simbólico (BOURDIEU, 2013) e financeiro capaz de cristalizar relações de clientela, fazer emergir trocas interessadas, uma “economia do dom”, de relações verticais e horizontais. Por isso, defendemos que o aumento das matrículas nas aulas do liceu não se deveu apenas à inauguração de seu prédio, mas principalmente à possibilidade de instruir trabalhadores, proporcionar habilitação num ofício e/ou expedir comprovantes de renda e habilitar votantes.

As matrículas nos cursos ofertados pelo Liceu de Artes e Ofícios variaram bastante ao longo dos vinte anos de seu exercício. Entre os anos de 1881 e 1900, o liceu teve onze mil, oitocentas e sessenta e oito (11.868) matrículas. Entre as pessoas que declararam alguma profissão, quatro mil, seiscentos e sete (4607) eram artistas e três mil, quatrocentos e noventa e quatro (3.494) declararam profissão diversa da de artesão. Por fim, três mil, setecentas e sessenta e sete (3.767) pessoas se matricularam nos cursos do Liceu de Artes e Ofícios, provavelmente em busca de habilitação profissional de artista mecânico e/ou liberal, pois declararam-se “sem profissão” (RELATÓRIO, 1900, pp. 20-24).

Nosso argumento é o de que as aulas no Liceu de Artes e Ofício, a partir da inauguração de seu prédio, contaram com um número grande de matrículas devido, principalmente, à busca de instrução pelas “camadas populares”, as quais procuravam alguma habilitação para o trabalho de ofício e/ou a obtenção da cidadania ativa. Dos onze mil, oitocentas e sessenta e oito (11.868) matriculados nas aulas da SAML, seis mil, quatrocentos e vinte e dois (6.422) matricularam-se em aulas capazes de lhes auferir o título de alfabetizados – foram 1.604 matrículas nas aulas de português, 1.803 matrículas nas aulas primárias para adultos e 3.015 matrículas nas aulas primárias para crianças. Ou seja, entre os anos de 1881 a 1900, 54% das matrículas se destinaram aos cursos de aprendizagem da leitura e da escrita (RELATÓRIO, 1900, pp. 25-26).

Tomando como possibilidade interpretativa a divisão das “três cidadanias”, feita por José Murilo de Carvalho (2015), podemos tecer alguns comentários acerca da questão do aumento de matrículas no Liceu de Artes e Ofícios. Segundo o autor, a cidadania pode se desdobrar em três direitos específicos: os direitos civis – direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei, manifestados na garantia de organizar-se, manifestar pensamento, escolher o trabalho, na garantia da inviolabilidade do lar e da correspondência, cuja essência é a liberdade individual; os direitos políticos – capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado, cuja essência é a ideia de autogoverno; por fim, os direitos sociais – garantia de participação na riqueza coletiva, dos direitos à saúde, à educação, ao salário justo, ao trabalho, à aposentadoria, assentados na ideia de justiça social (CARVALHO, 2015, pp. 15-16). Como os direitos políticos estavam em “depuração” (SOUZA, 2012), a partir da promulgação da lei de 1881, a capacidade da população de exercer a cidadania ativa esvaiu-se.

Segundo Carvalho (2015), do período imperial à Primeira República, o voto foi objeto de barganha, de compra e venda, de troca interessada de favores entre votantes e eleitores, eleitores e políticos, ou ainda entre trabalhadores e “coronéis”. A escravidão “engasgou” a capacidade de os cativos exercerem seus direitos políticos, ou seja, o caminho para pessoas de cor exercerem sua cidadania política foi difícil, tortuoso e controlado por diversas regras.

Antes de 1881, o sistema eleitoral no Império foi indireto, com dois turnos, acessível aos homens livres, analfabetos e que comprovassem renda mínima de 100 mil-réis; após a Lei Saraiva, as coisas mudaram drasticamente. Da lei de 1881 até a Primeira República, exigia-se renda mínima de 200 mil-réis e que o eleitor (por meio de eleição direta) fosse alfabetizado. Durante o Império, eram impedidos de votar os escravos, os soldados e as mulheres – estas continuaram sem esse direito durante a Primeira República, mas iniciaram campanha pública em prol de seu direito ao voto; exemplo disso foi a publicação de um artigo no “Jornal do Recife” pela escritora e advogada Maria Augusta C. Meira de Vasconcellos, em 19 de abril de 1890, no qual questionou a decisão do Ministério do Interior de não permitir o voto das mulheres (LUZ & NASCIMENTO, 2014, p. 354).

Segundo Mac Cord (2014), alguns artistas e consócios do SAML puderam exercer seu direito político de votantes: o mestre de obras pardo e professor do liceu, João dos Santos Ferreira Barros, descendente direto de José Vicente Ferreira Barros, idealizador da associação; Felix de Valois Correia, torneiro mecânico, professor do liceu e professor público da instrução primária, consócio do Instituto dos Professores de Pernambuco e da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Joaquim Francisco Collares e Antônio Leônidas Douville e Silva não contaram com o mesmo prestígio de seus consócios, mas foram dois associados da SAML que passaram a exercer seu direito político de eleitores, após a aprovação da Lei Saraiva. A associação, formada majoritariamente por negros e pardos, intentou “aproveitar”, ao máximo, seus alunos matriculados, auferindo-lhes a instrução necessária, bem como a devida comprovação de renda para o exercício de sua cidadania política.

José Murilo de Carvalho relacionou a existência da cidadania política à existência de direitos civis. Segundo Carvalho (2015, p. 16), “sem os direitos civis, sobretudo a liberdade de opinião e organização, os direitos políticos, sobretudo o voto, podem existir formalmente, mas ficam esvaziados de conteúdo”, sem qualquer serventia na representatividade dos cidadãos. Por isso, segundo Mac Cord (2014), os trabalhadores artífices tiveram a intenção de propor os nomes de seus peritos para concorrerem às eleições, porém preferiram abrir mão desse projeto, apoiando a deputação de políticos da elite pernambucana. Essa estratégia visou à obtenção de vantagens específicas, relacionadas mais à economia do dom que, necessariamente, à representação direta dos artesãos compondo a bancada legislativa.

No quadro de sócios honorários e benfeitores da SAML, estavam tanto Manoel do Nascimento Machado Portella, do Partido Conservador, quanto José Mariano Carneiro da Cunha, republicano e principal antagonista político do diretor da associação durante o ano de 1881. Não por acaso, a associação continuou recebendo subvenção para o funcionamento de suas atividades. Não houve constrangimento algum para creditar, como sócios honorários, políticos com causas divergentes, seja no Império, seja no decorrer da Primeira República, como falamos anteriormente – no caso de Rosa e Silva e Dantas Barreto.

Coincidentemente, não vemos, nos relatórios distribuídos pela Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, durante a Primeira República, qualquer menção de participação de seus consócios em movimentos grevistas na cidade do Recife.

Como mencionamos, os direitos políticos são devidamente preenchidos de significados quando direitos civis são assegurados (CARVALHO, 2015). A abolição da escravidão e o golpe republicano permitiram o pulular da diversidade de entidades representativas. A instituição edificada pelos artistas mecânicos de Pernambuco contava, àquela altura, com lastro costumeiro de relações verticais com a elite e os poderes públicos.

A mudança de regime político e a abolição da escravidão não alteraram substancialmente a costumeira atuação das associações de trabalhadores investigadas neste trabalho. Pelo contrário, mutualismo e instrução permaneceram como alvo da atuação das entidades, por meio dos quais pugnaram por direitos e obtiveram subvenções aprovadas pelos poderes públicos.

A relação quase simbiótica entre o liceu e os poderes públicos foi bem expressa no relatório de Uchôa Cavalcanti, em 1884. Na ocasião, além de relatar a subvenção destinada aos cofres da associação, como já sabemos, o inspetor geral dedicou uma seção de seu relatório à Escola de Geometria Prática, inaugurada em 1874 e vinculada à Repartição de Obras Públicas da província. No ano de sua inauguração, a escola contou com 43 alunos, mas, ao ser anexada ao Ginásio Pernambucano em 1875, a frequência caiu para 10 alunos. O engenheiro chefe da Repartição de Obras Públicas, Víctor Fournier Filho, havia elaborado um plano de ensino para “alargar o círculo das matérias de ensino e formar um curso de matemática aplicada, destinado a preparar pessoal apto para os trabalhos de engenharia, arquitetura e artes mecânicas” (RELATÓRIO, 1884, p. 18). Uchôa Cavalcanti destacou o fato de a Escola de Geometria Prática, através da Lei n. 1673, de 14 de junho de 1882, ter sido restabelecida no Liceu de Artes e Ofícios e unida à repartição das obras públicas, regida pelo professor José Ferreira da Cruz Vieira. Uchôa Cavalcanti admoestou:

Hoje que na província tanto se acentua o movimento relativo à viação férrea e engenhos centrais, que exigem pessoal com certa instrução técnica para serviços que não são próprios dos engenheiros, mas, que entendem com aplicações das matemáticas os alunos da nossa 'escola de engenharia prática', se ela tivesse podido prepará-los e não tivesse até agora lutado com a fatalidade

que a tem esterilizado, teriam achado colocação e estariam prestando serviço, que se atualmente incumbem a indivíduos ou vindos de fora, ou com habilitação improvisada e duvidosa [...] será um grande serviço à província a restauração definitiva da escola de engenharia prática (RELATÓRIO, 1884, p. 19).

A escola mencionada pelo inspetor estaria “esterilizada”, sem quaisquer benefícios aos trabalhos desenvolvidos na província. A construção de vias férreas e dos engenhos centrais para a “modernização” dos meios de produção e o escoamento da produção açucareira não foi suprida por trabalhadores nacionais (RELATÓRIO, 1884, p. 19).

As alunas matriculadas no liceu não foram referenciadas pelos cursos nos quais se matricularam, mas por sua nacionalidade. Apesar disso, o número de alunas matriculadas nos cursos teve variações pequenas entre os primeiros anos da Primeira República. Acreditamos que essas alunas se matriculavam nos cursos primários ou em alguma disciplina necessária para o exame de ingresso na Escola Normal em Recife.

A liberdade de ensino foi (possivelmente) instituída a fim de auxiliar os poderes públicos na instrução da população. O problema, que se arrastou em todo o período imperial, persistiu durante a Primeira República, ou seja, atravessou o “longo século XIX”. Mas não foram apenas os poderes públicos que perceberam a dificuldade em relação à instrução da população; os próprios consócios da SAML denunciavam a má formação de artistas atuantes.

Em 1896, sob o título “O Brazil Artístico”, a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais passou a publicar uma revista dedicada a si e aos seus. O editor chefe da revista era o Sr. Thimes Pereira Júnior; e os redatores chefes, os Srs. Mamede dos Reis e Cyrillo Santiago. No primeiro número da revista, foi mencionada a questão das instruções para o fiscal para o Liceu de Artes e Ofícios, Pereira da Costa (como já havíamos mencionado). A figura do fiscal foi uma ferramenta aprovada nos regulamentos desde a abertura da instituição, com os estatutos assinados pelo presidente da província, Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, em 1871, mas, apenas na Primeira República, foram sancionadas as instruções para aquele que ocupasse o cargo de fiscal (O Brazil Artístico, ano I, n. II, 1896, p. 1).

A liberdade de ensino permitiu a abertura de instituições educacionais particulares, sem a necessidade de licença prévia, mas, sob a inspeção da diretoria da instrução pública, como vimos, os inspetores sempre reclamaram do fato de que as escolas particulares não encaminhavam dados estatísticos à instituição. O cenário do Liceu de Artes e Ofícios, nos idos da Primeira República, é bem diferente. A instituição, fundada pelos artífices, recebeu subvenções dos poderes públicos, que acharam preferível acompanhar suas finanças.

Dentre as normas que Pereira da Costa, o interventor do liceu, deveria seguir, estavam as regras para a aplicação das subvenções votadas pelos congressos federal e estadual, porém essas verbas só seriam repassadas para o liceu mediante julgamento procedente do fiscal. A folha para pagamento dos professores também deveria ser remetida ao Tesouro do Estado, bem como uma relação das despesas semestrais do liceu. Segundo o art.7º, “Todas as obras que se tiver de fazer no estabelecimento, consertos e compras notáveis, serão feitas mediante concorrência pública, para a qual servirá de base o orçamento organizado pela Sociedade e aprovado pelo Fiscal, a cuja aprovação também será sujeito o contrato”. Apesar de a admissão e a exoneração de docentes e outros funcionários terem ficado sob a responsabilidade da SAML, o fiscal era responsável por superintender todos os assuntos econômicos e literários do estabelecimento, podendo inspecionar as aulas, verificar se a escrituração dos livros de matrícula, do ponto e das aulas era feita com regularidade e asseio. O fiscal poderia também assistir aos exames da escola (O Brasil Artístico, ano I, n. II, 1896, p. 1).

O jornal havia registrado as dificuldades da associação naquele ano. A sucessiva reeleição de diretores ameaçaria a existência da associação, os editores da revista temiam o desaparecimento de sua instituição. Naquele período conturbado, uma das publicações mais importantes foi a de Cyrillo Augusto da Silva Santiago, professor da instrução pública primária desde 1871, tendo solicitado transferência da primeira cadeira de Afogados para a quinta da Boa Vista (IP 46, 1887, p. 328), e também professor do Liceu de Artes e Ofícios. Durante a década de 1880, foi editor da Revista do Grêmio dos Professores Primários, junto a Vicente de Moraes Mello e Augusto José Maurício Wanderley. O professor de Ensino Profissional relacionou-se com a camada superior de docentes pernambucanos, cujas associações – tanto o

Grêmio de Professores Primários, quanto a Sociedade Propagadora da Instrução Pública – tiveram atuação estratégica aos docentes associados.

No texto, intitulado “Por que definham as artes em nosso país”, Cyrillo apontava causas aparentes do “atraso” das artes e causas reais e condenáveis. As causas aparentes relacionavam-se a certa “credibilidade simbólica” depositada pela sociedade nos artistas, seja por seu “futuro profissional”, caso optassem por se instruir em alguma arte, seja por relacionar determinados costumes contraproducentes (sem especificar quais seriam) como inerentes ao ofício de artista. O professor listou quatro “causas reais” para o “atraso” das artes no país, sendo duas as questões principais: uma relacionada ao “valor” das artes; outra, à exploração da infância. Segundo Cyrillo, a sociedade brasileira ignorava o “valor” das artes em prol do “engrandecimento de uma nação”, da mesma maneira que ignorava o “valor” das artes para o desenvolvimento científico; por fim, salientou o fato de os próprios artistas desconhecerem seu “valor” social (O Brasil Artístico, ano I, n. II, 1896, p. 2).

Passados dezesseis anos desde a inauguração do palacete no bairro de Santo Antônio, a defesa do ofício de artista mecânico via-se necessária. Cyrillo, desvinculou o período escravista das “causas reais” do “atraso” das artes; no caso, a própria associação, durante sua emersão, procurou desvincular-se da escravidão e do estigma do “defeito mecânico” (MAC CORD, 2012).

A questão da cidadania ativa foi delicada aos libertos pelas leis de emancipação, como já destacamos. As “causas aparentes”, relacionadas à “credibilidade simbólica” dos ofícios de artistas mecânicos relacionam-se, profundamente, às “causas reais” do “valor” daquele trabalho profissional.

Após a inauguração do liceu, novas disputas surgiram no alvorecer da República. A disputa pela cidadania ativa aos trabalhadores de ofício, as tentativas de obter representatividade nas instituições políticas, as relações verticais da economia do dom, as trocas interessadas e a constante reafirmação do “valor” de seu trabalho foram esforços ininterruptos.

A opinião pública também foi alvo das disputas do liceu. A veiculação de uma revista laudatória e panegírica sobre os feitos da instituição, bem como a publicação

de artigos de opinião sobre a questão artística no país e em Pernambuco contribuíram para o intento.

A revista “O Trabalho”, fundada pela Sociedade Literária Diogo Velho, composta pelos alunos do Liceu de Artes e Ofício, iniciou suas atividades no ano de 1900. Essa sociedade foi assim intitulada por homenagear Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, ex-presidente da província de Pernambuco em 1870, um dos responsáveis pelo assentamento da pedra inaugural do edifício e um dos articuladores do processo de arrecadação de fundos para a construção do liceu.

No volume inaugural da revista “O Trabalho”, com quatro páginas no total, a primeira e boa parte da segunda página dedicaram-se a explicitar o motivo pelo qual a associação rendeu homenagens ao político. Segundo a revista, tanto Diogo Velho quanto Manoel do Nascimento Machado Portella, ambos do Partido Conservador, deixaram a vida política quando o golpe derrubou a Monarquia.

O objetivo literário da revista foi publicar “as manifestações da inteligência de um povo: política, artes, ciências, criações populares, economia, religião” (O TRABALHO, n.1, 3 de outubro de 1900, p. 2). Portanto, a revista

O Trabalho, longe das virulentas discussões partidárias, da política de odiosidades, que infecciona o ambiente social brasileiro atualmente, que forma os programas da quase unanimidade das folhas atuais, profanadoras cruéis da bendita seita – A Imprensa – farol de intenso brilho que guia os espíritos através da Civilização, como diz um escritor, e não tenebrosa noite que impede a marcha dos povos para o Progresso, fará das suas colunas o cintilante oráculo dos altaneiros pensamentos de moços, que procuram defender as grandes causas, de moços amantes abnegados do Belo, que o foco alvinente da vida jornalística jamais macularão (O TRABALHO, n. 1, 3 de outubro de 1900, p. 2).

Segundo os redatores da revista, seu objetivo passaria longe das discussões partidárias; o veículo não se envolveria com temas que “infectavam” o ambiente social. Demarcaram certa neutralidade quanto às disputas no ambiente político institucional, no qual circulavam com desenvoltura, independentemente dos partidos aos quais os políticos estavam filiados, e conseguiram, por meio de sua economia de trocas interessadas, benefícios ao liceu e à SAML, como também certo distanciamento dos movimentos sociais de trabalhadores, cujas greves emergiram durante a infante República.

No segundo número da revista, em 1 de novembro de 1900, a primeira página contou com uma crítica ao “atraso literário” em Pernambuco. Segundo os redatores da revista “O Trabalho”, as crianças no Estado produziam apenas “poesias”; deixadas

Sem outros estudos senão o da Arte Poética, estas crianças desprezam as ciências e tudo mais, e longe de se instruírem, de enriquecer as letras pátrias, dia a dia as empobrecem, e não adquirem outros conhecimentos senão o de contar sílabas de versos (O TRABALHO, n. 2, 1 de novembro de 1900, p. 1).

O prognóstico dos redatores foi preciso e aproximado à crítica feita por Cyrillo Santiago, seu professor, sobre as artes em Pernambuco estarem “definindo”, como escreveu na revista do próprio liceu, em 1896. Cyrillo fez crítica ao ignorado “valor” dedicado às artes pela sociedade, e seus alunos seguiram o prognóstico. Segundo Cyrilo, “definham” o ensino de ofícios artísticos, pois os “melhoramentos materiais” na cidade permaneceram, mantendo o mercado de construção civil ativo.

A revista “O Trabalho”, segundo números acessíveis e consultados por nós, dedicou-se à difusão de assuntos científicos, tão caros aos consócios e a Cyrilo Santiago, pela defesa da relação das artes com o desenvolvimento científico. Apesar de seu título, a revista não fez qualquer comentário sobre movimentos sociais ou políticas local e nacional, mesmo num período marcado pela emergência de conflitos e greves entre trabalhadores e patrões. Foi órgão ressoante do posicionamento “neutro” da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais.

Afirmou o diretor da associação: “parte principal desta Sociedade, penso que tudo quanto fizermos será em benefício para nós mesmos, de nossos filhos, do levantamento pela instrução da classe artístico-operária e, em bem geral da Pátria” (RELATÓRIO, 1900, p. 19). Decerto, mesmo não envolvendo diretamente a instituição nos movimentos sociais de trabalhadores emergidos com a República, o diretor inseriu no debate o termo “operário” quando denominou a si e aos seus.

Foram constantes as dificuldades em iniciar as aulas para ofícios artísticos e operários. Segundo Manoel Sant’Anna Castro, o fato de o liceu ainda não ter se tornado uma “Escola de Artes e Ofícios” em 1906 podia ser explicado:

Muito teria que dizer sobre as oficinas, fá-lo-ei, porém, oportunamente.
De passagem, porém é preciso declarar-vos que a marcenaria já produz alguma coisa de útil e aproveitável. Os aprendizes,

obrigados a frequentarem as aulas primárias, o[s] de desenho revelaram algum aproveitamento. No próximo ano o distinto consócio Francisco Félix, pretende apresentar a exame de prática da arte de marcenaria, sob o ponto de vista dos trabalhos produzidos devo vos dizer que se eles não são originais, entretanto, são boas cópias. Ainda não fizemos estilo nesse gênero de construções. O nosso povo não nos anima nesse sentido, em geral escolhem os artefatos (mobília, etc.) nos catálogos que nos remetem as fábricas europeias. É necessário estudar-se os meios de fazer escola nacional nesse gênero de construções e adotá-la aos nossos compatriotas. Sobre as seções metalúrgicas e de escultura em pedra, nada digno de menção existe. Entretanto, é necessário tirá-las desse estado embrionário (RELATÓRIO, 1906, p. 23).

Elucidativo, o diretor: deveras pouco impulsionado, o ensino de ofícios dedicou-se apenas à marcenaria, demarcando o estágio “embrionário” da metalurgia e da escultura em pedra. No campo das conjecturas, podemos costurar os fios do relato do diretor da associação com as publicações das revistas “O Brazil Artístico” e “O Trabalho”.

Dez anos antes do relatório de Sant’Anna Castro, o professor Cyrillo Santiago publicou um artigo defendendo a opinião de que as artes no país “definhavam”, porque a sociedade tratava com “ingênuo valor” os artesãos nacionais. A mesma opinião foi redigida pelos alunos do liceu em 1900, por meio da revista “O Trabalho”. As artes mecânicas e liberais e seus respectivos profissionais não gozavam de prestígio na sociedade, mesmo tendo adquirido subvenções para a manutenção de suas atividades e altos índices de matrículas anuais. A própria produção artística do liceu deu-se pela cópia de modelos estrangeiros, sem se estabelecer “estilo próprio”.

As experiências daqueles trabalhadores e suas atuações estratégicas permitiram a construção de um palacete que comportasse as aulas do Liceu de Artes e Ofícios. Conquistaram subvenções durante o período imperial e durante a Primeira República. Numa época demarcada pelas discussões sobre a emancipação e a abolição da escravidão, os consócios pugnaram por uma instituição capaz de instruir pretos e pardos intencionados ao exercício de ofício artístico. Também, foi uma associação com plena atuação em prol de fazer-se cidadania ativa para “populares”.

No decorrer da Primeira República, aqueles trabalhadores persistiram na luta pelo prestígio e pelo valor de seu ofício. Não bastou desvincularem-se dos estigmas

da cor e do “defeito mecânico”, numa sociedade estamental; passaram a atuar constantemente em prol da cidadania ativa, por direitos políticos plenos. Tais atuações seguiram, aparentemente, antigo costume da economia do dom, segundo o qual relações verticais com dirigentes pernambucanos eram nutridas. Aqueles “aristocratas operários” (HOBBSAWM, 2008) teceram suas relações verticais, por exemplo, com Pierre Collier, um dos donos da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, para a tradução de livros sobre maquinários, em 1906 (RELATÓRIO, 1906). E, anos depois, o mesmo Pierre Collier fez parte do Conselho Consultivo da SAML, em 1922 (RELATÓRIO, 1922).

Na próxima sessão analisaremos algumas fotografias do Liceu de Artes e Ofícios, nas quais o olhar dos artífices sobre seu empreendimento foi registrado.

3.2.3 O liceu em imagens

A “virada pictórica” de historiadores, ao se utilizarem de fotografias, pinturas, gravuras como “indícios” de uma “evidência histórica”, foi analisada por Peter Burke. Segundo ele, as “pinturas, estátuas, publicações (e assim por diante), permitem a nós, compartilharmos as experiências não verbais ou o conhecimento de culturas passadas” (BURKE, 2017, p. 24). Em suma, as imagens registram atos de testemunho ocular que, intencionalmente, transparecem ou omitem determinados “pontos de vista”.

Embora se discutam as intenções do artista, seja para representar o mundo visível de forma fiel, para idealizá-lo ou fazer uma alegoria (BURKE, 2017, p. 145), indubitavelmente, as fotografias realizam a mediação entre sujeitos históricos e o mundo visível e nascem da necessidade de simbolização (MAUAD, 2014, pp. 115-116). No esforço de investigação da historicidade dessa associação, nos indagamos, a partir de imagens do Liceu de Artes e Ofícios: o que queriam simbolizar? A quem queriam alcançar, ao capturar momentos de aula primária e/ou profissional; o momento de recreio de alunos; as salas de aulas e suas mobílias; as dependências do liceu e seu museu escolar? Procuramos analisar algumas dessas imagens.

Nosso esforço é, também, o de analisar fotografias do mundo do trabalho nas quais estivessem trabalhadores(as), professores(as) e alunos(as) negros(as).

Segundo Álvaro Nascimento (2016), a historiografia social do trabalho preferiu fotografias representativas de trabalhadores imigrantes (principalmente europeus), preterindo consequentemente retratos de um mundo do trabalho negro. Discutimos até aqui alguns silenciamentos das fontes consultadas acerca da “cor” dos consócios das associações. Para além dos indícios da instalação e das estratégias urdidas pelos consócios negros e pardos da Associação dos Artistas Mecânicos e Liberais, as outras três associações investigadas neste texto persistem no “paradigma da ausência” (NASCIMENTO, 2016).

Destacamos, primeiro, os “sujeitos da educação e práticas pedagógicas”, ou seja, as imagens com professores(as) do liceu e sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, bem como momentos de aulas e recreio de alunos e alunas. Nesta seção, as cores daqueles sujeitos nos permitiram analisar continuidades e/ou permanências quanto ao público atendido pela instituição, entre o momento de inauguração do liceu e a continuidade de suas atividades. Em seguida, destacamos os “espaços e materiais pedagógicos”, cujas imagens capturaram o museu escolar, a biblioteca, os salões de reunião e as salas de aula.

Resta uma ressalva quanto à datação das imagens. O acervo online ao qual tivemos acesso pertence à Biblioteca da Universidade Católica de Pernambuco; no acervo, a datação das fotografias consta como sendo de 1966 em diante. Tivemos algumas dúvidas quanto à exatidão das respectivas datas e seguimos alguns indícios, a fim de nos aproximar dos conteúdos das fotografias e da década na qual foram produzidas.

Na sessão “Sujeitos da educação e práticas pedagógicas”, observamos que quase a totalidade das imagens pesquisadas apresenta um pequeno “cartão descritivo” abaixo do momento capturado. Todos esses cartões possuem uma inscrição feita a lápis, no lado direito: “sem data”. Acreditamos que, em determinado momento de catalogação daquelas imagens, o(a) profissional responsável não encontrou qualquer informação evidenciando a data de revelação e de obtenção das fotografias, lançando dúvidas quanto à verossimilhança da datação efetuada pela UNICAP.

Acreditamos que algumas fotografias datem da década de 1930 até a de 1940. No decorrer das análises, fizemos outras ressalvas quanto aos elementos indicativos da datação das imagens.

3.2.3.1 *Sujeitos da educação e práticas pedagógicas*

Figura 01 – Inauguração do Liceu de Artes e Ofícios



Fonte: LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Palacete do Liceu de Artes e Ofícios do Recife (1880).**

A primeira imagem do Liceu de Artes e Ofícios, do dia de sua inauguração, em novembro de 1880, é um “ponto de chegada” emblemático da trajetória de relações verticais e horizontais estrategicamente articuladas pelos trabalhadores de ofícios mecânicos e liberais no Recife. No centro da foto, há a presença de Manoel do Nascimento Machado Portella, principal político envolvido com a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, na época. Não apenas foi membro das elites letradas e proprietárias, quanto presidente da província de Pernambuco, anos antes da fotografia. Mac Cord (2012) defendeu que, à direita de Machado Portella, estava o primeiro diretor adjunto da mutualista, João dos Santos Ferreira Barros, descendente de José Ferreira Barros, um dos fundadores da associação.

Concordamos com Mac Cord quanto ao destaque dado ao vestuário dos consócios da SAML, no momento da captura da fotografia:

Assim como ele [João dos Santos Ferreira Barros], muitos outros homens de pele escura usam casacas. Por mais que esse tipo de vestuário fosse utilizado em momentos festivos, ele era um símbolo

de distinção social e ajudava Ferreira Barros e outros artífices especializados a se distinguirem do simples operário. A demarcação desse limite era muito importante em um mercado de edificações que se proletarizava. A casaca também era uma peça de roupa que poderia separar o homem de cor livre do mundo da escravidão (MAC CORD, 2012, p. 408).

Decerto o protagonismo dos homens de cor nos principais lugares de poder da sociedade, do liceu e da sociedade foi confirmado. Os artífices de cor do Recife incomodaram os defensores de teorias eugenistas, que consideravam os negros seres “naturalmente” indolentes, apáticos, “selvagens”, ignorantes etc. Apesar desse “enfrentamento” da lógica racista, não houve qualquer envolvimento dos consócios da associação na defesa de critérios de “igualdade”; suas estratégias direcionaram-se à dissociação dos estigmas da escravidão (MAC CORD, 2012, p. 409).

Antonio Luigi Negro analisou o papel desempenhado pela produção e circulação de imagens fotográficas em cartões postais, durante o processo de reconciliação nacional estadunidense no pós-abolição, a partir da década de 1880. Segundo o autor, os cartões postais de linchamentos e de negros acorrentados foram usados, inclusive, para sustentar o racismo científico, à medida que sustentaram a polarização entre civilização e selvageria, burgueses e trabalhadores, brancos e negros. Desse modo, “o gozo da supremacia branca fazia o racismo levar impune nas asas do *postcard*” (NEGRO, 2019, p. 8). A despeito das teorias eugenistas, os artífices de cor responsáveis pela edificação do liceu fizeram da fotografia (diferentemente do que ocorria em relação aos “*postcards*” estadunidenses) um importante veículo para comunicar aspectos de distinção, “avanço”, “civilização” e “progresso” representados pelo palacete dedicado ao Ensino Profissional.

Concordamos com Mac Cord quanto ao aspecto simbólico do enfrentamento das lógicas racistas da época. Talvez os consócios da SAML tenham defendido intencionalmente certa “igualdade” com capitalistas que desejavam proletarizá-los. Através de iniciativa particular em prol da instrução, aqueles artífices e homens de cor edificaram o liceu na região nobre do Recife, fincando seu lugar no “mundo da ordem” (MATTOS, 2004). O Palacete do Liceu, o local em que foi construído, o vestuário dos sócios, as relações verticais e horizontais com o “mundo da ordem” e da política indicavam a sua “superioridade” em relação aos demais trabalhadores e viventes do Recife.

A fotografia de inauguração do liceu demarcou um ponto de chegada e fincou um lugar social específico, entretanto os artífices enfrentaram outras vicissitudes no decorrer do “longo século XIX”, como demonstramos anteriormente. As modificações políticas após o golpe republicano ao Imperador Pedro II alteraram gradativamente as relações verticais entre os artífices, os poderes públicos e as elites locais no Recife.

Apesar de as imagens a seguir ultrapassarem nosso recorte cronológico, acreditamos nos indícios que trazem dos rumos tomados pelos artífices, do público atendido pelo liceu, das “inovações” pedagógicas e dos investimentos voltados à cultura material da instituição.

Segundo Pamela Cox, as primeiras filmagens de locais de trabalho, no início do século XX, na Grã-Bretanha, seguiram três formatos específicos: ou mostraram trabalhadores saindo de seu local de trabalho, ao fim de uma jornada; ou capturaram complexos cenários de trabalhadores em ruas, mercados e docas; ou, por fim, amostraram trabalhadores executando tarefas específicas em seus locais de trabalho.

As fotografias a seguir analisadas enquadram-se na terceira categoria, a saber: trabalhadores executando tarefas específicas em seus locais de trabalho e, especificamente, em seu local de estudo. Desenvolvemos uma “análise semiológica”, a fim de percebermos significados materiais e simbólicos de práticas, ritos, insumos e resultados específicos das fotografias (COX, 2019, p. 6).

Figura 02 – Salão de Honra



Fonte: foto n. 17 (1966 (?))

Podemos observar a diversidade dos discentes: eram meninos e meninas, brancos e de cor. Os(as) docentes e o diretor se sentavam ao centro do salão, no lado direito da Figura 2; as janelas estavam ricamente ornamentadas, com longas e detalhadas cortinas.

No refinado acabamento das paredes, figuravam quadros de estadistas brasileiros e pessoas “ilustres”. Na fotografia não foi capturado nenhum indício do motivo de aquela sessão ter sido nomeada como “cívica”.

Outro detalhe pertinente é o do “cartão descritivo” da fotografia, cujas letras menores no lado direito inferior indicam sua fabricação na própria tipografia do liceu,

seja para a diminuição dos custos, seja para o treino prático dos alunos do curso profissional, ou ainda para provar a qualidade dos produtos “manufaturados” na instituição.

Os docentes acomodados junto ao diretor do liceu eram pessoas de cor, indicando a permanência daqueles sujeitos na trajetória do liceu.

O salão estava repleto de alunos e alunas. Afirmamos, anteriormente, que o ingresso de alunas no liceu ocorreu na década de 1890, logo no início do período republicano. Durante esse período, ocorreu também um acréscimo na abertura de escolas mistas (nas quais estudavam meninos e meninas nas mesmas salas de aula), bem como na abertura de escolas normais apenas para o sexo feminino. Além disso, os saberes foram generificados, ou seja, houve uma distinção entre os cursos possíveis para meninas e para meninos, como veremos adiante. Talvez, a disposição incomum das cadeiras dos alunos e alunas sinalize algum ritual no qual determinada “autoridade” (ou algum símbolo de reverência para aqueles trabalhadores, como um estandarte ou bandeira) se encaminharia até a mesa principal com os docentes e diretores do liceu.

Diversamente da ênfase na seriedade do público durante a sessão “cívica”, os dirigentes da instituição de instrução profissional dedicaram uma fotografia ao “recreio” dos alunos do liceu. Foram comuns, durante o período imperial, imagens das atividades físicas de alunos e alunas em escolas particulares, a fim de propagandear aquelas atividades pertinentes ao processo de instrução (CLEMENTE, 2013). Não eram comuns, no entanto, imagens do recreio.

Figura 03 – Alunos em recreio



Fonte: foto n. 19 (1966 ??)

Meninos em um momento de lazer durante as aulas, ou durante um intervalo das oficinas do curso profissional (talvez por isso usassem macacões). Segundo reportagem publicada no Diário de Pernambuco em 1937, apenas as oficinas funcionavam durante o dia. As aulas primárias, secundárias, do Curso Artístico e do Curso Profissional ocorriam durante a noite, a fim de permitir que os(as) alunos(as) possuíssem “outros afazeres” – leia-se “trabalhos” – e pudessem seguir com seus estudos (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. O velho Lyceu de Artes e Ofícios, quarta-feira, 3 de março de 1937, p. 5).

A “Figura 03 – Alunos em recreio, foto n. 19” guarda um indício quanto à datação feita pela UNICAP. No canto superior direito da fotografia, há a silhueta de um bonde elétrico em funcionamento no Recife. Segundo especialistas, esse veículo funcionou na cidade até finais da década de 1950 (ANDRADE, 2009; STIEL, 1984, p. 301). Seguindo tais datações à risca, torna-se impossível a fotografia ter capturado o

momento de recreio dos alunos e um bonde elétrico trafegando na rua, no ano de 1966, como consta nos registros da UNICAP.

Na fotografia, aqueles alunos, mesmo em seu momento de recreação, são vigiados (o que nos remete à noção foucaultiana) por dois docentes. A disciplina foi elemento comum nas fotografias que analisamos do liceu, seja na “sessão cívica”, nas salas de aula e, também, no recreio. Normalmente, há mais de um docente “acompanhando” a aula, no caso, a fotografia. A “autoimagem” (MAUAD, 2019) da instituição representada nas fotografias era a de um local protegido e constantemente fiscalizado para as atividades educacionais daquelas crianças.

Figura 04 – Aula de Corte Geométrico



Fonte: n. 21 (1966 (?))

Na fotografia da aula de Corte Geométrico, vemos que nas duas paredes não há janelas e a sala está iluminada artificialmente por lâmpadas, indicando o período noturno em que ocorria ou a péssima iluminação do cômodo.

Segundo Gondra e Schueler (2008), os processos educativos na sociedade oitocentista para meninas e mulheres da elite consistiram na aprendizagem de saberes dirigidos à administração da vida familiar, normas de conduta e hábitos de civilidade e sociabilidade, valorizando a aprendizagem de línguas estrangeiras, música, canto e dança de salão (GONDRA & SCHUELER, 2008, p. 201). Para as meninas menos abastadas, desde cedo, a aprendizagem prática das atividades domésticas cotidianas, das tarefas na agricultura ou nos ofícios urbanos era prioritária. O trabalho feminino foi uma realidade incontestável na sociedade imperial e na Primeira República (SILVA, 2011; SOIHET, 2001). Mas o ensino voltado às atividades laborais – assim nomeados – relacionou-se ao gênero masculino. O curso para as mulheres, no liceu, nomeou-se de Curso Artístico e, no Recife, houve uma Escola Normal para Mulheres.

Algumas pesquisadoras compreendem o ensino normal para mulheres como sinal de progresso social (GATI, 2009; LOURO, 2001, HAHNER, 2011). Vale destacar também o debate promissor, nos veículos da imprensa pernambucana, acerca do sufrágio feminino (LUZ & NASCIMENTO, 2014). Apesar de não discorrerem sobre a generificação dos saberes nas escolas primárias e profissionais do Recife, esses veículos inauguraram um debate feminista profícuo.

Apesar de o ensino normal ter sido um importante “vetor” para a atuação das mulheres na vida pública, àquela altura, o Curso Artístico foi opção para o ensino secundário das meninas e mulheres no Recife. As alunas estavam todas fardadas e “acompanhavam” com atenção a (suposta) lição da professora. Higiene e disciplina eram “valores” comuns às elites e poderes públicos (DÁVILA, 2006); e, para os docentes do liceu, pareceu importante apresentarem sua instituição observando tais valores. As fotografias vão “revelando” aos poucos a “autoimagem”, imprescindível à manutenção do *status* do liceu diante da sociedade, principalmente quando o ensino era dedicado às mulheres.

Figura 05 – Sessão de Artefatos de Madeira



Fonte: n. 16 (1966 (?))

Num grande galpão em funcionamento, em plena luz do dia, alunos com diversos tons de pele e idades participavam da oficina de marcenaria do liceu, sob a supervisão dos “mestres” Vicente Sacramento e João Gomes da Silva.

Por todos o país, as associações de ofício, como demonstrou a historiografia utilizada neste trabalho, guardaram relações intrínsecas entre a instrução e o mundo do trabalho. Acreditamos numa convergência entre os estudos da história social do trabalho e a história social da educação, numa relação intrínseca entre trabalho e educação. Diferentemente do que se observa no campo historiográfico, essa relação entre trabalho e educação é estudada, no tempo presente, por pesquisadores(as) da área da educação vinculados(as) ao Grupo de Trabalho 09 – Trabalho e Educação, da Anped. Tendo articulado a convergência ou não entre trabalho e educação, pesquisadores(as) das duas áreas (história e educação) incorreram na “ausência” do

debate de “cor” de trabalhadores(as) educandos(as) e/ou educandos(as) trabalhadores(as).

Ao menos essa foi a admoestação de Nascimento (2016), como falamos noutros momentos do texto. Houve, no entanto, um debate recorrente e crescente quanto à cor dos(as) trabalhadores(as) nas pesquisas da história social do trabalho, como demonstraram Fabiane Popinigis e Paulo Cruz Terra (2019). Concordamos com o crescente debate de “cor” nos estudos da história social do trabalho, mas concordamos também com a necessidade de maiores destaques e discussões sobre a cor dos(as) trabalhadores(as) nos eventos de História e nas disciplinas de graduação e pós-graduação¹⁰.

Segundo Eunice Trein e Maria Ciavatta, os GT distinguem-se pela atividade coletiva em torno de certos objetivos. A atividade coletiva do GT Trabalho e Educação, da ANPED, é a investigação das relações que se estabelecem entre o mundo do trabalho e a educação. Os subtemas seriam “formação profissional, formação sindical, reestruturação produtiva, organização e gestão do trabalho, trabalho e escolaridade, subjetividade e trabalho” (TREIN & CIAVATTA, 2003, p. 140). Segundo as autoras, desde a sua criação, o GT preocupou-se em “compreender a pedagogia que se desenvolve nas relações sociais e produtivas no modo de produção capitalista” (TREIN & CIAVATTA, 2003, p. 143), identificando os espaços de contradição daquela pedagogia em relação à construção de uma nova pedagogia comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

Ressaltamos que, para além das distinções de classe e, conseqüentemente, da relação dos trabalhadores com os meios de produção, aqueles trabalhadores

¹⁰Os exemplos são diversos. Destacamos algumas pesquisas, como a de Sidney Chalhoub sobre a diversidade de questões que envolviam as experiências de vida, trabalho e moradia de trabalhadores escravizados e livres, de cor ou não, entre finais do Império e a Primeira República (2001; 2011; 2017); a de Marcelo Badaró Mattos (2008), que analisou a diversidade de atuações de trabalhadores escravos e livres, de cor ou não, no Rio de Janeiro, desde o Segundo Reinado até a Primeira República, destacando principalmente a diversidade de associações de trabalhadores no período que congregaram pessoas de cor e/ou não; a de Petrônio Domingues (2014), em torno do associativismo negro e das formas de organização e proteção mútua daquelas pessoas de cor nos interstícios da promulgação da Lei Áurea; a de Aldrin Castellucci (2008) analisando associações de trabalhadores soteropolitanos e a diversidade de redes associativistas compostas por eles, principalmente em sua relação com irmandades de cor baianas; a de Marcelo Mac Cord (2012) analisando trabalhadores de cor de ofício mecânicos organizados no Recife; a de Alessandra Schueller (1997), com as estratégias de associações voltadas para a instrução de “operários” no Rio de Janeiro, precisamente da população de cor, escrava ou livre; a de Adriana Maria Paulo da Silva (2000; 2007) analisando práticas de escolarização voltadas também a pessoas de cor, livres e/ou escravas, no Rio de Janeiro e em Recife.

possuíram “cores”, gêneros e nacionalidades distintos, itens incontornáveis para a análise das suas experiências – principalmente quando se interseccionam – nas relações entre gênero, raça e classe social (AKOTIRENE, 2019). Em balanço posterior da produção do GT, as autoras mencionaram outras temáticas às quais estariam se dedicando, como a de trabalho infantil, a relação entre trabalho, gênero e etnia, e a tele-educação, porém não exploraram especificamente como tais temas foram abordados (TREIN & CIAVATTA, 2009; MEDEIROS NETA, 2016).

A questão da “cor” daqueles(as) trabalhadores(as) continuou sob o “paradigma da ausência”, como alertou o Nascimento em relação aos estudos historiográficos (NASCIMENTO, 2016). Dentre os artigos apresentados no GT de 2011 a 2019, apenas três mencionaram a “cor” como determinante na experiência de vida e trabalho daquelas pessoas investigadas¹¹.

À revelia do “paradigma da ausência”, Miguel Arroyo, em artigo recente no qual discorreu sobre possíveis indagações suscitadas pela educação profissional e tecnológica, mencionou a questão da “cor” de trabalhadores(as). Segundo Arroyo, a educação profissional precisa questionar-se se supera ou reproduz a subalternização tida como “natural” – sexista, racista e classista. Sem citar o conceito, o autor pontuou

¹¹Utilizamos dos descritores “racismo”, “cor”, “raça”, “negro”, “negra”, na busca por artigos completos. Dos 100 artigos apresentados de 2011 a 2019, da 34ª à 39ª reunião anual da ANPED, apenas 3 (três) mencionaram a “cor” dos(as) trabalhadores(as) como questão central de suas pesquisas. Foram eles: OLIVEIRA, Ramon de. Demandas por qualificação profissional: Recife, segunda metade do século XIX. **Anais da 34ª Reunião Nacional da ANPED**. Natal – RN: 02 a 05 de outubro de 2011. Disponível em: http://34reuniao.anped.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=109:trabalhos-gt09-trabalho-e-educacao&catid=47:trabalhos&Itemid=59. Último acesso em: 24/08/2020; OLIVEIRA, Ramon. Educação e Salários: o que nos diz o mercado de trabalho. **Anais da 36ª Reunião Nacional ANPED. Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: Desafios para as Políticas Educacionais**. Goiânia-GO: UFG. 29/09 a 02/10 de 2013. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/trabalhos/167-trabalhos-gt09-trabalho-e-educacao>. Último acesso em 24/10/2020; SILVA, Ellen Rodrigues da. Saberes e [re]construção de identidades no confronto trabalho versus capital em uma comunidade quilombola na Amazônia paraense. **Anais da 39ª Reunião Nacional ANPED. Educação Pública e Pesquisa: ataques, lutas e resistências**. Niterói – RJ, 2019. Disponível em: http://anais.anped.org.br/p/39reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=17. Último acesso em: 24/08/2020.

a necessidade de uma análise interseccional sobre o Ensino Profissional e, conseqüentemente, da relação entre trabalho e educação (ARROYO, 2019).

Na primeira figura, a da instalação do liceu, a maioria dos membros pretos e pardos da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, em 1880, destoa da diversidade de brancos e não brancos nas fotografias analisadas aqui, entre as décadas de 1930 e 1960. Mais do que constatar um “diploma de brancura” – um dispositivo de embranquecimento “dos costumes”, ou voltado à erradicação (violenta) da população de cor na sociedade brasileira (DÁVILA, 2006; PAIXÃO & GOMES, 2008) – utilizado pedagogicamente nas instituições de instrução durante a Primeira República, percebemos uma permanência do público ao qual o liceu destinou-se ao longo daqueles anos. Meninos e meninas pobres, geralmente de cor, compunham um aspecto “ausente” em investigações destinadas às instituições que ofertaram (ofertam) Ensino Profissional.

A relação da “cor” daqueles(as) alunos(as), futuros(as) trabalhadores(as), teria sido determinante nas suas experiências de vida. Nossa documentação é insuficiente para a análise das trajetórias de vida daqueles(as) alunos(as) de “cor” do liceu. Ficamos apenas com essas fotografias e seus rastros.

Nas fotografias analisadas por Ciavatta, oriundas de uma companhia de tecidos do Rio de Janeiro, houve intencionalidade na formação de “retratos de família”, nos quais as pessoas portavam-se hierarquicamente enfileiradas. Na fotografia de uma data próxima ao dia da inauguração do liceu (Figura 01), a autora observa uma “presença ausente” da escravidão durante a Primeira República, motivada por padrões restritivos de trabalho, carência de proteção aos direitos laborais, más condições de vida, saúde e educação, além de repressão às organizações operárias (CIAVATTA, 2000). No entanto, a “presença ausente” que ressaltamos é a da cor daqueles(as) trabalhadores(as).

Nas fotografias selecionadas pela pesquisadora, há um número reduzido de contramestres de cor fotografados (no total de quinze contramestres fotografados, é possível que apenas três fossem de cor), proporção inversa quando olhamos a terceira e última fotografia selecionada pela pesquisadora. Na terceira fotografia, havia 97 pessoas agrupadas (entre crianças, homens e mulheres) e, dentre elas, 37 eram

peças “de cor” (CIAVATTA, 2000, p. 88). Para além da divisão generificada das funções – não havia contramestres mulheres –, na terceira fotografia há a possibilidade de a função exercida por aqueles(as) trabalhadores(as) ser menos qualificada (principalmente por retratar crianças) e por isso agregar mais pessoas negras e pardas.

No caso do liceu, desde a sua instalação, alunos e alunas de cor foram presença frequente, como observamos nas fotografias. Porém, não podemos inferir que a presença daquelas crianças nas bancas da instituição implicasse a sua contratação em cargos mais qualificados (se é que concluíam e se diplomavam nos cursos em que se matriculavam). As fotografias selecionadas por Ciavatta, sendo retratos verossímeis da época, apontam para uma pequena proporção de pessoas negras e pardas em cargos mais qualificados. Já as fotografias do liceu retratam uma procura por instrução “equivalente” para crianças negras, pardas e brancas.

Voltando às aulas do liceu, observamos que as do Curso Profissional eram destinadas apenas aos meninos, e as do Curso Artístico – música e desenho artístico – eram frequentadas por ambos os sexos. Já as aulas de Corte Geométrico e Pintura capturadas nas fotografias dirigiam-se apenas às alunas. Como já defendemos, apesar de as escolas secundárias aceitarem meninas, houve distinções generificadas quanto às matrículas, o que representa uma concepção da época.

Os trabalhos com madeira, metal, no mercado de edificações, nas artes gráficas etc., segundo as concepções daquele período, não se destinavam ao público feminino. Formar “mestras artífices” não foi uma possibilidade vislumbrada pelos consócios do Liceu de Artes e Ofícios. Não possuímos qualquer outro documento capaz de comprovar a distinção averiguada nas fotografias. Mesmo que houvesse alguma menina frequentando um Curso Profissional, ela foi preterida nas imagens.

Nas fotografias, das aulas de costura e de marcenaria, não foi apresentado qualquer artefato finalizado, produzido pelos alunos. O olhar voltado aos espaços de ação pedagógica do liceu capturou mais a atividade disciplinar das aulas do que a produção final do Ensino Profissional da instituição. Os “artefatos de madeira” não passaram de meras tábuas amontoadas no galpão parcialmente ocupado por alunos.

Figura 06 – Sessão de Artes Gráficas



Fonte: n. 20 (1966 (?))

O mestre José Hermenegildo de Jesus encontra-se no lado direito da fotografia, entre a máquina tipográfica e a serrilha manual. Na fotografia, vemos alunos executando alguma atividade com as máquinas, dos mais “avançados” aos auxiliares. Apesar de a sala possuir lâmpadas, as atividades ocorriam durante o dia e duas janelas estavam abertas, permitindo a entrada da luz natural. Em sua maioria, os alunos eram de cor e aparentam estarem descalços, mesmo num ambiente de trabalho/aprendizagem.

Segundo Ciavatta (2009), durante a Primeira República até os anos 1930, prolongou-se uma discussão entre intelectuais, educadores e outros profissionais sobre a escola do trabalho. Para a autora, a relação entre trabalho e educação foi (e é) mediadora das relações sociais de produção e, naquele período, as discussões em torno dessa mediação posicionaram-se a partir de dois eixos principais: a introdução

do trabalho como atividade modeladora; e o modelo das escolas face à sociedade industrial em vias de emergência (CIAVATTA, 2009, p. 214).

As concepções da escola do trabalho no Brasil sofreram influência do ideário liberal, voltado às “classes desfavorecidas” e destinadas ao trabalho manual. Nenhuma das fotografias apresentou qualquer aula de Ensino Profissional voltada ao trabalho industrial crescente em Pernambuco, principalmente o de cotonifícios e tecidos (SANTOS, 2017). Todas as aulas voltaram-se às atividades profissionais artesanais ligadas aos centros urbanos (corte e costura, artes gráficas e marcenaria) do Recife, local de emergência do liceu, distantes das atividades econômicas de maiores investimentos públicos e privados no período.

Os consócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, desde os finais dos oitocentos, publicaram matérias em jornais defendendo o ensino de ofícios como veículo para o progresso científico da nação.

Suas fotografias serviriam para propagandear e atestar a qualidade das suas instalações, a qualidade dos materiais utilizados em suas aulas e oficinas de Ensino Profissional, a qualidade e a dedicação dos docentes no ensino dos ofícios, das artes e da instrução.

Figura 07 – Aula de Desenho



Fonte: n. 15 (1966 ??)

Os professores Antonio Basílio de Jesus (docente desde 1922, como falamos anteriormente) e Antonio das Mercês Lyra Flores coordenavam as lições de desenho e fiscalizavam os alunos e alunas. Percebe-se uma sala com certa diversidade de modelos de ornato e busto para utilização nas aulas, um quadro e uma mesa maior, para uso coletivo. A sala estava iluminada artificialmente, e as duas janelas abertas indicavam que já era noite quando a fotografia foi realizada. Algumas meninas participavam da aula de Desenho vinculada ao Curso Artístico.

A fotografia manteve o mesmo “motivo” das outras: alunos e alunas “executando” uma “lição” passada pelos docentes e mais de um docente no cômodo vigiando as atividades.

Figura 08 – Aula de Música



Fonte: n. 18 (1966 (?))

Na fotografia representando a sala de aula de Música, que pertencia ao Curso Artístico, participavam crianças de ambos os sexos; nas paredes, um quadro de D. Pedro II e outro de Deodoro da Fonseca. Alunas e alunos perfilam entre as cadeiras, nas laterais da sala; na mesa ao centro, o professor Lafayette Barreto, sentado à cabeceira, passa alguma lição.

Vemos duas mulheres sentadas ao piano, uma com roupas parecidas com as das alunas (uma camisa branca ou de tom claro e uma saia comprida de tom escuro) e, ao seu lado, uma mulher vestida com uma roupa preta (ou de tom escuro), que acreditamos ser a professora D. Catarina Sistellos de Araújo. As fotografias quiseram atestar a condução das aulas: dois (duas) ou mais professores e/ou professoras

simbolizavam a disciplina nas aulas da instituição, própria da “maquinaria escolar” (VARELA & ALVAREZ-ÚRIA, 1991).

O único instrumento musical em destaque na “aula de Música” foi o piano. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, o instrumento, introduzido no Brasil na segunda metade dos XIX, foi um “móvel aristocrático” (ALENCASTRO, 2019, p. 37). Antes disso, boa parte da preocupação aristocrática da sociedade imperial foi a onipresença e (“má”) influência dos ritmos afro-brasileiros, com seus pandeiros e maracás. A própria flauta, a rabeca e o violão estavam imersos naqueles ritmos. Dessa forma, o piano tornou-se a “mercadoria-fetiche” da fase econômica e cultural voltada aos costumes parisienses. Na imagem, o piano guarda relação estrita entre a harmonia musical e a disciplina escolar, longe da rítmica e dançante manifestação musical fora do palacete da associação, num emblema dos valores aristocráticos. Enquanto instrumento da aristocracia, o piano e a prática da leitura de partituras musicais (outra insígnia social importante) deveriam ser dominados pelos(as) alunos(as), ao mesmo tempo em que os próprios artífices amostravam (e atestavam) a posse daquele instrumento e saber.

Figura 09 – Aula Primária



Fonte: n. 13 (1966 (?))

Noutra fotografia de “cenário montado”, com o objetivo de “revelar” uma “autoimagem” do liceu, os alunos perfilados em bancas (com exceção daqueles no canto direito inferior da fotografia), ao estilo do “Ensino Mútuo”, vestem macacões e outras roupas mais compostas (camisas, calças, cintos), porém aqueles cujos pés se podem ver estão descalços. A professora ensina uma lição para o aluno no lado direito superior da imagem. A maioria dos alunos não possuem cadernos nem folhas para fazer o apontamento das lições. A vestimenta dos(as) alunos(as) na fotografia da sessão “cívica” (Figura 02) contrasta com as roupas utilizadas no dia a dia das aulas no liceu.

Toda a sala do “Ensino Mútuo” está “ornada” com os mais diversos materiais para as “Lições de Coisas”. A estratégia de aprendizagem adotada exigia objetos pedagógicos, como mapas, quadro, roda dos ventos, bustos, artefatos taxonômicos etc. (LAWM, 2003). As janelas da sala, iluminada artificialmente, estão fechadas.

A discussão sobre as “Lições de Coisas” e a necessidade de objetos pedagógicos voltados à experiência “sensorial” para a aprendizagem não é recente. O método das “Lições de Coisas” – defendido por Uchôa Cavalcante em seu relatório de viagem pedagógica em 1879 (SCHUELER E GONDRA, 2008) – possuía determinado conjunto de relações com objetos pedagógicos e seus correspondentes códigos pedagógicos e com o conhecimento e o objetivo da aprendizagem (LAWM, 2003).

Ao incorporarem as “Lições de Coisas”, as escolas deveriam incorporar uma diversidade de “objetos pedagógicos” e virar verdadeiros “museus de história natural”, como o próprio liceu possuiu e ostentou. As “Lições de Coisas” guardavam certa relação com o mundo prático, com aspectos materiais. Por vezes, para a sua execução, havia admoestações em relação à forma de aplicar o método em sala de aula. As reclamações quanto ao oneroso custo na compra dos “objetos pedagógicos” foram comuns, tanto por docentes quanto pelos poderes públicos (LAWM, 2003), desde a segunda metade do século XIX (GONÇALVES FILHO, 2016).

A relação entre mestre e aprendiz, no ensino de ofício, exige contato direto com a prática “laboral” a ser exercida. Nas fotografias dos cursos profissionais, vemos o

contato direto dos alunos com a marcenaria e a tipografia. O uso de “objetos pedagógicos” é condição *sine qua non* para a aprendizagem dos ofícios, tal qual ocorria nas concepções das “Lições de Coisas”, como vemos nas fotografias.

Figura 10 – Teatro do Liceu



Fonte: n. 14 (1966 (?))

Na matéria publicada no Diário de Pernambuco, em 1937, o diretor Agripino Falcão falou da introdução do Curso Dramático no Liceu de Artes e Ofícios (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. O velho Lyceu de Artes e Ofícios, 3 de março de 1937, p. 5). A aproximação entre as artes clássicas (música, pintura, escultura, desenho e dramaturgia) e os ofícios de artífices foi ponto comum na defesa dos consócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais (MAC CORD, 2012). O acesso à cultura letrada, através da aprendizagem de primeiras letras, de ofícios, solidificou-se pela transmissão de um “capital cultural” (BOURDIEU, 2013) aos(às) filhos e filhas de

trabalhadores(as). Após a inauguração do palacete, valorizar e abrir um curso dramático afigurou o intento de angariar critérios de distinção entre consócios e alunos(as).

O diretor do liceu, o professor Agripino Falcão, informou aos repórteres do Diário de Pernambuco que a matrícula no liceu, em 1937, contou com 1000 discentes (entre alunos e alunas). Sabemos que, desde a inauguração da instituição, o número elevado de matrículas não garantiu uma frequência escolar elevada, nem mesmo um quantitativo elevado de alunos e alunas concluintes dos cursos. Nasquelas fotografias dos “sujeitos da educação e práticas pedagógicas”, não houve o registro de qualquer artefato concluído pelos(as) alunos e alunas dos cursos profissional e artístico.

Os anos finais do Império, segundo Hebe Mattos, não eliminaram o ideal de uma raça brasileira em formação com base na mestiçagem, apesar da meta dos projetos de branqueamento imigrantistas. Adentrando a Primeira República, as leituras raciais do limiar do século XX ganharam terreno entre intelectuais e políticos (MATTOS, 2009, p. 26), objetivando políticas públicas de branqueamento (DÁVILLA, 2006). Em Recife, por exemplo, reformas educacionais, entre os anos de 1911 e 1945, tiveram por base o higienismo eugenista de reformadores como Arthur Orlando, Carneiro Leão e Aníbal Bruno. Naquela período, estabeleceram-se, nas escolas primárias, estudos antropométricos objetivando o “biotipo escolar pernambucano”. Nas regras de funcionamento das escolas, tais prescrições e normatizações visavam à garantia de cidadãos saudáveis, regenerados e civilizados (ARANTES, 2014).

Aquelas fotografias registraram mais a disciplina nas aulas, principalmente sobre a infância negra e pobre, que os “sucessos e produtos” daquelas práticas pedagógicas. Era mais importante formar cidadãos ordeiros, civilizados e “branqueados” (DÁVILLA, 2006) do que instruí-los profissionalmente.

Desde meados do século XIX, como já demonstramos em diversos momentos, alunos matriculados em cursos profissionais (seja de ofícios mecânicos e liberais, seja do comércio) abandonavam os cursos logo após a aprendizagem dos rudimentos das primeiras letras. A realidade social daqueles alunos exigia-lhes o ingresso quase que imediato no mundo do trabalho. Apresentamos algumas petições e discursos dos consócios da Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco, em prol da

diminuição das horas de trabalho das crianças, a fim que elas se dedicassem ao estudo nos cursos noturnos.

Sabemos das estratégias desenvolvidas pelos artífices em prol de si e dos seus, de suas intenções de ascensão e distinção social, através da prática educacional para o exercício de ofícios, todavia acreditamos que dificilmente o liceu alcançou seus objetivos.

Nesse sentido, nossa análise das fotografias “se desviou” daquilo que afirma Negro (2019) sobre os *postcards*, quando aponta “dignidade” daqueles alunos e alunas, professores e professoras, assiduidade quanto aos estudos e ao ensino, qualidade de suas “tarefas” em salas e oficinas.

Edificar prestígio social foi prática constante nas experiências dos consócios, docentes e alunos do Liceu de Artes e Ofícios. Desde a década de 1840, os artífices mecânicos e liberais travaram disputas a fim de desvencilhar-lhe de “defeitos mecânicos”, do estigma da escravidão, da desvalorização social, das teses eugenistas que os consideravam inferiores, incapazes, selvagens. Quase um século depois, a fabricação pareceu incansável, deu-se através de pequenas revistas periódicas circulando no Recife, fotografias laudatórias, matérias em jornais de grande circulação. Prestígio social não se segura com “boa fundação”, é necessário trabalho contínuo para mantê-lo soerguido. Esse foi (possivelmente) o olhar dos artífices sobre si e os seus, valorizando seu prestígio social tão arduamente edificado.

3.2.3.2 *Espaços e materiais pedagógicos*

Convencionou-se evidenciar na “história material da escola” uma ampla diversidade de objetos – livros, cadernos, diários, mobiliário, fotografias, registros e uniformes – como também as condições de produção industrial e comercial (fabricantes, distribuidores, clientes, compradores e usuários) daqueles objetos (VIÑAO FRAGO, 2012).

A partir de Inês Dussel, pensamos a “escola moderna” como conformação de determinado espaço-tempo, com arquitetura e objetos específicos. A especificidade dos móveis, que hoje chamamos de artefatos didáticos, contribui para a definição do espaço escolar (DUSSEL, 2019, p. 16).

As oficinas e “sessões” de atividade pedagógica do Curso Profissional e do Curso Artístico possuíam espaços e objetos específicos. Observamos bancas, cadeiras, quadros, “cartazes”, modelos para desenho, mesas e uma diversidade de outras ferramentas utilizadas em cada processo de ensino daquela instituição. No mundo ocidental, desde meados do século XIX, intelectuais envolvidos com a educação desenvolveram métodos de ensino para os quais a utilização de “objetos pedagógicos” foi fundamental, sendo o principal deles o método conhecido como “Lições de Coisas”.

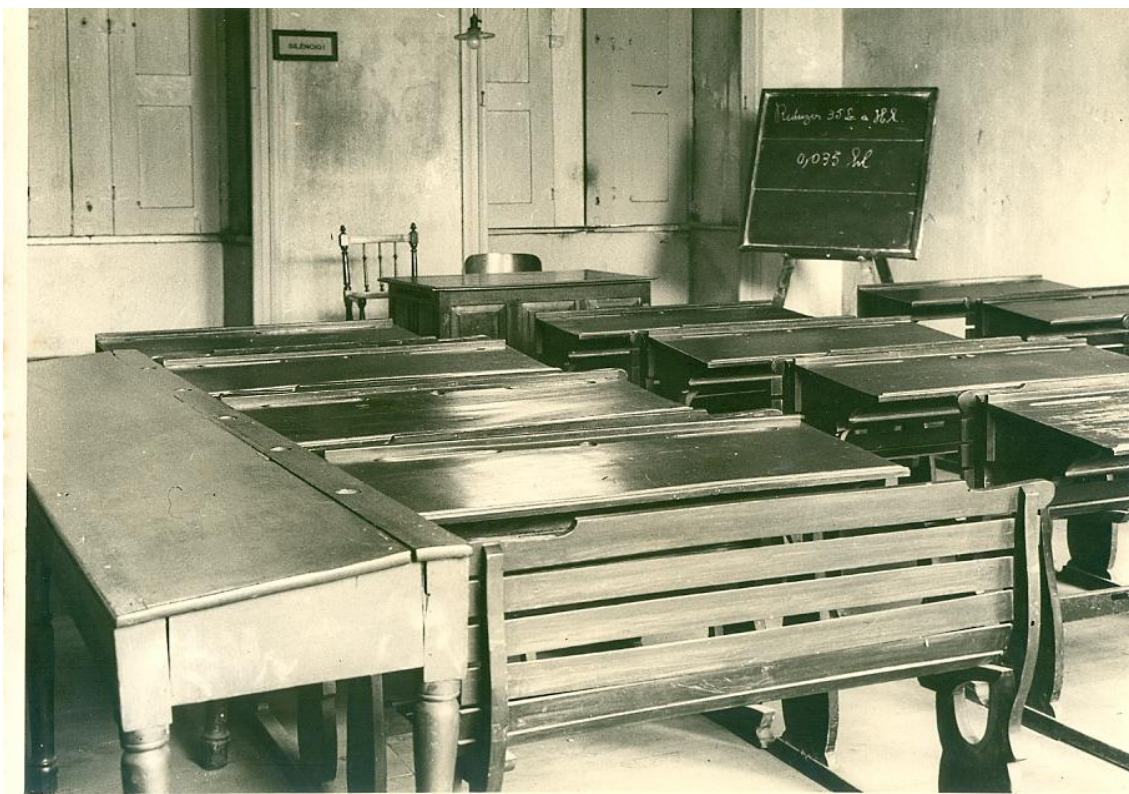
Na década de 1860, foram publicados os primeiros escritos sobre o “*Object Lessons*”, ou, como ficou popularmente conhecido no Brasil, por uma tradução francesa, “Lições de Coisas”. Aquele método de ensino defendia a instrução por meio do uso de objetos, o que tornava o aprendizado mais agradável e os alunos mais atentos. Lidar com os objetos e a experiência sensorial de descoberta dos itens exercitaria a curiosidade dos alunos e alunas, abrindo caminhos para o empiricismo no campo científico (VIDAL, 2017).

O Museu Pedagógico foi ferramenta indispensável para as “Lições de Coisas”, com uma diversidade de objetos em prol da experiência “sensorial” do aprendizado. Segundo Diana Vidal, “o museu escolar surgiu com o objetivo de atender a essa nova necessidade de fontes materiais de ensino” (VIDAL, 2017, p. 232, tradução nossa). Ao registrar, em fotografias, os itens do museu escolar do Liceu de Artes e Ofícios, os artífices pretenderam demonstrar (ao público, se aquelas imagens circularam de alguma maneira) a qualidade de seu ensino, a utilização de um método considerado “inovador” e “proeminente” e equipararem-se às escolas normais de outros Estados, como a de São Paulo (VIDAL, 2017, p. 234).

Nosso objetivo passou distante da tentativa de perseguir a fundo aspectos da indústria e do comércio da instrução (VIÑAO FRAGO, 2012), ou de elaborar uma análise profunda de determinada “cultura escolar” do Liceu de Artes e Ofícios (JULIA,

2012). Analisaremos as fotografias do liceu, considerando as (possíveis) intenções do registro dos móveis, objetos e espaços do liceu, sem a presença de qualquer sujeito envolvido com as práticas educativas da instituição.

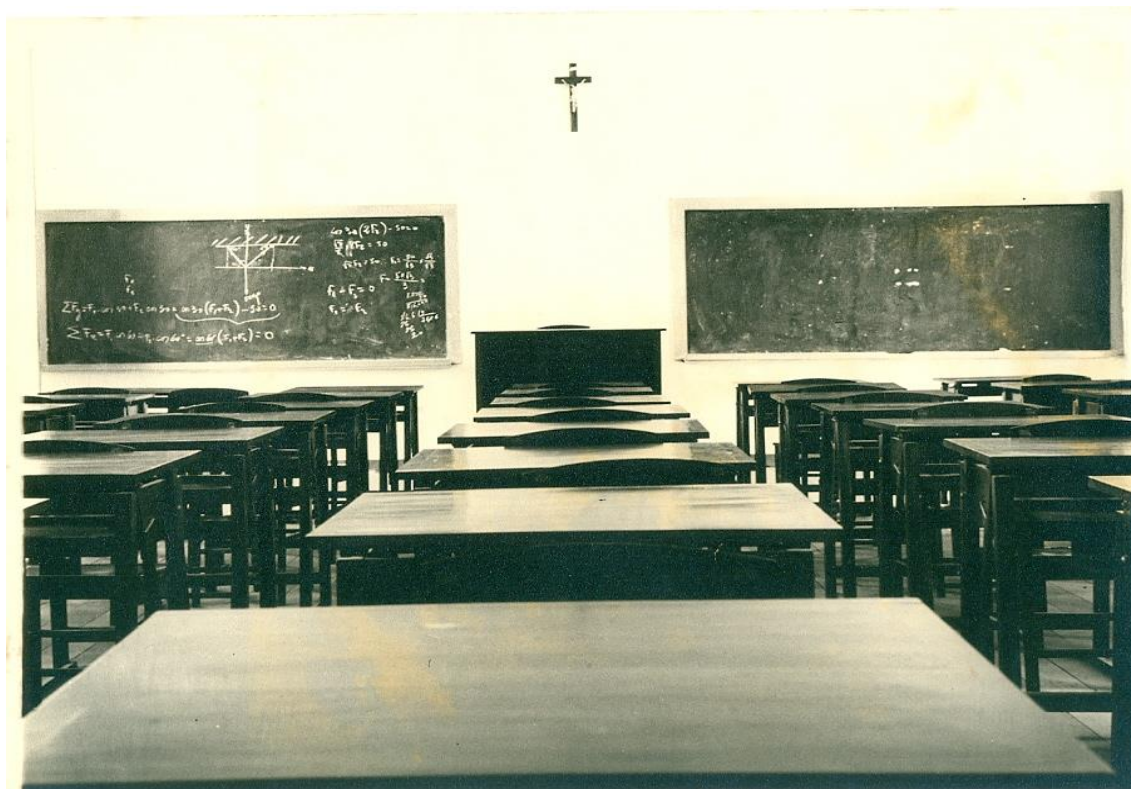
Figura 11 – Sala de aula 1



Fonte: n. 11 (1966 (?))

Importante notar a mudança das mesas escolares para o estudo. No caso, os dirigentes do liceu registraram, intencionalmente, a troca do estilo de banca escolar, representando (provavelmente) o abandono total do método de “Ensino Mútuo” para a adoção das “Lições de Coisas”. O comércio de objetos escolares, propagado junto à adoção do método das “Lições de Coisas”, contou com a venda de carteiras, armários, mesa para professores, cadeiras, equipamentos de ginástica, esqueletos médicos, aparelhos ópticos, ferramentas e espécimes de zoologia e botânica (VIDAL, 2017).

Figura 12 – Sala de aula 2



Fonte: n. 9 (1966 (?))

Na sala de aula capturada pela “Figura 13”, vemos as bancas individuais substituindo as bancas do “Ensino Mútuo” e uma banca específica para o uso do(a) docente, mais elevada que as dos(as) alunos(as). A sala contava com dois quadros negros e uma imagem católica ao centro da parede, logo acima da banca do(a) docente, local que todos(as) os(as) alunos(as) visualizavam. Apesar da ausência de alunos(as) e docentes, a sala não foi capturada de forma “estéril” pedagogicamente: um dos quadros ainda continha um conteúdo de física mecânica. A fotografia mostrava “inovação” quanto aos objetos em sala de aula, bem como a qualidade e a complexidade dos assuntos abordados em suas aulas.

Amostrar a qualidade dos móveis na imagem foi o motivo do registro. Para a sociedade brasileira, em sua grande maioria analfabeta, a fotografia possibilitava um tipo de conhecimento “mais imediato, mais generalizado” (MAUAD, 2019, p. 143). Por meio das fotografias, os artífices amostravam “onde” os filhos e filhas de trabalhadores

se instruíam, quais conhecimentos estavam aprendendo – e, quanto mais “complexos” fossem, maior prestígio imprimiriam à instituição e à sua proposta “pedagógica” – e quais valores (no caso, os católicos) permeavam a atividade educacional da instituição.

Figura 13 – Biblioteca do Liceu



Fonte: n. 2 (1966 (?))

A fotografia da biblioteca do liceu apresenta alguns espaços e materiais pedagógicos indispensáveis. Uma coleção de livros para consulta e estudos demonstraria a erudição ofertada pela instituição de ensino. Tanto a imagem da biblioteca, quanto a próxima imagem representam não só a erudição mas também a “inovação” dos investimentos do liceu em objetos pedagógicos para as “Lições de Coisas”. O Museu do Liceu de Artes e Ofícios ficava num corredor logo acima do Salão de Reuniões, compondo um espaço específico para o estímulo da “curiosidade científica” dos discentes e possíveis visitantes da instituição. Estar alinhado aos

“melhores” métodos de ensino e arquitetura escolar manteria o prestígio social do liceu junto aos consócios artífices que investiam na instituição.

Nesta Figura 14 há um retrato de Getúlio Vargas ainda com trajes “civis” – em lugar da indumentária militar associada ao Estado Novo –, no lado esquerdo superior da fotografia. Noutras imagens, como a das salas de aula e a do teatro, os quadros de estadistas (Deodoro da Fonseca e até mesmo D. Pedro II, por exemplo) são retratos em que aparecem mais envelhecidos e em momentos mais austeros de sua vida – para demonstrar sabedoria e/ou experiência da idade. Acreditamos que o quadro com Getúlio Vargas seja do período anterior ao Estado Novo, não apenas pela representação do local na foto a que tivemos acesso, mas também pela própria data de captura da imagem, outro indício para situarmos o período de registro dessa figura entre as décadas de 1930 e 1940.

Figura 14 – Museu do Liceu



Fonte: n. 4 (1966 (?))

A Figura 14 mostra o espaço no qual discentes, docentes e visitantes poderiam interagir com os objetos do “Museu Pedagógico” do liceu e ainda assistir a palestras com demonstrações materiais do acervo. No museu havia réplicas ou animais empalhados para observação e estudo. Quadros pendurados na parede representavam a diversidade da vida natural.

As fotografias demonstraram também que o liceu não se dedicava apenas ao Ensino Profissional de ofícios específicos. O liceu voltava-se à instrução de artífices, aliada ao ensino de ciências naturais, ou seja, procurava cumprir com o “programa” defendido por Cyrillo Santiago na revista “O Trabalho”, desde 1900. Os redatores das revistas “O Trabalho” e “O Brasil Artístico” defendiam o ensino de ofícios como importante ferramenta para o desenvolvimento científico; para eles, o ensino de ofícios e o ensino de ciências caminhavam lado a lado em prol do “progresso” e da “civilização” (O TRABALHO, n. 2, 1 de novembro de 1900, p. 1).

O liceu conseguiu diversificar sua atuação quanto à formação para o ofício. Abriu cursos em prol do Ensino Profissional voltado às “camadas populares” em Pernambuco, bem como abriu um museu, uma biblioteca e, logo na sua inauguração, realizou uma exposição artístico-industrial, mencionada por Pereira da Costa como “pouco abundante” (COSTA, 1900, p. 32).

Naquele ano de 1900, o museu do Liceu de Artes e Ofícios esteve sob a administração de Telles Júnior, consócio da associação e eleito político pelos trabalhadores, como mencionamos anteriormente. Segundo o diretor da SAML, em 1900, o museu deveria empregar esforços para adquirir um acervo rico de produtos artísticos e industriais, a fim de dispensar a parte entomológica, ou seja, as coleções de insetos (armazenados, ordenados e preservados), e a parte de espécimes mortos, as quais requeriam despesas de conservação constantes e um profissional encarregado de seus cuidados. Para o diretor da SAML, se o museu contasse com rico acervo artístico-industrial, poderia substituir as oficinas e teria uma importância pedagógica sem igual, de manutenção bem menos custosa. Entre a ciência e a economia, a segunda prevaleceria.

“Lições de Coisas” e “Ensino Profissional” condensaram-se no Liceu de Artes e Ofícios, a fim de estimular o “progresso” e a “civilização”, contribuir com o desenvolvimento e a “distinção” daqueles(as) alunos(as) atendidos(as) pela instituição.

Terminamos nos apoiando na síntese de Vidal acerca da circulação das Lições de Coisas entre Brasil, Portugal e França. A circulação de objetos, pessoas e métodos de ensino foi um efeito da internacionalização crescente das sociedades, culturas e indústrias (VIDAL, 2017, p. 240), e o liceu quis articular-se, dentro das suas possibilidades, com o que ocorria no mundo.

Defendemos ter sido a instrução o principal fator para a instalação e a manutenção das atividades das associações de trabalhadores, tanto de artistas mecânicos e liberais, quanto de trabalhadores do comércio. Para os trabalhadores, a estratégia da instrução foi relevante à sua organização e à manutenção de suas atividades coletivas, mas a atuação educacional em prol de si e dos seus não foi exclusiva da aristocracia operária em Pernambuco. Professores públicos primários também se articularam em prol de ações educacionais e mutualistas no decorrer do “longo século XIX”. Atuaram tal qual os trabalhadores de ofícios, no terreno da “liberdade de ensino”, da constante falta de ação dos poderes públicos, em prol do Ensino Profissional em Pernambuco.

3.3 OS TRABALHADORES DE OFÍCIO DOCENTE

Os embates experienciados entre os professores públicos e as autoridades da província impulsionaram constantes modificações nas legislações regulamentadoras da instrução na província de Pernambuco. Suas experiências e estratégias orientaram a instalação de associações específicas de professores, com características e formas de atuação específicas. Por isso daremos destaque às táticas agenciadas pelos professores que se associaram na Sociedade Propagadora da Instrução Pública e no Grêmio dos Professores Primários.

O período compreendido entre os anos de 1875 e 1889 foi denominado por José Murilo de Carvalho de “crise e queda da Monarquia”, pela erradicação da escravidão – e pelo aumento populacional de cidadãos –, pelo crescente protagonismo político dos militares e principalmente pelo crescimento do movimento republicano (CARVALHO, 2012, pp. 83-130).

A partir da década de 1870, modificou-se o Estatuto do Ofício Docente. Os poderes públicos investiram numa “caracterização” da função docente – novo nó para enlaçar os docentes (como agentes das elites) com a direção da sociedade imperial. Seria docente quem articulasse um conjunto de saberes, normas e valores, todos avaliados no momento do concurso público para o provimento de cadeiras na cidade do Recife (SILVA, 2007; LIMA, 2014). Uma das medidas realizadas pelo poder público foi a adoção do sistema de entrâncias – defendido por Pinto Júnior, em 1871.

A lei das entrâncias foi um dispositivo de controle e hierarquização do ofício docente usado, durante a segunda metade do século XIX, por parte da elite imperial dirigente (SILVA & LIMA, 2016). Segundo Dayana Lima, a lei de entrâncias estabeleceu os locais de provimento de cadeira por tempo de atuação na docência: os docentes recém-concursados ocupavam cadeiras na primeira entrância (composta por municípios do atual Sertão de Pernambuco); após anos de serviços e outras exigências, poderiam angariar a passagem para a segunda entrância (normalmente municípios do atual Agreste e da Zona da Mata pernambucana), chegando, por fim, à terceira entrância (municípios e bairros centrais do Recife). A experiência vingou de tal maneira que o dispositivo chegou aos apontamentos feitos por Carneiro Leão, na

reorganização do ensino por ele proposta para Pernambuco, em 1929 (LIMA et ali, 2017).

Os professores atuantes na terceira entrância, situada na cidade do Recife, da instrução pública na província de Pernambuco articularam-se estrategicamente em duas associações nos anos finais do Império: na Sociedade Propagadora da Instrução Pública e no Grêmio dos Professores Primários. Essas associações foram instaladas por docentes que, taticamente, alcançaram provimento na entrância de maior vencimento, gratificação e, sobretudo, no centro da província, local de efervescência política (SILVA, 2007; LIMA, 2014). Esses professores conseguiram o provimento em localidades centrais na província através de pedidos de transferência, remoções e licenças médicas, mesmo após a aprovação da lei de entrâncias¹².

Em sua maioria, esses professores tiveram seus pedidos de transferência, gratificação e/ou licença médica deferidos pelos Diretores Gerais da Instrução, Joaquim Pires Machado Portella, José Soares de Azevedo, João José Pinto Júnior e João Barbalho Uchôa Cavalcanti, todos membros (ou parentes de membros) da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Entretanto, com esse argumento, não queremos apresentar o efeito como causa. Defendemos que a instalação da “propagadora” emergiu das redes clientelares promovidas e fabricadas por professores, ao longo da segunda metade do século XIX.

Aqueles docentes valeram-se de táticas (CERTEAU, 2001) específicas em prol de interesses pessoais. Por meio de petições e vinculações políticas, recorreram em busca de transferências, remoções, licenças e dos mais diversos tipos de pedidos às autoridades competentes da(o) província/estado de Pernambuco. Por meio de suas táticas, docentes atuantes na instrução pública na terceira entrância da província de

¹²Destacaremos individualmente as trajetórias daqueles docentes quando conveniente às análises de eventos da SPIP. Ademais, utilizamos documentos da série Instrução Pública, sob a guarda do APEJE, para traçar a trajetória daqueles docentes. Cf. sobre Francisco Carlos da Silva Fragoso (IP. 22, p. 488; IP. 37, p. 78); Felix Paes da Silva Pereira (IP. 34, p. 393; IP. 39, pp. 11 e 206; IP. 40, p. 231); Augusto José Maurício Wanderley (IP. 31, p. 393); Felix de Vallois Corrêa (MAC CORD, 2012, p. 238); Rodrigo Lobo de Miranda (IP. 31, 361; IP. 32, p. 235; IP. 33, p. 123); João José Rodrigues (IP. 13, p. 149; IP. 17, p. 20; IP. 41, p. 84); Augusto Carneiro Monteiro da Silva Santos (BLAKE, 1883, p. 347); Luiz Carlos de Magalhães Breves (IP. 49, p. 152); Vicente de Moraes Mello (IP. 16, p. 270; IP. 16, p. 404; IP. 40, p. 313).

Pernambuco se associaram em prol de interesses diversos, a partir da década de 1870.

Segundo Thompson, o “fazer-se” associativista emerge do adensamento de experiências dos(as) trabalhadores(as) voltadas em prol de interesses comuns para si e para os seus (THOMPSON, 1987). Consideramos que as experiências vividas pelos(as) docentes atuantes no centro do Recife condicionaram as ações voltadas para suas estratégias associativistas.

As autoras Paula Perin Vicentini e Rosário Genta Lugli (2009), embasadas na tese de Nóvoa sobre a “gênese da profissão docente”, defenderam a heterogeneidade da organização docente, marcada por divergências e divisões internas da “categoria”. Como apresentamos anteriormente, a tese de Nóvoa defendeu o associativismo/sindicalismo docente como a última etapa do processo de “gênese da profissão docente”, na qual a identidade docente se condensou e promoveu a atuação da categoria, de maneira comum, articulada e consolidada.

Mesmo apontando divergências e heterogeneidades, as autoras não evidenciaram processos de hierarquização entre docentes e destacaram as atuações dos(as) docentes associados(as) a partir da Primeira República – como o caso da Liga do Professorado Católico, do Centro do Professorado Paulista, da Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo, do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro e da criação da Confederação de Professores Primários do Brasil (VICENTINI e LUGLI, 2009). Segundo sua compreensão, aquelas associações e sindicatos “execravam” a característica “assistencialista” das associações mais antigas, com paralisações sob o discurso de civilidade e ordem para distinguir-se dos sindicatos de operários (VICENTINI e LUGLI, 2009. p. 105).

Alessandra Schueler (2012) destacou os embates e conflitos existentes na Corte durante o Segundo Reinado, em torno da questão da “instrução popular”. Nesse período, existiram diferentes propostas educacionais e ambiguidades sobre as extensões e os limites dos conteúdos de ensino destinados às camadas amplas da população. Se a legislação, a partir da reforma de 1854 na Corte, propôs projetos educacionais de “instrução popular”, foi apenas em 1874 que se materializou o projeto

de criação de escolas profissionais mantidas pelo governo. O Asilo de Meninos Desvalidos, por exemplo, abrigou os “meninos pobres”, ao mesmo tempo ministrando-lhes educação primária e profissional. Schueler destacou o contexto de efervescente debate sobre a emancipação da mão de obra, a partir da década de 1870, e sobre a instrução e a educação como vias possíveis para a reorganização das relações de trabalho e controle social. Na Corte, agremiações privadas, leigas e religiosas, elegeram a instrução popular como um “problema social”. A Sociedade Propagadora da Instrução Pública pelas Classes Operárias da Lagoa (1872), que se destacou por ter sido uma proposta voltada às “classes operárias”, como eram comumente denominados os trabalhadores manuais e os artesãos, foi exemplo de instituição cujas ações voltaram-se aos adultos, “menores aprendizes de operários” e até mesmo escravos, no espaço de um curso noturno. O associativismo apontou para uma faceta da diversidade de experiência da atuação docente, durante o período imperial, por meio do uso estratégico do discurso de “civildade” e “progresso” em prol da “instrução popular”.

Segundo Marcelo Gomes da Silva, a Liga de Professores Primários e a Liga de Professores foram duas associações que teceram complexas redes de sociabilidade com o movimento operário emergente no Rio de Janeiro, na Primeira República. Para ele, no contexto de pós-abolição, o conceito de “trabalho” foi reelaborado pelos trabalhadores, abrangendo o movimento de organização docente. A rede de sociabilidade tecida por docentes atuantes nas associações de representação dos docentes e nas de operários, criou laços e aproximações entre intelectuais, professores, trabalhadores e militantes. Segundo o autor, os professores (principalmente os de ensino primário) se constituíram em classe de trabalhadores, por meio desse fazer-se complexo, marcado por diálogos, contradições, negação de suas condições, movimentos estratégicos de aproximação e afastamento em relação ao movimento operário (SILVA, 2018).

O fazer-se dos docentes trabalhadores foi um movimento marcado por fluxos contínuos de ações estratégicas, desde o período imperial, perpassando a Primeira República. Na província de Pernambuco, como apontamos anteriormente, as “Gramáticas da Liberdade” estiveram presentes nos debates e nas ações voltados à

defesa da liberdade de ensino, da emancipação de ingênuos e das subvenções destinadas às associações promotoras de instrução.

Na primeira metade do século XIX, o “processo de construção das práticas de escolarização” gestou-se mediante experiências no exercício prático da docência envolvida no “turbilhão da política” (SILVA, 2007), no período de arranjo do “pacto imperial federalista” (DOLHNIKOFF, 2005) no qual as disputas entre os poderes públicos e os(as) docentes públicos(as) e particulares permaneceram.

“Por outro lado, não parece ter interessado aos professores públicos de primeiras letras, articulados nas várias redes de clientela que disputavam posições e espaços políticos (e de enriquecimento) na sociedade, articularem-se entre si, encaminhando questões comuns e lutando pelo cumprimento generalizado das regras comuns ao ofício, no mínimo até os anos 60 do século XIX” (SILVA, 2007, p. 210).

Os docentes construíram e mantiveram, através de muita disputa, a possibilidade de se verticalizarem socialmente, por meio de sua crescente hierarquização (LIMA, 2014; LIMA, SANTOS, SILVA, 2017). As propostas de Estado não se vincularam às “ideologias” políticas, mas aos próprios sujeitos e às suas relações clientelares. Para os que se coadunavam com suas propostas, eram aprovadas leis, auxílios, doações; também esses eram fiscalizados diferenciadamente, ou seja, havia toda uma sorte de privilégios e “mercês” a certos docentes.

Assim fizeram os docentes: articularam-se, encaminharam questões comuns ao ofício e lutaram para o cumprimento generalizado de regras comuns. Os trabalhadores do ofício docente utilizaram as mesmas estratégias dos demais trabalhadores de ofício (empregados no comércio e artífices) atuantes na cidade do Recife. Defendemos aqui o fato de que essas regras comuns demandadas pelos trabalhadores de ofício (fossem manuais, fossem docentes) estabeleceram hierarquizações sociais e demonstraremos esse argumento analisando as estratégias de articulação dos(as) professores(as) públicos(as) na província de Pernambuco.

3.3.1 A Sociedade Propagadora da Instrução Pública

No dia 3 de agosto de 1872, foi noticiado no Diário de Pernambuco que, no sábado, dia 1 de agosto de 1872, reuniram-se pessoas “ilustres” de Pernambuco, principalmente professores públicos e políticos, a fim de organizarem uma sociedade voltada para a propagação da instrução pública no Recife. A publicação engrandeceu o espírito da iniciativa individual, mas advertiu que outras sociedades literárias tiveram duração efêmera na província (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 14 de agosto de 1872, p. 1). Aqueles “ilustres” pernambucanos estavam à frente da publicação da Revista da Instrução Pública, meses antes da reunião, para a abertura da associação. O único exemplar da revista ao qual tivemos acesso indicou haver interesses comuns entre aqueles sujeitos, com relação à sociedade imperial e à instrução à época. A revista contou com uma introdução, uma parte oficial, uma parte doutrinal e outra noticiosa.

Logo na introdução da revista, os redatores fizeram questão de declarar que se dedicavam “exclusivamente” ao desenvolvimento da instrução, diziam-se “estranhos a toda questão política” (PÚBLICA, 1872. p. 7), mas elogiaram a promulgação da Lei do Ventre Livre, cujo “pensamento político” teria forma dupla: emancipar e instruir.

Os editores questionaram: “o que reservaremos para sustentar as forças produtoras esmorecidas pela emancipação?”. Segundo sua compreensão, a instrução agiria como ferramenta em prol do sustento dos recentes emancipados pelo Ventre Livre (PÚBLICA, 1872. p. 7).

Docentes associados, editores da Revista da Instrução, presidentes da província e diretores da instrução pública compartilhavam do mesmo léxico quando o assunto era a emancipação do trabalho escravo. Compreendiam e defendiam a instrução como importante “máquina” para o desenvolvimento daqueles sujeitos a serem libertados. Segundo os redatores, os prejuízos da ignorância e da falta de cultura à nação não eram responsabilidade exclusiva da “apoucada” ação dos poderes públicos voltados ao desenvolvimento da instrução pública, mas prejuízos compartilhados com a “irresponsabilidade” de pais e tutores coibidores do acesso de seus filhos à instrução. O léxico das “Gramáticas da Liberdade” foi comum aos redatores da Revista da Instrução.

A Revista da Instrução Pública de 1872 foi (talvez) o ponto de partida para a instalação da “propagadora”, aglutinando sujeitos atuantes da instrução do Recife, aparelhados com os pressupostos das “Gramáticas da Liberdade”. Precisou-se urdir algum terreno até a articulação desses sujeitos na editoração de uma revista e na instalação de uma associação, aparelhada inclusive com figuras dos poderes públicos da província. Ela foi composta por políticos das mais diversas vinculações políticas – conservadores, como Machado Portela e Pinto Júnior; republicanos, como José Mariano; e abolicionistas declarados, como Uchôa Cavalcanti.

Àqueles partícipes dos jogos políticos, no centro urbano do Recife, coube associarem-se conjuntamente aos políticos e empregados públicos, perfazendo, por meio de táticas específicas de atuação política, o tecido de poder da elite dirigente.

Ao analisar as trajetórias administrativas, Gouvêa (2008) revelou que, no que diz respeito às redes de conhecimento e às redes governativas ultramarinas, costuradas por sujeitos da burocracia colonial, enlaçar as relações seria uma questão mais importante para a pesquisa das trajetórias administrativas do que “descobrir” a precedência das relações de parentesco. O “enlaço”, para nós, são as associações de trabalhadores de ofício, artífices, comerciantes e docentes. O que pretendemos demonstrar foi o fato de esse enlaço não ter sido atado banalmente, pelo contrário, as táticas dos docentes de se transferirem para o centro urbano do Recife foram essenciais aos rumos tomados para a instalação da propagadora.

Em 1872, na Inspetoria Geral da Instrução Pública, João José Pinto Júnior esteve à frente da instalação da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, destacando a abertura da associação e recomendando como “dever do governo” a “proteção” e o auxílio de associações daquela “ordem”, “que muito podem fazer em prol da maior difusão do ensino popular, base de toda a regeneração moral” (FALLA, 1872, pp. 8-9).

Em finais da década de 1850, Pinto Júnior foi o responsável por defender a liberdade de ensino, admoestando tal intenção em 1871. Logo após a aprovação da legislação libertando o ensino, esteve à frente da abertura da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Importante articulador no terreno da política, urdiu estrategicamente as “Gramáticas da Liberdade”, em suas aulas da Faculdade de

Direito do Recife, em seus relatórios de inspetor da instrução e em suas redes de sociabilidades tecidas com a política provincial.

A reunião para a instalação da propagadora aconteceu no Palácio do Presidente da Província, situado no bairro de Santo Antônio, e contou com a presença do “ilustre político”. Na ocasião solene, Manoel do Nascimento Machado Portella elogiou a iniciativa dos associados, pois “engrandecia o espírito da iniciativa individual e particular”, e os alertou para a efêmera duração de outras associações literárias na província (Diário de Pernambuco, 10 de agosto de 1872). Talvez, à época, fosse difícil identificar a propagadora como iniciativa mais próxima da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais do que de associações literárias.

Quais foram os direcionamentos tomados pela associação? Quais as suas intenções de atividade? A quem serviu e por quê? Delimitaremos, inicialmente, as informações de seus estatutos, ou seja, o que os associados publicaram sobre si mesmos:

Art. 1. A Sociedade Propagadora da Instrução Pública tem por fim difundir e auxiliar, por todos os meios legais, o ensino primário, secundário e superior na província de Pernambuco.

Art. 2. A sociedade só estenderá sua ação ao ensino secundário, e superior, depois de atendidas as principais necessidades do ensino-primário, e quando o permitem os seus recursos.

Art. 3. A sociedade durará por tempo indeterminado, e terá sua sede na cidade do Recife.

Art. 4. Para desempenho do ____ a que se propõe a sociedade, emprega os seguintes meios:

§1. Escolas primárias;

§2. Aulas e estabelecimentos de ensino secundário, e superior;

§3. Publicações úteis;

§4. Conferências e preleções públicas;

§5. Pequenas bibliotecas, museus e gabinetes de ciências físicas (ESTATUTOS, 1872, p. 3).

Os quatro primeiros artigos dos estatutos da SPIP tiveram por objetivo a instrução pública. A associação não se destinou às práticas mutualistas comuns a outras associações instaladas no Império (MAC CORD & BATALHA, 2014).

Pinto Júnior arregimentou consócios empenhados no desenvolvimento da instrução na província, através de suas iniciativas particulares.

Em 1872, quando inaugurou suas atividades, a propagadora estruturou-se com um Conselho Superior composto por todos os sócios iniciais da associação. Abaixo do Conselho Superior, se comporiam Conselhos Paroquiais, divididos pela província. Os de Recife eram os Conselhos Paroquiais da Boa Vista, de São José, Santo Antônio, do Bairro do Recife (hoje: Recife Antigo) – bairros da região central da cidade, polos da administração pública, do comércio popular e, atualmente, pontos turísticos –; Nossa Senhora das Graças, Poço da Panela – bairros da zona leste e norte da cidade, às margens do rio Capibaribe, locais de moradia das famílias mais abastadas –; Afogados (bairro conectado a São José e, além de ponto de comércio popular, dá acesso à zona sul da cidade); Várzea (bairro da zona oeste do Recife que abrigava os engenhos e a Santa Casa da Misericórdia, os quais contribuíram para seu crescimento populacional, e que atualmente é o bairro onde se localiza a Universidade Federal de Pernambuco)¹³.

A associação foi composta por sócios efetivos, correspondentes, honorários e beneméritos. Os sócios efetivos, ou instaladores, eram aqueles nacionais ou estrangeiros, maiores de vinte e um (21) anos, efetivamente atuantes para a realização dos fins da sociedade. Os sócios correspondentes teriam o mesmo tipo de atuação dos efetivos, porém estariam instalados em outras províncias ou noutro país. Os sócios honorários seriam os indivíduos de elevada posição social, ilustração ou mérito, que fossem recomendáveis à associação, ou lhe prestassem bons serviços. Por fim, os sócios beneméritos seriam aqueles responsáveis pela doação de quantias não inferiores a cinco contos de réis (5:000\$000) (ESTATUTOS, 1872).

A organização dos sócios efetivos deu-se em conselhos, com incumbências diferenciadas. Ao Conselho Superior, composto pelos sócios primários da propagadora, coube a representação da associação frente aos poderes públicos: premiação de autores de obras úteis ao ensino ou de valor científico e criação de estabelecimentos de ensino superior (ESTATUTOS, 1872).

¹³Conselho Paroquial é a maneira de nomear certa delimitação territorial na qual a população subordinava-se eclesiasticamente a um pároco (AURÉLIO, 1975, p. 368). No caso da propagadora, o termo foi usado informalmente para delimitar a ação de conselhos locais em bairros específicos da província. Essa maneira de divisão do território lembra o sistema de entrâncias, defendido por João José Pinto Júnior, fundador da SPIP.

Ao Conselho Paroquial coube criar, nas paróquias, as escolas primárias e aulas secundárias, comunicando ao Conselho Superior tais criações; nomear e demitir professores e qualquer outro funcionário da sociedade na paróquia, preferindo, para tanto, os sócios com habilitações precisas, que pudessem agir gratuitamente. Porém, se houvesse necessidade, marcavam os vencimentos dos professores e propunham ao Conselho Superior as gratificações e os prêmios aos professores (por zelo, assiduidade e esforço em prol do ensino) (ESTATUTOS, 1872).

Assim como a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais e a Associação dos Empregados no Comércio, a SPIP exerceu sua autonomia para contratar seus (suas) próprios(as) docentes, sem a necessidade de um concurso público que atestasse suas habilitações. A promulgação do “ensino livre” “legalizou” aquela prática, assegurando a autonomia das associações.

Coube também ao Conselho Paroquial promover a construção ou adquirir edifícios apropriados onde funcionariam as escolas e aulas, com acomodações para bibliotecas abertas ao público; e, se a experiência demonstrasse necessidade, remover as escolas para outras localidades. Caso houvesse crianças que, por indigência, não frequentassem a escola, a associação forneceria roupas e convencer os pais, tutores e administradores da necessidade de cuidarem da frequência delas (ESTATUTOS, 1872).

Na organização dos conselhos da propagadora esteve presente o mecanismo que pôs em funcionamento o “pacto imperial federativo” (DOLHNIKOFF, 2005), no qual a descentralização administrativa, ao garantir autonomia aos poderes locais, cravou a unidade nacional. O defensor do ensino livre e inspetor da instrução, Pinto Júnior, provavelmente, orientou-a nesse sentido.

A nomeação dos conselhos paroquiais foi publicada no Diário de Pernambuco, pelo menos, nos anos iniciais de sua atuação¹⁴. Alguns sócios saíam de um conselho paroquial para atuar noutro, como o próprio Pinto Júnior, que esteve à frente do

¹⁴Cf. Diário de Pernambuco 1 out. a 31 dez. 1872, rolo n. 98; 2 de dezembro de 1872, segunda-feira. Diário de Pernambuco 1 out. a 31 dez. 1872, rolo n. 98; 7 de dezembro de 1872, sábado. Diário de Pernambuco 1 out. a 31 dez. 1872, rolo n. 98; 16 de novembro de 1872, sábado. Diário de Pernambuco 1 out. a 31 dez. 1872, rolo n. 98, quarta-feira, 7 de abril de 1875.

Conselho Paroquial da Boa Vista até que, em 1875, assumiu a presidência do Conselho Paroquial do Poço da Panela.

Segundo Mac Cord, em sua pesquisa sobre a “dança de cargos” na Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, esse evento foi um modo efetivo de demonstrar e perceber as relações internas da associação. O *status* do cargo exercido demonstra um diálogo interdependente e autoalimentado entre o *status* dentro da associação e o de fora da associação (MAC CORD, 2012). A própria categoria de sócios honorários e beneméritos foi a maneira como as associações arregimentaram figuras ilustres para arrimá-las.

Dentre as atribuições dos conselhos paroquiais, destacamos a de “criar, na paróquia, as escolas primárias e aulas secundárias, que o permitirem os recursos da sua respectiva caixa, comunicando tais criações ao Conselho Superior” (ESTATUTOS, 1872, p. 9). Àquela altura, Pinto Júnior e seus consócios sabiam da aprovação do artigo promulgando o “ensino livre” do Projeto n. 54, de 1872, em votação na assembleia provincial.

Através dos conselhos paroquiais, a associação espalhou sua teia administrativa, encobrendo o centro do Recife e seus arrabaldes; inclusive, em 1875, criou os conselhos locais, complementando administrativamente a ação dos conselhos paroquiais (ESTATUTOS, 1875. p. 1).

Seguindo brevemente as publicações no Diário de Pernambuco, em 1873, primeiro ano de funcionamento da propagadora, evidenciamos anúncios de professores atuantes em regiões próximas ao centro do Recife (como Afogados, Beberibe, Graças, Madalena etc.) divulgando sua intenção de acolher alunos pobres enviados pela associação (SANTOS, 2014).

A sociedade foi um local de estratégica atuação sociopolítica de docentes no Recife. Àqueles que não compunham a lista de primeiros sócios restou aparelhar-se com as propostas, mostrar-se receptivos; afinal, para quem não seria vantajoso ganhar certo prestígio social por se aliar aos “ilustres pernambucanos” da propagadora? A propagadora germinou em terreno fértil – devido ao ensino livre, à falta de investimentos públicos para o Ensino Profissional e às subvenções destinadas às associações –, espalhando-se na instrução do Recife.

Desde a primeira metade do século XIX, a docência se construiu em meio a processos de hierarquização peculiares, nos quais aproximar-se da capital da província era sinônimo de ascensão social, através de ascensão política. A Sociedade Propagadora da Instrução Pública foi a entidade coletiva hegemônica por meio da qual uma parte da elite exerceu controle sobre outras frações de docentes.

A propagadora foi uma das tentativas bem-sucedidas das elites de usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados (CARNOY, 1988), principalmente de outros(as) docentes atuantes na província.

No decorrer de suas atividades, a Sociedade Propagadora da Instrução Pública fundou a Escola Normal para Senhoras, em 1872 (depois chamada Escola Normal Pinto Júnior). Em 1878, no Monteiro – região vizinha ao Poço da Panela, às margens do Capibaribe –, fundou a Escola de Ensino Agrícola e, em 1903, inaugurou a Escola de Farmácia do Recife. As três escolas abertas pela associação de “pessoas ilustres” da província voltaram-se para a instrução profissional de trabalhadores em Recife. Aprofundamos, adiante, a análise de suas ações no campo da instrução profissional.

3.3.1.1 Da Escola Normal Pinto Júnior às escolas mistas

Estudos sobre a feminilização do magistério são unânimes em apontar as características simbólicas das mulheres para a instrução primária, urdidas pela elite (masculina), a partir da segunda metade do século XIX. Aquela elite defendia veementemente a aplicabilidade das características maternas das mulheres à instrução da nação. Segundo tais discursos, as mães estavam presentes na primeira educação das crianças, orientando o desenvolvimento moral de seus filhos. As mulheres-mães eram as responsáveis por essa primeira educação da infância no lar e, por extensão, nas escolas primárias; e dariam a primeira educação escolar aos

infantes, futuros cidadãos do país (GONDRA & SCHUELER, 2008; VICENTINI & LUGLI, 2009).

Segundo June E. Hahner, a partir da década de 1870, o debate sobre a coeducação ganhou força, unido ao debate sobre a educação feminina. Para a autora, a questão da “maternidade espiritual serviu para empregar mais, e mais barato, professoras” (HAHNER, 2011. p. 471). Numa perspectiva nacional, a questão da coeducação foi um debate político, econômico e pedagógico. Hahner ainda mencionou o papel decisivo de João Barbalho Uchôa Cavalcanti na abertura de escolas mistas, ao mesmo tempo em que fechou escolas masculinas e femininas na província.

Apesar de não termos um número exato de mulheres formadas pela escola normal e (possivelmente) atuantes na instrução pública da província, sabemos que a associação peticionou e conseguiu a aprovação de legislação favorável à sua escola. Em finais da década de 1870, as alunas formadas pela Escola Normal para Senhoras possuíam uma formação equiparada à da Escola Normal Oficial e poderiam ser providas em escolas da 1ª entrância, sem a necessidade de concurso público.

No segundo capítulo, falamos sobre a constante abertura e supressão de iniciativas educacionais por parte dos poderes públicos. A questão econômica sempre foi mencionada na ocasião da supressão de escolas, seja da aula comercial, seja da Escola de Engenharia, ou da Usina Frei Caneca. Os poderes públicos buscaram frequentes alternativas para a manutenção das escolas, no momento de enfrentamento da crise econômica. Ao longo das décadas de 1870 e 1890, o número de escolas mistas aumentou, enquanto houve o declínio das escolas femininas.

A “maternidade espiritual” foi um dispositivo argumentativo importante para o convencimento das autoridades públicas no provimento de professoras nas escolas mistas e masculinas da província de Pernambuco. Precisamos, no entanto, fazer duas inferências sobre as teses de feminilização do magistério. A primeira refere-se à questão econômica, no que concerne aos vencimentos das professoras; a segunda refere-se à generificação¹⁵ dos cargos.

¹⁵O termo “generificação” refere-se, segundo os estudos de gênero, às relações distintas dadas aos gêneros masculino e feminino na sociedade. Preferimos evidenciar a distinção de gênero dos cargos,

Desde a legislação de 1874, quando João Barbalho Uchôa Cavalcanti esteve à frente de sua aprovação na assembleia provincial, os vencimentos dos docentes atuantes na província estiveram vinculados às entrâncias nas quais atuaram – artigos 14 e 15 da referida legislação (PERNAMBUCO, 1874, p. 63; LIMA, 2014). No capítulo seguinte, faremos o comparativo dos vencimentos docentes com outros ofícios na província de Pernambuco, em que a vinculação do vencimento à entrância equiparou os vencimentos de professoras e professores. Após a década de 1870, as disputas por equiparação nos vencimentos ocorriam entre as entrâncias ou em função da entrada de determinada localidade em uma entrância com maior vencimento. No caso de Pernambuco, única província que pudemos verificar, o emprego de professoras não foi menos custoso aos poderes públicos em relação aos seus vencimentos.

O debate acerca da generificação dos vencimentos em diversos ofícios foi alvo de extensa bibliografia sobre o tema. Referenciando algumas pesquisas, pudemos inferir que o trabalho feminino foi (e continua sendo) comumente menos custoso para os patrões e os poderes públicos que o trabalho masculino, havendo ocasiões em que homens trabalhadores de fábricas exigiram que cessassem as contratações de mulheres (e crianças), para não ficarem sem emprego, ou ainda por conta da diminuição da renda familiar ocasionada pela substituição do trabalho masculino pelo feminino (RAGO, 2009; RAGO, 2001; LOURO, 2001). Segundo Hahner (2011), a tendência repetiu-se no caso do emprego de mulheres nas escolas primárias.

Em relação aos vencimentos em Pernambuco, nos anos finais do Império, não podemos defender os mesmos apontamentos. Se a crise econômica foi causa do emprego de professoras nas escolas mistas e masculinas, não foi por conta dos vencimentos inferiores aos dos professores. A questão econômica para o emprego de mulheres no ensino público da província foi motivada pela supressão de escolas femininas e pela subsequente transformação de escolas masculinas em escolas mistas, diminuindo o quantitativo de docentes providos em determinadas localidades e barateando, conseqüentemente, os custos com a instrução na região.

Decerto concordamos com Hahner (2011), o qual evidenciou que os professores continuaram atuando com os altos cargos na educação e na escola, visto

ou seja, quais cargos foram socialmente vinculados ao gênero feminino e/ou ao gênero masculino (SCOTT, 1995).

que as Escolas Normais na província de Pernambuco foram majoritariamente regidas por professores (homens). A feminilização do magistério em Pernambuco deu-se como efeito da crise econômica que a província atravessou, no ocaso do Império. Os poderes públicos diminuíram o quantitativo de escolas (poupando os gastos públicos) nas entrâncias, empregando a coeducação dos sexos por meio das escolas mistas – que só puderam ser regidas por professoras. Contudo, o ensino secundário da província – com maior *status* (intelectual, social e político-econômico), menor carga de trabalho e geograficamente localizado na capital – foi majoritariamente regido por professores, relegando-se o ensino primário às professoras.

Gonçalves Filho também destacou a questão financeira como principal elemento que impeliu a instalação de escolas mistas. Citou a defesa de João Barbalho Uchôa Cavalcanti, em seu relatório de 1875, do emprego das escolas mistas, que seriam de “grande vantagem” para serem distribuídas pelas diferentes localidades da província. Disseminou-se o ensino, sem o aumento das despesas públicas. Por meio da ferramenta das escolas mistas, o “governo da instrução” pôde difundir o dispositivo do ensino de saberes e do saber ser. A elite política no Recife (e seu dispositivo de instrução) apostou nas escolas mistas como uma nova concepção de trabalho docente, ferramenta que se consolidou no século XX, alicerçada numa determinada concepção de mulher (GONÇALVES FILHO, 2016).

A feminilização do magistério em Pernambuco não contou apenas com a transformação das escolas femininas e masculinas em escolas mistas, mas foi impulsionada também pela abertura da Escola Normal para Senhoras, a cargo da Sociedade Propagadora da Instrução Pública.

Caso similar deu-se no Pará, entre os anos de 1870 e 1901. A abertura de escolas mistas naquela província, apesar de configurações restritivas e discursos contra a inserção de meninas e mulheres nas escolas, contribuiu para o aumento de matrículas de mulheres na Escola Normal. Segundo Clarice Melo, as escolas mistas permitiram maior inserção das mulheres no espaço público, no meio escolarizado e, principalmente, contribuíram para a feminilização do magistério naquela província (MELO, 2008).

Ruy Bello (1978) destacou a iniciativa da propagadora na abertura da Escola Normal para Senhoras, instalada na mesma casa em que, durante o dia, funcionava a Escola Normal Oficial, cabendo à associação a “glória de ter sido a pioneira na instituição do ensino normal para as mulheres” (BELLO, 1978, pp. 125-126).

A propagadora não só abriu uma escola normal para senhoras, como aceitou mulheres – professoras, em sua maioria – para seu quadro de sócios. A associação foi composta por docentes atuantes no “turbilhão da política” de Pernambuco, como o Cônego Francisco Rochael de Medeiros, os professores Miguel Archanjo Mindelo¹⁶ e Maximiano Lopes Machado¹⁷, Francisco de Carvalho Soares Brandão e José Soares de Azevedo, um dos fundadores do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (1862). Rochael não só foi o primeiro diretor da Escola Normal, como foi ele um dos membros, junto a Francisco de Carvalho, da comissão que elaborou o projeto de criação da referida instituição. No quadro da associação, também figurou Álvaro Barbalho Uchôa Cavalcanti, possível tio paterno de João Barbalho Uchôa Cavalcanti e novo diretor da Escola Normal (GONÇALVES FILHO, 2018).

Ao ser instalado, o curso normal para senhoras, a cargo da propagadora, funcionou como curso noturno, no mesmo prédio da Escola Normal Oficial da província. Em evento solene, o curso foi inaugurado num sábado, 15 de fevereiro de 1873, com a presença de professores, representantes de associações civis, membros de repartições públicas, familiares e 108 alunas matriculadas, todos ocupando a “grande sala” do “palacete”.

Gonçalves Filho (2018) destacou o fato de os professores do curso feminino serem os mesmos que atuavam no masculino, com a diferença de que, no caso do ensino ministrado às moças, não havia remuneração para os docentes, já que se tratava de um trabalho voluntário. No entanto, em subtópico anterior (2.2 – Gramáticas da Liberdade), já demonstramos a quantia avultada de uma loteria de cento e vinte

¹⁶Miguel Archanjo Mindello foi professor de primeiras letras da freguesia de Santo Antônio, bairro central do Recife. Em 1880, enquanto professor da Escola Normal Oficial, fez pedido de gratificação por antiguidade. Fez outro pedido de gratificação (de que trata o art. 2 da lei 2020, de 15 de julho de 1889) em 1889, que ficou “em aberto” (IP. 15, p. 296; IP. 51, p. 223).

¹⁷Maximiano Lopes Machado foi professor de primeiras letras de Barra de Jangada (hoje no município de Jaboatão dos Guararapes, no litoral sul de Pernambuco). Em 1873, argumentando dedicação ao estudo para o concurso de cadeiras vagas, fez um pedido de licença, indeferido pelo Diretor Geral da Instrução, João José Pinto Júnior (IP. 28, p. 133).

contos de réis (120:000\$000), aprovada pela Assembleia Provincial e destinada aos cofres da SPIP, em 1873.

Decerto, quando de sua inauguração, o curso normal para senhoras atraiu um público grande de interessadas, somando um total de 170 matrículas no ano de 1873. Nem mesmo o curso da Escola Normal Oficial, em seu ano de inauguração (1864), conseguiu matricular tantos alunos. Durante todo o ano, foram publicadas no Diário de Pernambuco algumas informações esparsas sobre o funcionamento da Escola Normal para Senhoras. No fim do ano de 1873, foram amplamente noticiadas as datas dos exames da escola e houve frequentes publicações do desempenho das alunas¹⁸.

No dia 4 de dezembro de 1873, um relatório do movimento do Conselho Paroquial de Santo Antônio foi publicado; nele constava a lista dos sócios do CP de Santo Antônio e um breve relato sobre a necessidade de se abrir mais escolas para o sexo feminino na província. Elogiava o fato de o primeiro ano letivo da Escola Normal para Senhoras ter contado com a matrícula de 180 alunas e a frequência de um terço delas, das quais duas haviam sido regularmente habilitadas em todas as matérias, além das 31 outras que fizeram exames das matérias (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 4 de dezembro de 1873, p. 8).

Uma larga historiografia preocupada com as relações entre os gêneros (masculino e feminino) dedicou-se não só a escrever uma história das mulheres, descortinando a diversidade de suas experiências de vida, como a tecer aprofundadas análises acerca da diversidade de feminilidades e masculinidades ao longo da história (SCOTT, 1995).

Mary Del Priore (2001) foi responsável por organizar um livro sobre a História das Mulheres no Brasil, contendo artigos dedicados aos mais diversos assuntos, seguindo o exemplo da publicação francesa encabeçada por Michelle Perrot e Georges Duby (1991). Os textos versavam sobre as relações de trabalho das mulheres (principalmente nas fábricas); a questão da sexualidade nos primeiros anos

¹⁸Cf. Curso Normal para Senhoras (Diário de Pernambuco, terça-feira, 11 de fevereiro de 1873, microfilme rolo n. 99 – FUNDAJ); Curso Normal para Senhoras (Diário de Pernambuco, quarta-feira, 12 de fevereiro de 1873, microfilme rolo n. 99 – FUNDAJ); Compra de livros e compêndios para as alunas da Escola Normal (Diário de Pernambuco, 15 de fevereiro de 1873, microfilme rolo n. 99 – FUNDAJ); Resultado das alunas aprovadas em exame da Escola Normal para Senhoras (Diário de Pernambuco, sábado, 29 de novembro de 1873, microfilme rolo n. 102 – FUNDAJ).

da Primeira República (RAGO, 2001); as relações de violência urbana e experiências cotidianas de mulheres pobres (SOIHET, 2001); e ainda sobre as alunas e professoras (LOURO, 2001).

Decerto, a empreitada somou-se a outros estudos feitos por historiadoras voltadas às histórias das mulheres e das relações de gênero, como indicou Emília Viotti da Costa (2007). Nesse capítulo, adicionado à edição clássica do livro da historiadora, seu principal objetivo foi analisar as formas de representação da mulher no Brasil do século XIX. O artigo detalha as representações fundamentais para a submissão das mulheres e a reprodução do sistema patriarcal e da patronagem na sociedade brasileira. Em obras de viajantes que visitaram o Brasil na primeira metade do século XIX e nos finais dos XIX, os relatos de viagens analisados apresentavam imagens de mulheres como crianças, vivendo seus primeiros anos sob a tutela de pais despóticos, os quais as entregariam aos futuros maridos, como figuras completamente obedientes e sexualmente reprimidas. Em meados do século XIX, as mulheres no Brasil não tinham o direito de trabalhar fora do lar, abrir uma conta bancária ou dispor de seus dotes, sem a permissão dos maridos; viviam permanentemente num estado de menoridade.

Essa imagem foi construída de tal maneira que as feministas da “primeira onda” europeia diziam que as mulheres brasileiras viviam oprimidas e eram vítimas passivas aos seus “senhores”. Por não terem acesso à educação, não dispunham de meios para se emancipar, nem de oportunidades de trabalho, ou de direitos ao sufrágio e à cidadania.

Segundo Costa, essa representação resistiu durante boa parte do século XX, fazendo com que os estudos clássicos (antes da década de 1980) insistissem nesses dois retratos: o da mulher dependente e o do poder patriarcal, com seu inegável viés classista. Essa generalização das experiências femininas cristalizou uma visão das mulheres de classes média e alta, abandonando a possibilidade de representar demais experiências femininas de outros grupos sociais (COSTA, 2007).

As mulheres de classes média e alta tiveram mais oportunidades de acessar as mercadorias, os símbolos e os modelos de comportamento correspondentes, até certo ponto, às experiências das mulheres de países desenvolvidos. Ao privatizarem

o espaço público e separarem o lar do local de trabalho, as novas tendências trouxeram à luz as dificuldades de conciliação entre as atividades domésticas e as profissionais. Um número cada vez maior de mulheres criticava a sociedade, que dera aos homens mais direitos do que obrigações e às mulheres mais obrigações do que direitos.

As de classe média, dispondo de trabalhadoras domésticas para substituí-las nas tarefas do lar, encontraram trabalho nas escolas e em jornais e revistas, que se multiplicavam. Ao mesmo tempo, as profissões de parteira, farmacêutica, pajem e ama, cabeleireira, costureira e prostituta cresceram em grande número nos centros urbanos (COSTA, 2007).

Independentemente de um debate estrutural, econômico, condicionante da emancipação das mulheres no Brasil, as experiências urdidas pelas mulheres em Pernambuco, entre o final do Império e o início da Primeira República, foram deslocamentos promovidos por elas, para além de uma contestação, como afirmaram Noêmia Luz e Alcileide Cabral:

Nem todas as mulheres estavam conformadas com o papel de filhas, esposas, mães e “coquetes”. Algumas queriam mais. Resignificaram o sentido de ser mulher, fissuraram o conceito. Multiplicaram as possibilidades do feminino num complexo e paradoxal movimento de construir identidade coletiva, de instituir o sujeito de direito feminino diante de um Estado que mudava a forma de governo, porém, mantinha-se conservador, oligárquico e com estreita concepção de democracia e cidadania. É esse pequeno e inquieto número de mulheres que fez a diferença aqui e, como aponta Hobsbawn (1988:272), na Europa, onde a emancipação feminina terminou por produzir uma espécie de “nova mulher”. Essas questões permearam o debate em torno da cidadania no regime republicano (LUZ & NASCIMENTO, 2014, p. 345).

Naqueles anos, mulheres que se formavam no ensino normal e superior aderiram às lutas abolicionistas, reclamaram proteção social, editaram revistas, publicaram periódicos, organizaram associações filantrópicas, ou, desde tenra idade, haviam ingressado no mercado de trabalho. As mulheres pobres, “pretas de honra” (SILVA, 2011), vendeiras, amas, lavadeiras, engomadeiras, quituteiras, ingressavam cedo nas relações de trabalho (seja como pessoas livres, libertas ou escravas) e outras tantas, de classe média ou da elite, exerciam uma diversidade de ofícios, sendo o magistério um caminho à parte para essas mulheres.

O magistério possibilitou às mulheres pobres ascensão social – seja pelo *status*, seja pelo salário regular de professoras –, bem como assegurou às de classe média e de elite o exercício de um ofício capaz de emancipá-las das relações sexistas e machistas da sociedade imperial e republicana no “longo século XIX” brasileiro (LOURO, 2001; GATI, 2009; GUIMARÃES 2002; PEIXOTO, 2006; TOURINHO, 2008).

Não foi rara a atuação de professoras nas instruções pública e particular no Recife. O aumento de escolas mistas, os discursos favoráveis à atuação de professoras em escolas de sexo masculino e a abertura da Escola Normal para Senhoras contribuíram (talvez) para o aumento do número de professoras exercendo a instrução no Recife.

Destacamos, contudo, a “balança de gênero” das ações da SPIP. Gati (2009) destacou a constante necessidade de um “crivo” masculino para as ações voltadas às mulheres. No caso da “feminilização do magistério” emergida em Pernambuco, o “crivo” foi o dispositivo de “ação civilizadora” dada às mulheres como “mães cívicas”, responsáveis pelos primeiros ensinamentos às crianças, em seio doméstico, e aos infantes cidadãos do Império (e, depois, da Primeira República).

No âmbito da educação para as mulheres, os saberes escolares eram diferentes daqueles assegurados aos meninos/homens. Dentre as três perspectivas de educação feminina vigentes no período imperial brasileiro, duas preocuparam-se em educar as mulheres para os afazeres domésticos: uma, com base no pensamento cristão-jesuítico; a outra, com base no cientificismo e no “positivismo” do século XIX. Já a terceira perspectiva pregava a igualdade entre os sexos, inclusive, reivindicando a participação de mulheres em cursos superiores e em profissões como o magistério, a medicina, a advocacia e a engenharia. As mulheres destinadas ao magistério, em sua maioria, “fizeram-se” professoras: já ao longo dos ensinos primário e secundário, exerceram a condição de monitoras, auxiliares e professoras adjuntas (GONDRA & SCHUELER, 2008).

No regulamento da Escola Normal para Senhoras, de 1895, destacou-se o objetivo da escola de “difundir conhecimentos, indispensáveis, simplesmente úteis às senhoras, em geral, e, em particular, a aquelas que pretendessem dedicar-se ao

magistério primário” (REGULAMENTO, 1895, p. 3). A escola possuiu um curso preparatório e dois superiores, um geral e outro normal. O curso preparatório era o mesmo para as alunas pretendentes ao ingresso no curso geral ou no normal e contava com as seguintes matérias:

- a) Língua Portuguesa: noções elementares da gramática, análise lexicológica, exercícios de ortografia, desenvolvimento descritivo de paisagens e narrativo de assunto fornecido sucintamente pelo Professor, leitura expressiva e interpretativa de prosadores modernos, significação das palavras, sinonímia, homonímia;
- b) Aritmética: prática das operações fundamentais e suas aplicações mais simples, problemas, sistema métrico decimal, conhecimento prático e intuitivo dos pesos e medidas decimais, estudo prático da relação entre o sistema antigo e moderno;
- c) Desenho e Caligrafia: 1º conhecimento das principais formas geométricas, análise dos seus elementos constitutivos, estudo prático dos sólidos regulares, traçado de figuras por construção, noções de cartografia: projeção e perspectiva. 2º Noções de Caligrafia teórica, exercícios caligráficos;
- d) Noções de Música;
- e) Plantas e animais (estudo concreto) (REGULAMENTO, 1895, p. 4).

As matérias do curso preparatório foram pensadas de maneira articulada com as dos cursos superiores. Havia matérias introdutórias e, à medida que avançavam do curso preparatório para o geral, aprofundavam seus conteúdos. O curso preparatório contou com as matérias exigidas na prova para o ingresso no Curso Normal.

O Curso Geral, por sua vez, foi distribuído em cinco séries subsequentes (REGULAMENTO, 1895, pp. 4-6). Além dos estudos de línguas estrangeiras (francês, inglês e alemão), as disciplinas de Geografia, Cosmografia, História geral e de Pernambuco foram acrescidas ao curso. A economia doméstica demarcou a distinção de gênero do ensino normal para senhoras, e as noções de higiene demarcaram um processo iniciado no período imperial, quando as “artes de civilizar” emergiram da relação entre a profissionalização da medicina, as intenções de higienizar os corpos e os costumes da sociedade imperial, com atuação direta nas escolas imperiais (GONDRA, 2004).

O processo de higienização social iniciado no Império foi marca comum nos discursos das autoridades educacionais na Primeira República, principalmente dos famosos “pioneiros da escola nova”, como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando Teixeira. Segundo Dávila, durante a Primeira República, as autoridades públicas

validaram aqueles discursos de higiene social e eugenia, e puseram em prática, nas escolas públicas primárias, determinado conjunto de regras de medição antropométrica para aferir e distinguir as “capacidades cognitivas” das crianças negras, pobres etc. (DÁVILA, 2006), esquadrinhamento pautado em teorias racistas predominantes na sociedade ocidental, até a primeira metade do século XX, que objetivaram encaminhar rumo à “civilização” e ao “progresso” sociedades cujos sujeitos seriam “inferiores” e “degenerados”.

Outra matéria do Curso Normal para Senhoras a ser destacada foi a “Psicologia”. Na historiografia da educação dedicada aos estudos das reformas educacionais promovidas pelos “pioneiros da escola nova”, dá-se relevante destaque ao acréscimo da psicologia nos currículos das escolas normais, promovido por Lourenço Filho (CAVALCANTE, 2011). A psicologia educacional ensinada nas escolas normais passou a fazer parte do cabedal científico utilizado pelos “pioneiros da escola nova”, na condução de políticas públicas voltadas à instrução. Segundo Dávila, Lourenço Filho, Fernando Azevedo e Anísio Teixeira foram eugenistas que acreditavam na superioridade de pessoas brancas em relação às negras. A psicologia promovida por eles foi responsável por instituir o discurso hierarquizador das inteligências, dos costumes sociais e das inclinações morais (DÁVILA, 2006).

Não sabemos se a psicologia ensinada na Escola Normal para Senhoras no Recife em 1895 – a única que recuperamos – já contava com inclinação eugênica, baseada no darwinismo social. Apontamos apenas o fato de a disciplina constar no currículo das escolas normais, antes de Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e Carneiro Leão terem promovido suas reformas educacionais.

Por fim, as matérias elencadas no curso normal para senhoras, dividido em três anos, foram: Língua portuguesa (1ª e 2ª série); Língua francesa; Aritmética; Álgebra; Geografia nacional; Música; Geografia geral (a partir da 2ª série); Geometria e noções de trigonometria retilínea e esférica (a partir da 2ª série); História geral até 1789 (a partir da 2ª série); Noções de física e química; Pedagogia e sua história (a partir da 3ª série); Instituições das principais teorias de física química mineral e orgânica, Análise qualitativa e quantitativa (a partir da 3ª série); História estudo complementar – História do Brasil e mais particularmente de Pernambuco (a partir da 3ª série); Instituição da biologia – revisão da anatomia vegetal e animal, noções de higiene, Mineralogia e

geologia (a partir da 3ª série); Mecânica geral, astronomia, geometria celeste e noções de mecânica celeste (a partir da 3ª série) (REGULAMENTO, 1895, pp. 6-8).

Apesar da ausência da “Pedagogia” na listagem acima, seu ensino não foi esquecido pelos dirigentes da escola. Seu regulamento previa o ensino teórico da Pedagogia às alunas do primeiro e do segundo ano, e da parte prática, no último ano do Curso Normal. Apesar não ter realizado um estudo detalhado sobre a Escola Normal para Senhoras – o que nem poderia ser feito, em função da lei da Liberdade de Ensino, aprovada em 1874 –, nem sobre a Escola Normal Oficial, Uchôa Cavalcanti fez severas colocações acerca do distanciamento do curso em relação às questões práticas do magistério. Segundo o inspetor, as matérias ensinadas na Escola Normal Oficial eram deveras teóricas e, por isso, impossibilitavam aos alunos o conhecimento prático exigido para o exercício da docência. Em seu relatório, considerou as colocações de Vicente de Moraes Mello, professor das aulas práticas da Escola Normal, com o objetivo de que os docentes das outras matérias tratassem mais das questões práticas do ensino em suas aulas (RELATÓRIO, 1875).

Somando os anos do curso preparatório aos do curso geral e, finalmente, aos do curso normal, o tempo de formação para a habilitação das professoras primárias era de nove anos. Porém, apenas um ano depois de iniciadas as aulas, a Escola Normal para Senhoras equiparou-se à Escola Normal Oficial, como constou no corpo da lei de 1874, que, na parte competente ao concurso público para o provimento de cadeiras, determinava que seriam admitidos(as) aqueles(as) com diploma de capacidade profissional conferidos pela Escola Normal, ou

- 1º. Os titulados com grau científico, conferido pelas faculdades do império;
- 2º. Os que exibirem diploma de capacidade conferidos pelo ginásio provincial;
- 3º. Os clérigos das ordens sacras;
- 4º. Os bacharéis em belas artes, titulados pelo imperial Colégio Pedro II;
- 5º. Os que exibirem diploma de capacidade profissional conferidos pelas escolas normais do império;
- 6º. As senhoras que exibirem título de capacidade profissional, conferidos pela escola normal da Sociedade Propagadora da Instrução nesta província, vigorando esta disposição só enquanto não for criada a escola normal de professoras, de que trata o art. 35 (PERNAMBUCO, 1874, pp. 60-61).

A partir de 1874, as cadeiras de primeira entrância poderiam ser providas sem a necessidade de concurso público de habilitação. O diploma conferido pela Escola Normal Oficial ou pela Escola Normal para Senhoras figurou como critério para a inscrição no concurso público para professor(a) primário(a). Mais que a equiparação da instituição particular ao diploma conferido pela instituição de ensino normal público, devemos evidenciar uma questão importante na emersão da “maquinaria escolar” ao longo do período imperial: a questão da formação docente.

Segundo Gondra e Schueler (2008), dois modelos de formação de docentes estiveram em disputa durante o período imperial. O primeiro, anterior à instalação das escolas normais, concebia a formação pela prática, com título de habilitação a ser conferido por meio de aprovação em concurso público para o exercício da docência. Ou seja, professores e professoras aprendiam o ofício de instruir na prática, atuando como monitores ou professores ajudantes nas escolas, e conquistariam a habilitação para ensinar nas escolas públicas após passarem em concurso público. O segundo concebia a formação através das escolas normais e, nesse caso, os diplomas concedidos pelas escolas figuraram como critério indubitável de habilitação dos(as) formados(as) pelas escolas, para a atuação na instrução pública.

João Barbalho Uchôa Cavalcanti, apesar de estreita relação com docentes das escolas normais em atuação na província, não gostou da dispensa do concurso para os(as) habilitados(as) nas escolas normais da província de Pernambuco. Segundo seu relatório, o grande número de nomeações de professores inabilitados figurou como um abuso à lei. O inspetor não creditava ao ensino normal exclusiva garantia de habilitação para o exercício do magistério; sabia que um diploma de “normalista” não determinava a efetiva capacidade para o magistério. Em sua opinião, talvez o diploma conferido pelas escolas normais até tivesse maior validade do que a “formação pela prática” de docentes, mas, para o ingresso na docência pública, o concurso era etapa imprescindível para aferir a capacidade dos(as) concorrentes (RELATÓRIO, 1885, p. 5).

Ainda não concluímos a investigação a respeito dos motivos pelos quais as autoridades do poder executivo de Pernambuco demonstraram inclinação para acabar com os “privilégios” conquistados pela SPIP e pela Escola Normal mantida pela associação. Um motivo apontado foi o suposto desprestígio que a Escola Normal para

Senhoras havia trazido para a Escola Normal Oficial de Pernambuco (FALLA, 1889). Tal postura mostrou-se mais “radical” que a de João Barbalho Uchôa Cavalcanti (nessa altura, provavelmente, em articulação para alçar o cargo de Ministro da Educação na república nascente), visto que o antigo inspetor da instrução, apesar das críticas à Escola Normal para Senhoras, não havia ventilado a intenção de findar os “privilégios” à instituição.

No entanto, os “privilégios” adquiridos pela Escola Normal para Senhoras, a cargo da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, foram vistos como uma concessão para a entrada no magistério de mulheres com vocações que, de outro modo, se “perderiam”, ou ainda como uma “homenagem e uma espécie de compensação aos esforços da sociedade – que há tanto tem contribuído para tirar nesta província o ensino de seu estado de abatimento” (MEMÓRIA, 1892, p. 22). Se trocarmos “compensação” por “retribuição” (ou até mesmo “dádiva”), percebemos uma semelhança entre as relações construídas pela SPIP, pela SAML e pela AECP. A “economia do dom” entre associações e poderes públicos guardou uma “coerência relativa” (DETIENNE, 2004) com a de trabalhadores de ofício e trabalhadores de ofício docente.

A atuação da Escola Normal para Senhoras, segundo os membros da SPIP, não trouxe qualquer perda aos alunos matriculados na Escola Normal Oficial. A empreitada particular da SPIP no ensino normal em Pernambuco relatou ter formado, até o ano de 1892, setenta e uma (71) alunas, muitas delas aprovadas com “distinção” (MEMÓRIA, 1892, pp. 23-25).

Sobre o acirrado jogo político figurado pela SPIP, João Barbalho Uchôa Cavalcanti, na ocasião do vigésimo aniversário da SPIP, proferiu as seguintes linhas:

A Sociedade Propagadora da Instrução Pública constituiu-se um dos mais possantes fatores do progresso do ensino em Pernambuco e por feitiço tal tem sabido desempenhar sua grandiosa missão, que goza da maior consideração pública que jamais sociedades congêneres não podiam aspirar. Testemunha de seus patrióticos esforços em prol da nobilíssima causa que tão porfiada e vitoriosamente peleja, muito me apraz registrar aqui a minha admiração e simpatia por tão benemérita associação e os meus ardentes votos pela continuação de seu incremento e prosperidade, apelando para todos os bons pernambucanos, a fim de que auxiliem-na eficazmente e lhe facilitem a consecução do magno empenho que ela traz de engrandecer o capital intelectual de nossa bela pátria (MEMÓRIA, 1892, pp. 71-72).

Mostrando profundo conhecimento dos atos promovidos pela associação, Uchôa Cavalcanti pontuou a prática comum das autoridades públicas de subvencionar ações particulares em prol da instrução. Ainda “apelou” para que as autoridades atuantes no estado de Pernambuco continuassem a auxiliar e “facilitar” as ações da associação. Quando Ministro da Educação, estimulou as “trocas interessadas” entre poderes públicos e associações particulares.

Não possuímos documentação acerca do funcionamento da Escola Normal da SPIP. Através dos memoriais publicados pela própria associação, recuperamos o discurso laudatório do compromisso da sociedade em “propagar” a instrução em Pernambuco. A mudança de regime político não modificou a extensão das ações da propagadora, mas, à medida que os sócios relacionados com a política faleciam, os benefícios voltados à propagadora foram escasseando. A negociação no “comércio da instrução” em prol das associações adquiriu outros recursos para o convencimento das autoridades sobre seu potencial.

Em 1884 algumas normalistas já diplomadas pela associação iniciaram as atividades de um “Club Literário Pinto Júnior”, o qual funcionava no prédio da Escola Normal, na rua do Riachuelo. As normalistas D. Maria da C. Brandão Cavalcante (presidenta), D. Julia Maria E. do Carmo (vice-presidenta), D. Odorica Argentina dos Santos (1ª secretária), D. Nympha M. Tavares (2ª secretária), D. Maria L. de Jesus (tesoureira), D. Maria das Mercês G. Chagas (oradora), D. Maria A. F. de Araújo (vice-oradora) compunham o conselho superior do clube, cujas finalidades eram: discutir as teses das matérias ensinadas na Escola Normal Pinto Júnior, compor biografias de ilustres prestadores de serviços às artes e à literatura pernambucana, bem como manter uma biblioteca (assim que fosse possível) (ALMANAK, 1886, p. 126).

Na ocasião do vigésimo aniversário da SPIP, o “Club Literário Pinto Júnior”, fez breve discurso, e destacou:

Esse *desideratum*, esse resultado lisonjeiro devemos em parte a nossos pais que se esforçam pela nossa educação; nos nossos mestres, que, no desempenho de suas árduas funções, inoculam no nosso espírito a instrução; a nós mesmas que devemos cumprir os nossos deveres e conquistar a estima de nossos pais, preceptores e do público em geral; mas o que não resta dúvida é que devemos ainda mais a Benemérita Sociedade Propagadora da

Instrução Pública, e a seu principal fundador, Conselheiro Dr. João José Pinto Júnior; a 1ª por nos ter proporcionado boas escolas e bibliotecas, e ao 2º por ter promovido a criação da mesma sociedade, continuar a manter os seus estabelecimentos e concorrer para a escolha dos seus bons professores (MEMÓRIA, 1892, p. 57).

As normalistas sócias do clube diziam-se discípulas da SPIP, com amizade e entusiasmo pelas ciências e pelas letras, além de torcerem pela realização dos “fins humanitários” da associação. O discurso entrelaçou as ações do clube aos feitos de João José Pinto Júnior e suas ideias. Não sabemos o quanto as normalistas concordavam com as teses de Pinto Júnior, se foram abolicionistas, se felicitaram a Lei do Ventre Livre (como o fez a Revista da Instrução Pública em 1872), ou se concordavam com as legislações em prol da “liberdade de ensino”.

A Escola Normal Pinto Júnior, a cargo da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, somou setenta e seis (76) anos de atividade, antes de ser encampada pelo poder municipal, em 1949 (Lei Ordinária n. 201, de 1949), mas não foi a única atuação de relevância da associação chefiada por docentes atuantes na terceira entrância da instrução pública pernambucana.

Atenta às problemáticas de seu tempo, a “propagadora” também atuou em prol do ensino agrícola em Pernambuco, na formação de trabalhadores “técnicos” habilitados para a agricultura.

3.3.1.2 A Escola Agrícola do Monteiro

Em publicação recente de Santos & Araújo (2019), dedicada à análise da construção da modalidade de ensino agrícola em Pernambuco durante as décadas de 1930 e 1940, lê-se que a primeira iniciativa do poder público para o ensino agrícola foi a instalação da Colônia Orfanológica Isabel. Segundo os autores, em 1894, a colônia foi rebatizada como Escola Industrial Frei Caneca e, em finais do Império, esse assunto foi bastante discutido entre autoridades e elites de Pernambuco.

Os “melhoramentos provinciais” (MELLO, 1999) promovidos pelas autoridades públicas de Pernambuco direcionaram-se, também, para as modernizações efetuadas na produção agrícola de cana-de-açúcar (EISENBERG, 1977). Pela atuação de Manoel do Nascimento Machado Portella ao libertar meninas ingênuas do cativeiro e destiná-las a instituições de instrução (BRANDÃO, 2011), pela defesa da liberdade de

ensino promovida por Pinto Júnior e pelo debate acalorado sobre os rumos sociais após a emancipação, o léxico das “Gramáticas da Liberdade” foi sendo escrito na província de Pernambuco, anos antes da promulgação da Lei do Ventre Livre.

Uma das preocupações dos poderes públicos foi instruir as crianças recém-egressas do cativeiro, a fim de formarem indivíduos aptos para o trabalho e moralmente instruídos. A instrução para o trabalho agrícola figurou como uma iniciativa profícua, encabeçada pelos poderes públicos, pois, além de atuar efetivamente sobre a instrução dos egressos do cativeiro, ainda funcionava em prol do desenvolvimento agrícola pernambucano.

Como falamos anteriormente (no subtópico “2.1 Poderes públicos e instrução profissional”), as iniciativas mantidas pelos poderes públicos para a instrução agrícola não foram duradouras. Decerto, os poderes públicos não conseguiram manter perenes as instituições de instrução profissional por eles organizadas e mantidas. As associações particulares de trabalhadores de ofícios e/ou docentes foram responsáveis por abrir instituições voltadas à formação profissional de si e dos seus. Foi a Sociedade Propagadora da Instrução Pública a responsável por abrir, particularmente, a primeira escola agrícola, sem caráter assistencialista.

A Escola Agrícola do Monteiro, a cargo da sociedade propagadora, aberta pela iniciativa particular da associação, esteve em harmonia com a discussão efetuada pelos políticos pernambucanos da época – alguns sócios da propagadora. Aquelas discussões ocorreram durante os congressos agrícolas, organizados por empresários de grandes lavouras, com a participação de políticos do Império, nos anos finais da década de 1870. O Congresso Agrícola de Recife, em 1878, contou com a presença de Manoel do Nascimento Machado Portella e de outros representantes das províncias de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe e Piauí. Ao todo, foram 113 participantes (NASCIMENTO & NASCIMENTO, 2013).

No Congresso Agrícola do Recife, o tema da instrução dos ingênuos esteve presente; defendeu-se essa modalidade de ensino, na intenção de se aproveitar a “primeira idade” das crianças. A preocupação das autoridades foi com o abandono das lavouras quando os ingênuos completassem os 21 (vinte e um) anos exigidos

para conseguirem a emancipação definitiva de seus senhores. Portanto, “inculcar-lhes” o ensino agrícola seria uma alternativa para evitar esse abandono.

Segundo Maria Isabel Nascimento e Manoel Nascimento (2013), o objetivo das autoridades seria manter os ingênuos como “semiescravos” nas lavouras. Sem dúvida, a expectativa de superar as dificuldades presentes na agricultura de cana-de-açúcar e de algodão, através da instrução da mão de obra, não visava a mudanças nas relações sociais e de trabalho existentes, como destacou Peter Eisenberg (1977).

Nayala Maia (2009) destacou o fato de, no decorrer do século XIX, em Pernambuco, várias colônias agrícolas terem sido fundadas, porém com duração efêmera. Segundo a autora, as iniciativas voltaram-se para a “infância desvalida”, a fim de profissionalizá-la. Como falamos anteriormente, as instituições assistencialistas mantidas pelos poderes públicos foram instáveis. Nem mesmo a mudança de regime político foi suficiente para assegurar que o ensino agrícola recebesse atenção em relação ao investimento sobre as modernizações materiais da produção de açúcar (EISENBERG, 1977).

A Colônia Orfanológica Isabel mudou para Escola Industrial Frei Caneca em 1894 e recebeu avultosos investimentos dos poderes públicos:

TABELA 2					
Orçamento da Instrução Pública comparada às subvenções para associações diversas (1896-1915) ¹⁹					
ANO	Escola Normal Oficial	Subvenção à SPIP	Escola Engenharia (1895)	Escola Frei Caneca (1896)	Orçamento da Instrução Pública

¹⁹Fontes: PERNAMBUCO, Decreto de Lei e Regulamentos. Lei n. 121. Acervo Impresso. CAIXA 2. APEJE (1891-1896, não contínuo); PERNAMBUCO, Decreto de Lei e Regulamentos. Lei n. 249. Acervo Impresso. CAIXA 2. APEJE (1891-1896, não contínuo); PERNAMBUCO, Decreto de Lei e Regulamentos. Lei n. 315. Acervo Impresso. CAIXA 2. APEJE (1891-1896, não contínuo); PERNAMBUCO, Legislação Estadual. Lei n. 472. Orçamento de 1901. Estante 29. Prateleira 04, n. 89, anos 1900-1905; PERNAMBUCO, Legislação Estadual. Lei n. 523. Orçamento de 1902. Estante 29. Prateleira 04, n. 89, anos 1900-1905; PERNAMBUCO, Legislação Estadual. Lei n. 579. Orçamento de 1903. Estante 29. Prateleira 04, n. 89, anos 1900-1905; PERNAMBUCO, Legislação Estadual. Lei n. 637. Orçamento de 1904. Estante 29. Prateleira 04, n. 89, anos 1900-1905; PERNAMBUCO, Legislação Estadual. Lei n. 682. Orçamento de 1905. Estante 29. Prateleira 04, n. 89, anos 1900-1905; PERNAMBUCO, Legislação Estadual. Lei n. 986. Orçamento 1910. Estante 29. Prateleira 04, n. 91, anos 1900-1909; PERNAMBUCO, Legislação Estadual. Lei n. 1236. Orçamento 1915. Estante 29. Prateleira 04, n. 91. Não aparece “anos”?

1896	63.739\$166	5.000\$000	87.000\$000	1.155.200\$000	724.715\$166
1898	91.510\$000	0	87.400\$000	350.000\$000	941.960\$000
1899	78.250\$000	0	10.340\$0000	363.900\$000	818.840\$000
1901	84.640\$000	3.000\$000	122.025\$000	0	666.152\$863
1902	83.360\$000	3.000\$000	127.400\$000	348.900\$000	833.081\$000
1903	83.600\$000	0	123.400\$000	254.200\$000	774.901\$000
1904	83.633\$000	0	123.400\$000	259.600\$000	766.724\$00
1905	86.480\$000	0	0	0	590.210\$295
1910	88.080\$000	6.000\$000	0	0	604.104\$274
1915	90.000\$000	3.000\$000	0	0	772.025\$098

Tanto a Escola de Engenharia, quanto a Escola Industrial Frei Caneca receberam quantias grandiosas dos poderes públicos para suas instalações, porém isso não impediu que fossem iniciativas efêmeras. O valor destinado à Escola Industrial Frei Caneca financiou sua instalação, o custeio da usina, da fazenda e a construção da linha férrea, além do custeio de 100 alunos órfãos, no valor de trinta e seis contos de réis (36:000\$000, em média, 360\$000 por aluno). O valor de um mil, cento e cinquenta e cinco contos e duzentos mil réis (1.155:200\$000) foi 159% maior que o valor orçado para toda a pasta da instrução pública, naquele ano de 1896.

Após esse valor inicial, voltado ao custeio de toda a instalação da iniciativa, incluindo uma via férrea específica para a Escola Industrial, os valores destinados à “Frei Caneca” não somaram mais que 45% dos valores destinados à instrução pública. Além de ter sido vultosa a quantia destinada à Escola Frei Caneca, o valor foi investido na iniciativa, em detrimento da subvenção a ser destinada à SPIP. Durante os anos finais do Império brasileiro, a propagadora foi subvencionada com cento e vinte contos de réis (120:000\$000), e tal subvenção caiu para cinco contos de réis (5:000\$000) durante a Primeira República.

Como falamos anteriormente, os poderes públicos, após alguns anos de atividade das iniciativas de instrução profissional, alegaram os altos custos para a manutenção dos cursos e os fecharam. Desde a década de 1850, na ocasião da

extinção do Curso Comercial, os poderes públicos passaram a alegar o alto custo dos cursos de instrução profissional para extingui-los.

As modernizações materiais da produção de açúcar, o desenvolvimento acentuado na industrialização, a abolição do trabalho escravo, o processo de emersão da “maquinaria escolar” foram importantes fatores de alterações sociais em finais do “longo século XIX”; porém essas foram “modernizações sem mudanças”, na expressão de Peter Eisenberg (1977), com quem concordamos.

Concordamos com Rodrigo Molina (2012), que destacou o “fracasso” nos projetos de ensino agrícola espalhados no país entre os anos de 1877 e 1936. Segundo Molina, as escolas de ensino agrícola participaram do projeto idealizado pela elite ruralista, a fim de competir com a agricultura internacional. O fracasso, segundo ele, deu-se por fatores diversos: a pequena área cultivada, o atraso técnico, os períodos de secas recorrentes, a produção voltada para a exportação, a concepção pseudocientífica que reverberava a ideia do trabalhador nacional “de cor” como degenerado e improdutivo, a imigração em massa, que garantiu a continuidade da produção, desarticulando as propostas de criação de escolas.

Mas, ainda em 1871, esse repertório não fazia parte dos discursos dos poderes públicos. O presidente da província, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, chamou atenção ao fato de que “a lavoura é para Pernambuco, como para o Brasil, o que o sangue é para o corpo humano – o princípio vital do organismo” (FALLA, 1871, p. 35). Cuidados especiais eram necessários para que a lavoura pernambucana não sofresse perturbações. Para o presidente, a solução não era apenas encontrar uma nova força de trabalho disponível, o fundamental era o perfil dessa força de trabalho.

Apesar das discussões no Congresso Agrícola em 1878 e dos incansáveis discursos dos presidentes da província em prol dos melhoramentos materiais e de instrução profissional para o desenvolvimento da agricultura, em 1884 o inspetor geral da instrução pública deu seu prognóstico. João Barbalho Uchôa Cavalcanti relatou o fato de o ensino agrícola em Pernambuco ser mal subsidiado pelos poderes públicos e por particulares, fazendo o seguinte alerta:

Ciência complexa, a agricultura, como é sabido, recebe preciosos subsídios da história natural, física, química e matemáticas. Importantes descobertas nas regiões destas ciências ela apropria a

seus fins e aplica aos fatos práticos da produção. Daí a necessidade de espalhar, num país que se diz essencialmente agrícola, noções precisas dessas ciências fundamentais. À escola primária nos municípios rurais cabe essa proveitosa iniciação. As escolas normais, dando mais extensão em seus programas às referidas ciências na parte que utilizam à agricultura, contribuirão para aperfeiçoar nas aulas primárias o estudo de conhecimentos que servirão de base a ulteriores aquisições de importância para os que tiverem mais tarde de fazer profissão da lavoura (RELATÓRIO, 1885, p. 20).

Docentes e políticos associados na SPIP compreendiam bem a complexidade da agronomia e procuraram desenvolver meios para a “propagação” de seus conhecimentos. Apesar da escassez documental, sabemos que a escola agrícola foi aberta a partir da escola e da biblioteca no bairro do Monteiro. Naquele bairro instalou-se o Conselho Paroquial do Poço da Panela, talvez o CP mais efetivo em atividades de ensino profissional da SPIP. No ano de 1878, a escola contou com vinte alunos matriculados e frequentes nas aulas (MEMÓRIA, 1892).

A escola diurna e noturna para o sexo masculino foi “provida de móveis dos mais modernos sistemas e utensílios necessários ao ensino” e contava com uma biblioteca e um “pequeno museu escolar”. Fez parte do currículo uma aula teórica e prática de noções de agricultura e outra de música. A escola fornecia livros e roupas para alunos pobres frequentarem suas aulas (ALMANAK, 1881, p. 137), como haviam possibilitado os estatutos da associação anos antes (ESTATUTOS, 1872).

Segundo o memorial escrito em 1940, a escola agrícola foi citada como uma das únicas de “que se tem lembrança” a ter funcionado no Recife (MEMORIAL, 1940). Essa informação não procede, os poderes públicos mantiveram algumas iniciativas, como a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento, desencadeando o processo de laicização e transferência geográfica do curso, até a criação da Escola Superior de Agronomia, germe da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como assinalou Denize Silva (2010).

A Escola de Agricultura do Monteiro funcionou durante a atuação do Conselho Paroquial do Poço da Panela. Entre os anos de 1872 a 1875, o Conselho Paroquial no qual funcionou a Escola Agrícola do Monteiro foi composto por sujeitos de renome na política de Pernambuco e na docência do Recife. Apesar da rivalidade política, Manoel do Nascimento Machado Portella (Partido Conservador) e José Mariano Carneiro da Cunha (Partido Liberal) atuaram juntos no Conselho Paroquial do Poço

da Panela, bem como os professores Francisco Carlos da Silva Fragoso e João José Pinto Júnior. O próprio fundador da associação e da Escola Normal para Senhoras, Pinto Júnior, foi secretário do Conselho Paroquial durante o ano de 1876, mesmo ano em que Carneiro da Cunha foi conselheiro.

Pinto Júnior defendeu o ensino livre e ovacionou a Lei do Ventre Livre, por meio da Revista da Instrução Pública, em 1872. José Mariano Carneiro da Cunha participou ativamente da libertação de escravos, vendeu joias de sua esposa para financiar a emancipação de alguns, além de associar-se à Sociedade Ave Libertas, agremiação cujo objetivo era emancipar, por meio lícitos e legais, escravos, e “proteger a sorte dos mesmos” (SALES, 2013, p. 154). Nascido no Engenho Caxangá, no distrito de Ribeirão, Carneiro da Cunha, morador do Poço da Panela, entrou na Faculdade de Direito do Recife em 1866.

Segundo Tadeu Sales (2013), José Mariano foi um liberal convicto e, mesmo tendo sido eleito prefeito do Recife em 1891, foi deposto por uma atuação dos militares, que dissolveram o Congresso Estadual e as municipalidades. Foi um ferrenho defensor de uma República sem o despotismo de Floriano Peixoto. Ainda atuante na vida pública, em 1911 foi eleito deputado geral, até falecer, em 1912. As atuações de Carneiro da Cunha não foram apenas de enfrentamento aos conservadores do período imperial, ele foi um dos responsáveis em votar favoravelmente aos benefícios destinados à Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais.

Como já destacamos, a atuação de políticos em prol das associações foi comum durante o período imperial. A iniciativa em prol dos libertos da Lei do Ventre Livre, por meio da Escola Agrícola do Monteiro, foi uma ação comum entre os sócios do Conselho Paroquial, desde o ano de 1876 até a abertura da escola, em 1878.

“Proteger a sorte” dos emancipados foi discurso dos sócios da SPIP, ao abrirem a Escola Agrícola do Monteiro. A preocupação da associação estaria em formar braços nacionais para a lavoura, ao mesmo tempo em que utilizava a própria mão de obra local, recém-egressa do cativeiro, para reinstalar-se nas lavouras. A proteção da sorte do Recife – evitando-se constantes migrações ao centro da cidade – e da

manutenção de trabalhadores nas lavouras talvez fosse mais importante que a própria sorte dos emancipados.

Decerto, o ensino agrícola e de medicina veterinária em Pernambuco conseguiu regularidade após a década de 1940, quando se transferiu a Escola de Agronomia e Medicina Veterinária para o bairro de Dois Irmãos, no Recife. Outra empreitada da Sociedade Propagadora da Instrução Pública que rendeu alguns contratempos à associação. A Escola de Farmácia da Sociedade Propagadora da Instrução Pública iniciou suas atividades em 1903 e foi o gérmen da Escola de Medicina de Pernambuco.

3.3.1.3 A Escola de Farmácia

Nascido no Piauí em 1871, José Octávio de Freitas fez seus estudos secundários no Recife, iniciando o curso médico na Bahia e concluindo no Rio de Janeiro. Teve participação decisiva na criação do Boletim Estatístico Demográfico-Sanitário da Cidade do Recife; criou o Serviço de Verificação de Óbitos e, em 1900, a Liga Pernambucana contra a Tuberculose. Talvez, um de seus grandes feitos tenha sido a reinstalação da Sociedade de Medicina de Pernambuco. O próprio Octávio de Freitas preocupou-se em contar parte de sua história, em que participou da abertura da Escola de Farmácia do Recife, em 1910.

Segundo Octávio de Freitas, em sessão da Sociedade Propagadora da Instrução Pública organizada pelo Dr. Arnóbio Marques e pelos professores Augusto José Maurício Wanderley e Rodolfo Lima, foi deliberada a criação da Escola de Farmácia do Recife, a cargo da associação. Foram nomeados professores o Dr. Arnóbio Marques, Martins Costa, Silvia Leal, Ascânio Peixoto, Regueira Costa, José Inácio d'Ávila e Eustáquio de Carvalho, além dos farmacêuticos Martiniano Veras e Francisco Dias da Costa (FREITAS, 2010, pp. 40-41). A instalação da Escola de Farmácia deu-se no ano de 1903. Em 1905, a escola foi equiparada às outras faculdades da república, sendo Dias da Costa o fiscal nomeado. Octávio de Freitas não destacou os motivos pelos quais a Escola de Farmácia encerrou suas atividades em 1906, tendo retornado em 1910. Estudou o período holandês para apresentar as primeiras instituições e médicos que atuaram em terras pernambucas,

demonstrando as ações intermitentes e fugidias da instalação de uma instituição de ensino superior dedicada à Medicina.

O discurso panegírico do médico, relativo à administração de Barbosa Lima, defendeu o governador como principal responsável pela qualificação da instrução em Pernambuco, não apenas pela dedicação ao ensino primário, mas sobretudo pela atuação na Escola de Engenharia e na abertura da Escola Agrícola Frei Caneca. O médico pernambucano fez um discurso fortemente voltado a si mesmo, chegando a chamar a Faculdade de Medicina, instalada em 1927, de “minha faculdade”. Elogiou a atuação de João José Pinto Júnior na instalação e na manutenção da Escola Normal para Senhoras, mas aparentou certo descontentamento com a pouca importância dada pelos consócios da Sociedade Propagadora da Instrução Pública à Escola de Farmácia (FREITAS, 2010).

Independentemente das opiniões de Octávio de Freitas, a articulação dos consócios da “propagadora” foi inconteste na instalação de instituições dedicadas à instrução em Pernambuco, mesmo no momento de mudança do regime político.

Em 5 de julho de 1902, o governador de Pernambuco, Antônio Gonçalves Ferreira, assinou a Lei Estadual n. 584, autorizando o Conselho Superior da Sociedade Propagadora da Instrução Pública a criar a Escola de Farmácia. Segundo a legislação, as matérias e sua distribuição em séries deviam ser organizadas como nas faculdades de Medicina. O diretor da escola devia ser nomeado pelo governador do Estado, entre os titulados em Medicina e Farmácia que fossem membros da sociedade, ou que estivessem dispostos a prestar serviços gratuitamente, a partir de indicação do Conselho Superior daquela sociedade. Vinculada à associação, a Escola de Farmácia ficaria sob o completo controle do Conselho Superior da sociedade. O diploma de farmacêutico, expedido ao final do curso, dava direito ao exercício da profissão em todo o Estado (PERNAMBUCO, 1902, p. 55-56).

Igualmente aos demais estatutos de instalação da Academia do Comércio, a cargo da Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco, ou do Liceu de Artes e Ofícios, a cargo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, a Escola de Farmácia, ao diplomar seus alunos, controlava sua atuação no mercado de trabalho. As práticas de atuação em prol de si e dos seus foram costumeiras aos trabalhadores

associados. Prática comum da “propagadora” foi angariar benefícios dos poderes públicos. A Escola Normal para Senhoras, em 1873, iniciou suas atividades no prédio da Escola Normal Oficial, e a Escola de Farmácia conseguiu a permissão para funcionar, no horário da noite, nas dependências da Escola de Engenharia (Diário de Pernambuco, 12 de abril de 1903, p. 1), antes mesmo da solenidade de inauguração.

O corpo docente da Escola de Farmácia foi formado pelos médicos Alfredo Arnóbio Marques, Euzébio de Almeida Martins Costa, Alcides Codeceira, Ascânio de Alcântara dos Guimarães Peixoto, Antônio Pereira Braga Guimarães, Antônio Martiniano Veras, Francisco Dias da Costa, José Ignacio d'Ávila, José Octávio de Freitas e João Baptista Regueira Costa.

O curso da Escola de Farmácia teria a duração de dois anos. No primeiro ano, as disciplinas eram: História natural médica; Física médica; Química médica (inorgânica); Farmacologia (farmácia galênica e farmácia prática). No ensino da História natural médica, ficava estipulado um curso teórico e outro prático, sendo que, neste último, era dada atenção especial à flora pernambucana e a suas aplicações na medicina.

A Matéria médica, também lecionada em cursos teóricos e práticos, estudava as aplicações e dosagens dos diversos medicamentos, analisando as substâncias medicamentosas, tendo em vista os materiais brasileiros. Por isso, no segundo ano do curso, as disciplinas estipuladas foram Química médica (orgânica); Matéria médica; Farmacologia (farmácia química e farmácia prática).

O ensino prático era realizado nos gabinetes e laboratórios do Ginásio Pernambucano ou da Escola de Engenharia e na farmácia do Hospital Pedro II. A associação, mais uma vez, conseguiu utilizar de recursos dos poderes públicos para instalar e manter a instituição que havia edificado.

Em 4 de dezembro de 1904, a Escola de Farmácia formou sua primeira turma de farmacêuticos. Logo após a formatura, a escola conseguiu sua equiparação às instituições federais congêneres e, por isso, foi elogiada em seu segundo aniversário pelos redatores do Diário de Pernambuco:

Escola de Farmácia. Passa hoje pelo 2º aniversário da fundação da Escola de Farmácia desta capital. Este estabelecimento é um dos

mais importantes entre os de instrução superior aqui existentes e tem prestado reais serviços quer à mocidade estudiosa, quer ao público, porque titula somente profissionais rigorosamente habilitados, constituindo assim uma honra para os farmacêuticos e uma garantia para o povo. A alta frequência que nela se nota, contando-se entre os matriculados até bacharéis em direito, é resultante do consciencioso regime nela adotado (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10 de maio de 1905, p. 1).

Apesar da tentativa de elevação dos feitos da Escola de Farmácia, a instituição conseguiu formar apenas 6 (seis) alunos em 1904 e 8 (oito) em 1906. Organizados na escola, os docentes ampliaram a oferta de cursos. Nos idos de novembro de 1905, cogitaram a criação de um curso completo de Bacharelado em Ciências Naturais e Farmacologia, sendo estabelecidas mais três cadeiras – Física médica, Terapêutica e Toxicologia (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 30 de novembro de 1905, p. 1). Mas houve um abalo na relação dos docentes associados na Escola de Farmácia e os consócios da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Em 16 de janeiro de 1906, publicaram no Diário de Pernambuco a seguinte informação:

A congregação da Escola de Farmácia, reunida ontem, resolveu constituir-se em associação, para dirigir, de ora em diante, os destinos da mesma escola. Foram discutidos e aprovados os seus estatutos, procedendo-se imediatamente à eleição da diretoria que ficou assim organizada: Diretor – dr. Eusébio Martins Costa; Vice-diretor – dr. J. Ignácio d'Ávila; Tesoureiro – dr. Ascanio Peixoto. Fora reeleito o dr. Arnóbio Marques, para o cargo de diretor; motivos justos, porém, forçaram-no a recusar sua reeleição (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16 de janeiro de 1906, p. 1).

No dia seguinte, o Conselho Superior da SPIP decidiu fechar, por tempo indeterminado, a Escola de Farmácia, dissolvendo seu corpo docente (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17 de janeiro de 1906, p. 1). Os docentes da Escola de Farmácia, não satisfeitos com a supressão de sua instituição, publicaram os estatutos da escola no Diário de Pernambuco.

Entre os meses de janeiro e fevereiro de 1906, algumas farpas foram trocadas nas publicações do Diário de Pernambuco. Os consócios da “propagadora” persistiram em seu protesto contra o ato da “Congregação da Escola de Farmácia” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19 de janeiro de 1906, p. 3). Segundo a publicação, em 15 de janeiro de 1906 estiveram presentes em reunião de assembleia geral os médicos Alfredo Arnóbio Marques, Eusébio Martins Costa, José Ignácio d'Ávila,

Ascânio Peixoto, Alcides Codeceira, além dos farmacêuticos Antonio Pereira Braga Guimarães e Antonio Martiniano Veras, todos professores da Escola de Farmácia.

Os estatutos foram discutidos detalhadamente, aprovados e publicados no jornal, três dias depois de encerrada a assembleia de instalação da Congregação da Escola de Farmácia. O diretor da congregação era o médico Eusébio Martins Costa; José Ignácio d'Ávila assumiu a vice-diretoria e a tesouraria ficou a cargo de Ascânio Peixoto.

O primeiro estatuto publicado da Escola de Farmácia a cargo da congregação tinha 15 (quinze) capítulos, que deliberaram sobre a organização administrativa da escola. Nenhum dos artigos do estatuto dedicou-se à característica mutualista. A congregação de médicos e farmacêuticos manteve os objetivos de sua associação na instalação e na manutenção da escola, considerando não ser aquele um local para pugnar por questões sociais dos ofícios de curar.

No primeiro capítulo de seus estatutos, definiram quais eram os fins da associação e como se daria sua organização. Os consócios destacaram que seriam formados exclusivamente pelos docentes atuantes na escola – os que já exerciam a docência na instituição e os que poderiam ser contratados para tal fim. No parágrafo segundo, do segundo artigo, estabeleceram que: “§2º. A associação terá também um quadro em que, sob o título exclusivamente honorífico “de sócios beneméritos”, serão inscritos os nomes das pessoas que lhe prestarem serviços de excepcional relevância a juízo da congregação” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, quinta-feira, 18 de janeiro de 1906, p. 3).

Vimos anteriormente que o título de sócio benemérito (ou honorífico) foi estrategicamente estabelecido pelas associações para agregar “pessoas ilustres”, sujeitos capazes de barganhar politicamente algum benefício para elas. Os consócios não estabeleceram quais sujeitos da sociedade pernambucana seriam agraciados com o título de beneméritos da Congregação da Escola de Farmácia e deixaram a opção em aberto, para futuras indicações e trocas interessadas.

Após especificarem a divisão do ano social da escola, resolveram que a arrecadação de recursos para a sua manutenção seria por meio das contribuições de matrículas no curso da escola, das taxas estabelecidas na tabela anexa aos estatutos

e, por fim, de subvenções concedidas pelos particulares e poderes públicos ou de qualquer doação. Apesar de não descrever qualquer mecanismo mutualista, a congregação manteve duas ferramentas fundamentais do associativismo do “longo século XIX”: a possibilidade de congregar “pessoas ilustres” em seu quadro de sócios e a possibilidade de contar com subvenção dos poderes públicos para a manutenção das suas atividades. As duas ferramentas complementam-se, ganhando sentido quando destacamos o aspecto educacional da associação. O argumento pedagógico e as ações em prol da instalação de escolas e cursos foram as principais características das associações que investigamos e, na ausência do argumento (ação) pedagógico(a), as associações não conseguiriam manter suas atividades durante tantos anos. Por isso, a Congregação da Escola de Farmácia, tendo “resolvido” sua orientação social, pôde dedicar-se aos artigos cuja finalidade era a gestão da Escola de Farmácia. Segundo os estatutos, o curso de Farmácia se dividia em dois anos. No primeiro ano se estudavam as disciplinas de Física médica, Química inorgânica médica, História natural médica e Farmacologia (farmácia galênica e prática). No segundo ano, o curso dividia-se em Farmácia orgânica médica, Farmácia química e Matéria médica e terapêutica.

Os estatutos detalhavam o tempo escolar: da política acadêmica, das fases de inscrição para matrícula, dos exames prestados na Escola de Farmácia. No artigo 78 dos estatutos, no capítulo das disposições gerais, a congregação declarou: “Enquanto a Escola não possuir laboratório, gabinetes e prédios próprio continuará sob contrato com a Escola de Engenharia, a funcionar neste último estabelecimento” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, sábado, 20 de janeiro de 1906, p. 3). Os médicos e farmacêuticos, professores da Escola de Farmácia, pretendiam continuar o exercício das atividades de sua instituição no prédio da Escola de Engenharia. Não houve publicação no jornal indicando qualquer disputa ou conflito físico entre as partes. Apenas os alunos da Escola de Farmácia se posicionaram a favor da separação da instituição e da continuidade de suas atividades (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 14 de fevereiro de 1906, p. 2).

O lastro das relações verticais e horizontais edificado pela propagadora conseguiu se impor aos desejos dos médicos docentes da Escola de Farmácia. A SPIP conseguiu vetar o provimento de fiscal para exame da Escola de Farmácia, que

havia se declarado independente da administração da associação (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19 de maio de 1906, p. 2). A própria lei estadual de 1902 deixou a cargo da SPIP a direção da escola, e não houve qualquer infração legal por parte dos consócios da propagadora. Valendo pena da lei que, desde a sua formulação, beneficiou o conselho superior da associação.

Não sabemos a motivação exata para o conflito entre os consócios da SPIP e da Escola de Farmácia. Pode ter havido a mudança do Conselho Superior, e o grupo empossado na diretoria da SPIP não era tão afeito à Escola de Farmácia. Ou descontentamento dos médicos docentes da Escola de Farmácia com a direção da SPIP. Decerto, foi necessária a passagem de cinco anos para que o Conselho Superior da Sociedade Propagadora da Instrução Pública reinstalasse o corpo docente da Escola de Farmácia.

Em 1910, o Conselho Superior da SPIP nomeou, para compor o corpo docente da Escola de Farmácia, os médicos Martins Costa, Arnóbio Marques, Ascânio Peixoto, Ignácio Ávila, Regueira Costa, Alcides Codeceira, Alfredo Medeiro, e os farmacêuticos Braga Guimarães e Umbelino Alvares. Ou seja, restituiu completamente o corpo docente original. E, numa mesma sessão, numa mesma “tacada”, o Conselho Superior da SPIP também aprovou, por unanimidade de votos, a autonomia da Escola de Farmácia (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 3 de abril de 1910, p. 1).

Não recuperamos os estatutos da Escola de Farmácia no ano de reinauguração de suas atividades, em 1910. Mas, em 1916, a disposição dos artigos continuava idêntica à do estatuto de 1906. O cargo de “sócio benemérito” permaneceu constante nos quadros de sócios da associação, bem como o fato de as subvenções públicas e particulares comporem o “fundo social” da escola (ESTATUTOS, 1916). Porém houve acréscimo nas disciplinas estudadas no curso de Farmácia, que passou a contar com três anos de duração. No primeiro ano as disciplinas seriam: Física, Química mineral e orgânica, História natural; no segundo ano: Química analítica, Bromatologia, Farmácia galênica, Higiene; no terceiro e último ano: Farmácia química, Microbiologia, Química industrial e Toxicologia (ESTATUTOS, 1916, p. 7).

Os estatutos aprovados em 1916 não se dedicaram à organização interna da Escola de Farmácia, considerando-a como competência do regimento interno da

instituição. Octávio de Freitas foi o diretor da Escola de Farmácia no ano de 1916 e, segundo sua própria declaração, enfrentou longa disputa pela manutenção das atividades da escola. O médico sanitarista sempre privilegiou os temas relacionados à higiene social, à profilaxia e à assistência pública (VAINSENCER, 2005) e só concretizou seu sonho de fundar uma faculdade de Medicina no Recife em 1920.

O higienista Octávio de Freitas construiu larga experiência como inspetor geral de higiene de Pernambuco, cargo que assumiu em 1899. Segundo Bruno Gouveia, Octávio de Freitas aproximou-se das teorias eugenistas, principalmente na formulação de políticas públicas (GOUVEIA, 2017). Quando esteve na direção da Escola de Farmácia, Octávio de Freitas conseguiu mudar a instituição de prédio, que deixou de funcionar agregada à Escola de Engenharia de Pernambuco.

A Escola de Farmácia, criada pela SPIP em 1903, contou com um grupo de profissionais distinto daquele associado à propagadora. Os médicos e farmacêuticos que ministraram aulas na instituição preferiram desagregar a Escola de Farmácia da instituição, mais especializada na condução de escolas de ensino primário e secundário. Mesmo contando com médicos e farmacêuticos importantes na vida pública de Pernambuco, a Congregação da Escola de Farmácia não conseguiu manter suas atividades, interrompidas por decisão da SPIP. Pouco sabemos sobre o fechamento da escola e seu retorno, em 1910.

A propagadora foi responsável por instalar uma das primeiras instituições de ensino superior dedicada à saúde em Pernambuco. A Escola de Farmácia foi precursora da Faculdade de Medicina de Pernambuco, edificada pelo médico Octávio de Freitas (GOUVEIA, 2017).

Trabalhadores artífices e trabalhadores do comércio se associaram taticamente nas suas mutualistas, a fim de pugnarem por melhores condições básicas de vida. No decorrer de suas atividades, a instalação de cursos voltados para a instrução profissional de si e dos seus agiu como estratégia de relação vertical ascendente com os poderes públicos – como fizeram também os docentes –, a fim de angariar subvenções para a manutenção de suas atividades e o aumento do prestígio social em relação aos demais trabalhadores (e docentes) atuantes na cidade do Recife.

4 DA ARISTOCRACIA DOCENTE À INVENÇÃO ESCOLANOVISTA

4.1 ARISTOCRACIA OPERÁRIA E ARISTOCRACIA DOCENTE

Durante o “longo século XIX”, entre 1780 e 1914, a “classe trabalhadora” na Inglaterra construiu uma estratificação através de benefícios seccionais, resultando no aparecimento de uma camada “superior” de trabalhadores, os quais venciam melhores salários, melhor tratamento por parte dos empregadores, eram socialmente considerados mais “responsáveis” do que a “massa do proletariado” e, conseqüentemente, eram mais moderados politicamente. Esse fenômeno de estratificação foi chamado de “aristocracia do trabalho”. Eric J. Hobsbawm fez um estudo, em 1954, sobre o tema (HOBSBAWM, 1995).

Para Hobsbawm, critérios importantes para o estudo da chamada “aristocracia do trabalho” ou “aristocracia operária” seriam: 1. o nível e a regularidade dos ganhos do trabalhador; 2. as perspectivas de seguridade social; 3. as condições de trabalho; 4. as relações verticais (acima e abaixo) com as camadas sociais distintas; 5. as condições gerais de vida; 6. as perspectivas de progresso futuro pessoal dos seus filhos.

O primeiro elemento seria o mais importante, justamente por definir os outros critérios, quanto maiores os ganhos e a regularidade deles, melhores condições teriam os trabalhadores para a sua manutenção, para construírem seus patrimônios e deixarem heranças. O nível dos ganhos foi tão importante, que no termo “classe média inferior”, durante muito tempo, se incluía a “aristocracia do trabalho”. A aristocracia do trabalho, na primeira parte do século XIX, incluía alguns lojistas, patrões independentes, alguns capatazes e gerentes de lojas, “sendo os trabalhadores aristocratas habilitados, se se pode falar em superioridade, superiores em *status* social a muitos trabalhadores burocratas” (HOBSBAWM, 2015, p. 367).

A atitude política comum a essa aristocracia do trabalho era a “união” com a classe “gerencial” da sociedade inglesa. Essa atitude modificou-se apenas com o imperialismo, tanto por separar essa aristocracia da classe gerencial, principalmente

do pequeno patrão, quanto por uma atração desses trabalhadores ao Partido Trabalhista.

Hobsbawm elencou mais quatro fatores para a análise da aristocracia do trabalho: a) a proporção de mulheres e crianças numa indústria – fator de redução do nível geral de salários; b) a proporção de trabalhadores “idosos” – a depender do nível de especialização e da intensidade do trabalho, as ocupações dos idosos podiam ser “muito aristocráticas ou muito plebeias” (HOBBSAWM, 2015, p. 416); c) as estatísticas de analfabetismo – fator mais importante para nós, pois, quanto maior a instrução, mais aristocrática seria a função e a posição do trabalhador (HOBBSAWM, 2015, p. 421); d) as estatísticas do pauperismo – quanto maior fosse o pauperismo na velhice, menos aristocráticas seriam as áreas ou funções (HOBBSAWM, 2015, p. 422).

Estamos propondo não apenas a análise das ações dos trabalhadores do comércio e dos trabalhadores de ofício como “aristocráticas”, mas, levando em consideração os elementos destacados referentes às experiências de vida e estratégias agenciadas pelos trabalhadores de ofício docente, defendemos o fato de esses trabalhadores se coadunarem com as formas de estratificação desenvolvidas pelos poderes públicos – a divisão por entrâncias e suas conseqüentes distinções no ordenado, gratificações e “*status social*” dos(as) docentes públicos(as), além das redes de clientela promovidas e em constante manutenção por esses sujeitos – e alcançarem estrategicamente a “camada superior” da docência pública e/ou particular no Recife por meio do “fazer-se” (THOMPSON, 1987) de uma “aristocracia docente”.

Inspirados por Hobsbawm, vamos particularizar cada um dos critérios por ele apresentados. Com relação a “nível e regularidade dos ganhos do trabalhador”, faremos uma tabela comparativa situando os trabalhadores de ofício no Recife. Antes, é necessário destacar o fato de que os ganhos dos trabalhadores artífices no Recife (assim como no resto do mundo ocidental) davam-se por serviço ou peça produzida, o que para Hobsbawm indica que esse grupo social pertencia à “camada superior dos trabalhadores”. Inserimos na tabela informações sobre quanto ganhava qualquer trabalhador artífice no Recife, desenvolvendo qualquer atividade, do ensino à construção civil.

QUADRO II

Variação média de ordenados dos trabalhadores de ofício (manual, comercial e docente) no Recife ao longo do século XIX ²⁰							
Anos	Ofícios			Ordena do anual em mil- réis	Preço médios de escravos adultos por região (menor e maior valor em mil-réis)		
					Recife	Agreste	Sertão
1830-1869	Caixeiros		valor médio	200\$	103\$ - 701\$	98\$ - 734\$	105\$ - 728\$
			valor maior	600\$			
			Professor do Curso Comercial	1:500\$			
	Artistas Mecânicos		valor	200\$			
			professor especialist a do liceu	600\$			
1830-1869	Professores	1º Grau	valor anual	600\$	103\$ - 701\$	98\$ - 734\$	105\$ - 728\$
			grat.	200\$			
		2º Grau	valor anual	700\$			

²⁰Abreviação: “grat.” – gratificação. Informações adicionais: Durante a existência do Curso Comercial, entre 1857 e 1867, os professores ganharam um conto de ordenado e quinhentos mil réis de gratificação. Entre 1830 e 1869, as professoras ganharam 100\$000 a menos que os professores. De acordo com a lei de 1855, os vencimentos dos professores adjuntos variavam por tempo de serviço; os professores ex-alunos da Escola Normal recebiam 80\$000 a mais que os demais professores. Sobre os ordenados dos professores ao longo do século XIX, conferir: GONÇALVES FILHO, Carlos Antônio Pereira. Escola de Primeiras Letras: o ensino público primário em Pernambuco durante a segunda metade do século XIX. Recife: UFPE, 2016 (Tese de Doutorado). Sobre o preço médio de escravos, conferir: RESENDE, Guilherme; VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUEROL, Luiz Paulo Ferreira; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Preços de escravos e produtividade do trabalho cativo: Pernambuco e Rio Grande do Sul, século XIX. Anais do XLI Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 41st Brazilian Economics Meeting], ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], pp. 1-19, 2014 (Disponível em: <https://EconPapers.repec.org/RePEc:anp:en2013:030>). Sobre os salários ofertados aos caixeiros e artistas mecânicos, conferir: MAC CORD, Marcelo. Andaimos, Casacas, Tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880. Unicamp. São Paulo, Campinas: UNICAMP, 2009 (Tese de Doutorado); CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870. Recife: UFPE, 2012 (Tese de Doutorado).

			grat.	200\$			
		Adjuntos	valor anual	300\$			
			grat.	-			
1870-1878	Professores	Da capital	valor anual	840\$	642\$	664\$	666\$
			grat.	200\$			
		Demais localidades	valor anual	800\$			
			grat.	200\$			
		Interino e Contratado	valor anual	800\$			
			grat.	-			
1879-1884	Professores	1ª Entrância	valor anual	900\$	514\$	515\$	517\$
			grat.	300\$			
		2ª Entrância	valor anual	900\$			
			grat.	400\$			
		3ª Entrância	valor anual	1:000\$			
			grat.	600\$			
		Adjuntos	ordenado + gratificação	800\$			
1885-1900	Professores	1ª Entrância	valor anual	900\$	514\$	515\$	517\$
			grat.	300\$			
		2ª Entrância	valor anual	900\$			
			grat.	400\$			

		3ª Entrância	valor anual	1:000\$			
			grat.	600\$			
		Interino	ordenado + gratificaçã o	600\$			

No quadro apresentamos as informações sobre ordenados dos trabalhadores de ofício manual, comercial e docente. A comparação dos ordenados entre os trabalhadores auxilia na análise das diferenças materiais entre os ofícios e, principalmente, no interior de cada ofício específico.

No caso dos trabalhadores no comércio, preferimos manter os valores referentes aos ordenados “médio” e “maior” encontrados, pois as informações de demanda e oferta por caixeiros, anunciadas no Diário de Pernambuco, não traziam os ordenados. Acreditamos que houvesse negociação no momento da contratação do caixeiro (SANTOS & OLIVEIRA, 2013).

Os trabalhadores de ofício manual, os artífices, costumavam receber seus salários mediante a apresentação da peça produzida ou por serviço negociado, o que dificulta o cálculo de um valor médio (HOBBSAWM, 2015; MACCORD, 2012).

Os trabalhadores de ofício docente nos permitem inferências mais objetivas, pois seus ordenados eram votados por lei (se professores públicos) e suas gratificações eram estipuladas mediante o grau de ensino ou a entrância de provimento (GONÇALVES FILHO, 2016).

A posse de escravos, durante o período escravista, era um dos principais indicadores de riqueza. Até 1850, houve um aumento no volume do tráfico, relacionado tanto à proximidade da proibição do tráfico, quanto ao aquecimento das produções de açúcar e algodão naquele momento (ALBUQUERQUE, 2013). A historiografia tendeu a relacionar, também, a posse de escravos exclusivamente à Zona da Mata açucareira (única produção em que “caberia” o trabalho escravo e o investimento nessa mão de obra), mas estudos recentes demonstraram uma média de 30% dos escravos de Pernambuco concentrados, durante todo o século XIX, nas

regiões do Agreste e Sertão (VERSIANI & VERGOLINO, 2003). A produção agrícola algodoeira e a pecuária empregaram escravos, tanto quanto as regiões açucareiras. A proibição do tráfico, apesar de ter feito decair o valor dos escravos, continuou dotando a posse desses como um fator de riqueza. E estuda-se o valor dos escravos através dos inventários *post mortem*, documento no qual se contabilizava a riqueza a ser transferida para os herdeiros de uma pessoa falecida (RESENDE et alii, 2014).

Com base na historiografia, utilizamos o critério de delimitação de riqueza para inferir a possibilidade de compra de escravos, analisando a capacidade de “investimento” e o conseqüente *status* social dos sujeitos, trabalhadores no comércio, artífices e docentes. O último indicador do “quadro” é o valor médio de escravo vendido durante o século XIX.

Versiani e Vergolino (2002) analisaram uma série de preços de escravos em Pernambuco, no século XIX. Suas comparações com os dados de Minas Gerais, Salvador e Cuba indicaram que o mercado de escravos nessas regiões se submeteu às mesmas influências. Segundo eles, a elevação de preços de escravos padrão, isto é, “os de faixa etária mais produtiva, de 15 a 40 anos”, excluídos os que eram descritos como portadores de doença ou defeito físico (VERSIANI & VERGOLINO, 2002, p. 4), decorreu das demandas das produções agrícolas (como, por exemplo, o aumento do lucro da produção algodoeira, no Agreste-Sertão de Pernambuco, nos anos 1860) e não da abolição do tráfico transatlântico.

O valor anual médio do ordenado dos trabalhadores no comércio, ao longo do século XIX, não permitiria aos produtores adquirir um “escravo padrão”; para fazê-lo, teriam que utilizar a renda de um ano inteiro. Os artífices apenas conseguiriam comprar um escravo médio com a renda de, no mínimo, três anos inteiros.

Para os professores, a situação foi bem diferente. Adriana Silva (2007) e Dayana Lima (2014) já haviam indicado que a discussão sobre o ordenado dos professores era voltada mais para a equiparação de salários entre docentes de diferentes localidades, do que precisamente para salários mais altos a serem pagos aos docentes do centro do Recife. Já destacamos também que, no interior do ofício, a hierarquização da docência deu-se ainda pela diferença dos ordenados acumulados pelos(as) professores(as) públicos(as), pois a divisão entre os graus de ensino ou de

entrâncias foi determinante nas diferenças de ordenados, como se pode ver no quadro. Mesmo organizados numa associação capaz de pugnar por melhorias coletivas (no caso do Grêmio dos Professores Primários), os professores preferiam defender a hierarquização de seu ofício, através da delimitação das entrâncias (LIMA et ali, 2017).

Entre os anos de 1830 a 1869, os professores empregados para o Curso Comercial Pernambucano gozavam de certo prestígio em relação a seus ordenados, em comparação com os demais professores(as) públicos(as) primários(as) na província. Os ordenados dos professores do curso comercial chegavam a ser o dobro do valor destinado aos professores das cadeiras de 2º grau. Aqueles, só com a gratificação de quinhentos mil-réis (500\$000), já conseguiam comprar um escravo, cujo valor médio variava de cento e três mil-réis (103\$) a setecentos e um mil-réis (701\$), devido à alta da oferta no tráfico. De toda forma, durante o período, um salário anual dos(as) docentes seria suficiente para efetuar a compra de um escravo.

No ano financeiro de 1861 a 1862, o vencimento do 1º secretário da Câmara do Recife foi de um conto e quatrocentos réis de ordenado (1:400\$) e seiscentos réis de gratificação (600\$). Isso lhe possibilitaria a compra de seis “escravos padrão”, apenas com o valor de sua gratificação, e de um total de vinte “escravos padrão”, com o uso de todo o seu ordenado anual. Naquele ano financeiro, o procurador da Câmara do Recife recebeu o total de dois contos e oitocentos e vinte e dois mil-réis (2:822\$). Com seu ordenado, poderia comprar uma média de vinte e sete escravos, no valor de duzentos e quarenta e sete mil-réis (103\$). Fiscais das freguesias, da casa de detenção, do matadouro etc. receberam em média seiscentos réis (600\$) anuais e, se gastassem todo o seu ordenado, comprariam cinco “escravos padrão” (PERNAMBUCO, 1861, pp. 43-45).

Entre 1830 e 1869, a possibilidade de os docentes do Recife comprarem escravos foi superior à dos fiscais da Câmara do Recife e muito inferior à do 1º secretário e do procurador da câmara, mas, nas décadas subsequentes, os ordenados dos docentes aumentaram.

Entre os anos de 1870 e 1878, só com o vencimento anual (840\$000 mil-réis), os docentes compravam um escravo, que custava, em média, seiscentos e quarenta

e dois mil-réis (642\$); sobravam cento e noventa e oito (192\$000), mais a gratificação de duzentos mil-réis (200\$000); isso, no caso dos docentes instalados na capital da província. Para as demais localidades, o que sobraria do vencimento anual na compra de um escravo seria cento e quarenta e dois mil-réis (142\$000), mais a gratificação de duzentos mil-réis (200\$000).

Entre 1879 e 1884, os professores providos nas cadeiras de 1ª entrância, atuantes no interior da província, conseguiam, gastando quinhentos e treze mil-réis (513\$974) na compra de um escravo, manter anualmente o valor de trezentos e oitenta e sete (387\$000), mais a gratificação de trezentos mil-réis (300\$000), basicamente o valor do vencimento anual dos(as) docentes durante os decênios de 1830 a 1869. Naquele decênio houve o aumento do poder de compra dos docentes em relação aos anos anteriores, mas, pela própria hierarquização, docentes da 1ª entrância tinham poder de compra inferior aos de 2ª e 3ª entrância.

Mesmo os professores “adjuntos” (entre 1879 e 1884) e “interinos” (entre 1885 e 1900) conseguiam, com seus vencimentos anuais, comprar um escravo. Os professores da 3ª entrância, das freguesias centrais do Recife e arrabaldes circunvizinhos, só com seus salários anuais, poderiam comprar em média dois escravos e lhes sobrava a gratificação de seiscentos mil-réis (600\$000).

Os professores da 3ª entrância eram privilegiados, por estarem em meio ao “turbilhão da política”. Instalados no centro do Recife, tinham maiores possibilidades de adquirir víveres e aproveitar da vida do ambiente urbano, mas principalmente por seus ordenados lhes permitirem adquirir bens e acumular patrimônio de maneira mais efetiva que os demais. Não seria estranho que esses sujeitos se organizassem em duas associações.

É necessário comparar os valores salariais apresentados no quadro com as médias do “custo mensal comparado de mão de obra em Pernambuco”, com a mão de obra escrava e com o pagamento de salários aos trabalhadores livres.

TABELA 3		
Custo mensal comparado de mão de obra em Pernambuco (em mil-réis) ²¹		
Ano	Mão de obra escrava	Mão de obra livre
1874	14\$311	25\$000
1880	19\$174	16\$000
1887	11\$002	13\$250
1920	-	68\$000

Seguindo os cálculos propostos por Eisenberg sobre o custo mensal para a mão de obra escrava, anualmente, a manutenção do escravo custava cerca de duzentos e vinte e oito mil-réis (228\$000) em 1880, ano de custo mais alto. Os salários médios anuais, no mesmo ano de 1880, chegaram a cento e noventa e dois mil-réis (192\$000). Para Eisenberg, a aproximação entre esses dois custos demonstra como os trabalhadores livres, pela falta de mudança da estrutura produtiva no Norte agrário, conseguiram pouca vantagem material sobre os escravos (EISENBERG, 1977, p. 208).

Segundo o autor, em 1874, o trabalhador recebeu anualmente trezentos mil réis (300\$), menos da metade do valor de um “escravo padrão” (642\$) naquele período. Os professores da 3ª entrância, naquele ano, venciam três vezes mais que a mão de obra livre de Pernambuco. Na compra de um “escravo padrão”, o docente, além do valor da compra (642\$), gastava outros cento e sessenta e oito mil-réis (168\$) para a manutenção daquele escravo, ou seja, o custo anual do escravo somaria oitocentos e dez mil-réis (810\$) – no ano de sua compra –, quase o valor total do

²¹De acordo com o cálculo proposto por Peter Eisenberg (1977), os valores de mão de obra escrava englobam: os juros do valor de compra do escravo, a taxa de “depreciação” do escravo e a sua “manutenção”, ou seja, alimentação e roupas. Da mesma forma, os valores de salários (ou custo mensal) de mão de obra livre eram calculados por 25 dias mensais de trabalho. Sobre o custo mensal de mão de obra comparada em Pernambuco durante os anos em que vigorou a escravidão, cf. EISENBERG, 1977, 208. Sobre os salários diários rural e urbano em mil-réis por Estados do Brasil, cf. BARBOSA, 2008, p. 315.

ordenado do professor, mais a gratificação (900\$), custos impensáveis aos demais trabalhadores de Pernambuco.

Nos primeiros decênios da Primeira República, o salário médio do trabalhador urbano, em Pernambuco, chegou a sessenta e oito mil-réis (68\$000) mensais, alcançando a média de oitocentos e dezesseis mil-réis (816\$000) anuais. Os professores de 1ª entrância venciam anualmente novecentos mil-réis (900\$000) – valor superior ao salário médio anual do trabalhador urbano –, mais trezentos mil-réis (300\$000) de gratificações.

Alexandre de Freitas Barbosa analisou a formação do mercado de trabalho no Brasil, desde o período colonial. Apontou a inexistência de um “mercado de trabalho”, passando pelo período de superação desse “não-mercado”, entre os anos de 1850 e 1888, chegando ao processo fragmentado de construção do mercado de trabalho, com diferenças regionais específicas e o discurso de nacionalização do mercado *versus* imigração branca de europeus. Segundo o autor, a formação do mercado de trabalho nacional não criou condições para que se reduzisse o excedente da força de trabalho presente no território nacional, majoritariamente formada por trabalhadores negros. De acordo com as tabelas fornecidas por Barbosa (2008) acerca dos salários diários rural e urbano por Estados no Brasil, os trabalhadores rurais em Pernambuco venciam quatro mil-réis (4\$000) a menos, em média, que os trabalhadores urbanos.

Quando calculou o custo mensal com a mão de obra, Eisenberg observou que, pelo último quarto do século (de 1860 em diante), o crescente número de trabalhadores livres e a deterioração das condições de exportação da província de Pernambuco, somados à elevação do preço de alimentos básicos (farinha de mandioca, feijão e charque), resultaram na queda ainda mais rápida de renda real dos trabalhadores (EISENBERG, 1977, p. 247).

Os dados do Anuário Estatístico do IBGE para o Rio de Janeiro, entre 1912 e 1915, nos ajudam a compreender as despesas mensais de uma família de classe média, composta por sete pessoas. De acordo com as estatísticas, em 1912 a despesa mensal total (aluguel de casa, alimentação, vestuário, combustível e luz, gasto com “criados” e “diversos”) era em média de seiscentos e noventa e um mil-réis (691\$000). Esse número saltou para setecentos e sessenta e seis mil-réis (766\$000)

mensais em 1915 (FUNDAÇÃO, 1986, p. 94). O próprio Barbosa alertou para o cuidado que se deve ter com o uso das estatísticas no período, pois os dados são pouco consistentes. De acordo com seus cálculos, no Rio de Janeiro, durante os primeiros decênios da Primeira República, o salário mensal médio dos trabalhadores urbanos chegava a cento e setenta e um mil-réis (171\$000) (BARBOSA, 2008, p. 315) e não era suficiente nem para custear a alimentação de uma família de sete pessoas da classe média urbana carioca (302\$000).

Mesmo que em Pernambuco o custo básico mensal fosse menor, em comparação ao do Rio de Janeiro, Eisenberg nos alertou para a elevação dos preços dos produtos em terras pernambucanas. Montando um comparativo mínimo entre o salário diário médio em Pernambuco (3\$623) e o preço médio do quilo da carne bovina vendido nos matadouros do estado (\$708), percebeu que sobrava ao trabalhador urbano o total de dois mil, novecentos e quinze réis (2\$915) por dia, ou oitenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta réis (87\$450) mensais. A renda real dos trabalhadores urbanos em Pernambuco continuou a decrescer durante a Primeira República.

Com relação aos trabalhadores médios urbanos do Recife, empregados, em sua maioria, no setor de serviços (transportes, correios, bancos, comércio, força pública, administração pública, administração privada, profissões liberais, serviços domésticos) e, majoritariamente, no setor do comércio (15,9% dos trabalhadores computados), seu salário diário não ultrapassaria os valores destacados e mal custearia despesas mensais básicas individuais, quiçá de sua família.

Os(as) professores(as) públicos(as) atuantes na província de Pernambuco mantiveram, ao longo do século XIX, um gradativo aumento no nível e na regularidade de seus ganhos. Ao se associarem, conseguiram perspectivas de seguridade social, questionaram e lutaram sempre para a melhoria das suas condições de trabalho (SILVA, 2007; LIMA, 2014), estabeleceram relações sociopolíticas verticais e horizontais como estratégias de atuação, mantiveram condições gerais de vida e de aquisição de posses, além de perspectivas de progresso futuro para si e para seus (suas) filhos(as), principalmente pelo fato de a docência estar associada normalmente a um ofício familiar (SILVA, 2007). Todas essas condições já implicariam os seis critérios específicos para se definir uma “aristocracia do trabalho”, de acordo com Hobsbawm (2015).

Os(as) docentes eram trabalhadores letrados, outra característica determinante de “aristocracia”, de distanciamento em relação aos analfabetos. Desde 1836, os “artífices” atuantes na cidade do Recife utilizaram como estratégia de ação sociopolítica principal a instrução para si e para os seus. Os trabalhadores no comércio, de 1857 a 1867, também tiveram a oportunidade de ingressar no Curso Comercial e se formar; de toda forma, desempenhavam um trabalho mais especializado, por exigir o aprendizado dos rudimentos básicos de primeiras letras.

Hobsbawm procurou desligar-se consideravelmente do determinante econômico como critério para a definição da “aristocracia operária”, como nos apontamentos em anexo ao texto de 1954. A questão sociocultural elencada pelo historiador como importante para definir a “aristocracia operária” foi a estratégia de o trabalhador associar-se em sindicatos, cooperativas ou associações de solidariedade (ou mutualistas). A associação auxiliava nas negociações a fim de manter o *status*, mas também um sentimento de superioridade “pessoal” (HOBBSAWM, 2000, pp. 323-356).

Os docentes partícipes do processo tático de hierarquização da docência pública atuaram estrategicamente, ao instalarem uma associação, em 1872, capaz de fomentar ações voltadas para a formação de docentes e outros ofícios: a Sociedade Propagadora da Instrução Pública associava docentes e políticos no Recife (SANTOS, 2014) e o Grêmio dos Professores Primários, instalado em 1878, compunha uma associação de docentes em prol de si e dos seus (LIMA, SANTOS, SILVA, 2017).

A atividade comercial, por sua vez, foi marcada por disputas no mercado de trabalho entre brasileiros e portugueses, infladas pelo antilusitanismo pós-independência. A atividade caixeiral nacionalizou-se a partir da presença de portugueses e seus descendentes atuando no comércio e na política (CÂMARA, 2012). Instalada em 1892, a Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco, responsável por organizar os trabalhadores e definir limites aos que poderiam se associar, abriu um curso comercial voltado para a instrução da atividade caixeiral no Recife (SANTOS, 2017).

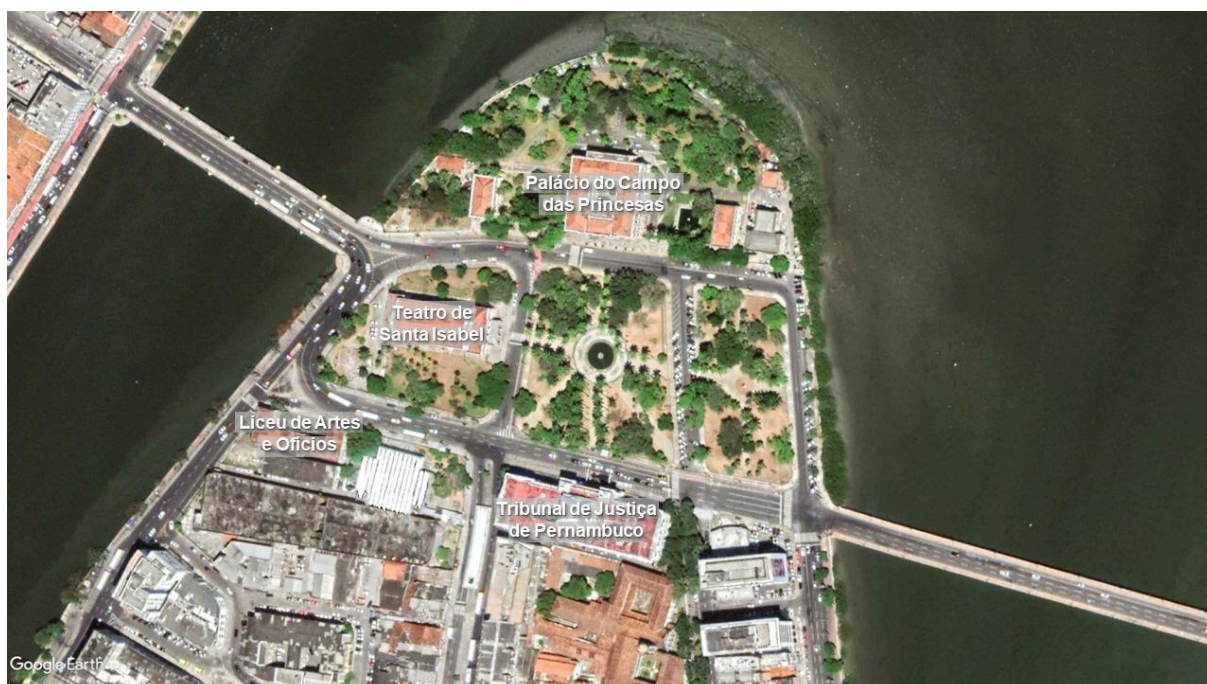
Todas aquelas experiências e estratégias associativistas de atuação sociopolítica poderiam nos indicar um “fazer-se”, uma verticalização daqueles

trabalhadores de ofício, até alcançarem essa “camada superior” de trabalhadores. O objetivo inicial desses grupos não era esse, mas, ao assumirem essas práticas, fabricavam articulações até alcançarem esse espaço. Mesmo a possibilidade de desprenderem anualmente (em média) cerca de 52\$000 mil-réis – joia (valor inicial pago para a associação, normalmente 10\$000 mil-réis), mais as mensalidades da associação – já colocaria esses trabalhadores numa posição superior à de tantos outros trabalhadores (LIMA, SANTOS, SILVA, 2017).

Professores atuantes na terceira entrância da instrução pública pernambucana associaram-se com os “dirigentes” da “boa sociedade” e instalaram uma associação cujo objetivo e ações voltaram-se para a instrução em ofícios específicos. Apesar de a Sociedade Propagadora da Instrução Pública não ter possuído caráter mutualista, como as associações de artistas, comerciantes e professores primários, seu quadro de sócios fundadores foi ocupado por docentes da camada superior da instrução pública no Recife. Os mesmos docentes, ou boa parte deles, associaram-se no Grêmio dos Professores Primários e, ao reorientarem a atuação mutualista da antiga associação na qual estavam associados – o Instituto de Professores de Pernambuco –, conseguiram publicar uma revista na qual propuseram questões relevantes para o “desenvolvimento” da instrução pública primária.

No quadro de consócios da Sociedade Propagadora da Instrução Pública e do Grêmio dos Professores Primários, havia docentes atuantes no Liceu de Artes e Ofícios, uma escola particular com curso primário e secundário, instalada pela Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. A SAML foi a principal associação atuante no Recife, cujos consócios fizeram-se “aristocratas do trabalho”, conseguindo edificar o belo palacete do liceu no Bairro de Santo Antônio, em frente ao Teatro de Santa Isabel e do Palácio do Campo das Princesas – centro administrativo da província. Eram aristocratas de fato, com fraque e cartola, como vimos na fotografia da inauguração do Palacete do Liceu e veremos nas duas próximas figuras.

Figura 15 – Vista em plano alto do Bairro de Santo Antônio



Fonte: elaboração própria a partir do Google Earth²²

Atualmente, no Palacete do Liceu, não funcionam mais suas aulas. Elas foram transferidas para um antigo colégio jesuíta, o Nóbrega, em frente à Universidade Católica de Pernambuco, que passou a gerenciar o liceu. A imagem acima evidencia o espaço social no qual foi construído o liceu. O palacete, em 1880, encontrava-se no “miolo” dos prédios da elite provincial, em frente ao Teatro Santa Isabel e ao Palácio dos Campos das Princesas – centro administrativo da província e depois do estado de Pernambuco. Ao lado do liceu, está o Tribunal de Justiça de Pernambuco, construído em 1930. O complexo arquitetônico do bairro de Santo Antônio guarda relações íntimas com o passado colonial pernambucano. O Palácio de Friburgo, local de administração holandesa na antiga capitania, foi construído durante o governo de Maurício de Nassau e demolido ainda no século XVIII (CAVALCANTI, 2009, p. 185). Edificado por artífices pretos e pardos, em local “histórico” e administrativo, o liceu encerrou parte da trajetória daqueles aristocratas do trabalho, cimentando sua edificação de prestígio social.

²² Agradeço a Igor Soares, pela diagramação e pela legenda no corpo das imagens, Figuras 15 e 16.

Figura 16 – O palacete do Liceu de Arte e Ofícios e seu entorno arquitetônico



Fonte: elaboração própria a partir do Google Earth

A “cidade negra” do Rio de Janeiro, analisada por Sidney Chalhoub, no caso, a Corte do Império, ao mesmo tempo em que escondia a condição social de negros (escravos, libertos e livres) pela densidade populacional de “pessoas de cor”, era, por isso mesmo, a cidade que os libertava (CHALHOUB, 2011, p. 275). No Bairro de Santo Antônio, no Recife, a assertiva inverteu-se em relação ao liceu, pois o palacete exibía às claras e monumentalmente a condição social alcançada por aqueles artífices – a de aristocratas do trabalho. E apontava suas expectativas: a de disseminar a instrução de ofício e lograr distinção social, a despeito da “cor” daqueles trabalhadores. No entanto, pomos em dúvida se aquelas expectativas lograram sucesso durante a primeira metade dos anos 1900, período das fotografias e da “autoimagem” do próprio liceu analisadas nesta pesquisa.

Aquela relação entre trabalhadores e “elite” – que ocupou postos nos poderes públicos – ressoou na atuação de docentes da terceira entrância da instrução pública de Pernambuco. A partir da década de 1870, aqueles professores reorientaram sua

atuação, se consociaram com “o mundo do governo”, constituído pela “boa sociedade”, guardando um “sentimento aristocrático” (MATTOS, 2004), “sentimento aristocrático” vivenciado por trabalhadores de ofício pernambucanos – do comércio, artistas e docentes.

Em um país escravista, marcado por privilégios e desigualdades sociais, o critério de “cidadania” (do votante e/ou eleitor) precisa ser levado em conta. Para se definir uma “aristocracia do trabalho”, devemos compreender a instrução como marcador de um limite político-social fundamental (principalmente após a reforma de 1881), capaz de limitar a cidadania ativa dos sujeitos e, por isso, verticalizar determinado ofício (e seus trabalhadores), aristocratizando-o.

Desde finais do século XVIII, os docentes já se envolviam com o “turbilhão da política” (SILVA, 2007), suas atuações nas duas agremiações demarcaram seu posicionamento superior, em detrimento de outros docentes atuantes em Pernambuco. Os trabalhadores artífices edificaram sua aristocracia durante todo o “longo século XIX”, conseguiram inaugurar o prédio do liceu e, ainda, eleger um de seus diretores no cargo de deputado – Telles Júnior. Os caixeiros do comércio enfrentaram longa disputa entre seus trabalhadores, conflitos sangrentos entre brasileiros e portugueses, até que uma nacionalização do comércio a retalho inaugurou as últimas décadas do oitocentos e promoveu uma associação de trabalhadores. Os trabalhadores do comércio trataram de se diferenciar de outros caixeiros (como os de hotéis) e deram início a sua intenção de organização, proteção e instrução de si e dos seus. Um curso primário foi instalado e logo depois uma Academia do Comércio, atuante durante os primeiros anos da Primeira República.

Fato comum às quatro associações foi não se terem envolvido diretamente com movimentos grevistas durante a Primeira República. As relações verticais ascendentes costuradas pelos consócios das agremiações investigadas, como estratégia de atuação sociopolítica, foram provavelmente mais importantes do que seu engajamento em greves.

Durante o “longo século XIX”, a aristocracia operária e a aristocracia docente atuaram no Recife e conquistaram monumentos materiais e imateriais, testemunhas de sua atuação. O palacete do Liceu de Artes e Ofícios ergueu-se no bairro de Santo

Antônio e esteve a cargo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais até a década de 1950²³; a Escola Normal Pinto Júnior, com prédio próprio no bairro da Boa Vista, sob a direção da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, foi encampada pela Prefeitura da Cidade do Recife em 1946. A Sociedade Propagadora da Instrução Pública ainda foi responsável por instalar a Escola de Farmácia do Recife, que, após se desmembrar da associação em 1913, foi a gênese da Escola de Medicina do Recife. A Associação dos Empregados no Comércio, por sua vez, fundiu-se ao Sindicato dos Auxiliares do Comércio em 1941, modificando sua denominação para Sindicato dos Empregados no Comércio de Recife²⁴, mas não acreditamos que a Academia do Comércio tenha permanecido após o Governo do Estado de Pernambuco tê-la transferido para o Ginásio Pernambucano.

Os trabalhadores artífices e do comércio atuaram taticamente, criando associações mutualistas, em prol de condições básicas de vida e saúde. No decorrer de suas atividades, as mutualistas instalaram cursos de instrução profissional e, por meio deles, os consócios urdiram relações verticais ascendentes com os poderes públicos, a fim de angariar subvenções públicas para o financiamento de suas atividades – sua atuação estratégica. Docentes, taticamente, alcançaram a terceira entrância no exercício do magistério e, por meio da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, vincularam-se estrategicamente à elite política da província, a fim de instituir escolas voltadas para a formação primária e secundária no Recife. A SPIP não foi uma associação mutualista, teve por fim a instalação e a manutenção daqueles cursos e, principalmente, a perpetuação daqueles(as) docentes enquanto camada superior aos demais trabalhadores da instrução na província.

²³Informações encontradas no site da Universidade Católica de Pernambuco, mantenedora da Escola do Liceu de Artes e Ofícios atualmente. No site da Biblioteca da Instituição, consta o resumo: Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco foi inaugurado em 1880, como sede da Escola de Ofícios, mantida pela Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, que ministrava aos interessados aulas de desenho, arquitetura, aritmética e primeiras letras. Foi extinto em 1950. Desde 1970, seu acervo e o prédio, localizado na Praça da República, estão sob a guarda da Universidade Católica de Pernambuco, quando foi reativado, oferecendo cursos técnicos em administração e contabilidade. Em 2006, o liceu foi transferido, passando a localizar-se no *campus* da Católica (prédio do antigo Colégio Nóbrega), no bairro da Boa Vista. Em 2008, a Católica assinou convênio com a Secretaria de Educação de Pernambuco, e o liceu passou a ser uma escola de aplicação em 2010. Quanto ao prédio oficial do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco, há projetos para se tornar um centro cultural. As fotografias apresentam algumas fases da supracitada instituição. Cf. Universidade Católica de Pernambuco – Biblioteca – MU 133 FOTOGRAFIAS em <https://www1.unicap.br/pergamum3/Pergamum/biblioteca/>. Último acesso em 11/11/2019.

²⁴Cf. <http://www.secrecife.com.br/institucional/>. Último acesso em 11/11/2019.

Por que utilizamos o termo “aristocracia”? Por que não nomeamos essa camada superior com outros termos em evidência na época, como “burguesia do trabalho”? O próprio Hobsbawm nos ajuda a sair dessa encruzilhada. Os estudos sobre a emergência da “aristocracia do trabalho” dedicaram-se à Inglaterra. Aquele país era (e ainda é) uma monarquia parlamentarista, na qual os símbolos de nobreza garantiam *status* social a quem os possuísse. Durante o período vitoriano (reinado da rainha Vitória, que durou basicamente todo o século XIX), “o principal inimigo político do povo parecia ser o “privilégio”, isto é, caracteristicamente o “privilégios aristocrático”, mais do que (ou em combinação com) a “exploração capitalista” (HOBSBAWM, 2008, p. 306). Em uma sociedade hierarquizada e estamental, trabalhadores disputaram os símbolos de “privilégios” daquela sociedade e, por isso, quando urdiram uma camada superior de trabalhadores, a nomearam de “aristocracia”.

Todas as três associações investigadas até aqui fizeram-se, ao longo do período imperial brasileiro, envoltas em uma sociedade estamental, desigual, hierarquizada, marcada pelo trabalho escravo, na qual a instrução foi uma mercê, um privilégio. Trabalhadores dos mais diversos ofícios, que conseguiram se desgarrar dos estigmas da escravidão, manter relações verticais ascendentes com a política local, conquistar uma regularidade de salários mais altos e promover ações de instrução para seus consócios, a fim de controlar o mercado de trabalho, podem ser chamados de “aristocratas”. Mesmo não estando em jogo aqui se aqueles trabalhadores utilizaram ou não o termo “aristocratas” para se designar, defendemos que os elementos analisados acima proporcionam a eles(as) a alcunha de “aristocratas do trabalho”.

Outra associação em que a defesa da “aristocracia docente” deu-se por meio de ações e publicações periódicas foi o Grêmio dos Professores Primários, analisado a seguir.

4.2 A ARISTOCRACIA DOCENTE: OS PROFESSORES NO “GRÊMIO” E SUA REVISTA

Além da “propagadora”, o Grêmio dos Professores Primários também foi uma associação composta por professores atuantes no Recife e direcionada principalmente para o auxílio mútuo dos associados, bem como para a atuação político-pedagógica, em benefício do exercício da docência pública primária, através da publicação da Revista do Grêmio dos Professores Primários (ESTATUTOS, 1878). Os assuntos presentes na revista indicam as possíveis estratégias criadas pelos professores primários em relação à legislação em vigor e às ações dos poderes públicos.

Entre os anos de 1883 e 1884, os periódicos quinzenais permitem-nos pensar os(as) docentes como intelectuais, criadores e mediadores de ações políticas, engajados nas problemáticas práticas do exercício docente.

Os assuntos recorrentes da revista do grêmio foram: “abertura e fechamento das escolas noturnas”, “gratificação dos(as) docentes públicos(as)” e “os postos de trabalho e a habilitação docente” (LIMA, SANTOS, SILVA, 2017). Foram redatores da revista os já mencionados professores públicos e também sócios da Sociedade Propagadora da Instrução Pública: Francisco Carlos da Silva Fragozo, Augusto José Maurício Wanderley e Vicente de Moraes Mello, além de Cyrillo A. da S. Santiago²⁵ e Christovão de Barros Gomes Porto. Inferimos a possibilidade de a atuação no Grêmio dos Professores Primários ser distinta daquela da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Na SPIP, a relação dos consócios deu-se através de negociações entre sócios da mesma associação, a fim de manter as redes clientelares verticais e, no grêmio, as redes clientelares construíram-se horizontalmente.

A manutenção dos privilégios de alguns docentes foi a principal ação defendida nas páginas da revista do grêmio. Seus redatores concordavam com a política de hierarquização da docência promovida pelas leis de organização do ensino, de 1873 e 1874, com a divisão das escolas públicas primárias através das entrâncias e com a

²⁵Foi professor da instrução pública primária desde 1871, tendo solicitado transferência da primeira cadeira de Afogados (bairro separado por pontes do de São José) para a quinta da Boa Vista; também foi professor do Liceu de Artes e Ofícios (IP. 46, 1887, p. 328).

consequente diferença entre ordenados, gratificações e *status* social (LIMA et all, 2017).

Discutimos a emersão do Grêmio dos Professores Primários como outra associação através da qual docentes no Recife edificaram seu *status* de “aristocracia docente”. Tanto o grêmio, quanto a Sociedade Propagadora da Instrução Pública emergiram como estratégias aristocráticas daqueles docentes. Quais estratégias foram mobilizadas pelos consócios do grêmio em sua instalação? Quais ações da associação voltaram-se aos interesses dos sócios? E dos docentes?

Segundo Gonçalves Filho, o Grêmio dos Professores Primários foi instalado após uma dissidência entre os sócios do Instituto dos Professores Primários. O instituto foi idealizado pelo professor Simplício da Cruz Ribeiro, que não deve ter ficado feliz ao ler, no Diário de Pernambuco, o texto no qual o grêmio indicava a própria instalação. Ao comunicar a dissidência, os sócios do grêmio julgavam o instituto como inerte em relação aos atos em favor da instrução e dos(as) docentes. Segundo Gonçalves Filho, o instituto, por não ter seu estatuto aprovado, não estava legalizado. Portanto, “o Grêmio acusava o Instituto de imobilismo, por não ter resolvido em uma década, o problema legal e de não ter tido uma ação mais enfática com relação aos interesses da “classe” e da instrução ao longo desses anos” (GONÇALVES FILHO, 2016, pp. 205-206).

Uma série de publicações em jornais no Recife marcaram a peleja entre as associações. Simplício, dirigindo-se ao presidente do grêmio, Vicente de Moraes Mello, afirmou que a associação não conseguiria reunir o professorado da província “em um só corpo” e nem atingir seus objetivos. O próprio Vicente de Moraes Mello replicou o instituto dos professores, alegando que a associação se prestava apenas para “sufragar” os sócios, ou seja, tinha uma atuação meramente mutualista (GONÇALVES FILHO, 2016, p. 207).

O instituto treplicou, por sua vez, numa longa publicação constante no Jornal do Recife, em 7 de julho de 1877. Ela aparentou ser um grande parecer sobre a afirmação de Vicente de Moraes Mello. Segundo o instituto, Vicente havia indagado sobre questões específicas: a primeira teria sido a “inércia” do instituto, mesmo este existido durante 11 anos, até a data de 1877; depois, a inexistência de estatutos

aprovados pela Inspetoria da Instrução Pública; para ele, a ilegalidade da associação prejudicaria os possíveis benefícios que ela traria à instrução e aos docentes (FBN, Jornal do Recife, n. 154, p. 2).

O conselho diretor do Instituto dos Professores de Pernambuco, formado por Simplício da Cruz Ribeiro, Felix de Vallois Corrêa, Benjamin Constant da Cunha Sales, Geminiano Joaquim de Miranda, Izidoro Marinho César, Manoel Roberto de Carvalho Guimarães, José Candido da Silva Pessoa, Felix Paes da Silva Pereira, João Landelino Dornellas Câmara e Antonio Jovino da Fonseca, resolveu responder aos dois pontos de Vicente de Moraes Mello a respeito da associação. Segundo o conselho, a sociedade havia prestado auxílio ao enterro de cinco professores afiliados ao instituto e ajuda à família de um outro professor. Outra ação promovida pelo instituto foi a aprovação do feriado às quintas que gozavam os(as) professores(as), além de:

Nem esqueceram os membros do Instituto promover, pelos meios a seu alcance, aumento de vencimentos; por quanto, mais de uma vez solicitaram da Assembleia Provincial esse melhoramento para a classe em geral, sendo que, de uma delas, havendo probabilidade de obterem para os professores da capital somente, se neste sentido o requeressem, como lhes fora aconselhado por um deputado que gozava de grande prestígio, deixaram de assim proceder, preferindo antes perder esse aumento do que deixar de associar sua sorte a de todos os seus colegas, como o fizeram. E, se os membros do Instituto não puderam conseguir essa vantagem pecuniária para todos os professores, certamente os Srs. do Grêmio também não conseguiriam, nem conseguirão mais facilmente (FBN, Jornal do Recife, n. 154, p. 2).

O trecho no qual o instituto alega que docentes da terceira entrância da instrução pública não associavam sua sorte à dos demais colegas reverbera nossa defesa de uma “aristocracia docente”. Defendemos que os(as) docentes da capital, arregimentados na Sociedade Propagadora da Instrução Pública e, posteriormente, no Grêmio dos Professores Primários, constituíam uma “aristocracia docente”, ou seja, uma “camada superior” dos trabalhadores de ofício docente em Recife.

Concordamos com a interpretação de Gonçalves Filho de ter havido uma reorientação política de parte dos sócios do Instituto dos Professores de Pernambuco, voltada ao estabelecimento de alianças mais estreitas com o Estado e pessoas influentes, como o inspetor geral da instrução pública, João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Segundo o próprio Vicente de Moraes Mello, o grêmio mudou sua

orientação, para tratar do aperfeiçoamento do ensino – investir na formação, no aprimoramento do pessoal docente, nos seus saberes –, que viria seguido pelo melhoramento “da classe” (GONÇALVES FILHO, 2016, p. 210).

Os sócios do instituto e do grêmio se relacionavam entre as associações e também eram membros da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. A trajetória dos docentes apontou para a fundação da propagadora, apesar da existência do Instituto de Professores de Pernambuco. A dissidência dos docentes para fundarem o grêmio parece ainda mais complexa. Os professores Felix de Vallois Corrêa, Felix Paes da Silva Pereira, João Landelino Dornellas Câmara e Augusto José Maurício Wanderley eram velhos conhecidos durante as atividades da propagadora. A reorientação política de alguns docentes, muito provavelmente motivada pelos “sucessos” da propagadora, os fez se associarem numa nova agremiação. Talvez, o Instituto dos Professores de Pernambuco não se articulasse com os poderes públicos da maneira pretendida pelos sócios do futuro grêmio.

Houve uma distinção nas atuações da SPIP e do grêmio. Apesar de ambos serem formados por docentes atuantes no Recife, aquela atuava na abertura de cursos de instrução e escolas, ou seja, na “propagação da instrução pública”, e o grêmio arregimentava docentes para pugnar em prol dos melhoramentos do ensino e das suas condições de trabalho.

A querela em relação aos membros do grêmio pesou, a ponto de os primeiros artigos do seu estatuto versarem sobre as modalidades de associação da organização. Os sócios foram organizados entre sócios efetivos, correspondentes, honorários e beneméritos. Podiam associar-se como sócios efetivos, membros com poder de voto e de receber os benefícios da associação, os professores públicos contratados e os particulares, de instrução primária. Admitiam-se docentes, de ambos os sexos, em qualquer grau, independentemente de sua entrância. A observância da moralidade (ou conduta, tal qual o que se via em relação aos trabalhadores do comércio?) foi considerada essencial para a admissão dos(as) pretendentes a sócios, por isso não poderia pender ao pretendente qualquer acusação ou processo, na instrução pública ou no foro criminal (ESTATUTOS, 1878, pp. 5-6).

Apenas no décimo terceiro artigo, constaram os fins do grêmio:

Art. 13. O Grêmio dos Professores Primários tem por fim: §1 - O aperfeiçoamento da instrução primária e do magistério que a professa. §2 - A criação e conservação de um Monte-pio, que ampare os sócios Efetivos em suas aposentadorias, moléstias que excedam o tempo em que são concedidas licenças com todos os vencimentos, e às suas famílias, em caso de morte, ou em outra qualquer emergência penosa (ESTATUTOS, 1878. p. 9).

O primeiro parágrafo contou com o argumento de Vicente de Moraes Mello, relativo a sua dissidência do Instituto dos Professores Primários: o grêmio tinha por fim o “aperfeiçoamento da instrução primária”, o qual melhoraria o desempenho do professorado. Mesmo desgarrada do caráter mutualista, a associação manteve uma intenção assistencialista: o segundo parágrafo do artigo treze previu a conservação de um montepio para a manutenção das aposentadorias, o auxílio por morte de associado, ou qualquer emergência penosa aos docentes.

Outro estatuto, publicado em 1884, manteve as mesmas prerrogativas do primeiro, de 1878. Conservava a característica assistencialista, e seus “fundos sociais” constituíam-se da metade das joias dos sócios efetivos, destinando-se a outra metade ao montepio. Das mensalidades dos sócios, um terço destinava-se aos cofres da associação e dois terços ao montepio. Ou seja, boa parte dos valores arrecadados pela associação destinavam-se às ações mutualistas.

A questão dos valores arrecadados no caixa da associação rendeu outra querela, em 1906. Francisco Carlos da Silva Fragoso, então tesoureiro da associação, publicou o seguinte anúncio no Diário de Pernambuco:

Ao Público. Com o fim de acabar com a exploração feita por indivíduos, que pela imprensa provocam manchar a minha reputação, convoquei para o dia 29 do corrente uma sessão de assembleia geral do Grêmio dos Professores Primários e aí, perante os sócios do Grêmio farei uma exposição circunstanciada da minha gestão e prestarei as minhas contas. Acima dos botes da maledicência, tenho a minha consciência e o meu passado. Recife, 24 de março de 1906. Francisco Carlos da Silva Fragoso (FBN: Diário de Pernambuco, domingo, 25 de março de 1906, p. 3).

Em virtude da denúncia, o professor Silva Fragoso convocou uma assembleia, na qual faria a prestação de contas de sua administração, bem como seria votada a nova diretoria da associação (FBN: Diário de Pernambuco, quarta-feira, 28 de março de 1906, p. 3).

A questão deve ter corrido nos boatos das ruas do Recife, a tal ponto que, no dia seguinte à convocação de Silva Fragozo, foi publicada no Diário de Pernambuco a seguinte informação: “Realiza-se hoje, pelas 11 horas, em uma das salas da Escola Normal, a assembleia geral dos sócios do extinto Grêmio dos Professores Primários” (FBN: Diário de Pernambuco, quinta-feira, 29 de março de 1906, p. 1). O jornal dava por extinta a associação de docentes de Pernambuco, por conta de um suposto “escândalo” fiscal.

Precisamos fazer um aparte, neste parágrafo. Leitores(as) atentos(as) podem ter percebido quão conturbado foi o ano de 1906: problemas com a eleição na Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco, problemas com roubo dos “fundos sociais” na Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais e no Grêmio dos Professores Primários. E 1906 também foi o ano no qual os professores da Escola de Farmácia da Sociedade Propagadora da Instrução Pública tentaram desligar-se da associação e fundar uma própria, capaz de gerir melhor a instituição de ensino de saúde. Procuramos por registros indicativos de tais questões. Sabemos que, entre os anos de 1905 e 1907, os governadores do Estado lidaram com uma crise financeira nos cofres públicos pernambucanos. Diversas escolas foram suprimidas nos municípios do interior, e altos empréstimos foram captados pelos poderes públicos para investir nas “modernizações” nas usinas de cana-de-açúcar. Houve abertura de “créditos extraordinários”, e algumas usinas passaram por “dificuldades” para amortizarem suas dívidas. O patronato do açúcar no Recife “modernizou” sua produção, sem concretizar qualquer “mudança” nas relações sociais e de trabalho, ocasionando algumas greves naquele ano – principalmente a de estivadores e trabalhadores de armazéns de açúcar (RELATÓRIO, 1906).

Ao mesmo tempo em que a crise dos cofres públicos provocou “arrocho” nas contas públicas, os estados da Paraíba e de Alagoas decidiram impor impostos interestaduais para produtos saídos de suas terras a caminho de Pernambuco. Em 9 de janeiro de 1906, foi publicada no Diário de Pernambuco uma longa discussão entre os políticos pernambucanos, a fim de resolverem a situação. Segundo um político, “o salário baixou no campo a 500 réis e o preço da carne subiu a mil réis. Foram-se as reservas, desapareceram as economias: reina a miséria” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, terça-feira, 9 de janeiro de 1906, p. 1). Não temos como comprovar

as informações contidas na fala do político publicada no jornal, mas acreditamos na possibilidade de, naquele ano de 1906, o custo de vida, devido às crises financeiras, ter subido a ponto de condicionar algumas outras crises, disputas, desvios de cofres e/ou conflitos entre os consócios das associações investigadas.

Decerto, a eleição para a composição do conselho diretor foi realizada. Em 1906, uma nova gestão tomou posse do Conselho Diretor do Grêmio dos Professores Primários, composta por: João Cordeiro Fonseca de Medeiros, José Firmino Ribeiro, Antônio Euthymo Vianna, José Gonçalves dos Santos, Manoel Candido Fernandes Pires. O presidente da Assembleia Geral passou a ser o professor Joaquim Pedro da Rocha Pereira; o 1º secretário, Luiz Marques Vieira; e o 2º secretário, João Cordeiro Fonseca de Medeiros (ESTATUTOS, 1906).

Também foram votados novos estatutos para o grêmio. Analisando esses estatutos, tivemos o conhecimento de uma nova divisão entre os sócios efetivos: “contribuintes” e “remidos”. Os sócios “contribuintes” foram compostos pelos sócios fundadores e os que haviam firmado direitos até 1906, bem como os professores primários admitidos e com os valores das joias quitados. Os sócios efetivos “remidos” foram os docentes que contribuíram, de uma só vez, com o valor de trezentos mil-réis (300\$000). Nesses estatutos, uma listagem dos sócios fundadores foi publicada: Augusto José Maurício Wanderley, Francisco Carlos da Silva Fragozo, Antonio Bazílio Ferreira Barros (falecido), Benjamin Ernesto Pereira da Silva (falecido), Francisco da Silva Miranda (falecido), Liberato Tiburtino da Miranda Maciel (falecido), Vicente de Moraes Mello (falecido).

Acreditamos que a querela sobre as contas dos cofres do grêmio, que teve o tesoureiro Francisco Carlos da Silva Fragozo como protagonista, estremeceu a relação dos sócios com a associação. Os sócios fundadores Augusto Wanderley e Francisco Fragozo não foram expulsos da associação, mas perderam os cargos que ocupavam. Apesar do desfalque aos cofres da mutualista, a importância política daqueles sócios manteve-os nos quadros associativos.

Por diversas vezes, entre os anos de 1897 e 1906, o grêmio publicou indultos aos associados em atraso quanto à mensalidade da associação (FBN: Diário de Pernambuco, sábado, 13 de março de 1897. p. 3). Os indultos das mensalidades

promovidos na gestão de Augusto Wanderley e Francisco Fragoso objetivaram obscurecer certa ilegalidade na contabilidade da organização, ou foram realizados na tentativa de angariar novos(as) associados(as).

Certamente, no anúncio percebemos outro traço interessante. Em capítulo anterior, interpretamos a posição dos sócios nas associações de trabalhadores (e) docentes como importante ferramenta para angariar benefícios à instituição. O ex-governador Barbosa Lima e seu respectivo ex-secretário da instrução, Júlio de Mello Filho, foram aprovados como sócios honorários do grêmio.

A conformação com o ambiente político não foi novidade no grêmio. Como demonstramos anteriormente, seus membros também participaram da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, organização que contou com a participação de presidentes da província de Pernambuco e outros políticos, da mesma forma que, no ano de 1890, menos de um ano depois da instauração da Primeira República, o grêmio anunciou a organização de festejos comemorativos ao Presidente da República Manuel Deodoro da Fonseca (FBN: Diário de Pernambuco, sexta-feira, 1 de agosto de 1890, p. 2).

As associações mutualistas, atuantes desde o Império até a Primeira República, foram as principais responsáveis por assegurar trabalhadores em momentos penosos. As mutualistas foram o principal meio fabricado pelos trabalhadores – apesar das condições insalubres de vida e trabalho, das disputas por mercado, da falta de reconhecimento social e da impossibilidade de subsistir e subvencionar custos básicos individuais – para se organizar e proteger (BATALHA & MAC CORD, 2014).

O Grêmio dos Professores Primários, associação instalada a partir de uma dissidência no Instituto dos Professores de Pernambuco, foi uma associação que congregou professores articulados com a política local e integrantes de outras associações do Recife, durante o Império. Sua articulação política foi bem maquinada: em seu relatório de viagem de 1879, João Barbalho Uchôa Cavalcanti elogiou a atuação da associação, além de usá-la como exemplo para suprir a inexistência de congêneres na Corte do Império (CAVALCANTI, 1879).

Nos trinta e três anos de funcionamento do grêmio (de 1878 a 1911, pelo menos²⁶), marcados por dissidências e querelas financeiras, quais ações foram promovidas pela organização a fim de “aperfeiçoar a instrução primária”, como prometeu Vicente de Moraes Mello, seu fundador? A associação conseguiu pôr em prática o previsto em seus estatutos? Qual a profundidade de penetração das discussões promovidas pela organização de docentes? Sua postura voltou-se à negociação ou ao conflito com os poderes públicos?

Os consócios do Grêmio dos Professores Primários e da Sociedade Propagadora da Instrução Pública articularam estratégias eficazes de manutenção de suas hierarquias na sociedade. Posicionados na “classe” dos professores, como insistiu Simplício da Cruz Ribeiro, idealizador do Instituto dos Professores de Pernambuco, os consócios dessas duas organizações figuraram como aristocratas da docência. As publicações da Revista do Grêmio dos Professores Primários, entre os anos de 1883 e 1884, auxiliam na análise dos intentos da associação, da forma como agiu estrategicamente em prol da manutenção de suas atividades, por meio de relações verticais com os poderes públicos pernambucanos.

4.2.1 A Revista do Grêmio dos Professores Primários

“Como se vê, pois, o Grêmio dos Professores Primários, por intermédio do seu órgão, prepara-se para uma batalha no campo da metodologia” (PERNAMBUCO, n. 1, 1883, p. 6). Os redatores da Revista do Grêmio dos Professores Primários haviam iniciado a “parte escolar” do primeiro exemplar, de 1883. A frase relaciona-se harmoniosamente à querela entre Vicente de Moraes Mello e Simplício da Cruz Ribeiro, quando aquele decidiu pela dissidência em relação ao Instituto dos Professores de Pernambuco. O argumento defendido por Vicente de Moraes Mello, de inércia do instituto quanto às ações em prol da docência pública e particular em

²⁶Em 1911 houve nova denúncia de desfalque financeiro das contas do grêmio (FBN: Diário de Pernambuco, segunda-feira, 8 de maio de 1911. p. 1), que deixou a associação sem pecúlio para honrar suas despesas e obrigações perante os sócios (FBN: Diário de Pernambuco, terça-feira, 8 de agosto de 1911. p. 2). Acreditamos que, após ambos os desfalques, o grêmio tenha encerrado suas atividades associativas, pois não encontramos no Diário de Pernambuco nenhum anúncio publicado sobre a associação até o ano de 1915.

Pernambuco, seria sanado através da intenção do grêmio de “aperfeiçoar a instrução primária”. A “parte escolar” da revista era a responsável pelo espaço no qual os redatores inscreveriam suas “armas e munições” contra o crime de lesa posteridade. O crime? Não saber o que se diz na matéria professada, ou, mesmo sabendo a matéria que se professa, decide por não o fazer. Os criminosos? Docentes atuantes na província de Pernambuco, sem “boa formação”, inaptos à docência, ou aqueles competentes mas que, sem motivos aparentes, não ensinavam “corretamente”.

Segundo Vicente de Moraes Mello, o combate a essa “criminosa” prática docente aperfeiçoaria a instrução primária. O terreno de disputa emergido em 1878 permaneceu aquecido para confrontos. Os docentes do grêmio e da sociedade propagadora possuíam, naquele momento, duas instituições e uma revista para publicar suas ideias, fazê-las ganhar a opinião da população no Recife. A Revista do Grêmio dos Professores Primários, a Escola Normal para Senhoras (depois Pinto Júnior), a Escola Agrícola do Monteiro e a Escola de Farmácia foram importantes ferramentas para o “governo das multidões” (GONDRA, 2018), promovido pela aristocracia docente, coadunada com as associações de trabalhadores (e) docentes atuantes na cidade do Recife.

Após quinze publicações da revista, a seguinte matéria de capa circulou aos leitores:

Sobre a defesa dos “interesses da classe”: Defender os interesses da classe não é pugnar exclusivamente por esta ou aquela causa somente, porque ela pertence a um nosso amigo ou parente, esquecendo o direito e as leis a cuja proteção se devem abrigar todos. Defender os interesses da classe não é inventar arditos raciocínios para justificar o que é condenado pelo bom senso, proceder a respeito como se houvesse de livrar dos apuros indivíduos evidentemente culpados. Defender os interesses da classe não é fechar os olhos e cerrar os ouvidos às justas reclamações, que a cada instante não estão fazendo os interesses do ensino público, os interesses de toda a província, somente porque, repetimos, o precede a uma concessão, a um favor, é um nosso amigo, é um nosso parente. Defender os interesses da classe é, a nosso ver, pugnar pelo direito de todos em face da justiça, protestando energicamente contra aqueles atos do governo, que se não firmarem em autorizações legais. Defender os interesses da classe é procurar garantir a todos, animando os que mais se esforcem pela prosperidade do ensino, e trabalhando para que lhes seja dada a justa recompensa de seus esforços. Obrar de modo contrário é estabelecer associação com os que especulam torpemente com um dos mais interessantes ramos do serviço público, é acoroçoar os abusos, é, enfim, desmoralizar e comprometer a própria causa, que advogamos. É, portanto, assim

procedendo, que julgamos cumprir fielmente os nossos deveres (PERNAMBUCO, n. 16, 1883, pp. 01-02).

O discurso foi diferente daquele da querela com o Instituto dos Professores de Pernambuco em 1878. Poderíamos acreditar, a partir da intencionalidade do texto, em certa relação de identidade entre os docentes de Pernambuco, sendo o “todos” a que o texto se refere a totalidade dos(as) docentes atuantes na província. Diríamos também que as teses de Nóvoa (1991) legaram ao associativismo docente o momento último de identidade dos(as) professores(as), o qual pôde instituir a docência como uma “profissão”. Porém, o próprio grêmio foi instalado a partir de uma dissidência em outra associação atuante no Recife. Em 1884, alguns números da revista publicaram “apelos” do grêmio para que outros docentes se associassem à instituição (PERNAMBUCO, 25 de janeiro de 1884, p. 1), ou seja, o grêmio não chegou a congregar totalmente os(as) docentes.

Mesmo garantindo supostamente a “todos” a defesa do interesse da “classe”, o discurso especificava: “animaria os que mais se esforçarem pela prosperidade do ensino, e trabalhando para que lhes seja dada a justa recompensa de seus esforços”. A atuação das associações se voltou para si e para os seus e, frequentemente, os “seus” não significou a totalidade dos trabalhadores de determinado ofício, nesse caso, do ofício docente, mas apenas os consócios das instituições.

Augusto Wanderley e Vicente de Moraes Mello agenciaram a SPIP para questões que não competiam ao grêmio; do mesmo modo, agenciaram estratégias específicas com o grêmio. Pela negociação, pelo conflito, pelas relações horizontais e verticais, as associações foram o meio como seus consócios “fizeram-se” aristocratas docentes, ou seja, distinguiram-se (por *status* ou hierarquia elevada) dos demais docentes do Recife.

Ademais, os usos estratégicos das associações de ofício e as publicações na Revista do Grêmio dos Professores Primários apontam para os interesses pugnados pelos redatores e consócios da mutualista. A revista dividiu-se entre a “matéria de capa” – na qual algumas opiniões de cunho sociopolítico eram defendidas; a “parte noticiosa” – em que se publicava o expediente prático da docência pública pernambucana; a “parte pedagógica” – na qual eram publicados excertos de conteúdo

das matérias professadas na instrução primária (inclusive sobre higiene); a “parte escolar” – em que se publicavam roteiros metodológicos de ensino (com os horários das aulas, seus conteúdos, o tempo destinado a cada atividade em sala etc.); e, por fim, a “parte literária” – na qual eram publicados excertos de frases cujo principal tema era a da educação das mulheres.

A abertura de instituições de instrução profissional foi uma das principais atuações das associações que elegemos para análise. No tocante aos estudos da história social da educação do século XIX, evidenciamos o período de emergência dessas instituições e do próprio dispositivo escolar (VARELA & ALVAREZ-ÚRIA, 1991; FOUCAULT, 2014b). Segundo Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, a investigação sobre a imprensa periódica é importante instrumento para a análise das modalidades de educação informal. Ela dedicou-se inicialmente aos traços gerais da imprensa latino-americana e depois estudou especificamente o jornal “O Carapuceiro”, que teve grande destaque no cenário nacional como órgão educativo, durante a primeira metade do século XIX. Segundo a autora, a análise das instituições formais de educação é imprescindível para a investigação da maneira como ocorre a transmissão cultural de uma geração a outra. Agências diversificadas e informais também participaram do complexo modo como as culturas foram (e são) produzidas, mantidas e transformadas (PALLARES-BURKE, 1998, p. 144).

Segundo Zanlorenzi, os periódicos educacionais, entre finais do Império e início da República, mantidos pelo Estado ou pela iniciativa particular – associação e grêmio de trabalhadores (e) docentes – foram efêmeros, principalmente pelo descaso com o ensino e a formação docente. Para a autora, as pesquisas clássicas sobre os periódicos educacionais procuraram compreender as motivações dos editores das revistas e em que medida constituíram um grupo, por reunirem projetos e discursos que se tangenciavam. As pesquisas defenderam também os anos finais do Império como o início da construção de um discurso educacional especializado. Os estudos concentrados em São Paulo e Paraná evidenciaram fluxos de influência dos temas publicados em periódicos educacionais em ambos os estados, durante a Primeira República (ZANLORENZI, 2018), e defenderam o período da Primeira República como o ponto de partida para publicações de periódicos educacionais com explícitos posicionamentos político-sociais.

Desde finais do Império, a revista do grêmio figurou entre periódicos cuja atuação visou ao “aperfeiçoamento do professorado”, mas também pontuou posicionamentos político-sociais dos membros da associação.

Com relação à estruturação social do grêmio, três temáticas foram recorrentes em sua revista, entre os anos de 1883 e 1884: a questão do fechamento das escolas noturnas; a questão da gratificação dos(as) docentes; e a questão dos postos de trabalho e habilitação docente (SANTOS; LIMA; SILVA, 2017). Todos os três temas possuem um valor interpretativo acerca da emersão da “maquinaria escolar” durante o “longo século XIX”, da própria experiência dos(as) trabalhadores(as) docentes e, principalmente, de suas estratégias associativistas.

Os editores da revista do grêmio lançaram artigos contrários à supressão das escolas noturnas. Sabemos que estas destinaram-se ao ensino elementar de adultos, filhos de artistas e aprendizes. Segundo o inspetor geral Uchôa Cavalcanti, a primeira escola noturna em Pernambuco, aberta em meados de 1866, era “como alavanca poderosa do melhoramento das classes inferiores, foco de luz aceso em benefício do povo deserdado de instrução pela necessidade do serviço noturno” (CAVALCANTI, 1879, p. 53).

Estampada na matéria de capa da revista, a denúncia argumentava que a posição da inspetoria geral da instrução de fechar as escolas, por conta de frequência igual ou inferior a 12 alunos, não poderia ser aplicada no fechamento das escolas noturnas, visto que todas as onze (11) escolas noturnas suprimidas pelos poderes públicos funcionavam com uma frequência de alunos superior à exigida por lei (PERNAMBUCO, 25 de março de 1883, p. 1). Outro contra-argumento tinha a ver com o custo de manutenção daquelas escolas pelos poderes públicos, visto que nenhum docente recebia gratificações pela atuação em escolas noturnas (PERNAMBUCO, 25 de março de 1883, p. 2).

Segundo a revista do grêmio, a defesa da instrução pública primária se daria pela disputa dos métodos de ensino, a fim de “aperfeiçoar os docentes”, e pela manutenção do quantitativo de escolas em funcionamento. Vingou a defesa da revista, e a Lei n. 1742, de 17 de maio de 1883, restabeleceu as seis escolas noturnas que haviam sido suprimidas pelo executivo provincial. Todas as escolas noturnas

restabelecidas foram mantidas pelos professores consócios do Grêmio dos Professores Primários e da Sociedade Propagadora da Instrução Pública (RELATÓRIO, 1884, p. 2).

Os consócios do grêmio e da SPIP denunciaram a supressão das escolas noturnas para benefícios de si e dos seus; assim, a atuação docente passou a contar como tempo de serviço para a aposentadoria dos professores.

Naquele mesmo ano, foi publicada na revista uma defesa do Ensino Normal na província, sob o título: “Para onde caminha a instrução pública desta província?”. Nessa publicação, os redatores envolveram-se numa querela comum na segunda metade do século XIX: a formação docente pela prática *versus* a formação por meio das escolas normais (GONDRA & SCHUELER, 2008).

Os redatores da revista defenderam o ensino normal como o único meio pelo qual se podia “garantir um magistério convenientemente habilitado”. Aqueles docentes acusaram os(as) demais professores(as), cuja formação não se deu pelo ensino normal, de “falta de instrução, de vocação, de entusiasmo pelo ensino, sem direcionamento moral para a prática docente e com nenhuma consciência de seus direitos e deveres” (PERNAMBUCO, n. 9, 1883, pp. 1-2).

Discordamos da análise de António Nóvoa (1991), que defendeu o associativismo como fenômeno capaz de conferir identidade aos docentes. Acreditamos que a publicação na revista do grêmio teve por objetivo a defesa do ensino normal promovida pelos próprios consócios da associação, os quais eram docentes tanto da Escola Normal Oficial, quanto da Escola Normal para Senhoras, a cargo da “propagadora”. Como formadores de docentes, defenderam sua posição aristocrática em relação aos demais docentes atuantes na província.

As duas publicações mencionadas, de defesa das escolas noturnas e de defesa do ensino normal, pugnaram por essas questões, ao mesmo tempo em que definiram a posição “superior” daqueles docentes. Aqueles indivíduos, conectados por suas associações e que conectavam as associações, fizeram emergir uma “ordem de conhecimento” acerca dos demais docentes atuantes na província de Pernambuco.

Segundo as indicações de Peter Burke (2018), é possível destacar dois conceitos de análise para uma historiografia do conhecimento, a saber: o da “ordem de conhecimento” e o da “cultura de conhecimento”. O primeiro conceito estaria relacionado aos sistemas e/ou às redes conectando diferentes conhecimentos, indivíduos, grupos e instituições; o segundo, ao fato de como o conhecimento adquirido por indivíduos é moldado pela cultura na qual crescem. Seguindo essa inspiração, consideramos que a “aristocracia docente” se insere nas relações de saber-poder da “ordem de conhecimento”.

A hierarquia promovida pela “aristocracia docente” e por ela mantida estabeleceu uma determinada ordem dominante de conhecimento. Demonstramos que determinado grupo de professores atuantes no Recife, por meio de práticas específicas, constituiu-se em camada superior das docências pública e particular do Recife. Eles estabeleceram uma clivagem: atuaram na localidade mais prestigiada da docência pública e abriram cursos de instrução por meio de uma associação. Receberam, por meio dessa associação, subvenção pública para atuarem e foram responsáveis por publicar duas revistas sobre instrução (a Revista da Instrução Pública, a cargo da SPIP, e a Revista do Grêmio dos Professores Primários, a cargo do GPP). Promoveram e pugnaram a manutenção das hierarquias que ajudaram a fabricar e legitimar dessa ordem dominante de conhecimento, em relação aos(as) “outros(as)” docentes atuantes na instrução do Recife, da mesma forma que as “aristocracias do trabalho” da SAML e da AECF.

4.3 A INVENÇÃO ESCOLANOVISTA

Os historiadores da educação interessados nos processos de educação escolar experienciados durante a Primeira República preocuparam-se em “reconstruir o processo tenso de disputas, internas e externas, decorrentes da crescente especialização e legitimação do campo educacional” (SCHUELER & MAGALDI, 2008. p. 34).

Segundo Schueler e Magaldi, a Primeira República foi responsável por uma “invenção republicana” por meio da qual se tentou esquecer a experiência vivenciada durante o Império – a emergência da Escola Normal como mecanismo formativo, o processo de “feminilização” do magistério, os “palácios escolares” e a constituição de

novos espaços escolares como base para os “grupos escolares” da Primeira República e a própria questão dos debates higienistas nas escolas, por exemplo. Atenemos para essa invenção discursiva do período, espalhada nos discursos políticos dos poderes públicos e nos debates dos “inovadores” escolanovistas.

Antes da República, o Império também se utilizou da estratégia de invenção. Segundo Angela Alonso, “a tradição brasileira já nasceu de uma reforma, como tentativa de diferenciação em relação à metrópole” (ALONSO, 2009, p. 92). Três núcleos significativos emergiram na invenção da tradição imperial: o liberalismo estamental, o catolicismo hierárquico e o indianismo romântico. Porém, segundo a autora, a partir de 1870, grupos marginalizados expressaram suas insatisfações por meio da crítica àqueles três núcleos significativos. Os brasileiros apoiaram-se em textos de “políticos científicos” cujas ideias transitaram por reformas sociais pautadas no evolucionismo histórico, no qual organizaram a sociedade a partir da secularização, da escala de desenvolvimento econômico e da delegação do poder político a uma elite ilustrada orientada pela ciência (ALONSO, 2009, p. 97).

A “invenção”, fenômeno construído por instituições sociais e/ou políticas, é analisada por diversos historiadores com vertentes teóricas e empíricas distintas. Eric Hobsbawm e Terence Ranger, por exemplo, propuseram a “invenção das tradições”. Para eles, as “tradições inventadas” incluem tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, “quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado de tempo e se estabeleceram com enorme rapidez” (HOBBSAWM & RANGER, 2008, p. 9). Aquelas tradições são inventadas por meio do processo de formalização e ritualização, referindo-se ao passado através de impostas repetições. São reações a situações novas “que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória” (HOBBSAWM & RANGER, 2008, p. 10).

Para Hobsbawm, o período compreendido entre 1870 e 1914 caracterizou-se pela produção em massa de tradições na Europa. Segundo ele, as tradições inventadas realizaram-se tanto oficialmente (tradições “políticas”, por terem surgido em estados, ou movimentos sociais e políticos organizados), quanto não oficialmente

(tradições “sociais”, geradas por grupos sociais sem organização formal, com ou sem função política, como clubes e grêmios) (HOBSEBAWM, 2008, pp. 312-316).

No Brasil, o período compreendido entre os anos de 1870 e 1914 marcou-se por reformas importantes para a monarquia imperial, além do próprio golpe republicano que derrubou aquele regime. Dentre esses acontecimentos, destacamos: a liberdade do “ventre” e do “ensino”; a construção de relações verticais ascendentes entre associações de trabalhadores e docentes, por meio da abertura de propostas educacionais; a consequente emergência de uma aristocracia operária e uma aristocracia docente em Pernambuco; e, importantes para a análise neste subitem, as constantes reformas educacionais como dispositivos para o “governo das multidões”.

O Manifesto da Educação Nova inventou-se (intencionalmente) quando construiu um passado “velho” a ser “superado”, “desligando-se” do próprio processo de construção das práticas que gestaram suas concepções escolanovistas – práticas experienciadas durante os anos de 1870 e 1915. Valendo-se do manifesto, os idealizadores inventaram sinais que continham “toda uma carga simbólica e emocional” (HOBSEBAWM & RANGER, 2008, p. 19) para se estabelecerem ou se legitimarem como instituição, lugar de *status* ou relação de autoridade quanto ao passado (HOBSEBAWM & RANGER, 2008, p. 17).

Durval Muniz de Albuquerque Jr. considerou-se partícipe de estudos historiográficos preocupados com a questão da “invenção”. Em sua tese, analisou a emergência do Nordeste por meio de processos discursivos produzidos por relações de poder e saber que inventaram o Nordeste e os nordestinos. Para além da crítica à vitimização do Nordeste e dos nordestinos, bem como de suas estereotipizações, o texto explorou aqueles como partícipes do seu processo de construção sociocultural, ou seja, como se “nordestinizam”, ao mesmo tempo em que foram (e são) “nordestinizados”; assim, os “inventados” se inventam (ALBUQUERQUE JR., 2011).

Essa “invenção” ocorre no próprio fazer historiográfico, na maneira como historiadores inventam seus objetos e temas de pesquisa. A “evidência” pela qual se produz a historiografia não é um dado “puro” que “fala” ao(à) historiador(a), ela própria é “produto de uma certa vidência, é construção de uma forma de ver, de uma

visibilidade e de uma dizibilidade social e historicamente localizada” (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 25).

A historiografia da educação “inventou” os escolanovistas como “renovadores/inovadores”, porque assim se inventaram os próprios “escolanovistas”, cujo discurso democrático e de liberdade dissimulou práticas eugênicas e racistas. Analisaremos, adiante, tal “invenção escolanovista”.

Preocupado em compreender a “penetração do escolanovismo no Brasil”, Jorge Nagle (2009) procurou dividi-lo em duas fases. A primeira fase ocorreu entre fins do período imperial até o final da segunda década do século XX, e a segunda fase seria a da difusão e das realizações do ideário da Escola Nova. Nagle fez a leitura das reformas efetuadas no período imperial (da Reforma Leôncio de Carvalho, mais especificamente), entendendo-as como “verdadeiras” “preparadoras de terreno” para o escolanovismo.

A “preparação de terreno”, cronologicamente compreendido entre o ocaso do Império e as duas primeiras décadas da Primeira República, foi o momento ao qual dedicamos as análises da nossa tese. Para Nagle, “a verdade é que não havia condições sociais e pedagógicas que estimulassem o desenvolvimento da nova forma de entender a escolarização” (2009, p. 262). Ousamos discordar dessa perspectiva e explicamos, a seguir, nossas razões.

Em texto tardio (em relação ao “manifesto”), intitulado “A cultura brasileira”, Fernando de Azevedo postulou suas oposições entre o “novo” e o “velho” pensamento e/ou a doutrina pedagógica. Quando analisou o livro de Fernando de Azevedo, Marta M. Chagas de Carvalho apontou outras narrativas deixadas em aberto pela “versão” azevediana acerca dos embates em que os escolanovistas se envolveram. Segundo a autora, as acepções de “novo” azevedianas culminaram no objetivo de minar o papel dos sistemas educativos estaduais, através da construção de uma política nacional de educação. O terreno entre os anos 1920 e 1930 foi de intenso debate pedagógico entre acepções católicas, integralistas e liberais. O texto da autora centrou-se no debate sobre esse terreno de disputas quanto aos projetos pedagógicos nacionais. A disputa foi pela consolidação de uma hegemonia cultural (CARVALHO, 1989).

Nosso interesse não está centrado no terreno da disputa no qual os “reformadores” batalharam pela hegemonia pedagógico-cultural, mas nas maneiras como um outro discurso de “novo” (ou “inovação”) foi fabricado. O “manifesto” ou os textos tardios dos “reformadores”, à medida que representavam as propostas pedagógicas católicas e integralistas como “velhas”, acabaram por excluir uma diversidade de reformas educacionais anteriores àquelas por eles promulgadas, reformas educacionais urdidas ao longo do Império, que foram substratos para as reformas dos anos 1900.

Ao longo do primeiro capítulo, demonstramos as constantes reformas ocorridas no Império a fim de reformular a instrução pública. Apresentamos discursos contidos nos relatórios escritos por João Barbalho Uchôa Cavalcanti analisando a instrução pública e apontando caminhos possíveis de mudança – inclusive sua ferrenha defesa do método intuitivo presente nas Lições de Coisas, presente em seu relatório de viagem, no ano de 1879²⁷. Para nós, não faz sentido que as experiências vivenciadas no período chamado de “preparação de terreno” sejam analisadas em razão do porvir e do escolanovismo. Pelo contrário, sem tais experiências do período Imperial, a reforma escolanovista é que seria vista como sem sentido e/ou insignificante aos olhos das autoridades públicas.

Nagle tratou como inovadora, e de importância “nuclear”, a questão da formação cívica e moral promovida pela Primeira República. Discutimos, todavia, como o Império procurou “direcionar”, por meio da instrução, uma formação cívica e moral aos “três mundos” imperiais (MATTOS, 2004). A República se direcionou à moral e cívica não por um pensamento inovador, mas por acreditar na necessidade de manter os valores hierárquicos imperiais na formação de cidadãos republicanos,

²⁷Uchôa Cavalcanti escreveu “Lições de Coisas: guia prático para uso dos professores e aspirantes ao magistério”, livro voltado para o sistema intuitivo, publicado em 1881. Também escreveu “Coeducação dos sexos nas escolas primárias, nos estabelecimentos de educação secundária e nas escolas normais”, de 1884, incorporado ao “Atas e pareceres do Congresso da Instrução do Rio de Janeiro”, que também contou com o “Meios de desenvolver a instrução primária nos municípios rurais”. Ainda teria sido redator do jornal “A Tribuna”, pugnando pela abolição da escravidão (BLAKE, 1895, pp. 355-356). Segundo Gondra e Schueler (2008), o relatório do inspetor dividiu-se em quatro partes; na primeira, sobre a organização pedagógica, elegeu aspectos como: escolas infantis, primárias, asilos, cursos noturnos, escolas dominicais, bibliotecas, museus, caixa econômica escolar, conferências pedagógicas e planos de ensino; na segunda parte, o inspetor elencou os métodos de ensino como tema; na terceira, por sua vez, dedicou-se à comparação relativa ao ensino normal primário e, por fim, na quarta, fez breve análise dos dados estatísticos dos lugares visitados.

da mesma forma que o estado imperial primou por intencionar a criação de um estado nacional.

A importância de determinadas disciplinas, como os trabalhos manuais e o desenho, defendidas pela Escola Nova e por seus “reformadores” não ocorreu por “acaso” ou “inovação”, mas por compreenderem sua validade no papel “profissionalizante” “para as classes populares”, como ocorreu ao longo de quase todo o Império (SCHUELER, 2012). No capítulo no qual dedicamos atenção às escolas abertas por associações de trabalhadores, evidenciamos suas propostas de instrução e como o próprio inspetor geral da instrução pública, João José Pinto Júnior, defendia aquele “gênero” de instrução.

O Império vivenciou experiências de ensino de ofícios voltadas aos trabalhos manuais e ao desenho, as quais eram conhecidas pelos “reformadores” e valorizadas por eles. No subtópico no qual analisamos as fotografias do Liceu de Artes e Ofícios, deparamo-nos com mobília escolar variando entre o “Ensino Mútuo” e as “Lições de Coisas”, alunos e alunas aprendendo desenho, música, marcenaria, artes gráficas etc., por meio da experiência prática daqueles conteúdos e saberes. A aprendizagem pela “experiência” defendida pela “Escola Nova” foi prática comum no ensino de ofícios durante o “longo século XIX”.

No subitem anterior, no qual nos dedicamos à análise de exemplares da Revista do Grêmio dos Professores Primários de Pernambuco, apresentamos algumas matérias especificamente interessadas em propagar alterações fundamentais nos “processos” de ensinar-aprender. Nagle enxergou tais publicações apenas durante as reformas dos escolanovistas e as considerou como normais, por “proporcionar os recursos para a elaboração mais adequada do currículo” (NAGLE, 2009, p. 268). Novamente, as experiências dos anos finais do Império já apontavam para tais práticas.

Numa publicação da Revista do Grêmio dos Professores Primários, intitulada “A hidra inimiga de qualquer progresso”, assinada por Augusto Wanderley, houve a defesa da escola como meio de transformar a “índole” do povo, no entanto, “entre este povo que se diz livre, existe ainda uma grande porção de infelizes, que, nascidos no mesmo solo e sob o mesmo céu, suportam ainda o ferrenho e tirano jugo da

escravidão!” (PERNAMBUCO, n. 2, 1883, p. 4). A escravidão, segundo Augusto Wanderley, era uma “hidra inimiga de qualquer progresso”, e a liberdade, um “anjo que a todos fascina”. Porém, apesar do posicionamento abolicionista, o texto era carregado das teses higienistas, do darwinismo social e dos eugenismos emergidos por volta da década de 1870. Evidenciamos que as teses das faculdades de medicina, durante o período imperial, propunham “educar” e “civilizar” como sinônimos. Gondra (2004) demonstrou que o uso de um léxico disfórico – como “curandeirismo”, “feitiçaria”, “curiosos” – aparece nesses textos como dispositivo de exclusão de saberes anônimos e populares, vigentes principalmente na população pobre, constituídos na mesma exclusão como saberes não autorizados e sem competência científica. Complementarmente, o saber médico se autoconstituía como autoridade, por meio da aplicação do par saúde/doença, considerando outras práticas curativas como alienação. Assim, o discurso médico interveio socialmente, prescrevendo medidas educacionais que pretendiam conformar o social para fins determinados, como o de higienizar as práticas escolares (GONDRA, 2004, pp. 12-13). Antes dele, Jurandir Freire Costa, em 1979, já havia demonstrado como, desde a primeira metade do século XIX, os discursos médicos, aliados à intencionalidade política de controle da população, foram regravando determinadas práticas privadas, familiares (COSTA, 1979). Segundo Lilia Schwarcz (1993), nas faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, já nos anos 1920, a eugenia foi jargão comum.

Dávila analisou as formas como os conceitos de classe, gênero, sexualidade, nação e raça influenciaram e reforçaram uns aos outros. Para o autor, a metanarrativa de raça, na educação pública, influenciou naturalmente outras metanarrativas, como as de gênero, sexualidade, classe social e nacionalidade, da mesma forma que foi influenciada por elas. Os “reformadores” impregnaram as práticas que criaram das suposições que possuíam sobre raça. Em consequência, segundo o autor, as políticas públicas por eles defendidas e acionadas tendiam a operar para “a desvantagem do crescente número de brasileiros de cor que entraram em contato com elas” (DÁVILA, 2006, p. 39).

As reformas educacionais começaram a se firmar na segunda década do século XX quando os nacionalistas começaram a adotar ideias eugênicas sobre degeneração e a contemplar as possibilidades de regenerar a vasta subclasse racial e social. Na década de 1920, esse movimento ganhou coesão e visibilidade nacional. Os reformadores educacionais começaram a trabalhar

com um sentido comum de propósito permeando as várias disciplinas e regiões do Brasil, embora suas energias estivessem concentradas nos sistemas escolares das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, que poderiam servir de “vitrine” para seus projetos (DÁVILA, 2006, p. 33).

Um discurso eugenista (DÁVILA, 2006; SCHWARCZ, 1993) emergiu da mudança da disposição dos conhecimentos higienistas, das “artes de civilizar” (GONDRA, 2004), durante o “longo século XIX”. Discordamos da ideia de que a psicoterapia teria simplesmente substituído o discurso higiênico (VIDAL, 2011). Houve, decerto, o deslocamento de um discurso de interdição e punição: passou-se de um discurso disciplinador, para um dispositivo de poder-saber normativo (FOUCAULT, 2010). Nesse caso, o “diploma de brancura” foi ferramenta operada pelos “reformadores da Escola Nova”, foi um “biopoder” visando a estabelecer uma *homeostase* social, ou seja, estabelecer uma regulamentação aos processos biológicos do “homem-espécie”, que não utilizava necessariamente argumentos raciais, mas excluía e impedia – normatizava – em termos raciais. Marcelo Paixão e Flávio Gomes analisaram as ações da elite eurodescendente no Brasil, voltadas para políticas de imigração, com a intenção de “embranquecer” a população, nos primeiros anos de pós-emancipação. Segundo os autores, o país sofreu dos males decorrentes de uma “suposta tara étnica inicial”, responsável por uma virtual incapacidade ao desenvolvimento econômico e social (PAIXÃO & GOMES, 2008) – e os “escolanovistas” foram partícipes desse processo.

Ao analisar os conteúdos curriculares ministrados no curso normal e nas escolas públicas primárias de Pernambuco, Lídia Cunha (2005) destacou que, nas disciplinas de Ciências naturais, Higiene, Pedologia, Pedagogia, Psicologia do 5º ano da escola primária pública, o conteúdo eugênico fazia uso de termos como: instinto, anomalias morais ou moralmente anormais, viciados, miséria moral, desregramentos, medo, superstição, alcoolismo e diferentes tipos mentais. A “Escola Nova” apenas “deslocou” o dispositivo disciplinar para o do “biopoder”, mas não inventou nada.

Segundo Adlene Arantes, o discurso eugenista foi comum entre os diretores da instrução durante a Primeira República. Reformas educacionais idealizadas por Ulysses Pernambucano, Carneiro Leão (em 1929) e Aníbal Bruno (já durante o Estado Novo) objetivaram resolver o “problema racial brasileiro”. O dispositivo de poder-saber mobilizado por aqueles reformadores apoiou-se em classificações antropométricas

(cor da pele, tonalidade dos olhos, características do cabelo, formato do crânio, tamanho médio das crianças etc.), como também em conhecimentos da psicologia e da sociologia. A escolarização primária seria o meio pelo qual haveria a aquisição de costumes da sociedade, hábitos de polidez e de solidariedade, para a formação do “caráter” das crianças (ARANTES, 2014).

Em Natal, no Rio Grande do Norte, discursos higienistas voltados a “forjar” o “novo homem” republicano veicularam-se através da criação da Inspetoria de Higiene Pública, em 1892. Yuma Ferreira analisou o processo de conformação do saber médico-higienista como um saber capaz de educar as crianças, na cidade de Natal no Rio Grande do Norte, entre os anos de 1892 e 1922. A autora defendeu a Inspetoria de Higiene Pública enquanto marco inicial daquela conformação, visto que a instituição se constituiu como espaço normativo da prática médica – cujo objetivo foi a transformação civilizadora da sociedade através da prática escolar. Segundo Ferreira, aquela inspetoria foi responsável pela inspeção dos grupos escolares cujas experiências contribuíram para a escrita do livro “Inspeção Médico-Escolar”, de Alfredo Lyra. A obra teve por objetivo apontar os meios de diagnosticar os aptos e os inaptos à “transformação civilizadora” via educação escolar (FERREIRA, 2019).

Em Alagoas, Arthur Ramos experienciou práticas higienistas quando esteve à frente da Inspetoria de Instrução em Maceió. Fernanda Santos, analisando os discursos higienistas e eugenistas de Arthur Ramos, demonstrou sua influência na construção do currículo escolanovista, por sua proximidade com a “Higiene Mental” e com Anísio Teixeira, quando aquele atuou no “Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental” (SANTOS, 2018).

Os teóricos da pedagogia como ciência, maravilhados pela sociologia e pela psicologia emergentes, repudiaram a pedagogia animada pela filosofia, a qual, ao abandonar a base filosófica, pautou-se no discurso médico, biopsicológico, sociológico e estatístico, como destacou Carlos Monarcha. O autor analisou as bases científicas e políticas do movimento escolanovista que, segundo ele, foram responsáveis por validar os saberes sociológico, psicológico e estatístico no pensamento educacional no Brasil. Mesmo reconhecendo certa “dívida” que a Escola Nova teria com relação à geração de 1870, destacou figuras como Anísio Teixeira e

Lourenço Filho como vetores de irradiação daquelas ideias – como possibilidades concretizadas “*pela política e na política*” (MONARCHA, 2009, p. 302).

Aqueles teóricos e políticos atuantes nas inspetorias (ou diretorias) da instrução abandonaram a base filosófica da pedagogia, apoiando-se “*na política e pela política*” do discurso eugenista normatizado e excludente do darwinismo social.

Outro elemento elencado por nós foi o da “administração escolar”. O texto de Penteado & Bezerra Neto (2010), intitulado “As Reformas Educacionais na Primeira República (1889-1930)”, preocupado em analisar as reformas ocorridas no estado de São Paulo, principalmente em função da nova estrutura da direção das escolas, persistiu no discurso de obscurantismo do período imperial. Não fez emergir as experiências de reformas da instrução durante o Império, inclusive, aquelas tocantes à “administração escolar” (tema que procurou analisar). Evidenciou a figura do diretor, o qual, segundo os discursos da época, deveria ser o elemento “capaz de garantir a transformação da antiga escola de primeiras letras em uma escola primária moderna, responsável pelo ensino renovado, e zelar pela vigência da reforma republicana” (PENTEADO & BEZERRA NETO, 2010, p. 86). As instituições de ensino secundário imperiais (inclusive as escolas de instrução profissional a cargo de associações mutualistas) contavam com a figura do diretor, a fim de organizar, coordenar e fiscalizar o ensino.

Outra providência evidenciada pelos autores como “inovadora” no estado de São Paulo, efetuada por Sampaio Dória, foi o recenseamento escolar. No entanto, apesar da difícil confiabilidade dos dados obtidos pelos primeiros recenseamentos, as “estatísticas escolares” já existiam no período imperial. Desde o Império, como apresentamos em capítulos anteriores, “o censo serviria de base para que se executasse a obrigatoriedade escolar e para que se zelasse pela frequência das crianças às aulas, o que garantiria o sucesso da reforma” (PENTEADO & BEZERRA NETO, 2010, p. 98). Ou seja, o fenômeno do recenseamento não foi uma “inovação” exclusiva da Primeira República no Brasil, foi um dispositivo comum ao “governo das multidões” das nações, desde a modernidade (FOUCAULT, 2010; GONDRA, 2018).

Entre os casos de reformadores educacionais durante a Primeira República, temos o de Antônio de Arruda Carneiro Leão. Apesar de ter sido um dos

“reformadores”, não assinou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, contrariando o pedido de Fernando de Azevedo. Carneiro Leão foi nomeado em 1922 por Alaor Prata Leme como diretor geral da instrução pública da capital federal (então, no Rio de Janeiro). Ao analisar a reforma de Carneiro Leão (diretor geral da instrução pública da capital federal) em 1922, André Luiz Paulilo observou que os principais argumentos do “reformador” foram: a acentuada importância da educação cívica, da história e da geografia nacionais, do ensino e prática da higiene e da cultura física. Carneiro Leão efetivou a aproximação entre a escola e os meios familiar e social, a defesa da saúde na escola, bem como de certa orientação profissional pela escola, através da prática de desenho e de trabalhos manuais (PAULILO, 2011).

No regimento das escolas públicas de Pernambuco escrito por João Barbalho Uchôa Cavalcanti em 1885, já havia uma seção intitulada “Da Escola com Relação à Família”, com catorze artigos (do 88º ao 102º) destacando a “obrigatoriedade escolar”, a prova para a dispensa da frequência escolar, a “fiscalização” do ensino domiciliar, a multa no caso de ausência não justificada do(a) aluno(a), a possibilidade de “os pais” assistirem aos exercícios escolares da aula em que estiverem seus (suas) filhos(as), tutelados(as) e protegidos(as), ou, por fim, proibindo que as famílias interfiram no programa das disciplinas escolhidas pelo(a) docente (PERNAMBUCO, 1885, pp. 43-45).

Ao escrever a Reforma Educacional em Pernambuco, instituída pela Lei n. 1.239, de 21 de dezembro de 1928, pelo governador Estácio Coimbra, Carneiro Leão continuou valorizando o ensino profissional, sob o discurso liberal de mobilidade social via escola.

Maria Cristina de Albuquerque Araújo analisou a Reforma de Carneiro Leão em Pernambuco, nos idos de 1928, cerca de seis anos depois de sua passagem como diretor da instrução do distrito federal. Segundo Araújo, no texto de 1928, Carneiro Leão utilizou-se de um discurso caro ao “escolanovismo”: do princípio de igualdade e oportunidade para todos, além do ensino profissional. Para a autora, Carneiro Leão apontou para o ideal de mobilidade social através da escola e elegeu o princípio de igualdade e oportunidade para todos como lema (ARAÚJO, 2011, p. 232).

Segundo Carneiro Leão, sua reforma organizou a educação pública em: a) educação pré-escolar, ministrada nos jardins da infância; b) educação primária, ministrada nos grupos escolares e nas escolas isoladas; c) educação normal, ministrada nas escolas normais; d) educação técnico-profissional, ministrada nas escolas e institutos técnico-profissionais; e) educação doméstica, ministrada nas escolas, em cursos e classes domésticas; f) educação de “débeis orgânicos”, ministrada nas escolas ao ar livre e nas colônias de férias; g) educação especial, ministrada a “supernormais” e a “débeis mentais”, em classes anexas às escolas de aplicação e aos grupos escolares; h) educação secundária, ministrada nas escolas secundárias; i) educação superior, nas escolas superiores (LEÃO, 1929, p. 8).

A reforma de 1928 estava em conformidade com os deslocamentos de uma pedagogia filosófica para uma pedagogia com base na sociologia e na psicologia. Boa parte de sua defesa do ensino profissional se relacionou às experiências com aquele “gênero” de ensino ministrado em Pernambuco, no século anterior, no Liceu de Artes e Ofícios e exaltado por Uchôa Cavalcanti, no cargo de ministro da instrução, durante os primeiros anos da Primeira República.

Seguindo o exemplo de antiga organização das escolas de instrução pública em Pernambuco, Carneiro Leão permaneceu com a divisão e a hierarquização das escolas por entrâncias. Como vimos, a Lei de Entrâncias, para além de um dispositivo de organização da instrução pública em Pernambuco, hierarquizou (seja por tempo de serviço e/ou habilitação docente) o exercício do magistério público primário, desde sua criação em 1873 até meados das décadas de 1930, quando houve a reforma de Carneiro Leão (LIMA *et ali*, 2017).

O “encantamento” dos teóricos da pedagogia nova com a sociologia e a psicologia não pode ser associado unicamente aos reformadores da Escola Nova. Já mencionamos acima o fato de o inspetor geral da instrução pública, Arthur Orlando da Silva, em 1891, ter qualificado a questão da instrução como uma questão de “sociologia prática” (RELATÓRIO, 1891). No Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, relacionou-se o trabalho do educador ao do sociólogo: “o educador, como o sociólogo, tem necessidade de uma cultura múltipla e bem diversa”, para dominar as grandes leis da “evolução social” (MANIFESTO, 1932). A sociologia inspiradora do inspetor geral da instrução pernambucano em 1891 e dos escolanovistas foi uma

sociologia evolucionista, crente no progresso das civilizações, mas hierarquizadora e definidora de quais civilizações comandariam/dominariam outras.

Provavelmente, baseados no discurso de distinção e elevação da República em relação ao Império, os reformadores educacionais daquele período não realizaram a exegese das legislações educacionais aprovadas e reformadas durante o período imperial. Relatórios da Inspeção Geral da Instrução Pública não foram mais escritos como os de João Barbalho Uchôa Cavalcanti, e os documentos das reformas não se propuseram descrever os processos legislativos que procuraram modificar (“melhorar”). Cabem aqui duas possibilidades: a primeira se relaciona ao aspecto da “invenção” da República; a segunda diz respeito às características particulares dos inspetores da instrução e às suas maneiras de escrever seus relatórios.

A escola nova não “atualizou” os princípios e as práticas educativas do fim do século XIX, pois foi “ponto de chegada” de determinadas experiências do “fazer-se” da defesa escolanovista.

As relações entre saberes e experiências práticas na organização do ensino, na formação de docentes, na introdução de escolas mistas ainda no XIX (alterando em certa medida as “culturas escolares”), nos laboratórios e museus escolares defendidos por alguns “inspetores de ensino”, professores e revistas pedagógicas construíram engrenagens para a fabricação do dispositivo escolar intitulado “escola nova”. Esse conjunto de experiências foi responsável por corporificar as proposições e atuações dos escolanovistas.

Diversos “pioneiros” da “escola nova” experimentaram ideias a partir de um conjunto de experiências disponíveis anteriormente, corporificando e lapidando suas ferramentas para a construção final do dispositivo escolanovista. O próprio manifesto demarcou-se como um “ponto de chegada”:

Já tínhamos chegado então, na campanha escolar, ao ponto decisivo e climatérico, ou, se o quizerdes, à linha da divisão das águas. Mas, a educação que, no final de contas, se resume logicamente numa reforma social, não pode, ao menos em grande proporção, realizar-se senão pela ação extensa e intensiva da escola sobre o indivíduo e deste sobre si mesmo nem produzir-se, do ponto de vista das influencias exteriores, senão por uma evolução contínua, favorecida e estimulada por todas as forças organizadas de cultura e de educação (MANIFESTO, 1932; *Apud* MIGUEL, VIDAL, ARAÚJO, 2011, p. 470).

Entre os aspectos defendidos pelos “pioneiros” sobre as relações entre educação e Estado, havia: a questão da educação como função pública; uma educação “comum, igual para todos” (MANIFESTO, 1932; *Apud* MIGUEL, VIDAL, ARAÚJO, 2011, p. 475); a obrigatoriedade escolar e a coeducação. Quando evidenciamos as experiências das reformas na instrução promovidas pelos poderes públicos pernambucanos, em especial a partir da década de 1870, discutimos a questão da “liberdade de ensino”, bem como a defesa das escolas mistas feita por João Barbalho (coeducação).

As experiências da instrução pública e das reformas educacionais durante o século XIX tornam-se marcantes quando percebemos, no corpo do manifesto, a “denúncia” dos processos de hierarquização na docência:

A tradição das hierarquias docentes, baseadas na diferenciação dos graus de ensino, e que a linguagem fixou em denominações diferentes (mestre, professor e catedrático), é inteiramente contrária ao princípio da unidade da função educacional, que, aplicado às funções docentes, importa na incorporação dos estudos do magistério às universidades, e, portanto, na libertação espiritual e econômica do professor, mediante uma formação e remuneração equivalentes que lhe permitam manter, com eficiência no trabalho, a dignidade e o prestígio indispensáveis aos educadores (MANIFESTO, 1932; *Apud* MIGUEL, VIDAL, ARAÚJO, 2011, p. 489).

Apresentamos, nos capítulos precedentes, a atuação estratégica que levou parte do professorado a ocupar a camada superior da docência pública primária, seja pelos direitos adquiridos pelos provimentos na terceira entrância, seja principalmente pelo fato de associarem-se a duas associações. Aqueles docentes compuseram a “aristocracia docente” de Pernambuco.

Acompanhando a trajetória das associações de docentes ao longo da Primeira República, pressupomos a diminuição de suas atividades e capacidade de atuação social à medida que seus consócios faleciam ou deixavam de atuar politicamente. Para nós, a “aristocracia docente” não foi evento isolado especial e temporalmente na história da educação brasileira, mas passível de “ocorrer” noutras(os) províncias/estados, em períodos posteriores ao analisado por este texto. O fato de o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova ter evidenciado uma “tradição de hierarquias docentes” aponta para duas questões.

Primeiro, o fato de a “tradição das hierarquias docentes” indicar outra ocorrência de uma “aristocracia docente”, no caso “denunciado” pelos “pioneiros”, docentes do ensino superior, cujas instituições foram destinadas à formação das elites, constituiu-se em uma camada superior entre docentes (eles mesmos, formadores de docentes). A defesa dos “pioneiros” foi a de que os professores dos ensinos primário e secundário “não fariam senão um só corpo com os do ensino superior, preparando a fusão sincera e cordial de todas as forças vivas do magistério” (MANIFESTO, 1932; *Apud* MIGUEL, VIDAL, ARAÚJO, 2011, p. 489). Docentes do ensino superior compõem a atual “aristocracia docente”? A resposta para essa questão renderia outras pesquisas, e não podemos chegar a ela neste momento – mas pressupomos que sim.

A segunda questão foi a de que a experiência vivenciada pelas estratégias de hierarquização da docência baseou-se na “denúncia” dos “pioneiros”. As experiências educacionais que atravessaram o “longo século XIX” condicionaram os apontamentos e posicionamentos feitos/assumidos pelos “pioneiros” em seu manifesto.

O discurso de “novo”, para condensar as experiências que tais “pioneiros” consideraram relevantes, fundiu-se perfeitamente bem ao próprio discurso do “Estado Novo”, discurso focado em representar a Primeira República como uma “República Velha”. Um “Estado Novo” precisou de uma “Escola Nova” como dispositivo de direção para a formação da (“nova”) nação – ao menos para legitimar o movimento.

Defendemos que a Escola Nova foi um “ponto de chegada” das experiências de instrução pública vivenciadas entre os anos finais do Império e as duas primeiras décadas da Primeira República, um “ponto de chegada” cristalizado em um manifesto assinado por diversas autoridades públicas em matéria de educação, intencionalmente escrito para fazer-se como um “ponto de partida” – um manifesto de “inovadores”. Ao “deslocarem” conhecimentos (e experiências) prévios (BURKE, 2012) e condensá-los em tal manifesto, seus idealizadores acabaram por “inventar”, ou, como nos ensinou De Certeau, “fabricar” um lugar institucional, um ponto de partida, uma inovação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste texto, defendemos algumas questões das experiências de trabalhadores de ofícios e docentes atuantes na sociedade pernambucana durante o “longo século XIX”. Ao longo dos quatro capítulos nos quais desenvolvemos nossa narrativa, comparamos as atuações em prol da instrução profissional (partindo da própria atuação na instrução pública) tanto dos poderes públicos pernambucanos quanto da sociedade, através de ações particulares.

No capítulo intitulado “O público, o particular e a instrução no Recife”, discutimos dois pontos principais acerca da atuação da “boa sociedade”, que compunham tanto o “mundo do governo” quanto suas concepções de “governo da instrução pública”. Nele a “liberdade de ensino” como mecanismo defendido pelo inspetor geral da instrução pública em 1871 e aprovado pela Assembleia Provincial em 1873, cuja intenção foi a de regulamentar a fiscalização das instituições de ensino instaladas por particulares, sem a necessidade de pedido prévio de licença de funcionamento – questão rigorosa desde meados da década de 1850 (SILVA, 2007).

Discutimos também a constante preocupação quanto ao ensino voltado para o trabalho (o termo “ensino profissional” só foi utilizado em documento oficial, em 1871), contudo os poderes públicos não mantiveram escolas voltadas ao ensino para o trabalho por muito tempo em funcionamento. Foram comuns, no Recife, abertura e fechamento de escolas voltadas para o trabalho – como, por exemplo, o Curso Comercial, entre 1857 e 1867; a Escola Industrial Frei Caneca e a Escola de Engenharia, durante os primeiros anos da Primeira República.

A questão não foi facilmente resolvida, mas, tendo sido aprovado o dispositivo da “liberdade de ensino” em 1873, tornou-se mais “fácil” a abertura de instituições voltadas à instrução no Recife. A “teia de Penélope” fiou-se e desfiou-se durante todo o “longo XIX” (MATTOS, 2004); se os poderes públicos enfrentaram dificuldades antes de 1871, a partir da aprovação da Lei do Ventre Livre, a apreensão quanto à instrução, ou seja, a direção (MATTOS, 2004) do “governo das multidões” (GONDRA, 2018) foi pauta política.

Na disputa sobre as finalidades da educação, o terreno para a atuação da iniciativa particular esteve fértil e foi estrategicamente semeado pelas associações de trabalhadores (e) docentes atuantes no Recife. A iniciativa particular, em meio ao imbricado léxico das gramáticas da liberdade, foi responsável por encabeçar ações voltadas à instrução e à formação profissional, em detrimento das ações públicas.

No capítulo intitulado “Os trabalhadores de ofícios, instrução profissional e associativismo”, dedicamo-nos à análise das práticas de três associações de trabalhadores: a dos trabalhadores no comércio, a de artistas mecânicos e liberais e a “propagadora”. A abertura de escolas, cursos e/ou qualquer proposta pedagógica enunciada pelas associações em seus estatutos foi argumento para a permissão estatal para iniciar as atividades associativas e, mais importante, para conseguir subvenção pública para tal fim.

As experiências associativas apontaram para outros aspectos na emergência das práticas de educabilidade. Não podemos considerá-las apenas como apêndice de um processo de burocratização e funcionarização da profissão docente, com suas mais variadas disputas, colocando em xeque o caminho evolutivo proposto por Nóvoa (funcionarização, escola normal, associações) (1991).

No Recife, as ações e experiências dos sujeitos nas engrenagens componentes da “maquinaria escolar” também se distinguiram das europeias (VAREJA & ALVARES-ÚRIA, 1991), pois incentivaram e subvencionaram outras formas de educação, principalmente estimuladas pela “liberdade de ensino”, no lugar de excluí-las.

Nossos objetivos específicos foram: identificar as instâncias que forneciam cursos de ensino profissional; mapear as propostas, os cursos, as escolas e o “público-alvo” dessas ações de ensino profissional; identificar e analisar as experiências vividas por determinados grupos de trabalhadores; comparar aquelas experiências e estratégias desenvolvidas pelos trabalhadores através de suas associações.

Como falamos anteriormente (no final do subitem 4.1), trabalhadores do comércio e trabalhadores artífices organizaram-se taticamente em associações mutualistas, a fim de pugnar por melhores condições de vida. Docentes foram taticamente se transferindo por entre as entrâncias da instrução pública, até alcançar o centro da cidade do Recife, componente da terceira entrância e local privilegiado de atuação docente. Professores(as) se organizaram em associações para, através de relações verticais ascendentes com a elite política local, defender sua “posição superior” em relação aos demais docentes atuantes na província.

Defendemos o associativismo como uma “experiência coletiva entre sujeitos em prol de si e dos seus, na qual a instrução emergiu como estratégia de atuação sociopolítica”. Provavelmente, sem ações voltadas à instrução como estratégia de atuação sociopolítica, as associações não vingariam e nem conseguiriam subvenção dos poderes públicos para a manutenção de suas atividades.

As associações de ofício prestaram serviços apenas para um conjunto limitado e bem definido de membros (para si e para os seus). As ações pedagógicas seguiam a tônica do auxílio mútuo e pretendiam “proteger” o mercado de trabalho, exigindo fiscalização por parte do Estado para assegurar que os trabalhadores contratados para determinada função fossem diplomados pelos cursos abertos por tais instituições.

Defendemos, primeiramente, que a “aristocracia operária” emergida entre os trabalhadores de comércio (através da Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco) e os trabalhadores artífices (por meio da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais) “fez-se”, “fabricou-se” por meio de sua atuação pedagógica e foi a principal responsável pela abertura e manutenção de cursos voltados para o ensino profissional para si e para os seus.

As associações de ofício docente demonstraram estar na contramão dos apontamentos de Nóvoa (1991), pois tanto a Sociedade Propagadora da Instrução Pública, quanto o Grêmio dos Professores Primários possuíram direcionamento muito particular voltado ao “governo da instrução”. A suposição de que haveria “consciência de classe” entre os docentes, como quis Nóvoa, cai

por terra quando evidenciamos ter havido um contínuo processo de hierarquização da docência pública e particular, motivador do associativismo entre eles. Por estarem providos na capital da província, aqueles docentes associados possuíam os maiores salários da instrução, envolveram-se com o “turbilhão da política”, foram docentes na Escola Normal Oficial e instalaram a Escola Normal para Senhoras (depois, Pinto Júnior), responsáveis por pugnar pela formação na escola normal como a única capaz de habilitar docentes para atuarem na instrução da província.

Se o “sentimento aristocrático” (MATTOS, 2004) ressoou entre trabalhadores de ofício, ávidos por símbolos de distinção social, condicionando-os à “aristocracia operária”, o mesmo sentimento alcançou docentes atuantes no Recife, responsáveis por edificar uma “aristocracia docente” peculiar. Instalada em 1872, a Sociedade Propagadora da Instrução Pública contou com a participação de professores e políticos “distintos”, foi a responsável por abrir a Escola Normal para Senhoras, a Escola Agrícola do Monteiro e a Escola de Farmácia. Nenhum de seus artigos previu uma atuação mutualista em prol dos docentes, apontando apenas para o “pioneirismo” de suas ações em prol do ensino secundário e profissional particular em Pernambuco.

Instalado em 1878, o Grêmio dos Professores Primários foi uma associação mutualista responsável pela publicação de uma revista da instrução. A agremiação foi fruto de uma dissidência entre docentes congregados no Instituto dos Professores de Pernambuco. Acreditamos que, por meio de sua “reorientação”, voltada às relações verticais com os poderes públicos e com a “boa sociedade” pernambucana, o grêmio atuou na manutenção das hierarquias existentes entre os docentes – como demonstramos anteriormente. A revista da associação foi ferramenta decisiva para a defesa de suas ações e opiniões, algumas das quais analisamos com mais afinco em capítulo antecedente.

Comparando as experiências e estratégias articuladas por docentes e trabalhadores de ofício, defendemos, por conseguinte, o fazer-se de uma “aristocracia docente” durante o “longo século XIX”, uma aristocracia marcada pelo sentimento de hierarquização, forte o suficiente para reconfigurar-se,

adotando nova relação espacial e temporal, na trajetória das experiências educacionais brasileiras.

Dentre as quatro associações investigadas, três possuíam membros em comum (Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, Sociedade Propagadora da Instrução Pública e Grêmio dos Professores Primários). Isso demonstra a articulação e a experiência comum para a instalação e a manutenção das atividades das sociedades. As três associações analisadas neste texto conseguiram, por conta de sua defesa a ações de instrução para si e para os seus, subvenções dos poderes públicos para a instalação de seus cursos para o “governo da instrução”; foram elas: a Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco, a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais e a Sociedade Propagadora da Instrução Pública.

Aristocracia operária e aristocracia docente estiveram com pés fincados em relações verticais ascendentes com os poderes públicos e as ações particulares, com objetivos específicos, em prol do “governo da instrução” de si e dos seus.

As experiências de negociações, conflitos, relações verticais e horizontais provocaram um dinamismo constante na organização da instrução em Pernambuco. Uma leitura atenta desse processo nos levou a perceber nos movimentos experienciados um deslocamento da concepção canônica do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

O movimento escolanovista, na sanha de instituir-se como elemento de inovação quanto aos caminhos a serem seguidos pela instrução no início do governo de Getúlio Vargas e para se distanciar da “República Velha” e de sua “retrógrada” concepção de instrução, tratou logo de se estabelecer enquanto inovação, ponto de partida. Para nós, todavia, o movimento escolanovista, no momento da escrita de seu manifesto, não apresentou as experiências que o levaram até a escrita do texto, obscurecendo, inclusive, exemplos da própria atuação daqueles “escolanovistas” como reformadores da instrução durante a Primeira República.

Defendemos, por fim, que o movimento escolanovista foi um “ponto de chegada” das experiências vivenciadas nas práticas de educabilidade e no “governo da instrução” durante o “longo século XIX”.

As disputas pela valorização (e pela manutenção das hierarquizações) do ofício docente continuam nos dias de hoje. Movimentos grevistas de professores da educação básica, municipal e/ou estadual, fizeram longas paralisações, com participação de diversos estados e municípios, ao longo dos últimos 8 (oito) anos, entre 2011 e 2019. Em 2011 professores de seis estados paralisaram suas atividades em prol de melhorias salariais²⁸. Em 2015, em São Paulo, professores entraram em greve por mais de 83 (oitenta e três) dias, batendo o recorde de paralisação da categoria no país. O movimento foi marcado por barricadas em rodovias e acampamento no prédio da Assembleia Legislativa de São Paulo²⁹. Em 2018, professores de cinco estados paralisaram suas atividades; dentre as reivindicações, estavam o pagamento de salários atrasados, a equiparação do salário de alguns municípios e estados ao piso nacional, o cumprimento do plano de carreira e a tentativa de impedir o aumento de tributos salariais³⁰. Nos estados, em alguns mais particularmente, como Pernambuco, as gritantes diferenças entre efetivos e contratados (maioria em atuação) seguem sendo uma chaga aberta, que impede a organização dos docentes³¹.

Igualmente, docentes de instituições federais de ensino envolveram-se em diversas greves ao longo dos últimos oito anos. Em 2012, a categoria pleiteou carreira única, com incorporação das gratificações em 13 níveis remuneratórios, variação de 5% entre níveis, a partir do piso para regime de 20 horas, correspondente ao salário mínimo do Dieese (atualmente calculado em R\$ 2.329,35) e percentuais de acréscimo relativos à titulação e ao regime de

²⁸Cf. OLIVEIRA, Maria Angélica. Professores de seis estados estão em greve no país. G1, Educação. 2011. In: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/06/professores-de-seis-estados-estao-em-greve-no-pais.html>. Último acesso em 11/11/2019.

²⁹Cf. G1. Greve de professores de SP já é a mais longa da história. 2015. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/greve-dos-professores-de-sp-supera-recorde-historico-nesta-quarta.html>. Último acesso em 11/11/2019.

³⁰Cf. PERES, Paula & SEMIS, Laís. Greves de professores atingem 5 estados. Nova Escola, 2018. <https://novaescola.org.br/conteudo/10655/greves-de-professores-atingem-5-estados>. Último acesso em 11/11/2019.

³¹Cf. G1. Em PE, quase metade dos docentes da rede pública não é efetivada. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/educacao/noticia/2016/10/em-pe-quase-metade-dos-docentes-da-rede-publica-nao-e-efetivada.html>. Último acesso em 06/07/2020.

trabalho³². Em 2015, professores federais paralisaram suas atividades durante cinco meses; entre as reivindicações, exigiam: valorização salarial, melhores condições de trabalho e reestruturação da carreira docente³³.

Interessante notar que, em ambos os movimentos de greve, seja no de docentes estaduais e municipais, seja no de docentes do ensino superior, quando uma das categorias deflagra greve, outras categorias normalmente não aderem ao movimento. Antes de destacarmos uma distinção espacial e/ou em relação específica à gestão de recursos e à carreira docente, devemos atentar para a falta de diálogo e articulação entre as categorias, todas componentes do “mesmo ofício” (será que se consideram assim?), porém com experiências e movimentos distintos. Um estudo pormenorizado poderia indicar se tal distinção advém da constante reconfiguração da “aristocracia docente” que, ao atuar estrategicamente para si e para os seus, dificulta (ou mesmo impede) a “unidade de formação de professores e a unidade de espírito”, na qual docentes da educação básica “não fariam senão um só corpo com os do ensino superior, preparando a fusão sincera e cordial de todas as forças vivas do magistério” (MANIFESTO, 1932, pp. 488-489), como defenderam os escolanovistas (e essa foi a sua fantástica inovação).

³²Cf. G1. Reunião entre governo e professores sobre a greve nas federais é adiada. 2012. <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/06/reuniao-entre-governo-e-professores-sobre-greve-nas-federais-e-adiada.html>. Último acesso em 11/11/2019.

³³Cf. G1. Após 5 meses, universidades federais encerram greve a partir desta terça. 2015. <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/10/apos-5-meses-universidades-federais-encerram-greve-partir-desta-terca.html>. Último acesso em 11/11/2019.

Referências

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE)

ALMANAK Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola de Pernambuco. Recife: Typographia Mercantil, 1881.

ALMANAK Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola de Pernambuco. Recife: Typographia Mercantil, 1882.

ALMANAK Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola de Pernambuco. Recife: Typographia Mercantil, 1883.

ALMANAK Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola de Pernambuco. Recife: Typographia Mercantil, 1884.

ALMANAK Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola de Pernambuco. Recife: Typographia Mercantil, 1885.

ALMANAK Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola de Pernambuco. Recife: Typographia Mercantil, 1886.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, mantenedora do Lyceu de Artes e Ofícios de Pernambuco. Recife, 1900. (DIVERSOS III, 17. R. cx. 30).

ESTATUTOS da **Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco**. Pernambuco. Recife: Typographia do Jornal do Recife. 1892. pp. 1-22. (APEJE. R. 2.893/85, cx. 17).

ESTATUTOS da **Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco. Pernambuco**. Recife: Typographia do Jornal do Recife. 1903. pp. 1-22. (APEJE. R. 2.913/85, cx. 17).

ESTATUTOS da **Academia do Comércio de Pernambuco, fundada e mantida pela Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco**. Recife:

Typographia do Diário de Pernambuco, 1911. (cx. 17. R. 2906/85. Códice Folhetos Raros II, APEJE).

ESTATUTOS da **Escola de Farmácia do Recife**. Recife: Imprensa Industrial, 1916. (CX. 17. R.2906/85. Códice Folhetos Raros II, APEJE).

ESTATUTOS da **Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais em Pernambuco**. Recife: Imprensa Industrial, 1902. (Diversos III. R. cx. 30).

ESTATUTOS do **Grêmio dos Professores Primários em Pernambuco**. Recife: Typografia do Tempo, 1878.

IMPERIAL Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. **Sessão de inauguração do Lyceu de Artes e Ofícios a cargo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, e festa de seu 39º aniversário**. Recife: Tipografia de Manoel Figueiroa de Faria e Filhos, 1881. (Diversos III. 018, cx. 30).

MEMÓRIA sobre os fatos mais importantes da vida da Sociedade Propagadora da Instrução Pública em Pernambuco. **Acompanhado de menções honrosas e artigos relativos ao 20º aniversário da mesma sociedade**. Publicação do Conselho Superior em homenagem ao glorioso acontecimento. Pernambuco, 1892. (cx. 19. R. 3.167/85. Códice Folhetos Raros II, APEJE).

MEMORIAL da **Sociedade Propagadora da Instrução Pública – Escola Normal Pinto Júnior**. Recife, 07 de novembro de 1940. pp. 79-89. (cx. 19. R. 3.167/85. Códice Folhetos Raros II, APEJE).

PERNAMBUCO, Legislação Provincial de. **Lei n. 553 de 4 de maio de 1863**. Estante 29, prateleira 02, n. 28, ano (1863), ano de 1863.

PERNAMBUCO. Legislação Provincial de. Estante 29. Prateleira 02, n. 31, ano (1869/1877), ano de 1875.

PERNAMBUCO, Legislação Estadual. **Lei n. 584**. Estante 29, prateleira 04, n. 89, ano 1900-1905.

PERNAMBUCO. **Revista o Grêmio dos Professores Primários**, n. 01, APEJE, Recife, 1883, pp. 01-08.

PERNAMBUCO. **Revista o Grêmio dos Professores Primários**, n. 02, APEJE, Recife, 1883, pp. 01-08.

PERNAMBUCO. **Revista o Grêmio dos Professores Primários**, n. 03, APEJE, Recife, 1883, pp. 01-08.

PERNAMBUCO. **Revista o Grêmio dos Professores Primários**, n. 04, APEJE, Recife, 1883, pp. 01-08.

PERNAMBUCO. **Revista o Grêmio dos Professores Primários**, n. 05, APEJE, Recife, 1883, pp. 01-08.

PERNAMBUCO. **Revista o Grêmio dos Professores Primários**, n. 06, APEJE, Recife, 1883, pp. 01-08.

PERNAMBUCO. **Revista o Grêmio dos Professores Primários**, n. 07, APEJE, Recife, 1883, pp. 01-08.

PERNAMBUCO. **Revista o Grêmio dos Professores Primários**, n. 08, APEJE, Recife, 1883, pp. 01-08.

PERNAMBUCO. **Revista o Grêmio dos Professores Primários**, n. 09, APEJE, Recife, 1883, pp. 01-08.

PERNAMBUCO. **Revista o Grêmio dos Professores Primários**, n. 10, APEJE, Recife, 1883, pp. 01-08.

PERNAMBUCO. **Revista o Grêmio dos Professores Primários**, n. 11, APEJE, Recife, 1883, pp. 01-08.

PERNAMBUCO. **Revista o Grêmio dos Professores Primários**, n. 12, APEJE, Recife, 1883, pp. 01-08.

PERNAMBUCO. **Revista o Grêmio dos Professores Primários**, n. 13, APEJE, Recife, 1883, pp. 01-08.

PERNAMBUCO. **Revista o Grêmio dos Professores Primários**, n. 14, APEJE, Recife, 1883, pp. 01-08.

PERNAMBUCO. **Revista o Grêmio dos Professores Primários**, n. 15, APEJE, Recife, 1883, pp. 01-08.

PERNAMBUCO. **Revista o Grêmio dos Professores Primários**, n. 01, APEJE, Recife, 1884, pp. 01-08.

PERNAMBUCO. **Revista o Grêmio dos Professores Primários**, n. 05, APEJE, Recife, 1884, pp. 01-08.

PERNAMBUCO. **Revista o Grêmio dos Professores Primários**, n. 06, APEJE, Recife, 1884, pp. 01-08.

PERNAMBUCO. **Revista o Grêmio dos Professores Primários**, n. 10, APEJE, Recife, 1884, pp. 01-08.

PERNAMBUCO. **Revista o Grêmio dos Professores Primários**, n. 15, APEJE, Recife, 1884, pp. 01-08.

REGULAMENTO do **Lyceu de Artes e Ofícios mantido pela Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco**. Aprovado em Sessão de Assembleia Geral de 3 de setembro de 1920. Pernambuco, 1920. (Diversos III. 025, cx. 30).

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província em 30 de janeiro de 1886, pelo Inspetor Geral João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Recife: Typographia de Manoel Figueirôa de Faria & Filhos, 1886.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província em 31 de janeiro de 1875, pelo Inspetor Geral João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Recife: Typographia de Manoel Figueirôa de Faria & Filhos, 1875.

RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti, Ministro de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Em maio de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

RELATÓRIO Apresentado à Assembleia Geral da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco pelo seu diretor Manoel Joaquim de Sant'Anna Castro. Recife: Imprensa Industrial, 1900. (Diversos III. 019, cx. 30).

RELATÓRIO da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco apresentado à Assembleia Geral pelo diretor M. J. de Sant'Anna Castro em 12 de fevereiro de 1906. Recife: União Operária, 1906. (Diversos III. 020, cx. 30).

RELATÓRIO da **Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco relativo ao ano de 1919**. Recife: Imprensa Industrial, 1921. (S.D.I. - Dep. 01 - Est. 52 - p. 05 - env. 01. Códice Folhetos Raros, Diversos II, APEJE).

RELATÓRIO da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais mantenedora do Lyceu de Artes e ofícios apresentado pelo Diretor do ano de 1921 Augusto Julio da Cunha em 8 de janeiro de 1922. Pernambuco: Jornal do Recife, 1922. (Diversos III. 022, cx. 30).

Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE)

ANNAES da Assembleia Legislativa de Pernambuco. **Anno de 1861**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1861 (AALEPE).

ANNAES da Assembleia Legislativa de Pernambuco. **Anno de 1862**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1862 (AALEPE).

ANNAES da Assembleia Legislativa de Pernambuco. **Anno de 1863**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1863 (AALEPE).

ANNAES da Assembleia Legislativa de Pernambuco. **Anno de 1864**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1864 (AALEPE).

ANNAES da Assembleia Legislativa de Pernambuco. **Anno de 1865**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1865 (AALEPE).

ANNAES da Assembleia Legislativa de Pernambuco. **Anno de 1866**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1866 (AALEPE).

ANNAES da Assembleia Legislativa de Pernambuco. **Anno de 1867**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1867 (AALEPE).

ANNAES da Assembleia Legislativa de Pernambuco. **Anno de 1868**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1868 (AALEPE).

ANNAES da Assembleia Legislativa de Pernambuco. **Anno de 1869**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1869 (AALEPE).

ANNAES da Assembleia Legislativa de Pernambuco. **Anno de 1870**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1870 (AALEPE).

ANNAES da Assembleia Legislativa de Pernambuco. **Anno de 1871**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1871 (AALEPE).

ANNAES da Assembleia Legislativa de Pernambuco. **Anno de 1872**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1872 (AALEPE).

ANNAES da Assembleia Legislativa de Pernambuco. **Anno de 1873**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1873 (AALEPE).

ANNAES da Assembleia Provincial de Pernambuco. **Apresenta a sessão ordinária de 27 de abril de 1874**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1874.

ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco. **Anno de 1881**. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueirôa de Faria e Filhos, 1881.

Biblioteca Pública de Pernambuco (BPE)

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Governador do Estado Desembargador José Antônio Correa da Silva, pelo Inspetor Geral Arthur Orlando da Silva. Recife: Typ. d'A Província, 1891. (Biblioteca Pública de Pernambuco - PE 37.057 P452r).

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Comendador Prefeito do Município do Recife Eduardo Martins de Barros, em 11 de março de 1904 pelo Inspetor Geral Sebastião de Vasconcellos Galvão. Recife: Typ. do Diário de Pernambuco, 1904. (Biblioteca Pública de Pernambuco - PE 37.057 G182r).

Biblioteca setorial do CCJ-UFPE

PINTO JÚNIOR, João José. **Theses e dissertação**. Recife: Typographia Acadêmica, 1858. 17 p. Tese para o concurso que deve ter lugar em novembro de 1858 – Faculdade de Direito do Recife, FDR, Recife, 1858.

Biblioteca da Universidade Católica de Pernambuco

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Vista panorâmica do Liceu, foto n. 1 (Vista panorâmica do Liceu em (1929?))**. Fotografia p&b, com 17 X 23 cm. 1929?. 01 Foto. (registro 99263807 (1) [Dig.]) - Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b46.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Vista panorâmica do Liceu, foto n. 63** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b47.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Biblioteca do Liceu, foto n. 2** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b49.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Capela do Liceu, foto n. 3** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b4a.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Museu do Liceu, foto n. 4** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b4b.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Salão de reuniões do Liceu, foto n. 5** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b4d.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Salão de reuniões do Liceu, foto n. 6** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b4e.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Salão de reuniões do Liceu, foto n. 7** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b4f.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Aula de pintura, foto n. 8** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b50.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Sala de aulas, foto n. 9** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b51.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Sala de aulas, foto n. 10** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b52.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Sala de aulas, foto n. 11** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b53.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Biblioteca do Liceu, foto n. 12** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b54.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Aula primária do Curso profissional, foto n. 13** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b55.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Teatro do Liceu, foto n. 14** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b57.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Aula de desenho do curso artístico, foto n. 15** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b58.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Seção de artefatos de madeira, foto n. 16** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b59.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Salão de Honra, foto n. 17** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b5a.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Aula de música do curso artístico, foto n. 18** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b5b.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Alunos em recreio, foto n. 19** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b5c.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Seção de artes gráficas do curso profissional, foto n. 20** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b5d.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Aula de corte geométrico, foto n. 21** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b5e.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Registro do incêndio no Liceu, foto n. 22** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b5f.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Registro do incêndio no Liceu, foto n. 23** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b60.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Registro do incêndio no Liceu, foto n. 24** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b61.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Construção do prédio anexo do Liceu, foto n. 56** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em:

<https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b62.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Construção do prédio anexo do Liceu, foto n. 57** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b63.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Vista panorâmica do Liceu e seu entorno, foto n. 51** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001c/00001c52.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Vista panorâmica do Liceu e seu entorno, foto n. 52** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001c/00001c53.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Vista panorâmica do Liceu e seu entorno, foto n. 53** (Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133 FOTOGRAFIAS). Disponível em: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001c/00001c54.jpg>. Último acesso em: 04/02/2020.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Palacete do Liceu de Artes e Ofícios do Recife**. Biblioteca Nacional (BN), Rio de Janeiro, FOTOS, Armário 8.2.2. (6), negativo 04340; COSTA, Menna da [Liceu de Artes e Ofício, PE, 1880: membros da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais]. Detalhe da foto. Apud, MACCORD, Marcelo. Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista. Campinas, Editora da UNICAMP, 2012.

DIÁRIO de Pernambuco. **Sábado 3 de agosto de 1872.** Diário de Pernambuco 1 out. a 31 dez. 1872 rolo n. 98. (FUNDAJ – setor de microfilmagem).

DIÁRIO de Pernambuco. **Sábado 10 de agosto de 1872.** Diário de Pernambuco 1 out. a 31 dez. 1872 rolo n. 98. (FUNDAJ – setor de microfilmagem).

Site da Universidade de Chicago

RELATÓRIO que a Assembleia Legislativa de Pernambuco apresentou, na sessão ordinária de 1851, o Exmo. Conselheiro José Ildefonso de Souza Ramos, Presidente da mesma Província. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1851. In: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pernambuco>.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Dr. Manuel dos Nascimento Machado Portella passou a Administração desta província ao Exmo. Sr. Senador F. de Almeida e Albuquerque em 5 de novembro de 1869. Pernambuco: Typographia de M. Figueroa de F & Filhos, 1870. In: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pernambuco>.

FALLA recitada na abertura da Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco pelo Exmo. Presidente da Província Conselheiro Dyogo Velho Cavalcanti de Albuquerque no dia 1º de março de 1871. Recife: Typographia de M. F. de F. & Filhos, 1871. In: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pernambuco>.

FALLA do **Exmo. Presidente da Província João José de Oliveira Junqueira.** Assembleia Provincial de Pernambuco, março 1872. In: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pernambuco>.

RELATÓRIO Com que o **Exmo. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos Passou a administração desta província, novembro 1872.** In: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pernambuco>.

FALLA com que o **Exmo. Sr. Desembargador Henrique Pereira de Lucena abriu a sessão da Assembléia Provincial, março 1874.** In: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pernambuco>.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província em 31 de janeiro de 1876, pelo Inspetor Geral João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Recife: Typographia de Manoel Figueirôa de Faria & Filhos, 1876. In: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pernambuco>.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província em 31 de outubro de 1878, pelo Inspetor Geral João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Recife: Typographia de Manoel Figueirôa de Faria & Filhos, 1878. In: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pernambuco>.

FALLA com que o Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. Pedro Vicente de Azevedo abriu a sessão da Assembleia Legislativa Provincial em 1 de Março de 1886. Recife, Typ. Manoel Figueirôa de Faria & Filhos, 1886. In: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pernambuco>.

MENSAGEM apresentada ao **Congresso Legislativo do Estado em 6 de Março de 1899 pelo Governador Dr. Joaquim Corrêa de Araujo**. Pernambuco, Typ de Manoel Figueirôa de Faria & Filhos, 1899. In: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pernambuco>.

MENSAGEM apresentada ao **Congresso Legislativo do Estado em 6 de Março de 1901 pelo Exmo. Sr. Dr. Antonio Gonçalves Ferreira, Governador do Estado**. Pernambuco, Typ. Manoel Figueirôa de Faria & Filhos, 1901. In: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pernambuco>.

MENSAGEM do Exmo. Sr. Desembargador Sigismundo Antonio Gonçalves, Governador do Estado. Lida por ocasião da instalação da segunda sessão ordinária da 5ª legislatura do Congresso Legislativo do Estado aos 6 de março de 1905. Recife: Typografia do Diário de Pernambuco, 1905. In: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pernambuco>.

MENSAGEM do Exmo. Sr. Dr. Herculano Bandeira de Mello, Governador do Estado, lida por ocasião da instalação da seção ordinária da 7ª legislatura do Congresso Legislativo do Estado aos 6 de março de 1910. Recife: Typ. do Diário de Pernambuco, 1910. In: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pernambuco>.

MENSAGEM do Exmo. Sr. General Emydio Dantas Barreto, Governador do Estado, lida por ocasião da instalação da 3ª sessão da 8ª legislatura do

Congresso Legislativo do Estado, aos 6 de março de 1915. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1915. In: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pernambuco>.

Site da Companhia Editorial de Pernambuco

A TRIBUNA, **jornal político, literário e noticioso**, ano II, Recife, quinta-feira 28 de setembro de 1882. Disponível em: <http://www.acervocepe.com.br/acervo/colecao-jornais-seculo-xix---recife>. Último acesso em: 30/07/2019.

A TRIBUNA, **jornal político, literário e noticioso**, ano V, Recife, quarta-feira 30 de setembro de 1885. Disponível em: <http://www.acervocepe.com.br/acervo/colecao-jornais-seculo-xix---recife>. Último acesso em: 30/07/2019.

A TRIBUNA, **jornal político, literário e noticioso**, Recife, domingo 13 de maio de 1888. Disponível em: <http://www.acervocepe.com.br/acervo/colecao-jornais-seculo-xix---recife>. Último acesso em: 30/07/2019.

O BRAZIL ARTÍSTICO **Revista Mensal do Liceu de Artes e Ofício de Pernambuco**, ano I, n. 2, dezembro de 1896. Disponível em: <http://www.acervocepe.com.br/acervo/colecao-jornais-seculo-xix---recife>. Último acesso em: 30/07/2019.

O TRABALHO órgão da Sociedade Literária Diogo Velho fundada pelos alunos do Liceu de Artes e Ofícios, ano I, n. I, Recife, 3 de outubro de 1900. Disponível em: <http://www.acervocepe.com.br/acervo/colecao-jornais-seculo-xix---recife>. Último acesso em: 30/07/2019.

O TRABALHO órgão da Sociedade Literária Diogo Velho fundada pelos alunos do Liceu de Artes e Ofícios, ano I, n. II, Recife, 1 de novembro de 1900. Disponível em: <http://www.acervocepe.com.br/acervo/colecao-jornais-seculo-xix---recife>. Último acesso em: 30/07/2019.

O TRABALHO órgão da Sociedade Literária Diogo Velho fundada pelos alunos do Liceu de Artes e Ofícios, ano I, n. III, Recife, 25 de novembro de

1900. Disponível em: <http://www.acervocepe.com.br/acervo/colecao-jornais-seculo-xix---recife>. Último acesso em: 30/07/2019.

Site da Câmara dos Deputados e do Senado Brasileiro

COLEÇÃO das leis do Império do Brasil de 1862. Tomo XXV. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862. In: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao6.html>. Último acesso em 27/04/2018.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro v. 2.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1893. In: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Último acesso em: 01/06/2018.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro v. 3.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1895. In: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Último acesso em: 01/06/2018.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro v. 4.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1898. In: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Último acesso em: 01/06/2018.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro v. 6.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1900. In: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Último acesso em: 01/06/2018.

LEI ORDINÁRIA n. 201-1949. In: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1949/20/201/lei-ordinaria-n-201-1949-autoriza-encampamento-pela-prefeitura-municipal-do-ginasio-pinto-ju>. Último acesso em: 17 de setembro, 2019.

Site da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

A PROVÍNCIA. **Congresso Médico.** Recife, Quarta-feira, 28 de abril de 1909, p. 1, edição 94. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_01&pasta=ano%20190&pagfis=19475. Última visualização: 26/02/2021.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **O velho Lyceu de Artes e Ofícios: como está funcionando esse tradicional estabelecimento de ensino.** Quarta-feira, 3 de março de 1937, p. 5, edição 096. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&pasta=ano%20193. Última visualização: 07/02/2020.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Terça-feira 4 de agosto de 1896.** Recife, Pernambuco: Diário de Pernambuco, 1896. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&pasta=ano%20193. Última visualização: 18/05/2020.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **22 de maio 1865.** Recife, Pernambuco: Typographia do Diário de Pernambuco, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_04. Último acesso: 26/05/2020.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **5 de março de 1866.** Recife, Pernambuco: Typographia do Diário de Pernambuco, p. 1; http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_04. Último acesso: 26/05/2020.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **6 de abril 1868.** Recife, Pernambuco: Typographia do Diário de Pernambuco, p. 1; http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_04. Último acesso: 26/05/2020.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **8 de abril de 1870.** Recife, Pernambuco: Typographia do Diário de Pernambuco, p. 2; http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_05. Último acesso: 26/05/2020.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **8 de março de 1871.** Recife, Pernambuco: Typographia do Diário de Pernambuco, p. 2; http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_05. Último acesso: 26/05/2020.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **22 de abril de 1872**. Recife, Pernambuco: Typographia do Diário de Pernambuco, p. 2. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_05. Último acesso: 26/05/2020.

JORNAL DO RECIFE. **7 de março de 1866**. Recife, Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, p. 1; Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110>. Último acesso em: 26/05/2020.

JORNAL DO RECIFE. **22 de março de 1871**. Recife, Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, p. 2; Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110>. Último acesso em: 26/05/2020.

JORNAL DO RECIFE. **8 de março de 1872**. Recife, Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110>. Último acesso em: 26/05/2020.

Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)

RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco apresentado a Assembleia Geral de 26 de janeiro de 1908 pelo presidente do conselho diretor M. Eug. da R. Samico. Recife: Imprensa Industrial, 1908. (IAHGP, Diversos, Estante 7).

MARANHÃO, Methodio. **EM DEFESA DE UM NOME, A propósito do caso da Academia de Comércio de Pernambuco. Exposição feita pelo Diretor desta Academia Dr. Methodio Maranhão**. Sócio e Advogado da Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco. Recife: Imprensa Industrial, 1925.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. Experiência. In: _____. **Dicionário de Filosofia**. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. pp. 471-479.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, 2019 (Feminismos Plurais).

ALBUQUERQUE, Débora Souza Leão; VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. **Financiamento e Organização do Tráfico de Escravos para Pernambuco no Século XIX**. Texto para Discussão (IPEA, Brasília), v. 1799, pp. 7-23, 2012.

ALBUQUERQUE, Débora Souza Leão. A macroeconomia pernambucana no século XIX. **Economia & Desenvolvimento**, Recife (PE), v. 12, n. 2, 2013.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: _____ (org.) **História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019.

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANANIAS, Mauricéia. A Administração Escolar no Período Imperial (1822-1889). In: ANDREOTTI, Azilde L. LOMBARDI, José Claudinei. MINTO, Lalo Watanabe (orgs). **História da administração escolar no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010. pp. 55-74.

ANDRADE, Maria do Carmo. *O bonde elétrico no Recife*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2009. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 04/02/2020.

ANJOS, João Alfredo dos. **A Revolução Pernambucana de 1911: Movimento popular liderado pelo general Dantas Barreto contra a oligarquia do conselheiro Rosa e Silva**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2009.

ARANTES, Adlene Silva. Discursos sobre eugenia, higienismo e racialização nas escolas primárias pernambucanas (1918-1938). In: FONSECA, Marcos Vinícius & BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016.

ARANTES, Adlene Silva. **O papel da Colônia Orfanológica Isabel na educação e na definição dos destinos de meninos negros, brancos e índios na província de Pernambuco (1874-1889)**. Recife, PE: UFPE, 2005.

ARANTES, Adlene Silva. **Processos de racialização nas escolas primárias pernambucanas (1911-1945)**. João Pessoa, PB: UFPB, 2014 (Tese de Doutorado).

ARAÚJO, Maria Cristina de Albuquerque. A Reforma Carneiro Leão em Pernambuco. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza (orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946)**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

ARROYO, Miguel G. A educação profissional e tecnológica nos interroga. Que interrogações? **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 3, n. 1, 2019.

AZEVEDO, Elciene et al. **Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. “Inspeccionar, instruir e dirigir”: a configuração da inspeção da instrução pública na província do Paraná (1854-1889). **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 36, pp. 152-177, jan./abr. 2017.

BATALHA, Claudio H. M. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. **Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo**, (1999), volume 6, números 10/11.

BATALHA, Claudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In. _____, SILVA, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. pp: 95-120.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. SILVA, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 (O Brasil Republicano; v.1).

BELLO, Ruy. **Subsídios para a História da Educação em Pernambuco**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOTO, CARLOTA. A intelectualidade paulista, o Manifesto dos Pioneiros e a Universidade de São Paulo em sua primeira “missão”. **Estud. av.**, São Paulo, v. 33, n. 95, pp. 19-34, jan. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142019000100019&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 29 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3395.0003>.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. **“Ditadura”, abolição e república: a propaganda da geração positivista em Pernambuco (1875-1889)**. Recife: UFPE, 2017 (Dissertação de Mestrado).

BRANDÃO, Sylvana. **Ventre Livre, Mãe Escrava: a reforma social de 1871 em Pernambuco**. 3. ed. rev. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento – II: da Enciclopédia à Wikipédia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

BURKE, Peter. Escrevendo a história do conhecimento no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, jul.-set. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/hcsm>>. Último acesso em 14/02/2019.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870**. Recife: UFPE, 2012. (Tese de Doutorado).

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite imperial; Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. A Vida Política. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **A construção nacional: 1830-1889**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012 (História do Brasil Nação: 1808-2010).

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 1997. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso>. Access on 04 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 18, n. 36, pp. 331-366, 1998a. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200014&lng=en&nrm=iso>. Access on 05 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200014>.

CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850**. Recife: ed. Universitária da UFPE, 1998b.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. O novo, o velho, o perigoso: relendo A *Cultura Brasileira*. **Cadernos de Pesquisa**, n. 71, 1989, pp. 29-35.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Reforma Sampaio Dória, política e pedagogia: problematizando uma tradição interpretativa. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza (orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946)**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. **Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República**. Salvador, BA: UFBA, 2008.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. A Reforma da Instrução Pública de 1922 no Ceará: impacto sobre Lourenço Filho, a Escola Normal e a elite ilustrada. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza (orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946)**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. **Recife do Corpo Santo**. 2. ed. revista e ampliada. Recife: Bagaço, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CIAVATTA, Maria. Memória, história e fotografia. Educando o trabalhador da grande família da fábrica. In: **MUSEU Histórico Nacional. Anais**. v. 32. Rio de Janeiro: MEC/IFHAN, 2000. Disponível em: <http://docvirt.com/Hotpage/Hotpage.aspx?bib=MHN&pagfis=16674&url=http://docvirt.com/docreader.net#>. Último acesso em: 02/09/2020.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-1960)**. Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009.

CIAVATTA, Maria. A historicidade das reformas da educação profissional. **Cadernos de pesquisa em educação ppge-ufes**, v. 19, pp. 50-64, 2014.

CIAVATTA, Maria. O mundo do trabalho em imagens: memória, história e fotografia. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Florianópolis, v.12, n.1, pp. 33-45, abr. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 02 set. 2020.

[CLEMENTE, Jacilene dos Santos](#) & [SILVA, Adriana Maria Paulo](#). Docência e Abolicionismo no Recife da última década da escravidão. In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). **Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Farperj, 7 Letras, 2017. pp. 13-23.

CLEMENTE, Jacilene dos Santos. **Culturas escolares em Recife: escolas particulares e métodos de ensino (1880-1888)**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013 (Dissertação de Mestrado).

CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat, Marquis de. **Cinco memórias sobre a instrução pública**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 8ªed. rev., e ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

COSTA, Wendell Rodrigues. **Instruir, disciplinar e trabalhar: a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco e o Liceu de Artes e Ofícios (1880-1908)**. Recife, Pernambuco: UFRPE, 2013.

COX, Pamela. Os usos de filmes e fontes visuais na história do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 11, 2019, pp. 1-13.

CUNHA, Alexandre Mendes. Patronagem, clientelismo e redes clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. **História**, São Paulo, v. 25, n. 1, pp. 226-247, 2006.

CUNHA, Lídia Nunes. A população negra nos conteúdos ministrados no curso normal e nas escolas públicas primárias de Pernambuco, de 1919 a 1934. In: ROMÃO, Jeruse. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 14, pp. 89-107, ago. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200006&lng=en&nrm=iso. Último acesso em: 05 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782000000200006>.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.

DELEUZE, Gilles & GUATARRI, Félix. O que é um conceito?. In: _____. **O que é a filosofia?** 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELGADO, María del Refugio Magallanes & PEÑAFLORES, René Amaro. Asociacionismo laboral, beneficencia y acción política. El mutualismo de hombres y mujeres en Zacatecas, 1862-1912. In: SANTOS, Isnardo (org.). **Para una historia de las asociaciones en México (siglos XVIII-XX)**. México: Palabra de Clío, 2014.

DETENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. São Paulo: Ideias e Letras, 2004.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. Esses intemoratos homens de cor: o associativismo negro em Rio Claro (SP) no pós-abolição. **História Social**, n. 19, pp. 109-134, 11. 2010.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). **Em. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 34, n. 67, pp. 251-281, jun. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882014000100012&lng=es&nrm=iso>. 274cedido em 04 agosto 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882014000100012>.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, pp. 100-122, 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=en&nrm=iso>. Access on 04 Aug. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>.

DUSSEL, Inés. La cultura material de la escolarización: reflexiones en torno a un giro historiográfico. **Educ. rev.**, Curitiba, v. 35, n. 76, pp. 13-29, ago. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602019000400013&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 03 dez. 2019. Epub 26-set-2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.67776>.

EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

ENGUITA, Mariano. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarianização. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 4: pp. 41-61, 1991.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Rev. Fac. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 1, pp. 141-159, jan. 1998. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000100010&lng=en&nrm=iso>. Access on 25 July 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-25551998000100010>.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 14, pp. 19-34, Aug. 2000. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200003&lng=en&nrm=iso. Access on 22 Sept. 2019.

FERNANDES, Rogério. **Os Caminhos do ABC: sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras**. Portugal: Editora Porto, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1ªed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, Yuma. **O grau de educação se mede pelo uso do sabão: a criança e o projeto médico social da Primeira República em Natal/RN (1892-1922)**. Natal, RN: UFRN, 2019.

FERRONATO, Cristiano. O Lyceu Paraibano: referência de instrução secundária na província da Parahyba do Norte (1836-1876). **Anais do 5 Congresso Brasileiro de História da Educação** – São Cristovão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/667.pdf>. Último acesso em: 26/06/2020.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil. v. 1**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986a.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.

FRANCO, Gustavo H. B. & LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. O Processo Econômico. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **A Abertura para o Mundo: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012 (História do Brasil Nação 1808-2010; 3). pp: 173-238.

FREITAS, José Octávio de. **História da Faculdade de Medicina do Recife: 1895 a 1943**. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

FUNDAÇÃO, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries estatísticas retrospectiva. v. 1**. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GATI, Hajnalka Halász. **A educação da mulher no Recife no final do século XIX: ensino normal e anúncios de progresso**. Recife: UFPE, 2009 (Tese de Doutorado em Educação).

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GINDIN, Julián Jose. **Por nós mesmos: As práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México**. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GODBOUT, Jacques. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 13, n. 38. São Paulo, 1998.

GONÇALVES FILHO, Carlos Antônio Pereira. **Escola de Primeiras Letras: o ensino público primário em Pernambuco durante a segunda metade do século XIX**. Recife: UFPE, 2016 (Tese de Doutorado).

GONÇALVES NETO, Wenceslau & MAGALHÃES, Justino. A ação privada e poder público na luta pela instrução: Portugal na segunda metade de século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 20, pp. 15-39, mai./ago. 2009.

GONDRA, José G. **A emergência da escola**. São Paulo: Cortez, 2018.

GONDRA, José Gonçalves & SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. 1. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

GONDRA, José Gonçalves. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de. VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GOUVEIA, Bruno Márcio. **Escritos e práticas na trajetória do médico Octávio de Freitas no Recife**. Recife: UFPE, 2017 (Dissertação de Mestrado).

GUIMARÃES, Maria Beatriz Monteiro. **Saberes consentidos, conhecimentos negados: o acesso à instrução feminina no início do século XIX em Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Educação). Recife: UFPE, 2002.

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19, n. 2, pp. 467-474, Aug. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200010&lng=en&nrm=iso>. Access on 25 July 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200010>.

HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal. Quarto Volume: O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

HESPANHA, António Manuel. “Carne de uma só carne”. Para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna. **Análise Social**, 123/124. I (1993), 951-974. Disponível em <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWVpbNxbnRvbmlvbWFudWVsaGVzcGFuaGF8Z3q6NGE0NmI4NjExMmY4MzViZg>. Acesso 28/05/2018.

HESPANHA, António Manuel. Direito comum e direito colonial. **Panóptica**, Vitória, v. 1, n. 3, pp. 95-116, 2006. Disponível em http://www.panoptica.org/seer/index.php/op/article/view/Op_1.3_2006_63-94/125. Acesso em 28/05/2018.

HESPANHA, António Manuel. **O direito luso-brasileiro no Antigo Regime**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. Disponível em <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWVpbNxbnRvbmlvbWFudWVsaGVzcGFuaGF8Z3q6ODA3N2VmMGQwNGU0MTk5>. Acesso em 28/05/2018.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOBSBAWM, Eric. J. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOFFNAGEL, Marc Jay. O Partido Liberal de Pernambuco e a questão abolicionista, 1880-8. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, n. 23, 2005, pp. 7-24.

HOLANDA. Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HORA, Laura Patrícia Lopes da. **“A praça é do povo como céu é do condor”:** **Arborização no Recife no século XIX (1840-1880).** Recife: UFPE, 2015 (Dissertação de Mestrado).

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, n. 1 [1], pp. 9-43, 16 fev. 2012.

LARA, Sílvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, 16:25-38, fev. 1998.

LAWN, Martin. Uma pedagogia para o público: o lugar de objetos, observação, produção mecânica e armários-museus. Tradução: David Antonio da Costa; Gustavo Rugoni de Sousa. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan.-jun. 2013, pp. 222-243. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723814262013222>. Acesso em: 04 fev. 2020. doi: 10.5965/1984723814262013222.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. **A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1972).** Salvador, BA: UFBA, 1995.

LIMA, Dayana R. P.; SILVA, Adriana, M.P. trabalhadores do comércio: a atuação dos caixeiros no recife entre 1857 a 1889. In: **II Encontro de história do império brasileiro Culturas e Sociabilidades: Políticas, Diversidades, Identidades e Práticas Educativas I Simpósio PROCAD-NF PPGH-UFPB/ PPGH-UFGM Patrimônios e Conexões Históricas**, 2010, João Pessoa. II Encontro de História do Império Brasileiro Culturas e Sociabilidades: Políticas, Diversidades, Identidades e Práticas Educativas, 2010. pp. 795-806.

LIMA, Dayana Raquel Pereira de. SILVA, Nathalia Cavalcanti da. SANTOS, Yan Soares. SILVA, Adriana Maria Paulo da. A Lei das Entrâncias e a mobilidade docente em Pernambuco, em fins do século XIX e primeira metade do século XX. **Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017. pp. 4651-4671.

LIMA, Dayana Raquel Pereira de. **Sinais do “desconforto” no exercício da docência pública em Recife e Olinda (1860-1880).** Recife: UFPE, 2014. (Dissertação de Mestrado).

LIMEIRA, Aline de Moraes. **O Comércio da Instrução no Século XIX: Colégios Particulares, Propagandas e Subvenções Públicas**. Rio de Janeiro: UERJ, 2010 (Dissertação de Mestrado).

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

LUZ, Itacir Marques da. **Compassos letrados: profissionais negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)**. João Pessoa: UFPB, 2008.

LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da Luz & NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. O debate em torno da emancipação feminina no Recife (1870-1920). **Cadernos Pagu** (42), jan.-jun. 2014: 341-370.

LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da Luz & NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. Liberdade, transgressão e trabalho: cotidiano das mulheres na cidade do Recife (1870-1914). **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 5, n. 1, jan.-jul., 2012.

MAC CORD, Marcelo. **Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

MAC CORD, Marcelo & BATALHA, Cláudio H. M. **Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

MAC CORD, Marcelo. Direitos trabalhistas em construção: as lutas pela jornada de oito horas em Pernambuco, 1890-1891. **Tempo (Niterói)**. v. 22, n. 39, pp. 175-195, jan.-abr. 2016.

MAC CORD, Marcelo. Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais: mutualismo, cidadania e a reforma eleitoral de 1881 no Recife. In: MAC CORD, Marcelo & BATALHA, Cláudio H. M. **Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. pp. 153-191.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **A perseverança dos Caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)**. Recife, PE: UFPE, 2011.

MAIA, Nayala de Souza Ferreira. **Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco: 1874-1904**. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. In: BOTELHO, André (org.). **Essencial sociologia**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013. pp: 77-117.

MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado imperial**. Rio de Janeiro: HUCITEC, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MAUAD, Ana Maria. Como nascem as imagens? Um estudo de história visual. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 61, pp. 105-132, jul./dez. 2014.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e autoimagem do Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEDA, Juri. A “história material da escola” como fator de desenvolvimento da pesquisa histórico-educativa na Itália. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 16, n. 30, jan/abril. 2015, pp. 07–28. Disponível em: http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723816302015007/pdf_36. Acesso em: 04 fev. 2020. doi: 10.5965/1984723816302015007.

MEDEIROS NETA, Olívia M. A configuração do campo da Educação Profissional no Brasil. **Holos**, ano 32, v. 6, pp. 50-57, 2016. doi: 10.15628/holos.2016.4947.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império 1871-1889**. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1999.

MELO, Clarice Nascimento de. **Participação de mulheres na história da escola mista no Pará 1870/1901**. Natal, RN: UFRN, 2008.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, pp. 11-36, 2003.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. Primeiras escolas agrícolas no Brasil: limites e falências (1877-1936). **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 46, jun. 2012. pp. 309-324.

MONARCHA, Carlos. **Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

MOURA, Vera Lúcia Braga de. **Pequenos aprendizes: assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX**. Recife, PE: UFPE, 2003 (Dissertação de Mestrado).

NABUCO, Joaquim. In: MELLO, Evaldo Cabral de Mello (org.). **Essencial Joaquim Nabuco**. São Paulo: Penguin Classics. Companhia das Letras, 2010.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral & BARROS, Gabriel Navarro. **Crias do abandono, filhos da ordem. Assistência, poder e resistência no Colégio dos órfãos de Pernambuco (1835-1875)**. CLIO. Revista de Pesquisa Histórica, n. 28.1, ano 2010. pp. 357-380.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estud. hist. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, pp. 607-626, Dec. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862016000300607&lng=en&nrm=iso>. Access on 04 Aug. 2020. <https://doi.org/10.1590/s2178-14942016000300003>.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estud. hist.**

(Rio J.) [online]. 2016, v. 29, n. 59, pp. 607-626. ISSN 2178-1494. <https://doi.org/10.1590/s2178-14942016000300003>.

NASCIMENTO, M. I. M.; NASCIMENTO, M. N. M. Os Congressos Agrícolas do Rio de Janeiro e de Pernambuco e a educação (1878). **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, SP, v. 13, n. 52, pp. 54–74, 2013. doi: 10.20396/rho.v13i52.8640229. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640229>. Acesso em: 4 dez. 2020.

NEGRO, Antonio Luigi. Black Americana: supremacia racial e supremacia de classe em fotografias da virada do século XIX ao XX. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 11, 2019, pp. 1-31.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 (O Brasil Republicano. v.1).

NICOLAZZI, Fernando. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson, **anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, pp. 101-138, jan./dez. 2004.

NÓVOA, Antônio. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria e Educação**, Local, n. 4, pp. 109-139, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. **Os Caixeiros no Ceará: trabalho e educação na Revista Phenix (1891-1916)**. Fortaleza, Ceará: UFC, 2005.

OLIVEIRA, Vinícius de Bragança Müller e. **Autonomia regional e financiamento da educação básica: Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul, 1850-1930**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014 (Tese de Doutorado).

OLIVEIRA, Ramon de. SILVA, Adriana M^a Paulo da. **Projeto de Pesquisa: Demandas por qualificação profissional: Recife, 1889-1930**. Recife, 2010. Financiado com recursos da CNPq.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio dos Santos. Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. **Maracanan**, v. IV, pp. 171-194, 2008.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como empresa educativa no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**, n. 104, jul. 1998. pp. 144-161.

PASCHE, Aline de Moraes Limeira; GONDRA, José Gonçalves. Impérios do privado: notas sobre mitologias do Estado educador no Brasil (1850-1890). **Rev. Colomb. Educ.**, Bogotá, n. 70, pp. 79-100, June 2016.

PAULA, João Antônio de. O Processo Econômico. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **A construção nacional: 1830-1889**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012 (História do Brasil Nação: 1808-2010).

PAULILO, André Luiz. A cultura material da escola: apontamentos a partir da história da educação. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Maringá, v. 19, e065, 2019. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-00942019000100506&lng=en&nrm=iso. Access on 22 Sept. 2019. Epub July 29, 2019. <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e065>.

PAULILO, André Luiz. A Reforma Carneiro Leão no Distrito Federal. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza (orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946)**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

PEIXOTO, Flávia Maria. **A Escola Normal Oficial de Pernambuco: a inserção das mulheres**. Dissertação (Mestrado em Educação). Recife: UFPE, 2006.

PENTEADO, Ana Elisa de Arruda & BEZERRA NETO, Luiz. As Reformas Educacionais na Primeira República (1889-1930). In: ANDREOTTI, Azilde L. LOMBARDI, José Claudinei. MINTO, Lalo Watanabe (orgs.). **História da administração escolar no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010. pp. 75-102.

PEREIRA, Nilo. A Encíclica Rerum Novarum em Pernambuco. **Cl. & Trop.** Recife, v. 19, n. 2, pp. 287-294, jul./dez., 1991.

PERROT, Michele & DUBY, George (dir.). **História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINHEIRO, Paulo Sergio e HALL, Michael. **A classe operária no Brasil. v. 1**. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.

PINTASSILGO, Joaquim Antônio de Sousa & MOGARRO, Maria João. A historiografia portuguesa da educação: balanço e reflexões a partir do exemplo da história da formação de professores. **Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, pp. 28-41, jan./abr. 2012.

POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. CLASSE, RAÇA E A HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL (2001-2016). **Estud. hist. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, pp. 307-328, Apr. 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862019000100307&lng=en&nrm=iso>. Access on 26 Aug. 2020. Epub Apr 25, 2019. <https://doi.org/10.1590/s2178-149420190001000015>.

PORTELLA, Manuel do Nascimento Machado. Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, na sessão solene aniversária, em 21 de novembro de 1880. DIÁRIO DE PERNAMBUCO, de 27 de novembro de 1880. In: MELLO, José Antônio Gonsalves. **O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889). v. 1**. Recife: O Cruzeiro, 1975.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAGO, Margareth. Relações de gênero e Classe Operária no Brasil: 1890-1930. In: MELO, Hildete Pereira de. PISCITELLI, Adriana. MALUF, Sônia Weidner. PUGA, Vera Lucia (orgs.). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2009. pp. 219-237.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

RESENDE, Guilherme; VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Preços de escravos e produtividade do trabalho cativo: Pernambuco e Rio Grande do Sul, século XIX. **Anais do XLI Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 41st Brazilian Economics Meeting]**, ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], pp. 1-19, 2014 (Disponível em: <https://EconPapers.repec.org/RePEc:anp:en2013:030>).

RESENDE, Maria Efigênci Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 (O Brasil Republicano. v.1).

REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX**. Recife: FUNDARPE, 1997.

ROCHA, Artur G. G. de Lacerda. **Discursos de uma modernidade: as transformações urbanas na freguesia de São José (1860-1880)**. Recife: UFPE, 2003.

ROCHA, Lucia Maria da Franca. A Instrução Pública na Bahia 1924-1928: Anísio Teixeira. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza (orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946)**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

SALES, Tadeu José Gouveia de. **José Mariano e seu tempo: 1850-1912: o tribuno do Recife e a utopia da liberdade durante o Império e a República**. Recife: CEPE, 2013.

SANTOS, Fernanda Lays da Silva. **As marcas do higienismo de Arthur Ramos na escola nova e no currículo nos anos 1920-1940 em Alagoas**. Maceió, AL: UFAL, 2018.

SANTOS, Isnardo (org.). **Para una historia de las asociaciones en México (siglos XVIII-XX)**. México: Palabra de Clío, 2014.

SANTOS, Marcos Alesandro Neves dos. **Vilas operárias: centros de ordem e exclusão na vila operária de Camaragibe – PE (1900-1929)**. João Pessoa – PB: UFPB, 2017.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos & Araújo, Bruno melo de. A estruturação do ensino agrícola em Pernambuco na primeira metade do século XX. CESAR, Tiago da Silva, et al (orgs). **História, Cultura & Patrimônio: experiências de pesquisa**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos. O 25 de março de 1884 e a luta pela libertação dos escravos em Pernambuco. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, n. 33.2, 2015. pp. 158-180.

SANTOS, Yan Soares & OLIVEIRA, Ramon de. As ações dos trabalhadores no campo da qualificação profissional em Recife (1889-1930). **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 52, pp. 75-89, set. 2013.

SANTOS, Yan Soares. **A Sociedade Propagadora da Instrução Pública e suas ações de qualificação profissional em Recife (1872-1903)**. Recife: UFPE, 2014.

SANTOS, Yan Soares. LIMA, Dayana Raquel Pereira de. SILVA, Adriana Maria Paulo da. Imprensa e docência em Pernambuco, 1883-1884. **Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017. pp. 4504-4522.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. 1. reimpr. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 43. ed. Rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. **Forma e Culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências, e profissionalização docente em escolas públicas primárias**. Niterói, RJ: UFF, 2012 (Tese de Doutorado).

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; GONDRA, José Gonçalves. Reformas educativas, viagem e comparação no Brasil oitocentista: o caso de Uchoa Cavalcanti (1879). **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 34, n. 3, pp. 437-448,

Dec. 2008. Available from
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022008000300002&lng=en&nrm=iso>. Access on 05
 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022008000300002>.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, Niterói, v. 13, n. 26, pp. 32-55, 2009. Available from
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000100003&lng=en&nrm=iso>. Access
 on 25 July 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042009000100003>.

SCHUELER, Alessandra. **Educar e instruir: a instrução popular na corte imperial –1870 a 1889**. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, 20 (2): 71-99, jul./dez., 1995.

SILVA, Adriana Maria Paulo. **Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na corte**. Brasília: Editora Plano, 2000.

SILVA, Adriana Maria Paulo. Notas para o estudo da instituição da obrigatoriedade da educação primária na província de Pernambuco. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. (Orgs.). (Org.). **Obrigatoriedade escolar no Brasil**. 1. ed. Cuiabá: Ed UFMT, 2013, v. 1, pp. 209-226.

SILVA, Adriana Maria Paulo. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

SILVA, Adriana Maria Paulo; LIMA, Dayana Raquel Pereira de. Mobilidade espacial e resistência dos(as) docentes públicos(as) primários(as) do Recife (1860-1880). **Revista Tópicos Educacionais**, v. 1, 2016.

SILVA, Alexandra Lima da. Caminhos da liberdade: os significados da educação dos escravizados. **Isso. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, e230067, 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100255&lng=en&nrm=iso>. Access

on 04 Aug. 2020. Epub Oct 25, 2018. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230067>.

SILVA, Alexandra Lima da. Flores de ébano: a educação em trajetórias de escravizadas e libertas. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 04, n. 10, pp. 299-311 jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/5072/pdf>. Último acesso em: 04/08/2020.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira; XAVIER, Regina Célia Lima. Historicizando o associativismo negro: contribuições e caminhos da historiografia. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 11, pp. 1-15, dez. 2019. ISSN 1984-9222. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2019.e67320>>. Acesso em: 04 ago. 2020. doi: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2019.e67320>.

SILVA, Luiza de Marilac de Castro. **Entre o desejável e o possível: a Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte: 1909-1937**. Natal, RN: UFRN, 2016.

SILVA, Maciel Henrique. **Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Severino Vicente da. **Anotações para uma visão de Pernambuco no início do século XX**. Recife: Editora da UFPE, 2014.

SILVA, Wellington Barbosa da. Apresentação. In: SILVA, Wellington Barbosa da. **Recife no Século XIX: outras histórias (1830-1890)**. Jundiaí, SP: Paco, 2018.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUSA, Priscila Susan Miranda de. **As parteiras e os médicos: a inserção do gênero masculino numa realidade feminina (século XIX e início do século XX)**. Recife-PE: UFPE, 2005.

SOUZA, Adriano Ferreira de. **A laboriosa classe caixeiral: relações de trabalho e associativismo no comércio de Salvador (1875-1889)**. Salvador, BA: UFBA, 2018.

SOUZA, Felipe Azevedo e. **A participação política das classes populares em três movimentos, Recife (c.1880 - c.1900)**. Campinas, SP: 2018.

SOUZA, Felipe Azevedo e. **Direitos políticos em depuração: A Lei Saraiva e o eleitorado do Recife entre as décadas de 1870-1880**. Recife: UFPE, 2012.

SOUZA, Felipe Azevedo. A blusa e a urna: metamorfoses do associativismo de trabalhadores em Pernambuco entre o Império e a República. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 12, pp. 1-18. 2020. e-ISSN: 1984-9222, doi: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2020.e71472>. Último acesso em: 04/08/2020.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. Governo de crianças: o instituto profissional João Alfredo (1910-1933). **Hist. Educ.**, Santa Maria, v. 16, n. 38, pp. 149-166, Dec. 2012b. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592012000200008&lng=en&nrm=iso>. Access on 28 Sept. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S2236-34592012000200008>.

STIEL, W. C. **História do transporte urbano no Brasil. História dos bondes e trólebus e das cidades onde eles trafegaram**. Brasília: Pini, 1984.

TARDIF, Maurice & LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária. v. 1. A árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. **Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

TOURINHO, Mary Angélica Costa. **As normalistas nas duas primeiras décadas do século XX em São Luís do Maranhão: entre o discurso da ordem e a subversão nas práticas**. São Luís, MA: UFMA, 2008.

TREIN, Eunice & CIAVATTA, Maria. O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2003, n. 24, pp. 140-164. ISSN 1809-449X. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000300011>.

TREIN, Eunice & CIAVATTA, Maria. A historicidade do percurso do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, pp. 15-40, 2009.

VAINSENCER, Semira Adler. **Octávio de Freitas**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 09/10/2019.

VARELA, Julia Y ALVAREZ-ÚRIA, Fernando. **Arqueologia de la escuela**. Madrid: Endymion, 1991.

VÁZQUEZ, José Pablo Zamora. Asociaciones científicas y literarias en San Luis Potosí a fines del siglo XIX. In: SANTOS, Isnardo (org.). **Para una historia de las asociaciones en México (siglos XVIII-XX)**. México: Palabra de Clío, 2014.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 (O Brasil Republicano; v. 1).

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777-1887. **Estudos Econômicos (São Paulo. Impresso)**, São Paulo, SP, v. 33, n. 2, pp. 353-393, 2003.

VICENTINI, Paula Perin & LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves; GASPAR da SILVA, Vera Lucia. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul./dez. 2010, pp. 29-45. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2127>. Acesso em: 04 fev. 2020.

VIDAL, Diana. O Inquérito sobre a Instrução Pública (1926) e as disputas em torno da educação em São Paulo. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blank. VIDA, Diana Gonçalves. ARAÚJO, José Carlos Souza (orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946)**. Campinas, SP: Autores Associados. Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

VIDAL, Diana. Transnational education in the late nineteenth century: Brazil, France and Portugal connected by a school museum. **History of Education**, 46(2), 228-241. 2017. doi: 10.1080/0046760x.2016.1273402.

VIDAL, Diana Gonçalves. História da Educação como Arqueologia: cultura material escolar e escolarização. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 36, pp. 251-272, jan./abr. 2017.

VIÑAO FRAGO, Antonio. La historia material e inmaterial de la escuela: memória, patrimonio y educación. **Educación**, v. XXXV, n. 1, p. 7, 2012.

XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal. Quarto Volume: O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. pp. 339-349.

XAVIER, Libânia Nacif. A construção social e histórica da profissão docente uma síntese necessária. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 59, pp. 827-849, Dec. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782014000900002&lng=en&nrm=iso>. Access on 04 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782014000900002>.

ZANLORENZI, C. M. P. A imprensa periódica na pesquisa em história da educação: um estado de conhecimento. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 18, n. 2, pp. 385-400, 29 jun. 2018.

ZICHIA, Andrea de Carvalho. **O direito à educação no período imperial: um estudo de suas origens no Brasil**. São Paulo: USP, 2008.